

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

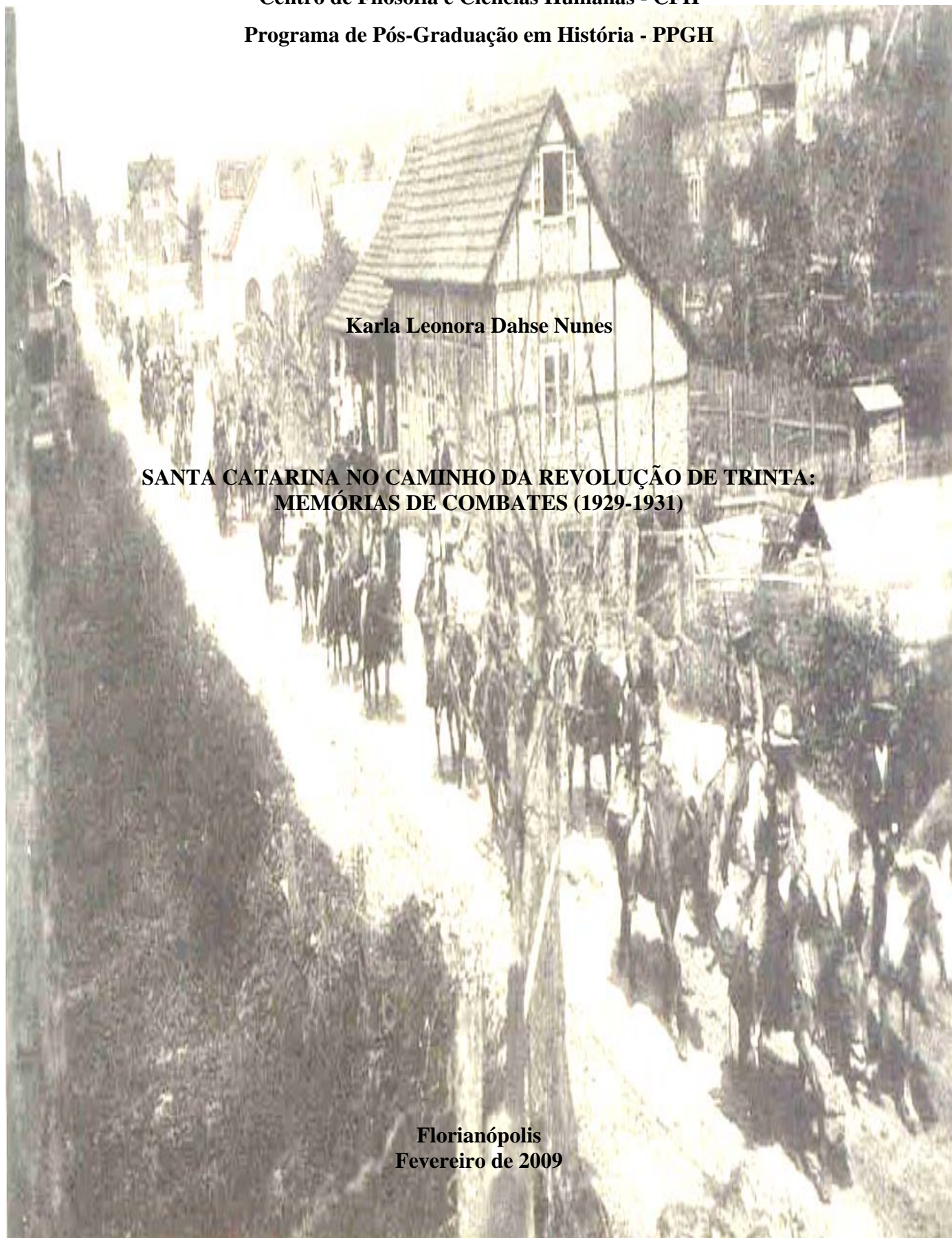
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH

Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Karla Leonora Dahse Nunes

**SANTA CATARINA NO CAMINHO DA REVOLUÇÃO DE TRINTA:
MEMÓRIAS DE COMBATES (1929-1931)**

**Florianópolis
Fevereiro de 2009**



Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Karla Leonora Dahse Nunes

SANTA CATARINA NO CAMINHO DA REVOLUÇÃO DE TRINTA:
MEMÓRIAS DE COMBATES (1929-1931)

Florianópolis
Fevereiro de 2009

KARLA LEONORA DAHSE NUNES

SANTA CATARINA NO CAMINHO DA REVOLUÇÃO DE TRINTA:
MEMÓRIAS DE COMBATES (1929-1931)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cynthia Machado Campos
Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha

Florianópolis
Fevereiro de 2009

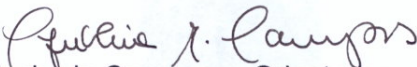
Santa Catarina no Caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)


KARLA LEONORA DAHSE NUNES

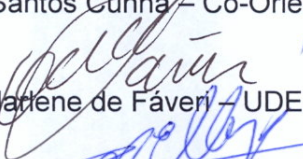
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

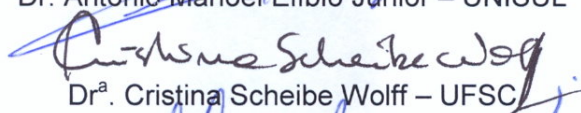
Banca Examinadora


Dr.^a. Cynthia Machado Campos - Orientadora e Presidente – UFSC


Dr.^a. Maria Teresa Santos Cunha – Co-Orientadora – UDESC


Dr.^a. Marcene de Faveri – UDESC

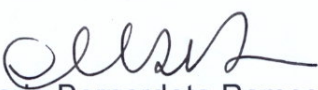

Dr. Antônio Manoel Elíbio Júnior – UNISUL


Dr.^a. Cristina Scheibe Wolff – UFSC


Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma – UFSC

Dr. Paulo Pinheiro Machado – suplente – UFSC

Dr.^a. Janice Gonçalves – suplente - UDESC


Prof.^a. Dr.^a. Maria Bernardete Ramos Flores
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2009.

A César, Sofia e Laura.

A minha Mãe e ao meu Pai (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Longe de casa, há muito mais do que uma semana, em uma das inúmeras viagens que realizei em função de meu trabalho, consumida pela saudade, pelo cansaço, mas ainda disposta a conversar, estava em uma roda com muitas outras pessoas, em final de aula ou no intervalo entre uma e outra (já não sei mais). O assunto que surgiu trazia à baila a questão dos filhos, dos amores distantes, dos afetos enfim. As pessoas começaram a abrir suas bolsas e, com as carteiras em punho (daquelas com compartimentos para fotos), exibiam fotos. Olhei todas... Imagens tão lindas. Distraída, só me dei conta que esperavam lhes mostrar minhas fotos quando perguntaram – Você não tem filhos, marido... Amores? Não traz fotos deles? Que povo indiscreto, pensei, rindo da situação. Claro que tenho... Filhos, amores. Mas e se eu os quisesse secretos, só para mim? Se eu não quisesse exhibi-los, evidenciá-los? Que sentimento estranho aquelas perguntas me causaram. Que susto levei! Todos me olhavam e eu nunca tinha pensado nisso... Por que eu não trazia fotos comigo? Afinal, as fotos evidenciariam o imenso afeto, seriam uma prova concreta do imenso amor que tenho por minhas filhas. Todos tinham fotos e eu só tinha que pensar por que não as tinha... E as pessoas esperavam uma resposta. Pensei em discursar sobre as coisas que são próprias do espaço privado, mas ali eu era uma pessoa pública e já tinha visto as fotos delas... E não trazia fotos na carteira, nem na bolsa, e tinha meus amores distantes...

E pensando no que caberia aqui como agradecimento, em quantas pessoas, quantos amigos, quantos afetos, solidariedades, quantos me são caros, surgiu-me a lembrança dessa história das fotos na carteira... Mas queria reportar aqui nos agradecimentos algo sobre como é extensa essa caminhada da formação, longa e nem sempre plana ou plena. Como é difícil aprender, elaborar e re-elaborar, apreender e reaprender o que está à volta, no entorno, no interno, no contexto, no texto, na ausência do texto, na fala, no silêncio, no implícito. Para tudo o que me propus, precisei de indicativos, de estímulos, de ajuda, de amigos acenando com lanternas... E foram muitos que, já caminhando, juntaram-se à minha caminhada... Juntos, presentes, alguns, paradoxalmente, não à vista... Porque há coisas mesmo que a vista não alcança... Mas que outros sentidos captam. De forma que nisso tudo pensei no quanto foram bem vindos os familiares, os amigos, os professores, os mestres, os colegas, os alunos (não necessariamente nessa ordem nem nessa lógica do um só, às vezes, a escrita limita...), os que mal conheci e que também mal me conheceram, que passaram por mim, mas não se

furtaram de ensinar o que sabiam que, à sua maneira, de seus muitos jeitos, estenderam seus préstimos, tão preciosos!

Meus amigos de todas as horas, Cláudia Mortari, Lucésia Pereira, Paulo Gil, Vanusa, Antônio Elfbio, Rogério Rodrigues, Ana Tau, Natania Nogueira, Carolina, Cristina Klipp, Viviane Bastos, Carmen Pandini, Yara, queridos, obrigada... Suportaram-me, aconselharam, acolheram, leram, discutiram, sugeriram, ouviram meus “ais”, seguraram as pontas e as dobras, enfim, não me abandonaram... Imagino ter-lhes saturado com minhas questões. Onde encontro palavras para dizer-lhes, para fazer saberem-lhes?

Agradeço imensamente à Professora Dra. Cristina Sheibe Wolff, que gentilmente aceitou o convite para a Banca de Qualificação e, não obstante suas férias, socorreu-me indicando caminhos, sugerindo mudanças as quais me auxiliaram a repensar, inclusive no título de minha tese. Ao Professor Dr. Antônio Manoel Elfbio Júnior, que igualmente abdicou de suas tardes de verão para leitura e argüição de meu trabalho. À Professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha pelo trabalho de co-orientação, mas, principalmente, pelo talento e competência. À Professora Dra. Marlene de Fáveri de quem, ainda nos anos de 1990, fui bolsista na UDESC e por quem guardo imenso carinho, além das leituras sobre gênero. Ao Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado, a quem tenho profunda admiração e serei sempre grata por sua disposição em aceitar, tão amavelmente, o meu convite.

Aos professores, todos, sem exceção, em todos os níveis de ensino, agradeço ao fato de chegar à elaboração e conclusão desta tese. Quase sempre os professores desconhecem o que suas ações despertam em seus alunos... Muito obrigada!

Adjetivos laudatórios não são, normalmente, bem vistos e/ou recebidos entre os historiadores, mas não é possível deixar de registrá-los, mesmo porque este é um espaço para os agradecimentos e os faço sem advertência de que exponho neles todo meu sentimento de enorme consideração, estima, gratidão e profundo reconhecimento pelo que representam como historiadores, professores, escritores, orientadores, pensadores de indizível competência, como a Professora Dra. Cynthia Machado Campos e o Professor Dr. Carlos Humberto Corrêa. Professora Cynthia, para além de orientadora, por ter me despertado, ainda como aluna de mestrado, para leituras no campo da história política renovada que foram vitais para elaboração desta tese. Professor Carlos Humberto, pela generosidade em ceder-me o material que usou em sua pesquisa para elaboração, ainda nos anos de 1980, de sua tese e que foram essenciais na elaboração da que ora apresento.

De Anitápolis, agradeço à professora Mariléia pelo empréstimo do livro do Padre Dall’Alba, que foi o impulso para a pesquisa. Ao Capitão Corrêa, do Arquivo Histórico do

Exército, pela receptividade positiva e pela oportunidade concedida em “desatar os nós” dos cordões que envolviam a documentação pesquisada. À professora Dra. Sueli Petry e aos funcionários Ramon Felipe Soares e Adrian, do Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva, em Blumenau, pela amabilidade e presteza nas informações.

Pela confiança, pelo carinho e pela contribuição de cada um nessa minha caminhada tão cheia de travancas... Sandra Spricigo, querida revisora ortográfica*, obrigada pelas noites dedicadas a minha tese. Marcelo Mendes e Marina pelo socorro no Abstract e pela amizade.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente à querida Nazaré e ao Maurício, secretária e secretário do Programa.

E para encerrar a escrita, pois que seguirei agradecendo sempre, digo agora que não carrego fotos na carteira porque trago todos meus amores, meus afetos, meus bem-quereres vivos em minha memória.

* Esta tese segue as novas normas gramaticais em vigor no país desde janeiro de 2009.

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. [...] Escrevo neste instante com algum prévio pudor por vos estar invadindo com tal narrativa tão exterior e explícita. De onde, no entanto até sangue arfante de tão vivo de vida poderá quem sabe escorrer e logo se coagular em cubos de geléia trêmula. Será essa história um dia o meu coágulo? Que sei eu. Se há veracidade nela - e é claro que a história é verdadeira embora inventada - que cada um a reconheça em si mesmo porque todos nós somos um e quem não tem pobreza de dinheiro tem pobreza de espírito ou saudade por lhe faltar coisa mais preciosa que ouro - existe a quem falte o delicado essencial.

(Clarice Lispector)

RESUMO

Quando em outubro de 1930 os políticos e militares dos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais deflagraram o movimento que culminou naquilo que o repertório histórico convencionou designar como a “Revolução de 1930”, as tropas constituídas pelas Forças Revolucionárias do Rio Grande do Sul marcharam objetivando unir-se aos aliados e combater àqueles que então eram tidos como reacionários. O objetivo era chegar à então capital do Brasil e depor o presidente Washington Luiz. A estratégia consistia em concentrar toda a força revolucionária em Ponta Grossa, no Paraná, para, a partir dali, seguirem mais fortes rumo à capital, prevendo-se um confronto armado com as Forças Federais Legalistas em São Paulo. Mas o estado de Santa Catarina estava geográfica, política e militarmente no caminho das tropas gaúchas, pois seu governador, Fúlvio Aducci, manteve-se contra a Revolução e disposto a empreender defesa pela manutenção da ordem política vigente. Contudo, os próceres oligarcas liberais catarinenses a apoiavam e engrossavam o contingente das Forças Revolucionárias com homens e armas. O estado e o país foram divididos entre os grupos que eram simpáticos e apoiavam a Revolução e os que eram contra e a combatiam. Revolucionários e Legalistas passaram a se reconhecer e a se rechaçar a partir de seus posicionamentos políticos. O desejo pelo poder lhes movia as ações e intenções e os conduzia a combates de ordens diversas: políticos, militares e pela instituição de uma memória. Em Santa Catarina verificaram-se combates quando da passagem das tropas revolucionárias, no entanto, dificilmente eles aparecem como temas na historiografia nacional, pois a memória histórica do Movimento de Trinta ainda tende a ser a dos grupos vencedores. Estes, talvez como parte do exercício de dominação e poder, construíram lugares de memórias sob seus prismas, invisibilizando, apagando, minimizando ou mesmo desqualificando os dos vencidos. O trabalho apresentado nesta tese evidencia e analisa aspectos das ações políticas de alguns próceres e títeres no estado de Santa Catarina na Revolução de 1930, visibilizando feições das tramas e redes de sociabilidade no período compreendido entre 1929 e 1931. Analisa especificidades das estratégias militares dos Revolucionários nas tentativas de avanço e de defesa legalista narradas em documentos como boletins militares. Aborda a reverberação dessas sobre as memórias e imagens produzidas a partir da movimentação e tenta perceber como se constroem simpatias, ódios e ressentimentos gerados e alimentados antes, durante e após o Movimento de Trinta.

Palavras-chave: Revolução de 1930. Forças Revolucionárias. Política. Militares. Memória. Desejo. Poder.

ABSTRACT

In October of 1930, politics and militaries of Rio Grande do Sul, Paraíba and Minas Gerais started the movement which became the so called 1930's Revolution in Brazil – that is the conventional historical repertoire title. The Revolutionary Force troops of Rio Grande do Sul marched with the intent of joining the allied troops, and to fight the ones considered reactionary, at that time. The goal was to enter the capital of Brazil, Rio de Janeiro, and to dispose Washington Luiz of his presidential title. The strategy was to get the Revolutionary Forces together in Ponta Grossa, Paraná, so that they could go to the capital, stronger than before. That strategy was thought because it was already imagined that an armed struggle against the Federal Legalist Forces would happen along the way, in São Paulo. The state of Santa Catarina was geographically, politically and military in the middle of the way of the Revolutionary Troops, because the governor of Santa Catarina, Fúvio Aducci, positioned himself in opposition to the Revolution and was prompt to fight in order to defend the political *status quo*. However, the local liberal oligarchy, besides supporting the Revolutionary Forces, provided them with men and weapons. Santa Catarina and Brazil were divided into groups: some were sympathetic or supportive to the Revolution and others that were against the Revolution. Revolutionaries and Legalists started to know each other and to disagree, based on their political standards. The desire for power inspired their actions and intentions, and led them to fight in many different arenas: political, military and for the institution of a certain memory. There were many struggles in Santa Catarina when the Revolutionary Troops passed by; however, these were not contemplated in the national historiography, because this historical record, of the 1930's Revolution, was registered by the winners. The winners constructed places of memory based on their views, as an exercise of dominance and power. Through this, they attempted to erase, and even to disqualify, the ones who lost. This thesis addresses the political actions of some leaders and some pawns of Santa Catarina during the 1930's Revolution, mainly trying to reconstruct the nets formed between 1929 and 1931. This thesis also analyses the military strategy of the revolutionaries while trying to move forward and to defend themselves from the legalists, based on military documents and bulletins. This thesis also addresses the consequences of these memories and the images produced during the movement of the troops. Finally, this thesis tries to demonstrate how sympathy, hate and resentment are constructed and maintained, before, during and after the 1930's Revolution.

Key words: 1930's Brazilian Revolution; Revolutionary Forces; Politics; Military, Memory;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES²

Figura 1.1 – Excursão do governador Adolpho Konder a Chapecó	65
Figura 1.2 – Adolpho Konder em visitação pelo interior do estado	67
Figura 2.1 – Visita do presidente Washington Luís a Joaçaba	148
Figura 2.2 – Construção da ponte Emílio Baumgart sobre o rio do Peixe	148
Figura 3.1 - Mapa da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande	210
Figura 3.2 – Mapa do estado de Santa Catarina em 1930	211
Figura 4.1 – A “Pequena 53” – primeira invasora revolucionária de SC	213
Figura 4.2 – Aspecto da estação ferroviária em Mafra (SC)	241
Figura 4.3 – Aspecto da estação ferroviária em Jaraguá (SC)	243
Figura 4.4 – Aspecto da estação ferroviária em Indaial (SC)	243
Figura 5.1 – O tenente-coronel Arnaldo Marques Mancebo (centro)	286
Figura 5.2 – Fuzileiro morto à rua, em Joinville	311
Figura 5.3 – A observação dos homens mortos	312
Figura 5.4 – Resultado do bombardeio legalista (Florianópolis)	317
Figura 5.5 – A entrada das Forças Revolucionárias na Capital do Estado	325
Figura 5.6 – Carro blindado jogado ao mar em Florianópolis	330
Figura 5.7 – Lenços Vermelhos e seus Revolucionários	332

² A numeração das figuras segue, primeiramente, o capítulo a que correspondem e a ordem de aparecimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PR - Partido Republicano
PRC - Partido Republicano Catarinense
PLC - Partido Liberal Catarinense
AL - Aliança Libertadora
FPC - Força Pública Catarinense
PRR - Partido Republicano Riograndense
BC - Batalhões de Caçadores
RI - Regimento de Infantaria
BI - Batalhão de Infantaria
BE - Batalha de Engenharia
EM - Estado Maior
Btl - Batalhão
CMP - Companhia de Metralhadoras Pesadas
RI - Regimento de Infantaria
Esq - Esquadrão
RCD - Regimento de Cavalaria Divisionária
RAM - Regimento de Artilharia Montada
AHEX - Arquivo Histórico do Exército
DHBB - Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro
OM - Organizações Militares
QG - Quartel General
AHJFS - Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

UNIDADES MILITARES

13° Batalhão de Caçadores - Joinville (mas que em 1930 havia sido transferido para Porto União/SC)
14° BC - Florianópolis/SC
15° BC - Curitiba /PR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
a) O problema da pesquisa	13
b) A justificativa e as motivações da pesquisa	19
c) A discussão teórica e metodológica	24
d) As fontes	33
e) Revisão bibliográfica	39
CAPÍTULO I - EMBATES POLÍTICOS: PRENÚNCIOS À REVOLUÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	50
1.1 COMPONDO O CENÁRIO	52
1.2 O CENÁRIO POLÍTICO CATARINENSE - DESEJOS LATENTES	60
1.3 TRAMAS ACERCA DO JOGO POLÍTICO - DESEJOS MOVENTES	80
1.4 URDIDURAS	93
CAPÍTULO II – AS ELEIÇÕES CATARINENSES E AS PULSÕES REVOLUCIONÁRIAS: COMBATES POLÍTICOS	116
2.1 ELEIÇÕES E DRAMAS	116
2.2 DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA	134
2.3 DESÂNIMOS... DESALENTOS... ACUSAÇÕES	139
2.4 PULSÕES REVOLUCIONÁRIAS	150
CAPÍTULO III - MILITARES EM PRONTIDÃO: MOBILIZAÇÃO PARA O COMBATE	168
3.1 AO CAPRICHOS DAS PAIXÕES POLÍTICAS	169
3.2 O EXÉRCITO E O POVO IRMANADOS (?)	173
3.3 EXPECTATIVAS	186
3.4 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E TÁTICAS MILITARES	198
CAPÍTULO IV - FORÇAS MILITARES EM AÇÃO: ATRAVESSAMENTOS	212
4.1 SOBRE INVASORES E INVADIDOS	212
4.2 <i>MAS NÃO TEM PORTÂNCIA... ERA A GUERRA</i>	223
4.3 SOBRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS: OS GENERAIS E CORONÉIS	228
4.4 SOBRE ESTRADAS E AÇÕES	239
4.5 TENTATIVAS LEGALISTAS DE DEFESA	248
4.6 PORTO UNIÃO SITIADA	252
CAPÍTULO V - O EXÉRCITO LIBERAL AVANÇA VITORIOSO	268
5.1 BRIGAS DOMÉSTICAS	272
5.2 <i>FIÉIS DO MAIS PATRIÓTICO ARDOR</i>	283
5.3 <i>NOVOS TRIUNFOS E NOVOS SACRIFÍCIOS</i>	295
5.4 <i>OS QUE SE BATEM PELO BRASIL E QUE SABEM MORRER</i>	309
5.5 LEMBRANÇAS DA REVOLUÇÃO DE TRINTA EM SANTA CATARINA – ALGUNS LAMPEJOS	325
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
REFERÊNCIAS	340

ANEXOS	335
ANEXO A - Texto extraído do panfleto lançado por aviões sobre Florianópolis e Laguna pelas Forças Revolucionárias em 14/10/1930.....	367
ANEXO B – Fotografia do Monumento aos mortos em combate em defesa da legalidade na Serra da Garganta – Anitápolis, SC – Vista do Portal.....	369
ANEXO C – Marco construído no Local do Combate de 1930 em homenagem aos Combatentes - Serra da Garganta Anitápolis, SC).....	369
ANEXO D – Vista da placa que faz referência aos mortos e ao acontecimento na Serra da Garganta.....	370
ANEXO E – Vista geral (1) da Serra da Garganta.....	370
ANEXO F – Vista geral (2) da serra da Garganta.....	371
ANEXO G – Carta de Álvaro Trindade a Aristiliano Ramos. Porto Alegre, 15/12/1929. Fonte: Acervo pessoal Carlos Humberto Corrêa. Manuscrita.....	372
ANEXO H - Manifesto Revolucionário de Getúlio Vargas conclamando o povo gaúcho às armas – 03/10/1930.....	377
ANEXO I – Entrevista com o Sr. Galdino Pereira de Almeida, realizada por Neli Ferreira Borges e disponível no Laboratório de História Oral da UFSC.....	380

INTRODUÇÃO

*Povo de Florianópolis. Cidadãos e Soldados:
A verdade sobre a Revolução é esta: O Exército Liberal avança vitorioso em todas as frentes. Todo o Rio Grande do Sul toma armas pela causa regeneradora. O Exército e o povo, irmanados, comungam o mesmo ideal. O Paraná está integralmente solidário conosco. Todas as forças ao Sul convergem para a fronteira de São Paulo e já penetraram nas suas divisas. O batalhão naval aderiu em Joinville. [...] À exceção de Florianópolis, todo este Estado caiu em poder das nossas tropas. [...] A situação do Governo Federal é insustentável: atacado simultaneamente do norte, do centro e do sul por cerca de cem mil homens não poderá sustentar a luta por muito tempo. O Presidente Getúlio Vargas, com seu Estado Maior, já se encontra na fronteira de Santa Catarina e marcha rapidamente para as linhas avançadas de nossas forças em São Paulo, onde em pessoa, acompanhará o avanço de nossos exércitos. Catarinenses de Florianópolis, heróicos descendentes de Anita Garibaldi, Barrigas Verdes do Paraguai. O Rio Grande do Sul que conheceu, no passado a vossa bravura e o vosso espírito de brasilidade, - o Rio Grande confia no vosso patriotismo. Não seríeis vós, guardiões de tantas glórias e de tantas tradições, que iríeis negar agora vosso passado. Este é o momento de cada um aumentar o patrimônio familiar e racial com novos triunfos e novos sacrifícios. Os que perdem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história. Catarinenses, filhos de Florianópolis, vós não podeis derramar o vosso sangue contra aqueles que defendem a vossa liberdade, que se batem pelo Brasil e que sabem morrer pela pátria em comum. [...] Vós não podeis deixar de participar da grande vitória definitiva que se aproxima. Escutais o brado de libertação que ressoa do Chuí às divisas de São Paulo, em cujas terras vibra já o clarim da alvorada redentora e onde já cintilam as armas da liberdade. Catarinenses, filhos de Florianópolis.
Pela Revolução.
Pelo Brasil.
Pela Pátria¹*

a) O problema da pesquisa

Em outubro de 1930, quando do Rio Grande do Sul foi lançada a mensagem em código que desferiu o golpe pensado desde o início por seus idealizadores como Revolução, o objetivo imediato era o de conduzir Getúlio

¹ Trecho do texto extraído do panfleto “Conclamação ao povo”, lançado por aviões sobre Florianópolis e Laguna pelas Forças Revolucionárias em 14/10/1930. Arquivo OA, CPDOC/FGV. O texto integral encontra-se ao final da tese, em ANEXOS, ANEXO A.

Vargas à cadeira presidencial por ação militar. Saíram daquele estado dezenas de milhares de homens organizados em diversas colunas que constituíam as Forças Revolucionárias. Estas congregavam soldados militares e voluntários com a missão de assegurar a tomada do poder e a saída do presidente Washington Luiz evitando assim que seu sucessor, o eleito Júlio Prestes, assumisse o executivo federal. A Revolução foi planejada durante meses e orquestrada pelos líderes políticos dos estados de Minas Gerais e Paraíba, além do Rio Grande do Sul. Para ser levada a cabo era vital a adesão das Forças Armadas constituídas à época pelo Exército e Marinha. Contudo, apenas parte do Exército aderiu à causa revolucionária, o que denotava que haveria confronto armado entre as forças. A maior resistência estava sendo prevista para acontecer em Itararé (SP), onde as Forças Revolucionárias combateriam com as Forças do Exército Regular. Para chegar a São Paulo, as Colunas da Força Revolucionária saídas do Rio Grande do Sul precisavam passar pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Apesar de o governador do Paraná não ser simpático à idéia de Revolução, a maior parte das Organizações Militares do Exército daquele estado aderiu ao movimento. Em Santa Catarina, a Revolução era apoiada por parte da oligarquia, porém, o governador do Estado, que à época era o recém-empossado Fúlvio Aducci, manifestou incontestemente apoio a Washington Luiz.

Nesse sentido, como rota de passagem das tropas revolucionárias, quer para as que vinham em marcha unida ou via estrada de ferro, o estado de Santa Catarina representou um problema e um obstáculo a ser transposto. Ainda que considerado militarmente um Estado sem robustez, era um obstáculo no sentido

conferido ao dicionário como “embaraço, dificuldade, impedimento, estorvo, empecilho; barreira”². Mesmo não sendo capaz de conter as tropas da Força Revolucionária, o estado impôs a resistência militar que lhe foi possível enquanto esperava os reforços de contingente do governo federal que vieram em número reduzidíssimo e foram incapazes de fazer frente ao movimento sedicioso. Santa Catarina, por meio de sua Força Pública Militar aliada às Forças Militares Federais da Marinha e do Exército, não conteve o movimento, mas representou um estorvo para a força revolucionária. A passagem não estava livre para as tropas. Houve confronto entre as Forças, alguns desses, como os ocorridos na serra da Garganta, na altura de onde hoje é a cidade de Anitápolis, e em Joinville, resultaram em mortes. No Planalto Norte e Planalto Serrano catarinense igualmente houve confrontos que resultaram direta ou indiretamente em mortes de civis.

A resistência imposta pelo estado de Santa Catarina, no entanto, não se faz constar às páginas da história quando se trata de estudos relacionados à Revolução de 1930. Na leitura desses, a impressão que temos é a de que o estado foi um lugar de passagem, foi invadido e não apresentou resistência; a idéia é que a passagem das tropas das Forças Revolucionárias tenha sido tranqüila, e não foi. Essa passagem esteve envolta em conflitos de origens diversas³. As memórias, as

² Cf. Dicionário *Aurélio*, versão digital.

³ Os conflitos aos quais aqui me refiro e que serão devidamente trabalhados nos capítulos são aqueles que estão além dos confrontos armados entre as Forças Revolucionárias e legalistas, dizem respeito aos conflitos de origem política entre os “mandões” locais das diversas regiões do estado de Santa Catarina, mas, principalmente, do Planalto Serrano em oposição ao Vale de Itajaí ou, de forma reduzida e como é mais referida na

narrativas, os documentos produzidos sobre esses conflitos no estado que representou obstáculo à passagem das tropas e mesmo à Revolução foram, curiosamente, deixados à parte, minimizados. Não os encontramos na historiografia nacional quer no campo da história política ou mesmo militar.

Acredito, seguindo o que me faz crer a leitura de alguns documentos produzidos à época, como o apresentado na epígrafe, que as memórias sobre o acontecimento da Revolução de 1930 em Santa Catarina tenham sido lançadas propositalmente ao esquecimento, afinal, o aviso (quase uma maldição) havia sido lançado em forma de panfleto trazido pelo vento às mãos do surpreso e atemorizado povo de Florianópolis. O aviso/maldição foi lançado na capital, mas parece ter se estendido por todo o estado: *Os que perdem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história.*

Mas o silêncio da história também tem algo a dizer⁴.

historiografia, a rivalidade entre as oligarquias Ramos e Konder. Para além desses conflitos de ordem política e militar, também penso nos conflitos da ordem dos sentimentos que atingem os sujeitos gerando medo, tensões, ressentimentos.

⁴ Eni Orlandi afirma que as palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são. O silêncio é o real do discurso, pois em vez de pensarmos no silêncio como falta podemos pensar na linguagem como excesso. A linguagem é conjugação significativa da existência e é produzida pelo homem para domesticar a significação. Assim, se tantos estudos foram realizados sobre a Revolução de 1930, tantos textos produzidos e em praticamente nenhum Santa Catarina fulgurou, sendo que se verificam várias ações políticas e militares, é importante pensar sobre a significação deles como produtores de sentido. ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, SP: Unicamp, 1997.

Para além do longo silêncio sobre a Revolução de 1930 em Santa Catarina há textos (e seus silêncios também), memórias e narrativas que se fizeram registrar. São elas meus objetos de estudo, é sobre elas que me debruço tentando analisá-las no contexto em que foram produzidas e, assim, tornar visíveis aspectos da Revolução neste Estado. Meu olhar é para aquele momento histórico em que as forças foram divididas entre os que aderiram e os que não aderiram à Revolução. Os que aderiram e se engajaram nas colunas constituíram o que foi chamado pelos líderes militares da Revolução de *Forças Revolucionárias*, e os que não aderiram constituíam as *Forças Legalistas*, ou prestistas (por estarem ao lado de Júlio Prestes). Eu poderia, em uma atitude reducionista, pensar nos binários, nos opostos, nos inversos, nos contrários e, assim, tão simplesmente teria isolados, polarizados e antagonizados a Revolução e a resistência à ela. Dessa forma, ficaria fácil classificar os sujeitos e suas ações. Os descontentes com a ordem vigente ficariam ao lado da Revolução; os satisfeitos, contra a Revolução. Se os revolucionários desejavam a mudança, em oposto, os satisfeitos desejavam a inércia. Assim representados, seria possível apenas ver o caminho e o entrave; o movimento e o obstáculo. Tão simples se fosse possível, mas não é. Uns estão imbricados em outros de maneira que não há forma de reconhecê-los, às vezes, sequer conhecê-los, pois estão disfarçados, mascarados, ora são um, ora são outro. É que no caminho há descaminhos, há o subterrâneo, as armadilhas, as margens, o que não se deixa ver na ação, o que muda de direção, de sentido, de sentir. Na intenção há o não perceptível e há o perceptível que foi criado para ser visto, é

percebido justamente porque a intenção quer mostrá-lo, quer dá-lo a conhecer. Mas há o que não se quer dar a ver, a intenção o quer invisível, calado, imóvel, silenciado.

A frase usada no panfleto que foi atirado à população – “Os que perdem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história” – anuncia, a meu ver, que, para além das disputas políticas (e àquela altura militares), também estava em jogo uma disputa pela memória. Era como se o grupo dos revolucionários estivesse anunciando ao grupo que estava no poder e que, portanto, resistia aos seus intentos, que a memória dessa resistência, caso não cedesse, seria lançada ao esquecimento. Assim, o objetivo que permeia o meu trabalho é perceber como em um determinado momento (que precede à Revolução) um grupo que detém e dá as cartas no jogo do poder político em Santa Catarina e se julga absoluto vai, ao cabo da Revolução, ser “mergulhado no mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história”. Com esse sentido, procuro evidenciar como se procurou instituir tal silêncio e como as memórias sobre o Movimento de Trinta foram dando coesão ao grupo vencedor. Para tal, analiso o contexto que antecede a Revolução, as redes de sociabilidade entre os grupos que apoiaram primeiramente Getúlio Vargas como candidato à presidência e, após as eleições, como aconteceram as articulações entre os políticos representantes das oligarquias catarinenses e do Rio Grande do Sul para organização do movimento que culminou com a Revolução. A partir dessas articulações entre os grupos, procurei evidenciar como aconteceram as invasões

das tropas revolucionárias sobre o estado; a receptividade aos revolucionários no estado e a organização da defesa pelas Forças Legalistas. Consumado o movimento revolucionário com a chegada de Vargas à presidência, procurei apontar, ao longo do texto, o que aconteceu com as lideranças, as reprimendas para os perdedores (o mergulho ao esquecimento), os prêmios dos vencedores. A questão que permeia a tese é, portanto, o combate pela instituição de uma memória procurando atentar ao seu correlato – o esquecimento. O recorte temporal situa-se ao período que precede o movimento revolucionário, 1929, e o imediatamente posterior, 1931.

b) A justificativa e as motivações da pesquisa

Meu interesse em pesquisar e desenvolver o trabalho que ora apresento surgiu quando, devido a uma viagem de trabalho, conheci a cidade de Anitápolis, distante de Florianópolis, cerca de 60 km. Fui a convite de uma colega⁵ que orientava trabalhos acadêmicos para o curso de Pedagogia e observava a dificuldade dos seus orientandos quanto à elaboração e análise do contexto histórico que era um dos requisitos a constar no trabalho de conclusão do referido curso. A cidade ainda não possuía acesso asfaltado, o que era curioso e

⁵ A colega a quem devo uma referência especial é Rose Clér Estivaleta Beche, a Universidade é a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) e o curso, Pedagogia, na modalidade a distância.

contrariava o observado na maioria dos municípios vizinhos. Fiquei sabendo pelas conversas informais que isso dificultava a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros lá produzidos e até mesmo a simples visita. Nas leituras de contexto dos trabalhos acadêmicos, notei serem comuns as afirmações de que a cidade já tivera uma economia promissora, tanto pela hortifruticultura quanto pelo movimento garantido pela existência de um Patronato Agrícola, criado em 1918, no qual chegaram a ser matriculados até duzentos meninos, oriundos do Rio de Janeiro, de onde também era a maioria dos professores do Patronato. Ao referirem-se ao Patronato, notei certa melancolia. O que aconteceu com o Patronato? Assuntei com as alunas e alguns moradores. Na respostas era comum afirmarem que depois da Revolução de 1930 foi fechado. O que uma coisa tinha a ver com a outra me intrigou. É que pela fala, na memória voluntária das pessoas trazida à tona pelas conversas, e na leitura que eu fazia dos contextos históricos elaborados, a cidade me pareceu crescer até a chegada do presidente Getúlio Vargas ao poder e, depois, teria sofrido um processo deliberado de “esquecimento” político atribuído a uma possível retaliação por ter servido de palco à tentativa de contenção do avanço das tropas revolucionárias. Essa era a leitura que eu estava fazendo. Nos registros da contextualização histórica dava-se conta que para conter o avanço premente das tropas militares revolucionárias, a Força Pública Catarinense, porque em número insuficiente, recrutou homens da região para engrossar suas fileiras. Cerca de sessenta. Dizem que os homens que serviram como voluntários teriam sido enganados⁶, porque ao serem recrutados, o

⁶ Esta idéia está registrada no livro do padre Dall’Alba o qual realizou várias entrevistas com moradores que participaram do combate. Seu livro foi publicado em 1973. Sobre o combate em entrevista com Sálvio Rodrigues Brasil (um dos primeiros moradores de

foram com o argumento de que ajudariam a conter uma quadrilha grande de ladrões de gado. Não teriam lhes informado, em um primeiro momento, que combateriam com as tropas revolucionárias de Getúlio. Souberam depois, quando já estavam entrincheirados na Serra da Garganta, mesmo assim teriam optado em não recuar, pois estavam certos de que obteriam sucesso em sua empreitada. Houve combate na região, oito pessoas teriam morrido⁷. Informaram-me que havia um monumento⁸ na Serra aos combatentes, que estava abandonado, mas existia. Aquilo me intrigou sobremaneira e conversei com colegas que, recém-formados em cursos de História em universidades no estado também não sabiam do acontecimento. Curiosa, fui conhecer o local do combate⁹. Caminhei quase três horas morro acima por uma estradinha de pedras semitomada pela vegetação¹⁰.

Anitápolis), o padre registrou: “Na Garganta havia se postado um piquete com 35 soldados da Força Pública do estado. O tenente Mira comandava o destacamento. Logo vieram aqui e requisitaram todos os funcionários públicos, os trabalhadores das estradas, os diretores do Patronato. A motivação era cercar uma quadrilha de ladrões que subiria pelo vale. De revolução ninguém sabia de nada. Juntaram uns 60 paisanos.” In.: DALL’ALBA, João Leonir. **História do Vale do Braço do Norte**. Florianópolis: [s.n.], 1973. p. 343-344.

⁷ O número certo e o nome dos que tombaram nesse confronto até hoje está obscuro, conforme trataremos no Capítulo IV.

⁸ No ANEXO A, ao final da tese, constam as fotografias do monumento aqui citado.

⁹ As fotografias da visita que realizei ao local à época estão no ANEXO B.

¹⁰ A caminhada foi empreendida em companhia de César de Assumpção Nunes. Foi no mês de abril, de poucas chuvas, estava com roupas e sapatos adequados, leves, munida de GPS e, no entanto, foi extremamente difícil e penosa devido ao barro e às agruras do local que, não obstante, é lindo. Isso me fez pensar nos homens que vinham marchando desde o Rio Grande do Sul, carregados de armas e munição, possivelmente de coturnos ou botas similares com roupas pesadas, pois que em outubro, mês em que se verificou o combate

Paradisíaco e abandonado, o local de fato, à época, me pareceu esquecido. Talvez não o tivesse sido totalmente porque ainda estavam vivos alguns que queriam lembrar, mas que sentidos estavam em tal esquecimento? A tentativa dessa compreensão foi a motivação que me moveu à pesquisa.

Notei que a resistência política e militar, imposta pelo Estado de Santa Catarina aos revolucionários, tendia a aparecer como rudimentar, quase insignificante, tanto na historiografia nacional quanto, e principalmente, na regional. Na história militar brasileira, por exemplo, sequer é contemplada. Pouco se fala, pesquisa ou se escreve sobre os combates entre as tropas rebeladas e as legalistas em solo catarinense. Conseqüentemente, pouco se discute sobre a temática quer na história política ou militar, quer no meio acadêmico, quer nas salas de aula da Educação Básica e até mesmo no Ensino Superior quando se estuda História de Santa Catarina ou mesmo História do Brasil. A própria idéia de resistência ao movimento revolucionário de 1930 em solo catarinense é incipiente. É comum o questionamento seguido de exclamações como: “houve combates em Santa Catarina? Nunca ouvi dizer! Devem ter sido inexpressivos”.

Em geral, não se considera que o estado de Santa Catarina tenha sido obstáculo e que tenha servido como ponto estratégico para a contenda das Forças Revolucionárias. No entanto, foi, e em seu território estiveram presentes não só os

no local (no ano de 1930), era inverno e comum registrarem nos documentos que, além do frio, as chuvas eram constantes. Some-se à carga que traziam, possivelmente, a tensão e a apreensão. Por outro lado, àqueles que estavam acantonados no local, em espera, também não deve ter sido fácil o deslocamento e a angústia da dúvida.

membros do alto comando do Exército como também da Marinha, que acreditaram poder conter as Forças Revolucionárias neste estado. A Marinha, inclusive, deslocou e aportou navios de guerra na capital, desferiu tiros de canhão sobre as cidades de Laguna e na parte continental de Florianópolis, no bairro do Estreito¹¹, conforme atestam boletins e relatórios dos próprios militares. Nesse sentido, embora, no geral, não se dê atenção ao episódio, Santa Catarina, ainda que se queira entender que somente a capital, representou sim, um

¹¹ Sobre o episódio, o historiador catarinense Iaponan Soares registra o seguinte: “Em 1930, a Divisão Litoral do General Ptolomeu de Assis Brasil estacionou no Estreito. Esta posição fez com que o barco viesse a ser severamente castigado pela artilharia dos navios de guerra fiéis ao governo. Pelo menos entre 13 e 23 de outubro, estes bombardeios aí se fizeram, diariamente, na tentativa de desalojar os insurretos, atingindo residências e casas comerciais. O jornal O Estado, em sua edição de 25 de outubro de 1930, noticiou: ‘A coluna do litoral tomou Araranguá, Criciúma, Urussanga, Tubarão, Laguna, Imbituba, Garopaba, Palhoça e São José, ocupando, deste município, até o Estreito, em cujas praias foram levantadas trincheiras mascaradas. Da banda do continente estavam, como dissemos, os Revolucionários. Estes, segundo consta, foram sempre visados pela artilharia dos destróieres, desde Imbituba, porém não sofreram uma única baixa. Diariamente, a nossa população ouvia o canhoneiro da Marinha. As granadas causaram enormes estragos em propriedades da Palhoça, São José e Estreito. Ainda ontem, à tarde, a Estação de Rádio do Estreito foi rudemente bombardeada. Sob a explosão dos projéteis, as paredes esboroavam-se, fumegantes. O êxodo das famílias foi enorme, para o interior da ilha. Também do continente se retiraram para cá muitas família, que foram recolhidas sem que os Revolucionário hostilizassem os que as iam buscar, em lanchas, escaleres e canoas. Com a capitulação de Fúlvio Aducci, o capitão Cantídio Régis, da Força Pública, tomou a deliberação de levar esse fato ao conhecimento do Comando Revolucionário. Chamou o Sr. Benedito Jorge e mandou-o hastear, a cabeceira da ponte, uma bandeira branca, dando vários disparos para o ar. Imediatamente, foram recolocados pranchões na ponte, e do lado do continente veio ao encontro do capitão Régis o capitão Othelo Frota, a quem foi declarada a capitulação’. A realidade, porém, não confere com o que noticiou o jornal. Medida inconseqüente, estes bombardeios, destruíram dezenas de residências e estabelecimentos ao longo da costa. De quando em quando, corpos mutilados apareciam nas praias”. Ver.: SOARES, Iaponan (org). **Estreito, vida e memória de um bairro**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. p. 21-22.

posicionamento de Estado obstaculizante ao Movimento de Trinta. Houve enfrentamentos militares, batalhas e, tão logo o movimento atingiu seus objetivos e colocou Getúlio Vargas no poder, os grupos que fizeram frente aos anseios revolucionários sofreram retaliações de todas as ordens, aqui se verificando outro tipo de combate, para além do entendimento militar, um combate pelas memórias. Se a memória histórica do vencedor dessa luta, seguindo a idéia anunciada já por Edgar De Decca¹², talvez como parte do exercício de dominação ou por descaso ou desdém, edificou a história sob seu prisma, apagando ou minimizando tal resistência, é possível pensar: que espaço teve nessa edificação o estado e mesmo os grupos tidos como *vencidos*? E o grupo dos políticos comprometidos com a causa revolucionária, que vantagens obteve? O estudo e os possíveis caminhos que apontem para respostas a esses questionamentos ou a outros que advenham deles e o seu nível de importância para o contexto historiográfico tanto catarinense quanto nacional me parecem incontestáveis.c) A discussão teórica e metodológica

Para pensar sobre os porquês da resistência catarinense ao Movimento de Trinta, da adesão de alguns políticos membros das oligarquias catarinenses ao Movimento e inclusive no próprio Movimento e sua repercussão em Santa Catarina, segui linhas traçadas por muitos e variados teóricos que proporcionaram arcabouços a meu trabalho. Foi inevitável adentrar o campo de estudo da história política renovada. Essa nova história política, proposta a partir das contribuições

¹² Cf. DE DECCA, Edgar. **1930: O silêncio dos vencidos**. Memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

de pensadores franceses como Jacques Julliard¹³ e René Rémond, aponta para abordagens acerca das representações sociais e do imaginário político. Rémond¹⁴ adverte que o campo ou domínio do político não tem fronteiras fixas ou pré-determinadas, não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Dessa forma, entendo que o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social. Já Sirinelli¹⁵ afirma que o objeto político abrange mais do que a autoridade de um governo ou de um Estado. Os campos e objetos de investigação da história política incidem “na questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder no seio de um grupo humano dado e o estudo das tensões, dos antagonismos e dos conflitos daí decorrentes”. Vavy Pacheco Borges afirma que se essa ampliação dos objetos e temas relacionados ao político, “seja a partir do enorme papel que o estado tomou nas sociedades contemporâneas, seja à medida que passamos a nos preocupar com o poder presente em toda e qualquer relação humana”, tornou inextricável a noção do político e este “passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem decisões, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos.”¹⁶ Os caminhos abertos e

¹³ JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986. p 184.

¹⁴ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 445.

¹⁵ SIRINELLI, Jean François. In: BÉDARIDA, L’**histoire et le métier d’historien em France**, 1995

¹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 23/24, p. 16, 1992.

as possibilidades obtidas com a “nova história política” nas últimas décadas ampliaram nossas investigações.¹⁷ Hoje, não estamos mais somente preocupados em evidenciar uma “história do poder”, mas sim, à luz do que ressalta Le Goff, em retomar uma perspectiva do campo da política para a história onde o poder “não seja separado de suas bases rituais, privado de suas imagens e de suas representações.”¹⁸ A contribuição de Michel Foucault¹⁹ para a história tem sido bastante referenciada, no campo da história política. Sua importância é indiscutível e reside, entre tantas razões, por ter trazido a compreensão de uma nova anatomia do poder que permite ir além da análise que trata o Estado e seus ‘aparelhos’ como centros que tecem sozinhos a malha de seu poder lançando-a sobre a sociedade. Os estudos de Foucault me ajudam a perceber o poder como uma estratégia não apenas do Estado, mas também dos micropoderes

¹⁷ Essa ampliação da investigação do campo político incorporou novas dimensões e abriu espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, foi nos anos 1970 que o político passou a dispor da idéia de que havia certa autonomia em relação às outras instâncias da realidade social. O eixo principal dessa renovação, proposta inicialmente elaborada pelos historiadores franceses, é o intercâmbio que se estabelece com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. Essa perspectiva de análise histórica procurava resgatar o político por meio do “estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum.” FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 32, 1992.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 14.

¹⁹ Das muitas obras de Michel Foucault que foram importantes, destaco algumas das que estou fazendo uso na tese: *Microfísica do Poder*; *A ordem do discurso*; *Vigiar e Punir*; *A Hermenêutica do Sujeito*; *As Palavras e as Coisas*.

descontínuos e dispersos por todos os sujeitos individuais no interior da sociedade.

Para Yves Déloye²⁰, o “retorno do político” deve considerar e postular uma perspectiva de análise em que as “figuras do político” se articulem inexoravelmente com a “história social” ao que acrescentaríamos a história cultural. Nesse sentido, o objeto deste procedimento analítico reside em “identificar os ‘nexos históricos’, em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do social se modificam em relação às transformações das instituições, das técnicas de gestão e das formas de laço social”. Como se percebe, os domínios do político não podem ser considerados isoladamente, pois estes são, como proferiu Rémond, “um campo movente e uma geometria variável”. Em outros termos, o campo do político inclui o que toca a existência individual: os corpos, a vida, o nascimento e a morte.²¹

Para subsidiar meu pensar sobre as ações individuais que movem o campo do político nas questões sensíveis que tocam a abordagem das intrigas pessoais, dos ressentimentos, dos ódios, das afeições e dos desejos de ordens diversas e que permearam toda a movimentação que deu suporte e mesmo ditou as regras do jogo político antes, durante e após a Revolução em Santa Catarina, nenhuma

²⁰ DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 28.

²¹ RÉMOND, René. *Le retour de la Politique*. In.: CHAUVEAU, Agnès et TÉTART, Philippe. (Org.). *Questions à l'histoire des temps présents*. Tradução de Antônio Eládio Júnior. Paris: Editions Complexes, 1992.

proposta teórica me pareceu mais cara, apreciada e desafiadora do que a de Pierre Ansart²² em conjunto com pensadores reunidos a partir da Unicamp²³ de incluir às análises de memórias a percepção dos sentimentos ou, ainda, dos ressentimentos tanto individuais quanto coletivos. Ansart convida a um exercício interdisciplinar e a um diálogo com os ensinamentos de Freud e seus discípulos e nos conduz dessa forma ao risco, ao fascínio e temor de nos aventurarmos para além de nossas seguras e confortáveis “moradas do saber”. Nas palavras deste pensador “[...] não se trata somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais”.²⁴ Vitais para análise e compreensão das questões que Ansart chamou de “gestão dos ressentimentos”, ou seja, a forma como os sujeitos individuais expressam suas afetividades em práticas sociais e políticas, foram as contribuições suscitadas a partir das obras organizadas pelas professoras doutoras Maria Stella

²² Propostas a partir de trabalhos como *La Gestion des passions politiques* (1983), cuja tradução devo a Antônio Manoel Elíbio Junior, *História e Memória dos Ressentimentos* (2001) e *As humilhações políticas* (2005). Todas devidamente relacionadas nas *Referências* ao final da tese.

²³ Consta-me que a partir do encontro de pesquisadores que se dedicam ao estudo dos sentimentos e paixões dos homens no âmbito social e político e das relações entre a memória e a História, acontecido ainda nos anos de 1990, mas levados ao debate no colóquio internacional realizado nos meses de maio e junho de 2000, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, reunindo, em sua maioria, pesquisadores desta universidade e da Universidade de Paris I, surgiu o livro com o mesmo título. O grupo de estudos é coordenado pela Professora Dra. Maria Stella Brescianni.

²⁴ ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)Sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: Unicamp, 2001. p. 15-36.

Bresciani, Márcia Naxara, Jacy Seixas e Marion Brepohl, a saber, *Razão e Sentimento na Política*²⁵ e *Memória e (Res)Sentimento: Indagações Sobre Uma Questão Sensível*²⁶.

Como subsídio para refletir e analisar os combates pela memória²⁷ tanto do grupo vencedor quanto do vencido na Revolução de 1930 em Santa Catarina, recorri às contribuições de Ansart, mas também às de Jacques Le Goff²⁸ e Pierre Nora²⁹ para quem, em uma lucidez que julgo fascinante, a “memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, **aberta à dialética da lembrança e do esquecimento**, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e súbitas revitalizações”. Já para ele a história “é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais”.³⁰ Ao

²⁵ SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

²⁶ BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas/SP: Unicamp, 2001.

²⁷ Necessariamente, ao abordar e interrogar a memória, faço-o também me dirigindo ao seu homólogo – o esquecimento ou, ainda, aos esquecimentos como me referi anteriormente.

²⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

²⁹ Dentre os muitos trabalhos desse autor, usei em especial o NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Houry de *Lês Lieux de Memórie*. In: **Projeto História**, São Paulo: n. 10, 1993.

explorar a construção e a instituição de uma memória vencedora pelo conflito e não pela harmonia, é possível identificar os sujeitos individuais e coletivos presentes no enquadramento da memória social. Essa é a proposição de Michael Pollak³¹ a qual incorporei em meu texto. Para analisar as representações sociais de que se cercaram os políticos catarinenses e os seus arranjos antes, durante e após o Movimento de Trinta e para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe (ou tenta impor) a sua concepção de mundo, seus valores e o seu domínio sob os demais grupos, estou fazendo uso dos conceitos de poder e capital simbólico em Pierre Bourdieu³².

A fim de compreender, analisar e descrever³³ o conjunto de imagens pelas fotografias de que faço uso no Capítulo V como documentos e monumentos a partir de um duplo referencial: como imagens de memórias do movimento revolucionário e do poder das Forças Revolucionárias atuando em Santa Catarina; e como imagens instituintes de memórias a partir de sua produção e circulação, busquei referências conceituais no campo da Teoria da Imagem e da História. As

³⁰ NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Gallimard, 1984. In: FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: Novas Abordagens. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, nº 5, p. 60, 1998. Os grifos são meus.

³¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 3-15, 1989.

³² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel/Bertrand-Brasil, 1989.

³³ Seguindo a proposta de Merleau-Ponty, trata-se de descrever, e não de explicar nem de analisar. Cf. MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

fotografias são como uma espécie de marca cultural de uma época e nos permitem um olhar sobre o passado por trazê-lo à tona. Mas, por ser um passado trazido a nós pelo olhar do fotógrafo, revela um tempo e um espaço dotados de sentidos e, nesse caso, as imagens se tornam também uma mensagem que se processa pelo tempo³⁴. Dessa forma, o enigma da imagem não se exaure em si mesmo, ele nos convida a ir além da dimensão mais visível que a imagem oferece, já que sobre ela há códigos que precisam ser lidos. Considerando que o passado nunca é um tempo concluído, está sempre emergindo no presente³⁵, as fotografias como imagens são uma memória que permitem um olhar na fenda entre o passado e o presente. A imagem, assim, será pensada como documento histórico, mas também para além dele, como objeto com diferentes sentidos que a cada reaparição jamais será igual ao que já foi. Intuindo a imagem como enigma que estará sempre aberto a *n* possibilidades e interpretações, optei por descrever as que arrolei na tese amparando-me em autores como Boris Kossoy³⁶, Ana Maria Mauad³⁷, Philippe Dubois³⁸. Apesar das metodologias adotadas por estes estudiosos diferirem³⁹, utilizo-me de todos naquilo que convergem entre si e sigo, basicamente, a idéia

³⁴ Ver MAUAD.

³⁵ Cf. Walter Benjamin.

³⁶ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

³⁷ **Sob o signo da imagem**: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Tese de Doutorado. UFF/CES/ICFH, 1990. 2 vols.

³⁸ DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papyrus, 1994.

³⁹ No caso de Boris Kossoy são iconológicas e em Mauad, histórico-semióticas.

proposta por Dubois de que para análise de imagens não há um método, e sim uma atitude a ser tomada e seguida.

d) As fontes

Realizada em documentos selecionados em fontes diversas (águas cambiantes)⁴⁰ que se apresentaram em várias formas de materialidade, a pesquisa foi permeada por momentos de intensa emoção; por cada achado, vibrei. Nos jornais⁴¹ encontrados na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, pesquisei cartas, telegramas, notícias, crônicas, poesias e imagens. Os jornais pesquisados foram: *O Estado*, *República* e *Folha Nova* editados em Florianópolis entre os anos de 1929, 1930 e 1931; *A Notícia*, editado em Joinville nos anos de

⁴⁰ Fonte como águas cambiantes é uma idéia que me ocorreu pensando figurativamente na fonte como um lugar onde se busca ou se vai à busca de água para beber, considerando o simbólico pertinente à questão da fonte, como Chevalier (1991, p. 444), que afirma: “Em virtude de suas águas sempre cambiantes, a fonte simboliza, não a imortalidade, mas sim um perpétuo rejuvenescimento”. Transpondo a idéia para as fontes usadas nas pesquisas históricas, entendo que, dependendo das perguntas que fizemos aos documentos, várias análises poderão ser empreendidas sobre um mesmo documento, assim, em anexos disponibilizo alguns dos documentos que pesquisei e que podem sob outros olhares receber outras interpretações. Cf. CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.** Trad. Vera da Costa e Silva [*et al.*]. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

⁴¹ É preciso registrar que grande parte dos jornais dos quais estou fazendo uso nesta tese são provenientes do acervo particular de pesquisa do professor Carlos Humberto Corrêa e me foram por ele gentilmente cedidos.

1930 e 1931; *A Cidade*, de Blumenau, 1930. No arquivo *on-line* que oferece grande facilidade na consulta do material do Centro de Pesquisa e Documentação de História da Fundação Getúlio Vargas (DPDOC/FGV)⁴² selecionei cartas (manuscritas e datilografadas), telegramas, ofícios e fotografias. No Arquivo Histórico do Exército – AHEX, na cidade do Rio de Janeiro, consultei bilhetes trocados entre militares de postos mais elevados com seus subordinados, entre políticos e militares, entre civis e militares, relatórios, minutas e boletins militares, sobretudo os pertinentes à cidade de Porto União. Neste Arquivo fui muito bem recebida e, não obstante as dificuldades para encontrar as caixas com os documentos, os funcionários empreenderam buscas. Dessas buscas resultou o encontro de três caixas com os documentos que à época não estavam ainda numeradas. O Capitão Corrêa, que sendo historiador sabia de minha expectativa pelo encontro, permitiu-me o privilégio de saber ser a primeira pesquisadora a mexer naquela documentação. O desatar os nós dos barbantes daqueles guardados foi emocionante.

⁴² A facilidade de encontrar e consultar os documentos disponíveis neste Centro é louvável. Oferece também a possibilidade de solicitar o envio dos materiais pesquisados via correio mediante pagamento das taxas que são, no mais das vezes, acessíveis ao pesquisador. Do *site* extraímos as seguintes informações “Accessus é uma base de dados constituída com o objetivo de propiciar um acesso mais rápido e eficiente às informações existentes no acervo documental do CPDOC. Composto de manuscritos, impressos, fotos, discos, filmes e fitas, esse acervo está estimado em um milhão e oitocentos mil documentos, dos quais mais de um milhão encontram-se referenciados na base Accessus. O usuário poderá fazer suas buscas pelo tipo dos documentos (textual, audiovisual, livros...), por assunto, título, autor e data de produção. Será retornado uma descrição detalhada dos documentos solicitados, e no caso das fotografias, a possibilidade de visualizá-las na tela. Grande parte dos arquivos de Getulio Vargas, Ernesto Geisel e Igreja Positivista do Brasil, além dos exemplares do periódico Cultura Política, também estão disponíveis para visualização on-line”. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 22/10/2008.

A pesquisa no Laboratório de História Oral da UFSC, que me rendeu o encontro de três entrevistas devidamente transcritas e que documentam relatos individuais de personagens que atuaram na Revolução de 1930 em Santa Catarina, também foi emocionante no sentido de que ali, literalmente, pude ouvir as fontes falando. No Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva, na cidade de Blumenau, 111 fotografias foram pesquisadas e devidamente digitalizadas. Neste Arquivo, igualmente a recepção e acolhida são dignas de nota. Se no laboratório de história oral pude ouvir, no AHPJFS pude ver o olhar dos personagens que atuaram na Revolução.

Também utilizei como fontes documentos extraídos de obras como *Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina*⁴³, *Um Estado entre duas Repúblicas*⁴⁴, *Tombados e esquecidos*⁴⁵. Sobre essas fontes, procurei estar atenta à idéia já enunciada por Francisco José Calazans Falcon⁴⁶ de que autores e livros selecionam, recortam, omitem e, a partir daí, produzem seu próprio discurso histórico conforme as premissas ideológicas de um dado regime

⁴³ LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: Ed. FURB, 1997.

⁴⁴ CORREA, Carlos Humberto P. (Carlos Humberto Pederneiras). UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Santa Catarina, um Estado entre duas repúblicas: a luta política num período de mudanças ideológicas 1930 - 1935**. São Paulo, 1981. 415 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

⁴⁵ LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos: 1930 – A Marcha Revolucionária sobre Santa Catarina**. Blumenau: Nova Letra, 2005.

⁴⁶ FALCON, Francisco José Calazans. História e cultura histórica (resenha). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 19, 1997.

ou ainda de acordo com seus objetivos pessoais, como produtos de um tempo. A transcrição dos documentos nessas bibliografias é importante ao passo que reúnem *corpus* que estariam dispersos em arquivos muitas vezes inacessíveis⁴⁷. Esses encurtaram distâncias, pouparam deslocamentos. Das fontes pesquisadas nessas obras, salienta-se o uso das missivas e dos fragmentos de diários⁴⁸. A leitura desses documentos produzidos entre missivistas diversos (políticos catarinenses, militares, familiares de políticos) possibilitou-me compreender as redes de solidariedade, afetos, desafetos, intrigas e a extensão das urdiduras políticas. Em alguns escritos, como no caso dos diários, é possível observar na escrita o que registra Maria Teresa Santos Cunha sobre o ato de escrever como “uma das maneiras de estar no mundo, uma forma de registro/refúgio do “eu” no mundo”. Complementando, a autora afirma que as pessoas escrevem por diversos motivos – “conversar, seduzir, informar, registrar, agradecer, pedir, segredar, contar-se, contar da vida pelas e com letras”⁴⁹. A leitura das missivas⁵⁰

⁴⁷ É o caso do Arquivo de Aristiliano Ramos citado no livro do professor Carlos Humberto Corrêa sem que me tenha sido possível localizá-lo na cidade de Lages, onde há o Memorial Nereu Ramos. Também constam na tese e no livro documentos pesquisados e transcritos a partir de jornais que foram consumidos pela ação do tempo e falta de manutenção.

⁴⁸ Destaco o Diário de Ermemburgo Pellizzetti transcrito na obra LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: FURB, 1997; e o Diário de Getúlio Vargas, neste caso não-fragmentado, pois que já publicado em dois volumes.

⁴⁹ CUNHA. Maria Teresa Santos. **O vivido e o escrito: tempos de escola na escrita memorialista de Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966)**.

⁵⁰ Há hoje muitos estudos no Brasil que deram visibilidade à importância das escrituras ordinárias que compreendem as práticas epistolares e realizadas de forma despretensiosa

possibilitou-me analisar, além do conteúdo, a condição de redação da carta (manuscrita, datilografada), sua trajetória, seu destinatário, seu signatário, enfim, os usos do escrito, em algumas de suas variações. Segundo Chartier, a análise da prática epistolar possibilita ao historiador “compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e suas experiências.”⁵¹ Acrescento a essas considerações que a correspondência também se constitui como um instrumento da luta política e como um expediente de poder uma vez que, por meio, por exemplo, da interceptação e da censura os atores políticos interferiram objetivamente na prática epistolar, conforme abordamos nos capítulos I e II. Ainda seguindo o pensamento de Chartier, que entende como um dos principais objetivos da história cultural o de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, em relação à forma de como cada grupo percebe os elementos, afirma que “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”⁵²

não preocupadas com a possibilidade de imortalização por meio de uma publicação impressa. Destacam-se entre eles os trabalhos de Maria Teresa Santos Cunha (2000), Ana Chrystina Venâncio Mignot e Ângela de Castro Gomes (2004).

⁵¹ CHARTIER, Roger. Avant-propos. In: CHARTIER, Roger. (Dir.) *La Correspondence: les usages de la lettre au XIX e siècle*. (S.I.): Fayard, 1991. p. 9.

⁵² CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990. p. 16-17.

As fontes foram utilizadas seguindo a assertiva de Le Goff de que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”⁵³. Muitos discursos contidos em cartas, relatórios e outros são resultado do círculo social no qual o sujeito enunciador está vinculado e do qual, não raro, é porta-voz. Nesse sentido, em conformidade com Chartier, é preciso estar atento para a idéia de que os textos estão “presos na rede contraditória das utilizações que os constituem historicamente”⁵⁴. As leituras feitas nos jornais possibilitaram apreender características da linguagem e expressões próprias daquela sociedade e da época em discussão e foram vitais para o desenvolvimento da pesquisa. Muitos dos nomes que nos documentos manuscritos me eram ilegíveis, aos jornais consegui visualizá-los e mais ainda, consegui percebê-los agindo. Então fez sentido a lembrança de um texto de Maria Helena Capelato em que afirmava que “nas leituras e releituras do passado há constantes perdas e ressurreições”. Ao passo que procurava os personagens os via ressurgindo, evidentemente que re-significados, afinal, “[...] É em função da vida que se interrogam os mortos”⁵⁵. E eu estava disposta a “ouvi-los”.

⁵³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 545.

⁵⁴ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, p. 61.

⁵⁵ CAPELATO, Ma. Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 2.

e) Revisão bibliográfica

Verifiquei que a bibliografia específica à Revolução de 1930 é vasta⁵⁶, as versões trabalhadas nessas bibliografias são diversas e têm importância desde que lidas considerando-se o peculiar ao tempo em que foram produzidas e todos os demais aspectos pertinentes às obras e seus autores⁵⁷. Todas, juntas ou separadamente, são relevantes porque permitem visões acerca dos episódios e personagens. Em Brasília, no ano de 1980, a Revolução de 1930 foi tema de um Seminário Internacional⁵⁸ promovido pela Fundação Getúlio Vargas. O objetivo foi o de discutir a complexa trajetória de implantação de um projeto político, seu impacto na sociedade e as divergências que foram suscitadas a partir dele. Depois

⁵⁶ Entre algumas das mais conhecidas referências historiográficas, que são leituras tidas como *obrigatórias* a quem queira analisar a Revolução de 1930, destacam-se, entre tantas outras versões mais atualizadas (contemporâneas), as seguintes obras: BARATA, Hamilton. **O assalto de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932; BARROS, João Alberto Lima e. **Memórias de uma revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953; CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1977; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1978 (Também de Boris Fausto: A Crise dos Anos 20 e a Revolução de 30 – da obra BRASIL REPUBLICANO e a Revolução de 30 – da obra BRASIL EM PERSPECTIVA); LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a revolução de outubro**. São Paulo: Unitas, 1933; SILVA, Hélio. **1930 – A revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁵⁷ Ver sobre a obra em FOUCAULT. **O que é um autor?** Tradução de Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. [S.l.]: Vega, 1992.

⁵⁸ Desse seminário resultaram as obras com importantes contribuições para análise: A REVOLUÇÃO de 30: Seminário Internacional. Brasília: Universidade de Brasília, 1982 e GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **A Revolução de 30: Textos e documentos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

desse Seminário, o tema continua em voga. Contudo, se a pesquisa, escrita, análise e os estudos sobre o tema parecem fartos nacional e mesmo internacionalmente, em Santa Catarina, ao contrário, muito ainda há o que se pesquisar e escrever sobre os episódios desse acontecimento, sobretudo no que tange às especificidades locais e/ou regionais.

A historiografia política produzida sobre o tema e o período a partir de São Paulo e Rio de Janeiro é ampla e evidencia, quase sempre, confrontos políticos entre o poder federal e as forças políticas regionais dos vários estados que compunham o Brasil de então, mas, sobretudo, do eixo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. É difícil encontrar pesquisas que incluam Santa Catarina na abordagem dessas discussões e mesmo os demais estados. E mais ainda, há um imaginário político instituído sobre o Movimento de Trinta que direciona olhares e versões historiográficas sejam as do período ou as do hodierno para a análise a partir daquilo que se quer o “centro”. Refiro-me especificamente ao que se produz e produziu acerca da Revolução de 1930. Para se ter uma ideia que talvez exemplifique o que estou querendo elucidar, recentemente foi lançado um livro, de belíssimo volume, intitulado *1930: Os Órfãos da Revolução*⁵⁹ por Domingos Meirelles. É obra de um jornalista já consagrado e reconhecido pela comunidade científica, digna de um historiador pela coleta e pelo tratamento das fontes, mas, embora a pesquisa desse jornalista seja monumental, peca, a meu ver, por partir de uma lógica e de um discurso previamente construído pelo próprio grupo que produziu esse fato histórico continuando a deixar no silêncio todos os demais. Por

⁵⁹ MEIRELLES, Domingos. **1930: Os órfãos da revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

exemplo, o autor passa por evidências que, no mínimo, deveriam ter sido questionadas - como os revolucionários teriam saído do Rio Grande do Sul e chegado ao Paraná sem passarem por Santa Catarina, que politicamente não aderira à causa. Sequer comenta-se da resistência deste estado. Usa-se uma foto e intitula-se como sendo “tropas rebeldes de Santa Catarina que avançam sobre São Paulo”, mas nada mais é comentado. Não lhe terá sido curioso o fato da existência de tais “tropas” num estado oficialmente “anti-revolucionário”? Santa Catarina parece inexistir no contexto nacional de então e mesmo no atual, como se neste estado a Revolução fosse, de imediato, fato consumado; tão irrisória teria sido a resistência aqui que sequer digna de registros e mesmo de pesquisas? Vinte estados existiam no Brasil de então, apenas três (Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais) se rebelaram e configuraram as margens da História, sendo que outros dois (São Paulo e Rio de Janeiro) dão contornos às margens; um por ser a capital política do país à época e o outro, me parece, por se pretender como tal. É estranho que como jornalista o autor não tenha se interessado em perceber como três “derrotaram” dezessete sem esboçar as reações dos “vencidos” assim como é igualmente estranho que quinze estados tenham permanecido calados acerca desse episódio. Estariam apenas preocupados em aplaudir os vencedores e acatar suas decisões? Seriam tão fracos que não dignos de registros?

Outro livro de monumental importância que analisa o papel desempenhado pelo Exército, mas que ao tratar da Revolução de 1930 também se refere a Santa Catarina apenas como se tivesse sido “atravessada” pelas Forças Revolucionárias,

é o *Soldados da Pátria*⁶⁰. O autor não menciona nenhum dos episódios desse acontecimento no estado.

A partir de Santa Catarina, temos algumas obras que permitem saber da Revolução. O tema foi levantado por historiadores catarinenses tidos como tradicionais⁶¹, dos quais destaco Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Piazza e Jali Meirinho. Tais historiadores preocuparam-se com uma narrativa factual e se detiveram especificamente à análise das implicações trazidas pela Revolução nos campos político e econômico, basicamente. Walter Piazza, na obra *Santa Catarina: sua história*, dedica um capítulo para descrever a situação política do estado à época. Na década de 1980, o professor e historiador Carlos Humberto Corrêa apresentou em sua tese intitulada *Um Estado entre duas repúblicas: A Revolução de Trinta e a política em Santa Catarina* uma análise às especificidades políticas em terras catarinenses que abarcou desde a Proclamação da República até o ano de 1935. A intenção do historiador foi evidenciar a situação política do estado e dos políticos no estado antes e depois da Revolução de 1930. Essa obra, devido à acuidade em relação ao levantamento das fontes,

⁶⁰ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶¹ Ao dizê-los tradicionais, faço-o pensando neles como clássicos, pioneiros, mas também e sobretudo pensando-os como obreiros de uma história tradicional, assim como Burke a definiria como uma narrativa dos acontecimentos, sem uma interpretação dos fatos. BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 12. Ainda sobre esta questão, no artigo de Scheibe, a autora faz uma análise da obra de alguns autores catarinenses, classificando-os a partir da abordagem de seus textos, entre eles Cabral. WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. In: **Revista Catarinense de história**. Florianópolis, Milênio, n.º 2, p. 5-15, 1994.

tratativa da narrativa e ao ineditismo, até hoje é referência para quem tenta entender os arranjos políticos que engendraram a história catarinense no período compreendido entre a Primeira e a Segunda República. Não me consta que depois dele alguém mais tenha se detido com tal afinco sobre a análise do campo político catarinense ou mesmo sobre os nomes que compuseram aquele período histórico e que, de certa forma, perduram ainda na cena política do hodierno por meio de seus descendentes.

A professora Beatriz Pellizzetti Lolla elaborou um livro de cunho biográfico sobre Ermenbergo Pelizzeti que, além de ser seu pai, em 1930 era deputado eleito por Blumenau e que pela instabilidade ocasionada pela Revolução retorna para sua cidade, Rio do Sul, registrando os principais momentos desse fato em seu diário. Os registros são preciosos uma vez que apresentam as impressões desse homem, um italiano que escreve sobre seus sentimentos e os acontecimentos vividos de 04 de outubro de 1930 até 26 de outubro de 1931, nas cidades de Florianópolis, Brusque, Gaspar e Rio do Sul, que à época ainda não era um município, e sim um Distrito de Blumenau. Beatriz Pellizzetti Lolla intitulou o livro *Memórias de um italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina*. O livro, apesar de conter em dados momentos uma narrativa passional pelo envolvimento familiar da autora com o personagem de quem, como me referi, é filha, apresenta recortes e análises sobre as principais obras que tratam dos fatos que marcam a Revolução de 1930 no Brasil e em Santa Catarina e é rico em fontes documentais. É uma obra em que a autora não teme evidenciar sua paixão não só pelo biografado, mas também pela história, sobretudo a história de Santa

Catarina. Aliás, a paixão está também nas palavras de Ermembergo como homem político que vê a movimentação. Dessa forma, como a paixão pulula às páginas do livro, não está e não me parece ter pretendido a autora a esconder ou mesmo disfarçar. Penso que o livro devesse merecer mais ênfase no meio acadêmico que estuda a História de Santa Catarina. Em minha opinião, se outras famílias tentassem o que a autora fez, ou se pelo menos permitissem a pesquisa em documentos que estão em seu poder teríamos hoje muitos mais elementos para analisar e mesmo para compor outros feixes de possíveis. Falando sobre o diário de Pellizzetti e a importância deste para compreendermos os significados da Revolução de 1930, bem como sobre a mínima importância que costumeiramente costuma se dar a esse movimento, Edgar Carone na apresentação do livro anuncia:

[...] sem grandes mobilizações, sem grandes combates e sem oposições políticas significativas, o movimento revolucionário em Santa Catarina nenhum valor teve para merecer destaque. No entanto, o diário de Pellizzetti comprova-nos que, para uma apreciação crítica maior, seria necessário não só analisarmos estes argumentos, mas também acrescentarmos a eles outros componentes do cotidiano, isto é, do psicológico e das reações pessoais e coletivas.

Como memorialística, encontramos o livro de José Waldomiro Silva, *O Oeste Catarinense – Memória de um pioneiro*⁶², em que o autor, nascido em 1902, comenta alguns episódios sobre os principais movimentos políticos da Guerra do Contestado, das Revoluções de 1924, 1930 e 1932, tendo em seu dizer “o oeste como cenário e a memória como guia”. Interessante observar nesse livro como o

⁶² SILVA, José Waldomiro. **O Oeste catarinense** – Memórias de um pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987.

autor relata as cenas de violências, a forma intensa com que ficaram registradas em suas lembranças, os lugares aparentemente inóspitos e a ideia de dificuldade diante das intempéries, do frio, da lama, da solidão das famílias, do lugar quase abandonado onde o que prevalecia era, ao que tudo indica, o poder do mais forte. Os registros das tocaias, da ausência dos aspectos legais, da luta pelas posses de terras, das mortes esquecidas, dos assassinatos encomendados, traçam uma panorâmica do que era ou de como se deixa registrar parte do interior do estado de Santa Catarina.

Recentemente, no ano de 2005, o coronel da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Valmir Lemos, lançou livro pela editora Nova Letra o qual intitulou *Tombados e esquecidos: 1930 – A marcha revolucionária sobre Santa Catarina*⁶³. Neste, o autor apresenta os principais aspectos da Revolução fazendo recortes da historiografia básica sobre o tema. O título é uma alusão aos que morreram em combate na tentativa legalista de conter as Forças Revolucionárias e “cujos nomes e a própria história” foram esquecidos. Neste sentido, é uma tentativa de reconhecer os esforços dos que tombaram, diz o autor “Em memória dos brasileiros que, em 1930, lutaram e se imolaram na crença da liberdade e da democracia no Brasil”. Embora a intenção do autor seja memorialística, o que compromete a obra do ponto de vista histórico, apresenta uma vasta pesquisa em documentos coletados em fontes diversas, em cidades do interior do estado de Santa Catarina como também no Rio Grande do Sul. O livro é, assim, interessante porque reúne em um único volume grande conjunto de

⁶³ LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos: 1930 – A Marcha Revolucionária Sobre Santa Catarina**. Blumenau: Nova Letra, 2005.

fontes documentais apresentadas em uma seqüência cronológica o que, até certo ponto, facilita a pesquisa de quem se interessa no tema.

Também sobre a Revolução, pode-se citar o trabalho de pesquisa presente na dissertação apresentada no ano de 2001 ao programa de Pós-Graduação em História da UFSC por Eveli Souza D'Avila de Oliveira intitulada *Mais Além da Vitória – Ritos de Instituição do Movimento de 30 em Florianópolis – Imprensa, Governo e Memória*, no qual a pesquisadora procurou analisar em que medida as representações criadas sobre o Movimento de Trinta teriam forjado uma memória da Revolução em Florianópolis. A pesquisadora parte da Revolução para analisar o período posterior em um recorte temporal situado de 1930 a 1935. Seu objetivo foi investigar os órgãos de imprensa locais em seus discursos para compreender como estes tentaram instituir uma memória sobre a Revolução em Florianópolis.

Na área literária, há um romance intitulado *O Vento que veio do Sul*⁶⁴ no qual o autor, Almiro Caldeira, infere sobre o medo, a retirada dos moradores do centro para o interior da ilha para fugir dos arroubos revolucionários, o armazenamento de alimentos, as incertezas, deixando-nos entrever algumas especificidades a respeito do movimento revolucionário em Florianópolis enquanto narra os encontros e desencontros de amores entre dois jovens.

⁶⁴ CALDEIRA, Almiro. **O vento que veio do Sul**. Romance. Florianópolis: Editora da UFSC/ Porto Alegre: Movimento, 2000. 101p.

Como assinalo, no campo historiográfico nacional, a participação dos diversos grupos que no estado de Santa Catarina atuaram na movimentação, quer a favor ou contra a Revolução de 1930, não está evidenciada. E ela foi intensa, marcada, inclusive, por combates militares sobre os quais discorro ao longo dos capítulos. Os políticos catarinenses, a maioria ligada direta ou indiretamente aos oligarcas, quando não eles mesmos, estiveram em consonância com as aspirações dos líderes, principalmente gaúchos, que planejaram e levaram a cabo a Revolução, sobretudo Oswaldo Aranha e o próprio Getúlio Vargas. No entanto, eles não aparecem na urdidura. O tema da resistência legalista em Santa Catarina, seja para enaltecer a memória dos militares vencedores ou evidenciar a galhardia revolucionária ou ainda para comentar a desarticulação militar do Estado é negligenciado. Comentando em posfácio ao livro de Beatriz Pellizzetti Lolla⁶⁵, na tentativa de explicar aos leitores o “[...] apático comportamento da população civil do vizinho Estado diante de um acontecimento de tamanha relevância para o país”, referindo-se à atuação de Santa Catarina no Movimento de 30, o general paranaense Luís Carlos Pereira Tourinho registrou as seguintes observações: “No Paraná, os imigrantes foram localizados em colônias nos arredores de cidades já existentes, o que facilitou a miscigenação. Em Santa Catarina o processo foi diferente. As cidades foram edificadas pelos próprios imigrantes. Isolados, não se misturaram. Em 1930 estavam mais familiarizados com as figuras de Mussolini, Hindenburg e Hitler, do que com Washington Luís, Júlio Prestes e Getúlio

⁶⁵ LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

Vargas”⁶⁶. Logicamente que esse comentário é produto de um tempo e de um pensamento que talvez já não seja mais usual. Contudo, em um determinado momento ele foi corrente e, dessa forma, é relevante para pensarmos sobre os estigmas e sobre o próprio conceito de representação, pois os meios para disseminar uma representação na e da sociedade são construções que vão se tornando, com o passar dos anos, ou mais sólidas porque condensadas ou mais frágeis porque se esfacelam mediante a ação do tempo.

Santa Catarina esteve no caminho da Revolução de 1930 como estado obstáculo a ela; as memórias produzidas pelo grupo que politicamente empreendeu resistência aos ideais e ao avanço das tropas das Forças Revolucionárias foram sufocadas ao passo que as do grupo vencedor foram intensamente produzidas e feitas circular. Assim, para além dos combates nos campos políticos e militares empreendeu-se também intenso combate pela memória histórica e historiográfica do acontecimento. Com a finalidade de evidenciar tais combates (políticos, militares e pela memória) organizei a tese em cinco capítulos. Os capítulos I e II, respectivamente intitulados **Embates políticos – prenúncios à Revolução no estado de Santa Catarina** e **As eleições catarinenses e as pulsões revolucionárias – combates políticos** foram dedicados à composição do contexto político que antecede a Revolução. Neles intencionei dar visibilidade a quanto os desejos pelo poder político moveram as ações no campo da política institucional e desencadearam articulações entre os sujeitos em

⁶⁶ *Idem*, p. 252.

Santa Catarina e no Rio Grande do Sul que, grosso modo, almejavam ocupar cargos ou funções ligadas à política estatal. Nesses capítulos, delinea-se o funcionamento das redes de sociabilidades, das afetividades, dos desafetos, das vontades, dos conchavos que foram determinantes no campo político estatal. Analisei artigos publicados nos jornais da época e correspondências particulares trocadas entre os próceres catarinenses e gaúchos procurando perceber o que de mais humano havia neles – o sentimento: desejo de exercer poder, medo, intriga, ressentimento, afetos, tramas e dramas de quem se vê ou enredado ou excluído do círculo do poder político.

Nos capítulos III, IV e V – **Militares em prontidão – mobilização para o combate, Forças militares em ação: atravessamentos e Enfrentamentos políticos e militares** – dediquei-me a mostrar a organização, a estratégia e as táticas militares tanto dos grupos que atravessaram o estado quanto dos que tentaram evitar que fosse atravessado. As expectativas, as angústias, as traições, os jogos políticos e militares são analisados, assim como as tensões, o medo, a incerteza, a pretensão, o orgulho, o preconceito e, ainda, o desejo de poder. Para isso, percorro os caminhos das tropas militares das Forças Revolucionárias em suas várias frentes saídas do Rio Grande do Sul em colunas que se esparramaram sobre as regiões do Planalto Norte, Planalto Serrano e Litoral com o objetivo de chegar a Ponta Grossa (PR), onde juntariam forças com as tropas do Paraná e seguiriam rumo a Itararé (SP), local em que se previa que as defesas federais pudessem conter o movimento. Subsidiaram a escrita desse capítulo documentos como cartas, telegramas, boletins militares, ordens, relatórios, artigos de jornais.

Ao longo desses capítulos apresento fotografias como objetos documentos e monumentos e proponho uma análise das imagens com um duplo referencial: como memórias da atuação das Forças Revolucionárias que tiveram Santa Catarina como palco, produzidas para serem vistas como a um espetáculo; e como imagens instituintes de memórias dos vencedores. Em todos os capítulos busquei perceber as relações entre os diversos sujeitos no desenrolar dos acontecimentos buscando lançar luzes na compreensão do estabelecimento desta ainda restrita perspectiva de perpetuação da memória da Revolução de 1930. Remexer com essas relações ajuda a compreender como os diversos sujeitos viveram e conviveram e contribuíram com a construção da memória da Revolução, neste caso não apenas para exaltá-la, ou execrá-la, mas também para a perpetuação de alguns dos silêncios que ainda repousam sobre o processo como um todo.

CAPÍTULO I - EMBATES POLÍTICOS: PRENÚNCIOS À REVOLUÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Todos os Homens honestos mataram César. A alguns faltou arte, a outros coragem e a outros oportunidade, mas a nenhum faltou a vontade.
Marcus Tullius Cicero, *Philippicae*.

Penso na vontade como um sentimento que impele, que move as ações, que incita. Porém, ainda que a vontade seja muito forte, sem que se some a ela outros sentimentos e condições que lhe favoreçam, ela será somente uma vontade, uma vontade entre outras tantas. Motivados por intensa vontade de exercer o poder¹ os homens se lançam em maior ou menor escala e proporção à concretização de seus anseios e nisso extravasam sentimentos, emoções, paixões².

¹ Pensando sobre o poder, não especificamente o poder político, Nietzsche, com seu conceito *Vontade de Potência* ou *Vontade de Poder*, o caracterizaria pela sua multiplicidade (ver sobre isso LEFRANC, J. **Compreender Nietzsche**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.) e por sua atuação incessante na existência dos seres vivos. Analisando esse conceito, Lefranc (2005) afirma que, para Nietzsche, toda *vontade* é sempre uma *vontade de poder*, que é a determinação da qual depende toda e qualquer forma individual de querer. Dessa forma, a *vontade de poder* pode ser entendida como o elemento que comanda toda a reflexão da Psicologia, que, segundo ele, se torna “teoria da vontade de poder” (LEFRANC, 2005, p.114). Entendo que a vontade de poder estaria, dessa forma, associada à categoria dos desejos e os desejos, por sua vez, às paixões.

² Analisar o poder como uma categoria do desejo e percebê-lo como uma paixão movida por tendência é inteiramente desafiador. Incluir a perspectiva dos sentimentos e a carga de subjetividade a eles implícita ainda é algo muito difícil para os historiadores em suas análises e narrativas. Desde os filósofos gregos tidos como clássicos como Platão e Aristóteles até o pensamento moderno tem-se discutido a oposição dicotômica entre afeto e razão, ou, como costumeiramente é apresentada, entre paixão e razão. A excessiva crença em um “ser da razão”, pretensão difundida a partir do pensamento que vigorou no Iluminismo, passa a desconsiderar, até certo ponto, a intensidade afetiva que conforma o ser humano. A crença na ciência como única forma de conhecimento instaura a supremacia da razão. As paixões, com mais ênfase a partir de então, são identificadas como forças destrutivas. Com a racionalidade científica do final do século XIX, as

No campo da política, a busca pelo poder movimenta jogos e redes de sociabilidades. Em tais redes, no mais das vezes, as tramas são articuladas de tal forma que alguns fios, em um momento são destaque e em outro, não obstante existirem, tornam-se na urdidura invisíveis ou invisibilizados. Já nos jogos políticos usa-se de estratégias que aliciam militantes e de artil que silencia o que não interessa ou não é útil para a causa. Neste capítulo, tento deslindar as tramas das redes de sociabilidade que dão forma ao movimento dos jogos políticos em Santa Catarina que antecedem a Revolução de 1930. Para tanto, acredito ser importante uma compreensão acerca do ambiente político nacional, pois que o domínio deste

paixões passam a ser referidas como “perturbações psíquicas” e associadas à perturbação do comportamento, à degenerescência ou ao desvio de personalidade. De certa forma, o ideal civilizatório impõe ao homem que renuncie paixões e desejos, e mesmo que os reprima. Observando este aspecto, Freud em suas teorizações afirma: “o homem tornou-se neurótico porque não pode suportar o grau de renúncia exigido pela sociedade em nome de seu ideal cultural” (FREUD, Sigmund. **Mal estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1973) e é este que com suas discussões e estudos confere ao afeto um lugar de destaque à dimensão pulsional. No entanto, a tentativa de capturar tal dimensão em um discurso coerente e científico parece sempre escapar, dado seu aspecto intensivo que resiste à captura. Dessa forma, na maior parte das vezes, opta-se em não adentrar neste terreno de análise, por ser demasiado escorregadio. Pierre Ansart (2002, p. 07) observa que “A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto”, pois, não se trata somente de analisar os ódios, mas de compreendê-lo como um “móvil das atitudes, concepções e percepções sociais”. Para este autor, “é preciso formular a hipótese de sua importância **e reconstituir o invisível que se não é totalmente inconsciente, ao menos, em parte, é não-consciente**. É preciso formular a hipótese do papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações” (ANSART, 2001, p. 21). Mesmo que o invisível não seja dado a ver, mas a inferir, é absolutamente fascinante observar os sentimentos engendrados em torno da política partidária, aquilo que move as atitudes dos homens interessados em se manter ou ascender aos cargos políticos e, por meio deles, ao exercício do poder. A política movendo os desejos, os desejos alimentando a política... Essa será também a dimensão à qual busco estar atenta ao longo da tese.

permite perceber com mais nitidez como se insere a problemática do estado ao contexto político do país.

1.1 COMPONDO O CENÁRIO³

Durante toda a década de 1920, uma sucessão de eventos foi capaz de mudar a vida política e cultural brasileira. A década foi marcada por freqüentes movimentações e revoltas que revelavam o descontentamento de vários setores da sociedade. Tais movimentações⁴ ocasionaram transformações profundas que evidenciaram, entre outros fatores, uma crise intraoligárquica, uma demanda por maior participação dos setores urbanos ligados à indústria e ao comércio de um modo geral, insatisfações diversas dos segmentos militares causadas pelos baixos soldos, compra de material bélico, a questão da anistia dos tenentes que haviam

³ Para composição desta narrativa respaldei-me, basicamente, em: CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F.: UnB, c1982. p. 7-46; MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: REVOLUÇÃO de 30, idem, p. 669-689; GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: Fausto, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III. O Brasil Republicano, 2º volume: Sociedade e Instituições (1889-1930).

⁴ Consideram-se como principais indicadores que colocaram em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República: a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, o Movimento Tenentista, a comemoração do Centenário da Independência e a sucessão presidencial de 1922.

sido exilados. Foram se desenvolvendo, então, outras formas de pensamento e elaboração cultural. A sociedade brasileira vivenciou, destarte, uma fase de transição cujas rupturas consideradas mais drásticas se concretizaram, via de regra, a partir do Movimento de Trinta.

O esquema de dominação política exercido por São Paulo e Minas Gerais abriu espaço, conforme assinala, entre outros historiadores, Marieta de Moraes Ferreira⁵, para o surgimento de conflitos no próprio seio da classe dominante. É que os estados que ficavam à margem desse esquema devido às deformações do federalismo brasileiro de então, que limitava a sua autonomia no campo político e subordinava seus interesses econômico-financeiros aos interesses mineiros e paulistas, ressentiam-se das benesses clientelísticas federais, ao mesmo tempo em que também traziam já embutidas algumas críticas ao modelo agrário-exportador. A insatisfação que dominava o campo político brasileiro, com raríssimas exceções, deu-se desta forma, de cima para baixo. Eram os pares que se estranhavam e que, não mais contentes com seu quinhão, requisitavam, cada qual à sua maneira, ainda mais.

Do longo estranhamento que marcou toda a década de 1920, situamos o ano de 1929 como um marco divisor no qual a crise econômica historicamente conhecida como a Grande Depressão⁶ acentuou as rupturas que já vinham sendo

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

⁶ A grande depressão foi como ficou registrada na história a crise econômica desencadeada a partir de 1929, quando houve a quebra da Bolsa de Valores de Nova

notadas entre os membros da classe dominante desde há muito. O ano de 1929 foi também de eleições para presidente da República. Assim, depois de convocadas, articularam-se os políticos de todos os estados brasileiros na busca de alianças que garantissem a vitória de seus candidatos quase sempre mancomunados em arranjos de trocas de favorecimentos que, em geral, acontecia entre as três principais instâncias políticas da sociedade brasileira: o presidente da República, os governadores estaduais e os coronéis.

À época, era presidente do Brasil o senhor Washington Luís Pereira de Sousa. Pelos meandros da política de então, cabia a ele indicar o nome de seu sucessor e, desse jeito, mesmo que dependendo do resultado das votações, tal indicação já era praticamente a garantia da eleição ganha. As eleições serviam então para ratificar e conferir ar de legalidade e suposto cumprimento dos ideais republicanos explícitos na Constituição. Washington Luís, após consultar os presidentes dos vinte estados que compunham o Brasil de então e receber o apoio de dezessete⁷, resolve indicar o nome de Júlio Prestes de Albuquerque como seu sucessor. A indicação causou furor porque rompeu a chamada *política do café com leite*⁸.

Iorque acelerando o número de desempregados e fazendo-se refletir no Brasil, já que exportávamos café e os EUA eram um de nossos principais compradores.

⁷ Os três estados que negaram apoio a Júlio Prestes foram: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

⁸ A clássica idéia de política do café com leite que perdurou durante a República Velha é uma alusão oriunda do revezamento do poder político nacional executado pelos estados de São Paulo - mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café - e Minas Gerais - maior polo eleitoral do país na época e produtor de leite, durante a República Velha. Tal abordagem sobre a famosa aliança Minas-São Paulo hoje é

A contrapelo, sem que tivesse o apoio oficial do chefe político do país, lançou-se como candidato à presidência Getúlio Dornelles Vargas e iniciou-se, então, pelos três estados dissidentes, a articulação de uma oposição ao intento do presidente da República e dos dezessete estados brasileiros em eleger Júlio Prestes. Em agosto de 1929, é formalizada a Aliança Liberal como partido político para fazer frente ao Partido Republicano. Um mês depois, em uma convenção presidida por Antônio Carlos de Andrada, realizada no Rio de Janeiro, foram lançados como candidatos às eleições presidenciais Getúlio Vargas para presidente da República e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para a vice-presidência da República.

Vargas, que era então presidente da província do Rio Grande do Sul, mas que já havia sido até o ano de 1927 ministro da Fazenda de Washington Luís, assume uma postura de candidato de oposição consentida criando um panorama que pretendia evidenciar necessidades de alteração da ordem político-econômica vigente a qual, dizia, já não atendia mais aos anseios do povo brasileiro. Washington Luís não acreditava que Getúlio pudesse vencer as eleições.

questionada, pois se sabe que outros quatro estados (Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) tinham acentuada importância no cenário político da época. Além disso, a historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (**O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café-com-leite"**, 2001) ressalta que o nome mais apropriado seria "política do café-com-café", já que nesse período a influência de Minas também era derivada da cafeicultura e não da força econômica do gado de leite.

Era praxe que os presidentes de estados (governadores) acompanhassem a decisão do presidente. Poucos se aventuravam ao campo da oposição. À época, apesar dos estreitos laços de amizade que uniam o presidente de Santa Catarina, Adolpho Konder (PRC), e o candidato à presidência, Getúlio Vargas, os republicanos catarinenses representados pelo chefe do Executivo estadual deixaram bem claro que só apoiariam Vargas à presidência caso o presidente Washington Luís o fizesse. Como não o fez, o apoio oficial do estado foi conferido a Júlio Prestes.

Porém, na eleição de 1930 no estado de Santa Catarina enquanto o Partido Republicano Catarinense (PRC) oficialmente apoiava ao candidato Júlio Prestes, a recém-constituída Aliança Liberal Catarinense apoiava ao candidato Getúlio Vargas. Nomes influentes na política partidária catarinense racharam em divergências e estremeceram também as já difíceis relações entre as diversas cidades do interior catarinense e o governo estadual⁹.

Embora os números dos resultados das eleições publicados aos jornais sejam bem questionáveis por não coincidirem¹⁰, a vitória de Júlio Prestes no estado (mais de 20.000 votos) parece ter sido flagrante. Porém, o número de votos (mais de 10.000) conferidos a Getúlio Vargas, para a época, não pode ser

⁹ Ver Carlos Humberto Corrêa (1984), *op. cit.* p 17.

¹⁰ Para conferência dos números de votos daquele período da história catarinense, só podemos contar com as versões publicadas aos jornais, pois um incêndio ocorrido no Tribunal Eleitoral de Santa Catarina no ano de 1956 pôs fim aos documentos onde se encontravam as atas das eleições estaduais até 1935.

menosprezado se considerarmos a tradicional fidelidade dos “coronéis” do estado aos princípios do Partido Republicano, que não o apoiou, e ainda a incipiente ajuda financeira para a campanha em prol de Getúlio, o que dificultou, em muito, o êxito de sua empreitada. Mesmo assim, com todas as adversidades, a campanha pode ser considerada um sucesso.

A eleição de março de 1930 foi intensamente disputada, e a chapa aliancista acabou sendo derrotada. Contudo, a vitória de Júlio Prestes foi tida como fraudulenta. Várias denúncias foram feitas nesse sentido sem que tivessem, no entanto, qualquer resultado. João Pessoa, o vice de Vargas, foi morto em julho, na Paraíba, o que acirrou ainda mais os ânimos dos integrantes aliancistas. Mesmo derrotados nas urnas, alguns líderes do movimento consideravam a possibilidade de articulação de um movimento revolucionário. Júlio Prestes deveria assumir a presidência em novembro e a Revolução foi deflagrada em outubro de 1930, embora seus arranjos já vinham sendo programados desde antes de março.

Em Santa Catarina, pouco antes da eclosão do movimento de três de outubro que conduziu Getúlio Vargas ao poder, houve eleições, sendo eleitos os candidatos do Partido Republicano Catarinense. Assumiu o executivo estadual, em 29 de setembro de 1930, Fúlvio Coriolano Aducci. Por meio de seu governo, que se manteve fiel ao presidente Washington Luís e, por consequência, ao candidato eleito Júlio Prestes, o estado de Santa Catarina representou o que aqui estarei designando como um estado *obstáculo* à Revolução, entendendo este como

se configura no dicionário *Aurélio* e já comentado anteriormente, na introdução, como um “embaraço, dificuldade, impedimento, estorvo, empecilho; barreira”¹¹.

Os jogos de poder que movimentam a política engendrando tramas de sentimentos diversos e que antecedem à Revolução de Trinta no Estado de Santa Catarina são a tônica deste capítulo. Mas gostaria de destacar que, à época, embora com 34 municípios e cerca de setecentos mil habitantes¹², o estado de Santa Catarina ficava bastante simplificado às páginas dos jornais (fontes majoritárias desse trabalho) e dos documentos pesquisados quanto aos nomes das cidades e das pessoas que estavam no círculo do poder. Isso pode causar, talvez, a errônea impressão de que os demais (tanto cidades quanto sujeitos individuais) ficassem alheios assistindo ao “espetáculo” sem que lhes fosse possível tomar parte deste. Como referi, o que determina a constância de tais nomes são minhas fontes de pesquisa, nesse caso, jornais, cartas, telegramas, nos quais alguns nomes e pessoas aparecem com mais frequência e, assim, conforme se verá, fiquei limitada aos poucos que faziam oficialmente política e que exerciam cargos de governo. Com isso, não é possível deixar de atentar, embora implícito, de que havia muitas outras pessoas integrantes ou porta-vozes das elites econômicas das

¹¹ Cf. Dicionário *Aurélio* versão digital.

¹² Segundo dados do recenseamento do Brasil de 01/09/1920, colhidos por Carlos Humberto Corrêa, dos 34 municípios, somente 11 possuíam população igual ou superior a vinte mil habitantes que juntos correspondiam a 55% da população total do Estado. Destes, Lages (37 mil habitantes) e Santa Cruz de Canoinhas não se situavam na planície litorânea. Blumenau era a maior cidade do Estado com 72 mil habitantes. Joinville possuía cerca de 40 mil habitantes. Florianópolis 41 mil habitantes. A população de todo o Planalto representava 11% do total estadual e a do Extremo-Oeste, que compreendia os municípios de Chapecó e Cruzeiro, correspondia a 3%.

diversas cidades catarinenses que detinham poder e faziam articulações e barganhas, sem ocupar diretamente cargos políticos e cujos nomes, portanto, não ficaram em destaque, ou por não terem sido selecionados pelos produtores, ou por desejarem mesmo manterem-se em um anonimato. Entendendo os registros como um produto, algo que foi fabricado e perpassado por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam interesses e saberes, parece-me claro o porquê de uns se fazerem registrar mais que outros, sobretudo às páginas dos jornais. Nesse ínterim, o mesmo ocorre com as cidades cujos nomes sequer aparecem, pois estão “representadas”. Em Santa Catarina, como em outros estados, há cidades que representam regiões, de forma que era comum referenciar-se a Lages, por exemplo, como cidade representante do Planalto Serrano; Blumenau representando o Norte ou ainda, como é comum dizer-se, o Vale do Itajaí; e Florianópolis, o Litoral. Todas as demais estariam implícitas a estas. Será?

Ao me referir àquilo que está implícito quis, seguindo a ideia de Eni Orlandi¹³, “brincar com as palavras” para evidenciar que tudo o que entendemos estar sob a rubrica do “implícito” está, de fato, no silêncio. E há um sentido no silêncio e seria interessante percebê-lo. No caso dos nomes dos indivíduos e das cidades que não se fazem registrar e que nos são dados a inferir, podemos pensar que ou foram postos em silêncio em uma relação hierarquizada de poder na qual quem o detém em maior escala define o que será dito e o que ficará registrado às páginas da história ou pela própria incompletude da linguagem.

¹³ ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

A partir das articulações políticas em torno das eleições e da organização do movimento revolucionário, examinei as diversas produções veiculadas aos jornais, por meio de cartas, telegramas, documentos iconográficos, entre outros, procurando percebê-las naquilo que suscitam como produtores de sentido, os efeitos que causam ao circularem. Nessa intenção, tentei captar a pulsão, o sentido dos desejos, das ações políticas. Os sentimentos aflorando em palavras às páginas dos jornais, das cartas, dos telegramas... Sensibilidades que formam e se conformam em movimentos de trocas, de choques, de reciprocidade e de animosidade.

1.2 O CENÁRIO POLÍTICO CATARINENSE - DESEJOS LATENTES

As paixões políticas concentradas em torno do jogo político aos poucos iam conformando o cenário para a ação eleitoral. Observa-se a intensidade das relações dos homens que agrupados em partidos, como o Partido Republicano Catarinense (PRC) e a Aliança Liberal, seguem cada qual sua linha de defesa ou ataque a tudo o que diz respeito aos seus interesses ideológicos. Não obstante esses homens serem quase sempre oriundos das mesmas camadas sociais e defenderem a permanência de seus privilégios, na política percebiam-se em campos pretensamente opostos estabelecendo fronteiras que, dependendo dos interesses, faziam-nos ora reconhecerem-se e ora estranharem-se na movediça classificação entre “nós” e “eles”.

Em 1929, o presidente Washington Luís se preparava para deixar o cargo em função das eleições por meio das quais, em março¹⁴ de 1930, eleger-se-ia o nome para substituí-lo. Como candidatos, além do pouco comentado Minervino de Oliveira, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia os nomes de Júlio Prestes, indicado na convenção nacional do partido realizada em setembro daquele ano e apoiado por Washington representando o Partido Republicano Paulista (PRP), e Getúlio Vargas da Aliança Liberal, apoiado, entre outros, pelo Partido Republicano dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, conforme discorri anteriormente.

As ideias em defesa da necessidade de mudanças ou de permanências políticas percorriam o Brasil fazendo com que grupos se organizassem em busca da idealização de seus interesses aglutinando ou repelindo ações em torno de tais nomes. Era hora de definir posições para demarcar, fixar e estabilizar fronteiras para em seguida subvertê-las e desestabilizá-las. A movimentação política estava demasiadamente ativa. O desejo e as paixões estavam a se manifestar em *tendências* quer em forma de contentamentos e conservação da ordem estabelecida e vigente quer em forma dos correlatos descontentamento e resistência à ordem.

Em Santa Catarina, nesse mesmo ano (1929), era governador Adolpho Konder pelo PRC, cuja administração, ao que tudo indicava, deixava pouco para a

¹⁴ De 1889 até 1930 as eleições para presidente da República ocorriam de quatro em quatro anos em 1º de março, e a posse do presidente eleito ocorria em 15 de novembro.

oposição agregada na recém-fundada Aliança Liberal ter por onde atuar nas campanhas para as eleições políticas estaduais. Esse político cercou-se de aparatos que o legitimavam como hábil governante. Como um de seus feitos administrativos de imensa repercussão, ele empreendeu, em 1928, uma viagem oficial de reconhecimento ao Oeste e Extremo-Oeste catarinense, nunca antes feita por um governador. A região havia sido incorporada legal e administrativamente ao território catarinense em 1916 após a Guerra do Contestado e era, na prática, desconhecida pelos governantes até então, mesmo porque “inexistia” como parte do Estado de Santa Catarina. Tal feito, associado a outros empreendimentos, foi oportunamente destacado politicamente e veementemente veiculados ao jornais e parece lhe ter rendido simpatias por uma parcela da população catarinense. Seria difícil, portanto, aos opositores políticos fazerem-lhe frente.

Penso que esta viagem de Adolpho Konder registrada enfaticamente pela imprensa em diversos meios possa ser articulada ao que Felix Guattari entende como “produção de subjetividade”. Esse autor afirma preferir pensar nessa forma de produção em vez da tradicional ideologia e propõe que pensemos na ideia de uma subjetividade de natureza industrial “*maquínica, esto es, esencialmente fabricada, modelada, recibida, consumida*”¹⁵. Parece-me que esta ideia de subjetivação como um produto fabricado pode auxiliar a compreender os diversos empreendimentos políticos do período como “produções” devidamente consumidas e reproduzidas: “De tal modo que tudo é produção: *produção de*

¹⁵ ROLNIK, Suely e GUATTARI, Felix. *Micropolítica. Cartografías del deseo*, p. 39.

produções, de ações e reações; produções de registros¹⁶, de distribuições e de pontos de referência; produções de consumo, de volúpias, de angústias e dores. Tudo é produção, os registros são imediatamente consumidos, destruídos e os consumos diretamente reproduzidos.”¹⁷

Konder é um bom exemplo para pensar na forma como se constrói uma determinada memória¹⁸ que, como um produto, irá circular e ser consumida. Tentando perceber os empreendimentos políticos como produções consumidas, destruídas e reproduzidas de acordo com a ideia proposta por Guattari, apresento nas figuras 1.1 e 1.2 imagens/fotos da viagem de Konder pelo interior do Estado de Santa Catarina, lembrando que tais imagens foram amplamente divulgadas nos jornais de então¹⁹ e que, portanto são produções, objetos pensados para serem

¹⁶ A palavra “registro” aqui está traduzida no português de Portugal. No português brasileiro “registro” é uma forma de fazer persistir determinada informação durante um período de tempo.

¹⁷ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976/ 1972. p. 10.

¹⁸ Não à toa, Konder se fez acompanhar em sua viagem, entre tantos personagens tidos como ilustres, pelo escritor Othon Gama D’Eça, que originou um diário de viagem que deu origem ao livro “Aos Espanhóis Confinantes”, que recentemente virou filme com o mesmo título. Cf. D’EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: UFSC, 1992. Também recentemente, 2005, foi lançada a obra “A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras” pela editora Argos. Na apresentação do livro, Josiane Roza de Oliveira afirma que o adentramento de representantes naquele espaço foi um ato político e público que teve como sentido “tomar posse” e que este deixou marcas “sensíveis e visíveis” seja ao “nominar lugares, rios, seja por registrar e narrar sobre pessoas e paisagens”.

¹⁹ O jornal *República*, editado em Florianópolis, publicou parte dos relatos.

consumidos. Elaborados a partir de um propósito, tais imagens têm, assim, um sentido que me parece bem definido. A figura 1.1 é uma foto da excursão do governador, denotadamente dando a perceber que os que o acompanhavam eram homens tidos como ilustres²⁰, o que também podemos perceber se repararmos nos modelos de seus carros e em suas vestes. A fotografia, segundo consta na legenda do álbum de onde foi re-reproduzida, foi capturada à margem direita do Rio Uruguai, em Goyo-En, Chapecó. Diz-se na legenda da figura que até ali a caravana foi de automóvel e que dali em diante seguiu de lancha não informando para onde, mas sabemos por outras leituras que em direção ao Rio Grande do Sul para encontrar-se com Getúlio Vargas naquele estado.

²⁰ Os homens que acompanharam Adolpho Konder nessa viagem foram: em parte da viagem Getúlio Vargas (presidente do Estado do Rio Grande do Sul); Arthur Ferreira da Costa (chefe de polícia do Estado de SC); Cid Gonzaga (deputado e jornalista - Porto União); Wenceslau Breves (deputado estadual - Cruzeiro do Sul); Coronel Nicolau Bley Neto (deputado estadual - fazendeiro de Mafra); Coronel Francisco Fagundes (deputado estadual e prefeito de Campos Novos); Coronel Manoel dos Passos Maia (prefeito de Cruzeiro do Sul - Joaçaba); Coronel José Luis Maia (prefeito de Passo Bormann - Chapecó); Justino Silva (vice-prefeito de Passo Bormann); Coronel Agiberto Maia (prefeito de Guaporé - RS); Dr. Manoel Xavier (prefeito de Mafra e médico); Arthur Pereira (presidente do conselho municipal de Cruzeiro do Sul); Dr. Selistre de Campos (juiz de Direito da Comarca de Cruzeiro do Sul); Othon D'Eça (consultor jurídico da Delegacia Fiscal do Estado); Luis L. Barroso (advogado); Yolare Guimarães (tabelião de Cruzeiro do Sul); F. Theotônio Alves (funcionário do Tesouro); Haroldo Pederneiras (diretor engenheiro de obras públicas); Felix Malburg (inspetor da estrada de rodagem e engenheiro); Clovis Veiga (inspetor da estrada de rodagem); Dr. Werner (engenheiro alemão de Mondahi); Carlos Seara (agrimensor); José Rupp; Professor Lafayette Davidoff (diretor da escola José Boiteux em Dionísio Cerqueira); Capitão Miguel Savas (capitão da Força Pública); 1º Tenenete Honório de Castro (ajudante de pessoa do presidente); Cabo Espindola (da Força Pública); Cabo Tancredo (da Força Pública).

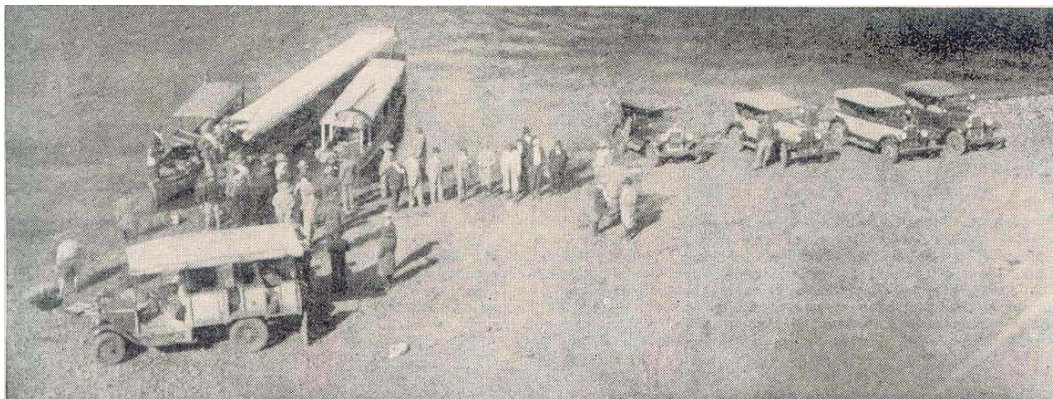


Figura 1.1 – Excursão do governador Adolpho Konder a Chapecó

Fonte: Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba (1917-1967), p. 47

Na leitura que a imagem possibilita, deduzi que a falta de estradas não parecia ser um obstáculo capaz de conter “o lídimo e intrépido bandeirante”²¹ governador e sua caravana. A leitura também possibilita interpretar que nem mesmo as correntezas do rio Uruguai (conhecidas em suas fúrias pelas enchentes) poderiam representar barreira para as lanchas e a determinação daquele político. Já na figura 1.2, por exemplo, vê-se Adolpho Konder (no centro) ao lado do então prefeito (Coronel Passos Maia) e do juiz (Dr. Antonio Selistre de Campos²²) da

²¹ O escritor Arthur Ferreira da Costa assim referiu-se ao governador ao dedicar-lhe a obra na qual publicou sua narrativa sobre a viagem da qual também foi excursionista - “O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista” (Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia, 1929).

²² Em seu trabalho de Mestrado em História na UFSC, defendido em 2008, intitulado **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade”** (Chapecó, 1931-1945), Francimar Ilha da Silva Petrolí evidencia a amizade e proximidade de Selistre, então juiz de Direito da Comarca de Chapecó, com Getúlio Vargas. Amizade nascida ainda nos tempos em que cursaram juntos a Faculdade de Direito no Rio Grande do Sul, de onde o Juiz era natural. Evidenciando como as redes de sociabilidade são determinantes nas trajetórias pessoais, o juiz Selistre exerceu suas atividades em Chapecó de 1931 a 1943, tempo que coincide com o que Vargas ficou no governo. Essa ligação com Vargas e a política Estadonovista se reforça quando, em 1943, com a criação do Território Federal do Iguaçu, Antonio Selistre de Campos foi nomeado juiz federal.

cidade de Cruzeiro (antigo nome de Joaçaba). Sem analisar-lhes os trajes impecáveis, o semblante de Konder aparentemente preocupado, sério, entre outros aspectos, poderia pensar: estaria nessa posição central querendo ser reconhecido, produzir a ideia ou mesmo estar se autoidentificando como “o fiel da balança”? O homem, o político que representa o meio-termo entre um e outro poder? Um conciliador? Se considerar que sim, posso inferir como tal imagem/ produção foi consumida e reproduzida²³.

²³ Na obra memorialística de José Waldomiro Silva, publicada em 1987, registra-se o seguinte: “Lembro da excursão do Governador Dr. Adolpho Konder até Dionísio Cerqueira (na época Barracão da Argentina) até Joaçaba (na época Cruzeiro do Sul), a comitiva veio de trem especial da rede Viação Paraná – Santa Catarina e dali em diante a cavalo. Em Joaçaba incorporaram na Caravana diversos amigos do Governador, entre eles o Prefeito Cel. Passos Maia e o Tabelião Santerre Guimarães (Nenga), que me deixou respondendo pelos cartórios. Como chefe de tropeiro, foi convidado o Sr. Waldemar Pompeo Azi, ajudado por outros companheiros, pois a caravana era grande, para mais de vinte pessoas. Segundo o Sr. Azi, a viagem foi penosa e ao mesmo tempo divertida, pois havia muitos cidadãos que nunca haviam montado a cavalo, muito menos viajado por sertões e estradas (picadas), como as daquele tempo, na região. Ainda no ano de 1929, dia 06/10/1929, Joaçaba recebeu a visita do então Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo Passos que pernitoou na cidade. Lembro exatamente a data porque foi nesse dia que nasceu meu filho Nestor, que em homenagem ao nosso Ministro, foi batizado com o nome deste General”(SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense** – Memórias de Um Pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987. p. 78-79). Pela narrativa depreende-se a importância dessa viagem e o quanto ficou registrada tanto na memória historiográfica quanto na memória individual e coletiva.

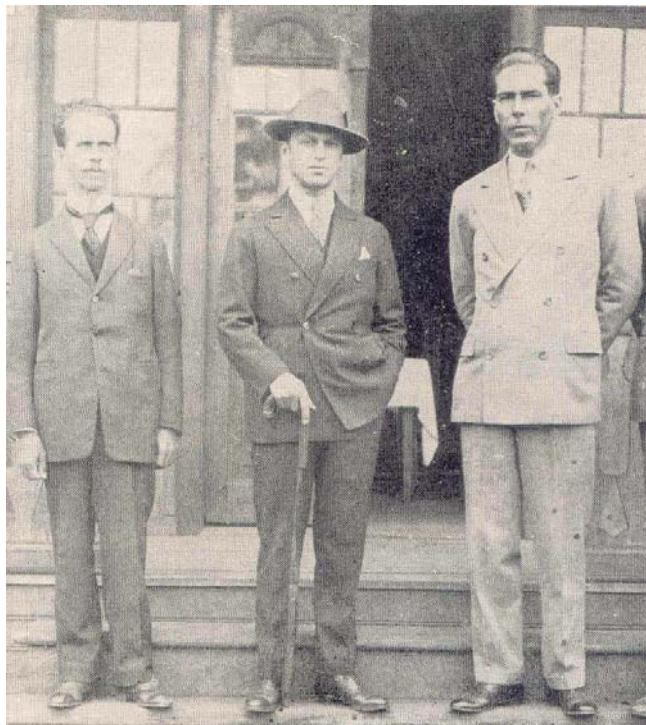


Figura 1.2 – Adolpho Konder (ao centro) em visitação pelo interior do estado. À direita, o Cel. Passos Maia (prefeito) e, à esquerda, Antonio Selistre de Campos (juiz de Direito)

Fonte: Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba (1917-1967), p. 47

Os atos administrativos de Adolpho Konder estiveram alinhados aos ideais de um projeto de modernização e civilidade intensamente difundidos no Brasil, principalmente, a partir da década de 1920²⁴, contudo, se por um lado com tais empreendimentos Konder garantia a construção de uma imagem para o Estado, para si e para sua administração, por outro, angariava desafetos. Como razões de sua viagem à região oeste catarinense, observa-se também, como assinalaram Flores e Serpa, a preocupação com a questão da fronteira nacional com a Argentina; a premência da ocupação do Oeste como expansão de um “processo

²⁴ Tais aspectos da modernidade podem ser conferidos, entre tantas outras obras, na de SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

civilizador para o interior” e o empenho em debelar as causas da Guerra do Contestado “vencendo poderes locais em torno dos quais gravitavam grupos conflitantes”²⁵ - e esta me parece ser crucial para pensar na adesão daqueles grupos com tanta força à proposta revolucionária do Rio Grande do Sul que, em última instância, apresentava-se como uma possibilidade de cindir com a coesão em torno de Konder, mas esta é uma discussão que farei ainda mais à frente, no capítulo II.

Em maio de 1931, portanto já após a Revolução ter se consolidado, quando do falecimento do senador Felipe Schmidt, Konder estaria concorrendo à vaga deixada em aberto, e eis que podemos observar como seus empreendimentos foram enaltecidos às páginas do jornal *República*, que, não à toa, pertencia a seus correligionários. Em artigo de página inteira, dava-se conta de algumas ações/produções que nos proporcionam um vislumbre das práticas discursivas de tal modo a percebermos, como Guattari nos propõe, que tudo é produção: *produção de produções*, de ações e reações; produções de registros, de distribuições e de pontos de referência. Sobre Konder, o artigo propugna:

[...] Devemos-lhe: a reforma da nossa Constituição, a reorganização dos serviços públicos, a consolidação do nosso crédito no exterior e no país sob um novo regime severo de pontualidade e de equilíbrio financeiro, a defesa da erva-mate e

²⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. A Hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In.: A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005, p. 130.

organização do respectivo Instituto e criação do laboratório de Análises, a proteção das florestas e obrigatoriedade do replantio; a campanha do trigo que só por si é um título de benemerência nacional, a difusão do ensino, o alargamento do nosso sistema rodoviário, o Instituto Pasteur, o Palácio da Justiça, o Asilo de Alienados, a Penitenciária, a Vila Operária, o aumento dos vencimentos do funcionalismo público e uma série de medidas profícuas e obras utilíssimas concretizadas neste quadriênio fecundo. A sua ação estendia-se a todos os recantos do Estado, indo pessoalmente inteirar-se das necessidades regionais e ouvir as respectivas populações, desde as elites até os bugres do Plate e do Chapecó. [...] Não foi somente catarinense, foi brasileiro; não curou somente dos nossos problemas; visou os da Pátria; foi aos confins do Oeste reintegrar na brasilidade uma zona riquíssima que se estava criminosamente desnacionalizando. Com essa bagagem opulenta de reais serviços à Santa Catarina e ao Brasil, ninguém no momento mais nem melhor do que Dr. Adolpho Konder tem direito de ocupar uma cadeira de senador [...].²⁶

Pela leitura deste artigo pode-se perceber a produção de uma produção, ou seja, a de que Adolpho Konder encarnara ou fizera crer encarnar o próprio desbravador, civilizador, conciliador – um paladino da República? Observe-se que os principais símbolos e instituições modelos de uma suposta modernidade estão aí descritos e mais, ao dizer-se que conferiu pessoalmente as necessidades das elites e dos “bugres” temos, penso, delineado além do arquétipo do político que vingará no Brasil a partir de então a ideia de aproximação entre as classes sociais, uma suposta valorização pelo olhar do homem de Estado, o governante, que os

²⁶ Jornal *República*, 27/05/1931. Por meio deste artigo é possível perceber que, mesmo após o advento da Revolução que no Estado de Santa Catarina o derruba do poder, a construção de sua imagem como homem público não cessa de produzir efeitos de memória.

quer ver como “iguais”, que é a máxima republicana inscrita na Constituição cujos princípios clássicos proclamam a igualdade de todos perante a lei. Talvez não à toa se tenha iniciado o artigo dizendo-se que àquele político devia-se a reforma da Constituição, ou seja, fazendo-se referência ao aspecto jurídico-legal, dando a entender que o homem não só respaldava sua conduta aos preceitos constitucionais como ia além, modificando a Constituição estadual para adaptá-la à Carta Magna e, dessa forma, estava absolutamente em consonância ao poder central. Sendo para além de um político observador de seus deveres, também um cumpridor da Lei. Essa, me parece, era a mensagem que se fazia querer circular por meio desses registros aos jornais.

Como se percebe, Adolpho Konder vivia momentos políticos triunfantes, mas aproximava-se o momento em que aconteceriam novas eleições para sucessão do Executivo estadual. A oposição percebe que com tal prestígio, derrotar o candidato Fúlvio Coroliano Aducci, indicado por Adolpho Konder à sucessão estadual, era quase impensável²⁷. Ainda que as diferenças entre Aducci e Konder fossem consideradas abismais, à época, ser escolhido pela direção do partido ou pelo chefe do Executivo era, praticamente, estar eleito. Aducci, como destaca Corrêa²⁸, era considerado “um candidato amorfo, não tinha grandes adversários” e, portanto, não deixaria possibilidades de mais rupturas dentro do Partido

²⁷ As discussões sobre a indicação do candidato que substituiria Adolpho Konder foram intensamente veiculadas nos jornais. Pensava-se no irmão de Adolpho, Victor Konder, que era ministro da Aviação, porém, como assinala Corrêa (1984, p. 47), o temperamento deste era muito diferente e poderia trazer dificuldades, sobretudo à própria família. Ao que tudo indica, a palavra final sobre a escolha de Aducci partiu de Washington Luís.

²⁸ CORRÊA, 1984, *op. cit.*, p. 47.

Republicano. Porém, se para ocupar o Executivo estadual a Aliança Liberal não ousou lançar candidato, para o Legislativo, tanto para a Câmara quanto para o Senado, e ao Executivo nacional, investiram na ousadia e se lançaram à promoção dos nomes de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência da República acreditando na possibilidade de vitória destes em solo catarinense, além dos candidatos catarinenses à deputado federal e ao senado, neste caso, Nereu Ramos e Henrique Rupp Junior, respectivamente. No jornal *A Notícia*, editado em Joinville, em 01/02/1930 lemos:

Santa Catarina, neste momento político agitadíssimo que treme de norte a sul o País, pelo esforço do liberalismo popular, pelas conquistas das idéias essenciais da república, pela guerra aos mandonismos, está também em foco com a sua luta titânica para os postos de diligência. A Aliança Liberal, por sua vez, lançou nos nossos meios políticos os seus candidatos levantando a candidatura do Sr. Nereu Ramos para deputado federal e a do Rupp Júnior para senador. O Partido republicano Catarinense procurando de qualquer forma entrar a vitória certa do ilustre tribuno catarinense pôs no seu caminho a candidatura do Sr. Walmor Ribeiro **que outro valor não possui senão o simples prestígio de sua clínica médica** entre os seus parentes e amigos [...].

Interessante observar que, mesmo que se proclamassem ideias que supostamente vinham ao encontro “do liberalismo popular, pelas conquistas das ideias essenciais da república, pela guerra aos mandonismos”, na análise da origem dos grupos que escreviam aos jornais tais proclames encontramos mandões acusando mandões de mandar. É preciso que se diga que os jornais da época eram empreendimentos políticos e que seus proprietários eram nomes

ligados direta ou indiretamente às agremiações políticas. É o caso, por exemplo, do jornal *O Estado*, cujo proprietário era Victor Konder, que defendia por meio desse periódico as propostas do Partido Republicano Catarinense até a tomada do poder pelo grupo revolucionário (da Aliança Liberal) quando, então, o jornal passou a defender e aplaudir os homens que fizeram a Revolução. Fica claro perceber que há uma batalha que se faz no campo da política, mas que também proporciona uma memória desses grupos já que intensamente registradas.

Nesse contexto é interessante entender que havia uma disputa que, posso pensar, extrapolava o campo do meramente político. Trata-se de perceber o quanto os interesses advindos das oligarquias que envolviam os nomes e os negócios das famílias Ramos, do Planalto Catarinense, e dos Konder, da região do Vale do Itajaí, influenciaram nas configurações geopolíticas, econômicas, sociais e culturais do estado de Santa Catarina. Pode-se perceber que durante os anos de 1920, enquanto os Konder cresciam politicamente e, possivelmente, engordavam seu patrimônio pessoal e financeiro, aumentava consideravelmente seu prestígio. Os Ramos pareciam almejar o mesmo e, talvez, por ciúmes, ambição, desejo, alimentaram e esperaram o momento do revés. Há pesquisas, como as de Cristiane Manique Barreto²⁹, que evidenciam tais disputas e que demonstram que a predominância política ora dos Konder ora dos Ramos beneficiava as elites das regiões as quais representavam. De maneira geral, simplificada e polarizada, observa-se que enquanto a elite do Vale do rio Itajaí defendia uma economia

²⁹ BARRETO, Cristiane Manique. **Entre laços e nós**. Formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

baseada na defesa da pequena propriedade e da indústria, a do Planalto defendia a manutenção das grandes propriedades e os negócios agro-pastoris. Quando exerciam cargos políticos que lhes permitiam exercer seu poder com o respaldo da máquina estatal, os interesses de uns sobrepunham os de outros, o que acirrava as animosidades e aumentava o fosso que os mantinham em lados opostos.

O enaltecimento e a defesa dos nomes de alguns conduziam à desqualificação de outros, como no caso do artigo editado no jornal *A Notícia*, acima citado, em que a candidatura do médico Walmor Ribeiro pelo Partido Republicano era encarada como uma forma de entrar a vitória dos candidatos liberais, apesar de no próprio artigo a considerarem como certa, não pouparam do ataque ao dito oponente afirmando que este “outro valor não possui senão o simples prestígio de sua clínica médica entre os seus parentes e amigos”. O “valor” a que se referia o autor dessa nota ao jornal possivelmente estava sendo medido pelo quociente dos relacionamentos políticos ou pela significância atribuída a ele na teia dos relacionamentos políticos, uma vez que na própria nota se reconhece o prestígio e, via de regra, o suposto “valor” desse homem entre seus pacientes, amigos e parentes.

Se no tabuleiro da política estadual o jogo eleitoral já se demonstrava disputado, no âmbito nacional quando do lançamento da candidatura de Getúlio Vargas a presidente percebe-se para além da disputa tensões que resultam rupturas significativas. No Rio Grande do Sul, os membros dirigentes da Aliança Liberal e do Partido Republicano Riograndense (PRR) estavam atentos à movimentação e

articulação catarinense. Acostumados aos meandros políticos, eles sabiam que sem a adesão e o apoio de Adolpho Konder à candidatura de Getúlio Vargas seria difícil, senão impossível, conquistar a vitória nas urnas nesse estado. Assim, tentam atrair seu apoio ao jogo político que, aos poucos, vão engendrando.

João Neves da Fontoura³⁰, aliado político de Getúlio Vargas com quem, no cargo de vice-presidente, já havia no ano de 1927 governado o estado do Rio Grande do Sul, estava em julho de 1929 exercendo seu mandato como deputado federal no Rio de Janeiro, de onde enviou um telegrama cifrado alertando Getúlio Vargas sobre a importância da adesão do político catarinense:

Causou-me viva satisfação teu radio (referência usada para radiogramas) ontem. Comuniquei a Antonio Carlos (Presidente do Estado de Minas Gerais) que recebeu jubiloso, dando por

³⁰ Na biografia de João Neves da Fontoura, extraída do *site* <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joaonevesdafontoura.htm>, lemos o seguinte: “Ao assumir seu mandato na Câmara, passou a explorar as divergências surgidas entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, tradicionais parceiros na condução da política federal, a partir da indicação do paulista Júlio Prestes como candidato oficial à sucessão de Washington Luís, em detrimento de um nome de Minas Gerais. Nesse sentido, vislumbrando a ampliação do espaço ocupado pelo Rio Grande do Sul na política nacional, João Neves foi o representante gaúcho nas conversações com o governo mineiro em torno da eleição presidencial de 1930. O acordo entre os dois Estados - firmado no Pacto do Hotel Glória, em junho de 1929 - estabelecia a rejeição ao nome de Júlio Prestes e o apoio a uma candidatura gaúcha nas eleições presidenciais do ano seguinte. Em setembro, foi formalizada a criação da Aliança Liberal, que além do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, contava ainda com o apoio do governo paraibano e dos setores oposicionistas dos demais Estados, em torno da chapa presidencial de Getúlio Vargas e João Pessoa. Nesse contexto, João Neves mostrou-se contrário às iniciativas de Vargas no sentido de buscar um acordo com Washington Luís em torno do processo sucessório e participou ativamente da campanha eleitoral, integrando a caravana da Aliança Liberal que percorreu os Estados do Norte e Nordeste”.

definitivamente assentado pacto. Assentado aguardar resposta carta aludes para lançamento e publicidade tua candidatura. Minas já plena ação aliciadora. Desejaria vinda Flores a quem pretende promover carinhosa recepção. Campos (Siqueira Campos) lembra-te conveniência, sem perda de tempo, conversa discreta Paim (Firmino Paim Filho, senador) com Adolfo Konder, a fim provocar a adesão Santa Catarina. Abraços. João Neves.³¹

Pelo teor da escrita, inicialmente cifrada, ou seja, enviada via rádio e em caracteres secretos, observa-se a natureza do conteúdo, confidencial, e das relações entre quem escreve e quem recebe. É uma correspondência, um radiograma, trocado por amigos cuja palavra “abraços” ao final denuncia o vínculo afetivo entre ambos. É pelos jornais ou por meio de longas cartas, missivas, bilhetes às vezes, que surge, então, a possibilidade de entrever a intensidade das emoções conduzindo a vida política. São arranjos, desarranjos, acertos ou denúncias de desacertos entre amigos... Ao provocarem a adesão de Adolpho Konder, como se vê, entendiam que provocariam a adesão do estado de Santa Catarina. Aqui, o homem de Estado confunde-se com o próprio Estado de forma que a ideia que me surge pelas leituras é a de que conquistando o homem estariam conquistando também o estado.

³¹ Telegrama de João Neves a Getúlio Vargas em 15/07/1930. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, GV. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Contudo, Adolpho Konder³² já havia empenhado sua palavra ao presidente Washington Luís no sentido de que apoiaria o candidato que este indicasse, no caso, Júlio Prestes, e decidiu não voltar atrás em sua decisão, embora tenha solicitado ao seu irmão Victor Konder, ministro da Viação, que intercedesse ao presidente Washington Luís na tentativa de solucionar o impasse. Tentou, ao saber que seria impossível demover Washington Luís, reverter a decisão de Getúlio Vargas³³ de concorrer como oponente ao candidato respondendo a Firmino Paim³⁴ da seguinte forma:

Presidente Konder cumprimenta afetosamente e manda dizer o seguinte: - Recado de que foi portador Fagundes, acordo seus desejos transmiti-o Rio, a fim que chegue conhecimento Sr. Presidente. Disse, em resumo o seguinte: Getúlio ignorando Presidente tenha preferência jogo candidaturas, aceitou oferecimento Minas, atitude que não implica hostilidade Washington de quem se confessa amigo e que também não tem

³² No período do governo do presidente Washington Luís (1926-1930) foram nomeados três catarinenses para ocupar cargos de ministro. São eles: 1- Victor Konder (Ministério da Viação); 2- Gal Nestor Sezefredo dos Passos (Ministério da Guerra); 3- Contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz (Ministério da Marinha).

³³ É preciso que se tenha em mente que havia um laço de amizade a unir Konder e Getúlio Vargas. Não consta que entre eles tenha havido, antes dessa, qualquer divergência, pelo contrário, em diversas situações, como na viagem ao Oeste os percebemos juntos.

³⁴ Firmino Paim Filho foi eleito senador para o Distrito Federal pelo Rio Grande do Sul. Com a eclosão da Revolução em outubro de 1930 fica ao lado do governo federal contrariando expectativas dos gaúchos e, por conta disso, foi duramente criticado. Quando a Revolução se fez vitoriosa, Paim exilou-se no Uruguai e teve cassada sua patente de general honorário do Exército, só revigorada pela Constituição de 1946. Em 1931, juntamente com outros exilados, tentou articular um movimento contra o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas. (Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, Volume IV (MEL-REG), p. 4229.)

caráter irreduzível e inabundável. Como, talvez do Rio peçam maiores esclarecimentos, desejo saber desde já a posição atual Rio Grande permite ainda entendimento torno fórmula que contando simpatias Catete evite disposição força política apóiam chefe Nação. Indago mais, dentro de que limites e em que condições tal cooperação seria possível. Aceitaria Getúlio candidatura Prestes? Entendo meu caro Paim que é um dever de todos os bons brasileiros evitar lutas que redundam sempre em prejuízos e não pequenos ao País. Demais, dói-me ver dois excelentes amigos em campos adversos, terçando armas por causas opostas, quando tudo estava e está ainda a indicar-lhe os sentidos de uma colaboração imprescindível para o bem do Brasil. Nada valho e nada significo, mas ponho a minha nenhuma valia a serviço dessa aproximação necessária. Reflita, meu caro Paim, que do entrevero previsto nada resultará de bem e de bom para a nossa Pátria que reclama abdicação e os esforços de todos os seus filhos. Não sei até que ponto vocês avançaram, mas entendo que nesse terreno sempre será possível um entendimento honroso. Era o que confidencialmente lhe tinha a dizer. Abrace por mim o nosso boníssimo amigo Getúlio e mande-me as suas ordens. Konder.³⁵

Konder estava preocupado em não dividir forças, em não despender energias em “entreveros” de resultados duvidosos. Sabia que era preciso ter cautela para não provocar ainda mais cisões. Provavelmente com o intuito de não causar atitude de resistência à sua “fala” que, não ponderada, poderia soar como arrogante aos seus interlocutores e, com isso, perder toda negociação, mostra-se humilde, diz: “Nada valho e nada significo, mas ponho a minha nenhuma valia a serviço dessa aproximação necessária”. No íntimo, sabia que nesse jogo de

³⁵ Telegrama de Adolpo Konder a Firmino Paim. GV 25/07/1929. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, FGV, RJ.

negociação era peça-chave e, portanto, valia e significava muito, ao contrário do que dizia. De acordo com Ângela de Castro Gomes³⁶, ao lermos cartas, missivas, é importante que estejamos atentos ao “tratamento – isto é, as primeiras palavras com o que se cumprimenta o destinatário – é uma parte expressiva do documento, indicando tanto o teor das relações entre os missivistas quanto a natureza do tema a ser tratado naquele documento”. Nesse sentido, pelo tratamento, fica evidenciado que estamos diante de “amigos” que articulam literalmente jogos e destinos políticos. Mesmo assim, era preciso ter cautela, pois, em tempos tão instáveis também as relações e os laços de amizade iam se desfazendo e refazendo, de outras formas e em outros campos. Konder, que até então estava se considerando um mediador entre o Catete e o Rio Grande do Sul, por certo, percebe que algo estava lhe escapando aos sentidos e manifesta seu estranhamento escrevendo novamente a Firmino Paim, dizendo-lhe:

Oswaldo Aranha passou aqui e **estranho não me tenha procurado**, pois ter-lhe-ia dado preciosos elementos para jogar missão que o leva Rio. Entendo que Getúlio deve por-se em contato direto Catete falando Presidente seu amigo isso sem perda de tempo. Desculpe-me estar metendo minha colher na panela gaúcha. É confiança de amigo. Abraços apertados. Konder.³⁷

Atente-se como a política era, de fato, considerada um jogo. Konder diz a Paim que caso Aranha tivesse lhe procurando “ter-lhe-ia dado preciosos

³⁶ GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capandema**: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 41.

³⁷ Telegrama de Adolpho Konder a Firmino Paim. GV 25/07/1929. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC, FGV, RJ. O grifo é meu.

elementos para jogar” na missão que o levava ao Rio. Oswaldo Aranha³⁸ ocupava à época a pasta da secretaria do Interior do Estado no Rio Grande do Sul e era um ferrenho defensor da candidatura de Vargas, com quem mantinha estreitos laços de afeição e amizade, além de dividir cargos e funções políticas. Embora Konder finalizasse falando em “confiança de amigo”, a sua, ao que tudo indica, estava profundamente abalada, tanto que a externou em palavras.

Getúlio Vargas e seus correligionários percebem que, definitivamente, não seria possível demover Konder de sua decisão. Por seu turno, este também percebe que, na “panela gaúcha”, àquela altura dos acontecimentos já em alta

³⁸ Na biografia de Oswaldo Aranha compilada do *site* da FGV (disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_oswaldoaranha.htm>) lemos o seguinte: “Oswaldo Euclides de Souza Aranha nasceu em Alegrete (RS), em 1894. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1916, tendo se vinculado a círculos oposicionistas durante seu período de estudos na capital federal. Após formar-se, voltou ao Rio Grande do Sul para exercer a advocacia no interior do Estado, estabelecendo então contato pessoal e profissional com o também advogado Getúlio Vargas. Colocando-se ao lado das forças situacionistas gaúchas, combateu a insurreição de 1923, deflagrada por setores que se opunham à quinta reeleição consecutiva de Borges de Medeiros ao governo do Estado. Comandando pessoalmente uma força militar irregular, composta por civis, Aranha voltou a combater novos levantes promovidos pela oposição nos anos seguintes, incluindo as revoltas tenentistas. Entre 1925 e 1927, nomeado por Borges de Medeiros, foi intendente no município de Alegrete, tradicional reduto oposicionista. Em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), agremiação que aglutinava as forças situacionistas gaúchas. No ano seguinte, com a posse de Vargas no governo do Rio Grande, foi nomeado secretário estadual do Interior e Justiça. Teve participação destacada nas articulações desenvolvidas em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República. A princípio, foi escalado por Vargas para representá-lo junto ao próprio Presidente; em seguida, foi um dos principais articuladores da Aliança Liberal, coligação que lançou a candidatura de Vargas, com apoio dos grupos dirigentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, além dos setores oposicionistas dos demais Estados”.

pressão, também não seria possível “meter a colher”. De tal forma, restou aos gaúchos se aliarem à oposição que, em Santa Catarina, contava como principais expoentes os nomes ligados à família Ramos: Vidal Ramos, Nereu Ramos (filho de Vidal), Aristiliano Ramos (sobrinho de Vidal) e Henrique Rupp Júnior³⁹. A Konder restava observar os acontecimentos enquanto mantinha-se aparentemente intrépido alinhado a Washington Luís. Aos Ramos e correligionários, alinhados aos gaúchos, o desejo e a oportunidade de virarem o jogo. Conseguirão?

1.3 TRAMAS ACERCA DO JOGO POLÍTICO – DESEJOS MOVENTES

O cenário e os jogadores, como se observa, estavam reconhecidos. A partir desse reconhecimento, as estratégias para a organização do jogo político passam a ser articuladas com mais intensidade sabendo-se da posição ocupada por cada um em cada um dos lados. Assim, as pessoas passam a ser interessantes ou não, conforme seu poder e/ou influência, ou seja, de acordo com a utilidade para a causa política. Mas eram meticulosamente estudadas e observadas se convenientes ou não como aliadas. Henrique Rupp Júnior⁴⁰, natural de Joinville, residente em

³⁹ Os Ramos eram oligarcas que detinham poder sobre a região no entorno da cidade de Lages (Planalto Serrano) e os Rupp dominavam a cena política, principalmente, na região da cidade de Campos Novos (Meio-Oeste catarinense).

⁴⁰ **Henrique Rupp Júnior** (Joinville, 27 de março de 1880 - Florianópolis, 21 de junho de 1959) foi um advogado, jornalista e político brasileiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, filho de Henrique Rupp e Ema Rupp. Foi deputado estadual por Santa Catarina nas 6ª (1907 - 1909), 10ª (1919 - 1921) e 11ª legislaturas (1923 -1924). Foi um dos organizadores da Aliança Liberal em Santa Catarina, mas depois afastou-se do grupo organizado em torno de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. Cf. PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. [S. l.]: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina: 1985.

Florianópolis, mas atuante em Campos Novos, filho de coronel daquela região, influente político, por exemplo, foi um dos alvos desse estudo e observação. Tendo ido a Porto Alegre negociar pessoalmente com Oswaldo Aranha os possíveis votos dos catarinenses a Getúlio Vargas, mereceu o interesse e a recomendação de “especial atenção” deste que escreveu a João Neves da Fontoura o seguinte:

Meu caro João Neves. Saudações afetuosas. [...] Aproveito o ensejo para recomendar à tua especial atenção o dr. Henrique Rupp Junior, advogado em Florianópolis, como um dos elementos de grande valor com que podemos contar em Santa Catarina. Está ele em plena atividade política naquele Estado, tendo já percorrido diversos municípios, a fim de congregar amigos ali residentes. Diz o mesmo que o Presidente Konder prometeu 30.000 votos em favor do candidato do Catete. Afirma, entretanto, o Rupp que, se houver fiscalização eficiente, o governo não contará 15.000 votos, enquanto as forças liberais podem perfeitamente ser orçadas em mais de 6.000. Parece-me ser necessário organizar aí um comitê central que deverá atender à organização dos trabalhos eleitorais os Estados cujos governos aderiram à candidatura Prestes. **As oposições estaduais são utilíssimas**, não só pelos elementos eleitorais, como principalmente pela fiscalização que possam exercer, evitando os abusos dos governos [...] Estuda esse caso e informa o que conseguires apurar. Sem mais, abraço-te cordialmente.⁴¹

Conforme se percebe, “As oposições estaduais são utilíssimas” e, como em um tabuleiro de xadrez, onde até os peões têm sua função, “as peças” eram

⁴¹ Telegrama de Oswaldo Aranha a João Neves. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV, CPDOC, 05/08/1929.

meticulosamente estudadas, mexidas conforme a conveniência e a utilidade⁴². Pela escrita desse telegrama percebe-se que os eleitores eram disputados número a número e que estavam, ao que tudo indica, muito bem mapeados. Mas o que mais chama a atenção é o aspecto utilitarista que atribuíam a Rupp. A tessitura de escritas realizadas naquele período me possibilita uma leitura da atuação do campo político daqueles que escreveram e sobre aqueles que são referidos nas missivas e também me permite pensar nas sensibilidades e urdiduras; permitem uma imersão à vida que se quer privada, mas que se mostra ao público com todas as nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos.

Para compreender a dinâmica desse poder que se move em torno de nomes e utilidade dos indivíduos é preciso atentar ao fato de que em Santa Catarina, desde a Proclamação da República até o início de 1930, o Partido Republicano Catarinense (PRC), conforme Corrêa⁴³, movia-se em torno de duas pessoas: Lauro Muller e Hercílio Luz. “[...] e os mesmos, por sua vez, juntos ou separadamente, eram **o Partido**” (1984, p. 18). Lauro Muller orbitava na esfera federal e era o “chefe supremo” enquanto Hercílio, a estadual e, portanto, hierarquicamente, de menor atuação. A função de Lauro era indicar os nomes para governadores, vices, deputados federais e senadores, já os deputados estaduais e as pastas das respectivas secretarias, era Hercílio Luz quem indicava.

⁴² A maneira como se articulam esses políticos e elaboram suas estratégias faz lembrar das lições de Maquiavel, na obra *O Príncipe*. Seriam leitores de Maquiavel? Estariam colocando em prática suas lições?

⁴³ CORRÊA, 1984, *op. cit.*, p. 18.

No interior do estado, o coronelismo rural ao se posicionar favoravelmente a uma das alas, “laurista” ou “hercílita”, contribuiu para a formação das duas principais oligarquias que se revezaram no poder político central catarinense⁴⁴. Para exemplificar o nível do que denominou como “profissionalização política” em Santa Catarina, Corrêa afirma que “os nomes se revezavam no poder, mas quando estavam fora dele não perdiam as rédeas do controle partidário através da participação na Comissão Executiva do Partido”⁴⁵.

A família Konder, de Itajaí, região norte catarinense, apoiava e era apoiada politicamente por Hercílio Luz. A oligarquia Luz⁴⁶ era de uma corrente coronelista tida como “urbana”⁴⁷, por ter surgido em zonas predominantemente

⁴⁴ Como se verá ao longo da tese, a oligarquia Ramos, representada por Nereu Ramos, que era filho de Vidal Ramos Júnior, manter-se-á no poder durante todo o Estado Novo até a metade do século. A partir de 1946, a oligarquia Luz-Konder se projetará novamente na política por meio de Irineu Bornhausen, sobrinho de Adolpho Konder permanecendo até 1960 quando se verifica nova retomada da oligarquia Ramos ao executivo estadual.

⁴⁵ CORRÊA, *op. cit.*, p. 26.

⁴⁶ Com o falecimento de Hercílio Luz, em 1926, seu filho, Abelardo Luz, e seu secretário, Adolpho Konder, mantiveram-se no comando do PRC e do poder estadual até a Revolução de 1930.

⁴⁷ Essas classificações entre oligarquias urbanas e rurais, industriais e agrárias, têm sido comumente usadas na historiografia catarinense para evidenciar distinções, sobretudo ao pensarem as diferenças entre as duas principais no estado (Konder e Ramos). Percebo que no caso específico de Santa Catarina à época aqui estudada, essas fronteiras são por demais fluidas e, talvez, só mesmo para fins didáticos pudessem ser usadas, pois que tanto os Ramos quanto os Konder estendiam suas atividades para o que se quer pensar como próprias do mundo rural/agrário quanto para o urbano/industrial.

industriais, nas cidades do Litoral e na Capital. Destacam-se à época os nomes dos irmãos Adolpho, Marcos e Victor Konder.

Já a família Ramos apoiava e era apoiada por Lauro Müller (ala laurista). Herdeira da liderança política de Lauro Müller, a oligarquia Ramos, proveniente da região de Lages, no Planalto Serrano, exercia forte liderança na política catarinense desde o período imperial passando pela Proclamação da República e mesmo depois. Foi ocupando e revezando nomes, cargos e cadeiras no governo estadual e também no federal até cerca de 1920, quando por desacertos e divergências quanto a nomes a ocupar cargos de mando, iniciou o combate frontal às ideias políticas de Hercílio Luz. Ao que tudo indica, foi a partir de 1916 que teve início no seio da família republicanista catarinense agregada ao PRC a manifestação de ódios que até então não haviam sido abertamente declarados. Tais ódios, possivelmente, tenham alimentado ressentimentos e desejos. Os desejos e os ressentimentos, por sua vez, impulsionaram ações e assim, em outubro de 1927, Nereu Ramos, em um ato extremo que demonstra seu descontentamento, mas também o de outros correligionários, funda o Partido Liberal Catarinense (PLC) como uma organização aliada ao Partido Democrático Nacional. Tal ação provocou animosidades que alimentaram por décadas rivalidades constantemente destacadas às páginas dos jornais catarinenses. Para a época, a atitude de Nereu foi bastante ousada porque ele ficou temporariamente afastado dos tradicionais nomes aos quais, até então, convencionalmente esteve atrelado, para, evidentemente, ligar-se a outros. Dessa forma, desfez e refez laços, acirrou animosidades, dividiu não só o Partido Republicano, mas, ao que tudo

indica, as posições clássicas entre as oligarquias do estado divididas entre o Vale do Itajaí representadas pelos Konder e as da região do Planalto Serrano representadas pelos Ramos, como já destaquei anteriormente.

À medida que o Partido Liberal Catarinense foi se consolidando, diferentes personagens e forças do campo político e social foram se agregando em torno dele. Logicamente que ao agregar alguns, desagregaram outros. E, dessa forma, a roda do descontentamento, das paixões como tendências, dos ressentimentos, dos afetos e desafetos movia-se com maior ou menor intensidade em torno do imenso tabuleiro do jogo político.

Nesse sentido, concordo com Pierre Ansart⁴⁸, que afirma que o ressentimento não se manifesta apenas como uma situação de impotência como teria pensado Nietzsche em seu ensaio *A Genealogia da Moral*, datado de 1887, mas como uma forma de manifestação, um movimento que conduz a ação. Os ressentimentos e os sentimentos de hostilidade, afirma Ansart, são um fator de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo. O ódio recalado, depois de manifestado, cria uma solidariedade afetiva. “Nas disputas políticas, o ódio comum possibilita o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio”.⁴⁹

⁴⁸ ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: UNICAMP, 2001.

⁴⁹ ANSART, 2001, *op. cit.*, p. 22.

Mesmo congregando nomes considerados fortes na política catarinense, o PLC como uma organização jovem não tinha forças suficientes para agir como oposição ao governo estadual. Assim, em 1929, ao ser organizada a Aliança Liberal, viram os seus membros a oportunidade de ação. Como não existiu êxito nas negociações com Adolpho Konder, os gaúchos estreitaram laços que já existiam com os Ramos, laços que remontavam ao Colégio Conceição de São Leopoldo, onde estudaram muitos gaúchos e catarinenses, principalmente os catarinenses da região do Planalto e que, de certa forma, extrapolam a dimensão da política. A influência de políticos gaúchos sobre os catarinenses e vice-versa se prolongaria, de acordo com a observação de Corrêa, até 1935.

Para ilustrar a ideia de Ansart sobre solidariedade afetiva e ódio, que nas disputas políticas promove o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ideais, é curioso observar que em torno da Aliança Liberal catarinense, por exemplo, agruparam-se pessoas que passaram a lutar por uma causa comum mesmo que até então tenham sido inimigos. É o caso de Henrique Rupp e Nereu Ramos, ambos advogados, filhos de velhos coronéis de famílias poderosas.

Em 1917, suas famílias se encontraram em campos opostos. É que assassinado o coronel Francisco Albuquerque⁵⁰, à época deputado e presidente da

⁵⁰ É interessante perceber que muitas das querelas entre os líderes políticos das regiões Planalto Norte, Planalto Serrano e Meio-Oeste de Santa Catarina são ainda reverberações da Revolução Federalista e da Guerra do Contestado. No caso do Coronel Albuquerque,

Assembléia Legislativa estadual, líder na região de Curitibaanos, também do Planalto Catarinense, a família Rupp foi indiciada como mandante do crime por motivos políticos. Nereu Ramos à época advogou em favor dos Albuquerque contra a família Rupp, motivo pelo qual as duas famílias (Ramos e Rupp) tornaram-se inimigas e intensificaram as já existentes disputas pela liderança política da região, principalmente em Lages, Curitibaanos e Campos Novos.⁵¹

Agora juntos, Nereu e Henrique Rupp Júnior como aliados políticos, momentaneamente esquecidos de suas antigas querelas, lutando aparentemente pelas mesmas causas, movidos por interesses convergentes, agiam para vencer suas demandas. Dessa forma, ainda nos primeiros dias do mês de agosto de 1929, Vidal Ramos enviou telegrama a Getúlio Vargas e Borges de Medeiros colocando-se ao lado destes e da Aliança Liberal.

Presidente Getúlio Vargas, acabo passar eminente chefe Borges de Medeiros o seguinte telegrama: ‘Desde a primeira hora coerente com meu passado estive ao lado da aliança Rio Grande – Minas. Cumpro agora o dever de informar eminente chefe e amigo que o velho soldado não faltou à chamada. Faço ardentes votos pela vitória da chapa liberal a frente da qual está o jovem e ilustre estadista gaúcho que o país inteiro admira. Respeitosas saudações. Abraço afetuosamente prezado amigo Vidal Ramos, deputado por Santa Catarina’.⁵²

era compadre e homem de confiança de Vidal Ramos, líder lageano, duas vezes governador do Estado (cf. Paulo Pinheiro Machado, In: ESPIG, 2008, p. 79).

⁵¹ Cf. Corrêa, 1984, p. 32.

⁵² Telegrama publicado no Jornal *Folha Nova* em 29/08/1929.

Aristiliano Ramos também rumou para Porto Alegre e negociou com o General Elisiário Paim Filho estratégias de ações, sugerindo o nome de seu tio, Vidal Ramos, para ficar a frente de uma comissão diretiva da Aliança Liberal em Santa Catarina.

Assim, de um lado tínhamos o Partido Republicano Catarinense, cujo líder era Adolpho Konder, que indicara para substituição Fúlvio Aducci. Para o pleito federal, apoiavam o nome de Júlio Prestes indicado à presidência por Washington Luís. Do outro lado, a Aliança Liberal Catarinense com a indicação dos nomes de Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior para Câmara Federal e Senado, respectivamente, que, por sua vez, apoiavam Getúlio Vargas como candidato à presidente.

Em torno deles, todos os demais correligionários, tanto do PRC quanto da ALC, circulavam e se debatiam em defesas e ataques como pode-se visualizar na entrevista concedida pelo Dr. Walmor Ribeiro, que à esta época era vice-presidente do estado ao lado de Konder e não era ainda oficialmente candidato a nenhuma cadeira do legislativo quer estadual ou federal, mas as ambicionava. A entrevista foi concedida ao jornal carioca *Gazeta de Notícias* em 25/09/1929 e reproduzida convenientemente pelo jornal *Folha Nova* de 26/09/1929, em Santa Catarina, cujo título denunciava que “Os aliancistas não levarão mais que 5.000 votos às urnas no Estado de Santa Catarina”:

A política catarinense deve de acordo com o Dr. Walmor Ribeiro considerar-se unificada em torno do Presidente do Estado que **consegue chegar ao último ano do seu governo sem divergências com quem quer que seja** durante a administração pública. [...] O eleitorado atual é superior a 50.000 recenseados, dos quais o Partido Republicano Catarinense levará às urnas mais de 30.000, enquanto os aliancistas não conseguirão dar à chapa liberal nem 5.000 votos. Não fora interessado no pleito o Rio Grande do Sul, com quem sempre mantivemos a maior cordialidade, havendo na zona fronteiriça numerosas relações comerciais, entrelaçamento de famílias etc, etc muito longe desses algarismos ficaria a votação da oposição catarinense. Cumpre atender que no Estado, exatamente essa região limítrofe, constituída pelos municípios do planalto catarinense é também a região onde o chefe liberal dispõe dos seus melhores elementos, pois lá vem mantendo desde longa data, **uma pequena, mas arregimentada oposição ao governo**. A cidade mais importante do planalto catarinense é Lages onde nasceu o deputado Vidal Ramos e onde também exerço a profissão de médico há 18 anos. Dado o fato do coronel Vidal Ramos ter passado duas vezes pelo governo do Estado, pelo Senado da República, ser atualmente deputado federal, ter mantido em torno do seu nome uma auréola de honestidade e circunspeção, é natural que tenha um bom número de admiradores e correligionários os quais constituíram um partido respeitável e se não estivesse na direção do Partido Republicano Catarinense um dos políticos mais hábeis da atual geração republicana, o Dr. Adolfo Konder que é ao mesmo tempo um administrador esclarecido e um coração devotado inteiramente aos interesses da nossa Pátria, cujos méritos pessoais o futuro consagrará. Eis os motivos porque garantimos para a chapa Julio Prestes e Vital Soares uma brilhante e quase unânime votação em Santa Catarina.

A longa entrevista permite perceber o quanto tais discursos constroem memórias. Por este percebe-se, por exemplo, alguns elementos como, uma vez mais, o prestígio político de Konder, só que agora aparecendo fora do estado, evidentemente que com a provável ajuda de seu irmão (o ministro da Aviação), na capital, pois, do contrário, a tal entrevista com Walmor Ribeiro não seria, provavelmente, nem feita nem publicada. Só o foi por ser útil na composição de uma ideia sobre o governo de Konder. Na frase “consegue chegar ao último ano do seu governo sem divergências com quem quer que seja”, visualiza-se uma imensa vontade de produzir uma aparência de tranqüilidade, de falta de conflitos ou, por outro, ainda, de atribuir insignificância aos conflitos e/ou aos seus agentes, visto que no próprio texto, adiante, proclama-se a existência deles. Os conflitos ou descontentamentos, no entanto, com o governo de Konder eram mais perceptíveis nas regiões fronteiriças com o Rio Grande do Sul. Pelo discurso, era, portanto, a proximidade tanto geográfica quanto por laços culturais e mesmo comerciais com o estado vizinho que produzia opositores ao governante de Santa Catarina. Pelo registro também é enviada o que podemos pensar ser uma mensagem ao governo do Rio Grande do Sul, “com quem sempre mantivemos a maior cordialidade, havendo na zona fronteira numerosas relações comerciais, entrelaçamento de famílias”. Cordialidade que poderia vir a ser rompida. No discurso inteiro percebe-se um jogo político em sua mensagem. Ele quer dar conta de uma realidade ao mesmo tempo em que quer produzi-la. Pela entrevista também podemos saber sobre outros elementos como ser fato os eleitores estarem mapeados por números e mais ou menos identificados de acordo com suas tendências partidárias e/ou regionais; que os aliancistas estavam sendo

subvencionados pelos gaúchos e que sem o apoio financeiro destes não arregimentariam forças para sua causa; que Vidal Ramos era homem, tal como Konder, de grande prestígio e que mantinha em torno de si uma “auréola de honestidade”, que a isso somado ao fato de ter sido governador por duas vezes do estado é que se devia a existência de uma oposição em Santa Catarina; que o entrevistado por ser, tal como Vidal, de Lages, não quis indispor-se e que talvez por isso tenha feito comentários elogiosos sobre a honestidade do líder político da região, bem como sobre a respeitabilidade do partido recém-constituído.

Para exemplificar o quão intrincado eram os jogos políticos à época e o quanto nesse sentido *paixão* pode ser *tendência*⁵³, observemos mais atentamente ao caso de Walmor Ribeiro. À época ele era vice-presidente do estado ao lado de Adolpho Konder, mas originariamente era médico proveniente de Lages e tinha forte influência política *na* e sobre *a* região serrana. Como Vidal Ramos, que era então deputado federal, houvesse aderido à Aliança Liberal, o Partido Republicano viu-se na contingência de indicar um substituto ao seu nome. Adolpho Konder estava inclinado a indicar o nome de Ulisses Costa, de Joinville, mas passou a sofrer pressão dos grupos serranos liderados pelo médico Walmor Ribeiro para que indicasse o nome deste como candidato à Câmara. Ulisses Costa renunciou e, dessa forma, o nome de Ribeiro foi oficialmente lançado. Porém, os

⁵³ A respeito do conceito de paixão, Gérard Lebrun, concordando com a leitura da obra *Novos ensaios* de Leibniz e citando-a, afirma “Prefiro dizer que as paixões não são contentamentos ou desprazeres nem opiniões, **mas tendências**, ou antes, modificação da tendência, que vêm da opinião ou do sentimento, e que são acompanhadas de prazer ou desprazer (LEBRUN, Gérard. O Conceito de Paixão. In: CARDOSO, Sérgio. *et al.* **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 17.

republicanos de Joinville revoltaram-se sobremaneira e não aceitaram tal substituição. O jornal *A Notícia*, de Joinville publicou em 23/01/1930 a indignação dos republicanos joinvilenses da seguinte forma:

[...] se o reduzido número de governistas de Lages, de Curitibanos, de São Joaquim da Costa da Serra teve prestígio suficiente para impor à Comissão Executiva Catarinense anteontem reunida em Florianópolis, não vemos motivos que possam determinar o município de Joinville, a não ser por covardia, a aceitar de braços cruzados, pacificamente, essa afronta, sem um gesto digno e nobre, de revolta.⁵⁴

Como manifestações de revolta e prova de que não estavam e nem ficariam de braços cruzados, votaram os republicanos de Joinville, nas eleições em março de 1930, maciçamente, no candidato aliancista Nereu Ramos, cumprindo o que haviam adiantado em janeiro quando às páginas do mesmo jornal disseram: “Desde já o que podemos garantir é que o Sr. Walmor Ribeiro se verá derrotado de maneira vexatória, até na sua própria terra, na região serrana, de onde se afirma, partiu o grito de guerra sobre a candidatura do Sr. Ulisses Costa.”⁵⁵

Como se observa, os republicanos de Joinville lançaram uma sentença e a cumpriram. O ressentimento causado em função do nome rejeitado de Ulisses Costa causou uma reação impensada para os políticos até então. O acontecimento

⁵⁴ Extraído do livro de CORRÊA, *op. cit.*, 1984, p. 44.

⁵⁵ Jornal *A Notícia* (Joinville), 23/01/1930. In: CORRÊA, *op. cit.*, 1984, p. 44.

pode ter mostrado que antes de qualquer ação política seria preciso convencer aos pares de sua validade.

1.4 URDIDURAS

As eleições e o desejo de vencê-las é o que move o jogo político. Porém, no caso das campanhas eleitorais há que se considerar, também, o patrocínio financeiro, sem o qual mesmo o maior dos desejos não consegue produzir ações. Nesse sentido, como oposição e, portanto, sem a chamada “máquina governamental” para custear suas despesas em prol da campanha para eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa, a Aliança Liberal em Santa Catarina contava com o patrocínio dos gaúchos que, inclusive, haviam se comprometido em ressarcir os gastos extras. É interessante registrar que os aliancistas, em sua maioria dissidentes do Partido Republicano, não possuíam uma imprensa para difundir seus ideais e contavam, portanto, com a publicação de matérias pagas em jornais que se denominavam “independentes”. Como os gastos com a campanha eram muitos e o patrocínio mal dava para cobrir as despesas, os líderes, que se viam na contingência de percorrer eles mesmos centenas de quilômetros em estradas que mal existiam, sofriam desgastes físicos, mas, sobretudo, financeiros. Logicamente que o mesmo não acontecia com os que detinham a máquina governamental e que podiam contar em sua campanha eleitoral com o apoio dos prefeitos, juizes de Direito e outras autoridades tanto estaduais quanto municipais.⁵⁶

⁵⁶ CORRÊA, 1984, p. 42.

As dificuldades advindas, entre tantas outras, pelos poucos recursos financeiros constituíam obstáculos para o avanço da causa aliancista. Mas outros elementos além deste foram se somando e sendo registrados, como, por exemplo, a repressão e a censura dos que detinham o poder estatal. Em carta de Álvaro Trindade enviada como resposta a Aristiliano Ramos em 15/12/1929, que lhe escrevera reclamando o envio de dinheiro para campanha, revela-se a forma como ele percebia a realidade naquele momento e como a deixou registrada em seu escrito. Diz ele:

Aristiliano amigo. Convencido de que esta minha epistolar correspondência não sofrerá a censura dos potentados do dia, é que me encontro bem a gosto para te escrever sobre assuntos de magna importância e ter a certeza absoluta de que esta chegará as tuas mãos, pois dadas as denúncias que viemos de receber por parte de nossos amigos, todos os telegramas cifrados que daqui são expedidos sofrem solução de continuidade na sua entrega. Os expedidos para Lages, em cifra, são retidos na estação de Florianópolis. Infelizmente este serviço está a cargo dos senhores de baração e cutelo que procuram, por todos os meios, embaraços a marcha vitoriosa da causa liberal, porém, confiamos no velho adágio que nos diz: “Não há bem que sempre dure nem mal que não se acabe”. O júízo final destes magnatas está bem próximo.⁵⁷

Neste trecho da carta destaca-se para além da já comentada relação de amizade nutrida entre os próceres aliancistas gaúchos e catarinenses que, não

⁵⁷ Arquivo Aristiliano Ramos. Carta de Álvaro Trindade a Aristiliano Ramos. Porto Alegre, 15/12/1929. Fonte: Acervo pessoal Carlos Humberto Corrêa. Esta carta está parcialmente reproduzida no ANEXO G.

obstante as interceptações de suas cartas e telegramas e mesmo sofrendo “a censura dos potentados do dia”, continuavam a existir e seguir seus destinos ainda que a estratégia de envio tivesse de ser constantemente revista devido às represálias “dos senhores de baração e cutelo”. É possível ainda observarmos como as informações e mesmo as contrainformações estavam bem articuladas em ambas as partes de forma a permitir que as ações dos governistas e da oposição fossem conhecidas. Embora os telegramas fossem cifrados, eram, ao que tudo indica, também decifrados pelos interessados em conhecer-lhes o conteúdo. Os segredos, sigilos e intenções eram logo revelados. Poderíamos ainda pensar no aparentemente elevado nível de instrução desses missivistas que ao usar expressões como “senhores de baração e cutelo” denotam certo conhecimento histórico na medida em que estas são usadas, possivelmente, como uma referência aos senhores feudais que dispunham sobre a vida de seus vassallos. Fica claro que aqueles homens detinham também capital cultural.⁵⁸

Na seqüência, Álvaro Trindade dá conta a Aristiliano dizendo “Passemos aos relatos dos fatos que mais nos falam de perto”; sobre o auxílio financeiro escasso manifesta estar surpreso e descontente porque acreditava que o dinheiro estivesse chegando, diz ele “[...] fiquei ciente e ao mesmo tempo surpreso em não teres recebido nenhuma prestação do auxílio prometido. Palavra que deixei-me levar por uma rápida e momentânea explosão de descontentamento para com os nossos homens, pois, julgava que este assunto vinha tendo a sua regularizada solução”. Continuando na escrita da longa carta, Trindade revela que mais do que

⁵⁸ Aqui pensado segundo a proposta do sociólogo Pierre Bourdieu.

um compromisso de cunho financeiro, era também um acordo entre amigos dizendo

[...] Antecipadamente posso te garantir e para tal te asseguro de uma forma categórica e absoluta que podes confiar nas promessas, pois elas serão integralmente satisfeitas não só por já existir um compromisso tácito por parte dos elementos dirigentes da Aliança, como mui principalmente de se tratar de você cujos esforços e trabalhos despendidos são por natureza direitos adquiridos nesta memorável campanha”.⁵⁹

Acordos conduzidos, como se observa nessas negociações, por afetos, simpatias e aliciamentos. Apesar de longa e mesmo correndo o risco de parecer algo cansativo, para os fins que aqui me proponho, acredito valer a transcrição de alguns trechos da carta tanto para proporcionar uma visualização de aspectos específicos à uma cultura política quanto pelo conteúdo que anuncia a iminência da Revolução. Diz Trindade:

Se há Estado que não tendo apoiado oficialmente a candidatura Liberal e que muito tem feito ou talvez, relativamente mais que qualquer um outro, este é Santa Catarina. [...] Maiores detalhes eu l’os poderia prestar sobre o assunto se não fora a ausência do Paim que atualmente acha-se no Rio e seguirá amanhã para Belo Horizonte a fim de se avistar com o Antonio Carlos e em seguida regressará para Porto Alegre, onde é esperado até o fim deste mês. [...] A poucos dias atrás atravessamos um verdadeiro período de incertezas, descrenças, pois os boatos de acordo eram em tão grande número que, por mais convicção que se quisesse ter a sua inveracidade, restava-nos sempre a eterna

⁵⁹ Carta de Álvaro Trindade a Aristiliano Ramos. *Op. cit.*

dúvida. Felizmente em de se sentir as palavras dos velhos chefes Assis-Borges, sendo que as deste último, dado seu grande crenatismo até então, revigoraram as energias de todos os liberais. Diz o velho Borges: “A nossa questão política chegou a um ponto que todo acordo será inoportuno e só os elementos dirigentes do atual momento é que podem resolver. Já se manifestaram contra o acordo - Antonio Carlos – Paim - Flores – Luzardo – enfim, numa só palavra, todo o Brasil liberal. Só há uma única hipótese para um acordo, assim mesmo esta importaria num rompimento da Frente Única aqui no Rio Grande – o afastamento das duas candidaturas – e um tertius⁶⁰ que esposasse integralmente os princípios da Aliança. Aristiliano amigo, não sei se infelizmente ou felizmente a questão política atual já tem o seu fim prejulgado – **a Revolução – creio e assim também todos aqui pensam, o teremos num futuro muito próximo, antes das eleições ou logo em seguida.** Posso te informar com toda certeza absoluta e com muita reserva, pois considero-me preso a sérios compromissos belicosos, segundo notícias que verbalmente l’os enviei pelo Alberto – **já foram tomadas todas as providências possíveis e imagináveis.** Naturalmente a nossa posição, aliás a mais simpática, é de nos conservarmos na defensiva até o momento que a nossa dignidade for ultrajada; aí então, eles verão o Brasil liberal reagir na altura dos seus brios. Prevejo que fatalmente se este nosso regime republicano não conseguir evitar a Revolução, é porque a ânsia será de um outro regime. Podes crer que depois de uma Revolução vitoriosa teremos o regime parlamentar. **Os elementos – todos sem exceção – das revoluções passadas estão incondicionalmente conosco.** O recomendado que levou uma carta minha endereçada a ti, não tardará por essa zona; além da carta deves exigir, quando ele a ti se apresentar, a exibição de uma carteira de identidade que terá a seguinte referência R-3-11-929 – a tinta carmim sobre a

⁶⁰ Fiz a leitura dessa expressão entendendo-a como um acordo.

fotografia do portador. Se meu sogro por ali estiver poderá confirmar pessoalmente, pois o conhece. Tudo por um Brasil livre! Queira telegrafar o que tiveres de ruim e de bom para nossa causa – via Vacaria. Ass. Alvaro⁶¹

Destaca-se da leitura o reconhecimento dos gaúchos ao interesse dos catarinenses em difundir a causa liberal, apesar das adversidades, entendidas, sobretudo, por não se ter recebido apoio oficial do governador do Estado de Santa Catarina à candidatura de Vargas. No dizer do remetente “Se há Estado que não tendo apoiado oficialmente a candidatura Liberal e que muito tem feito ou talvez, relativamente mais que qualquer outro, este é Santa Catarina”. Evidentemente que tal reconhecimento servia mais como um reforço à confiança no sentido de mantê-la. Poderíamos ainda realçar que a propaganda e causa liberal contava com a ação de indivíduos que agiam nas diversas regiões do estado tentando angariar simpatias e adesões aos nomes dos candidatos liberais. As adesões se davam, então, via convencimento pessoal em visitas, comícios e festas, mas que tal convencimento era demasiadamente dificultado pelos poucos recursos financeiros. Destaca-se ainda o apelo à memória passada por meio da frase “Os elementos – todos sem exceção – das revoluções passadas estão incondicionalmente conosco”. Nesta frase observa-se um apelo ao reconhecimento da identidade de grupo ou da percepção de pertencimento a um grupo e dos laços de solidariedade daí advindos. Referia-se e evocava Trindade à memória da Revolução Federalista. Vê-se claramente uma tentativa de desenvolvimento da noção de uma cultura política

⁶¹ Carta de Álvaro Trindade a Aristiliano Ramos, 15/12/1929, *op. cit.* A parte sublinhada é do missivista, já a negritada é minha.

comum para poder incorporar, por meio desta, de alguma maneira, a dimensão dos valores tidos como importantes na articulação da motivação dos atores.

É certo que não podemos considerar tal como Dauphin e Pouban⁶² já advertiram, que as cartas como fontes sejam “espelhos fiéis da realidade”, uma vez que elas “comportam mecanismos de ilusão cujas regras e efeitos são constitutivos de sua significação”. Mais do que mecanismos de ilusão, as cartas comportam, como é possível observar, discursos carregados de sentidos. Mas tais correspondências⁶³ deixam inferir sobre o momento político e o envolvimento das pessoas com a causa, bem como a animosidade que já plantara as sementes da Revolução.

⁶² DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). **Destinos das letras: História, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 76.

⁶³ As correspondências podem ser entendidas, como destacou Henri Lefebvre (LEFEVBRE, Henri. **La presencia y la ausencia** - contribución a la teoría de las representaciones. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1981, p. 43.), em dois sentidos: 1) como *documento*, fragmento, vestígio de uma realidade que já não é, mas que possibilita uma reflexão sobre o passado; e 2) como *prática* em que ela é atravessada pelas representações da realidade, porque o vivido e o concebido encontram-se nela representados em múltiplas dimensões. Em Pierre Rosanvallon (ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 15, p. 18, 1995.) encontramos semelhante interpretação em relação ao uso da correspondência como fonte de investigação. Para este autor, por meio da correspondência podemos “reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações”. Reconstruir, no caso aqui em tela, seria inferir, imaginar, pensar como. Mas é claro que nessa perspectiva há em jogo também toda a minha subjetividade como historiadora.

Os aliancistas catarinenses, sobretudo os Ramos e os que orbitavam em torno deles, estavam obstinados pela campanha à presidência nacional e asseguravam aos gaúchos que a ela se dedicariam de “corpo e alma”. Quanto às campanhas para eleição ao Executivo estadual, pareciam convencidos da inutilidade de lutar contra a máquina governamental. No ínterim das causas políticas, as intrigas não eram poucas e, constantemente, ao exceder o limite das conversas cotidianas apareciam às páginas dos jornais que à época, sobretudo na provinciana Florianópolis, mais pareciam armas carregadas de palavras que, por certo, causavam um estrago tão grande quanto o disparo de um projétil balístico.

Talvez por se tratar de um centro pequeno se comparado às demais capitais, em Florianópolis a impressão que temos ao ler os jornais do período é que todos pareciam vigiar a todos e o particular não tardava a se tornar assunto de domínio público. Os que denotavam estar em dúvida, indecisos quanto à escolha do candidato, eram logo descobertos, denunciados e nomeados como adeptos dos inexistentes candidatos *Julio Vargas* e *Vital Pessoa* e, possivelmente, tornavam-se alvos dos ávidos cabos eleitorais. A mescla dos nomes dos candidatos era uma forma dos articulistas dos jornais denotarem e mesmo denunciarem os que estavam indecisos forçando-os a uma decisão.

No jornal *Folha Nova* de 28/08/1929, sob a epígrafe “Intrigas do bairro no Partido Liberal – Um adepto da chapa Julio Vargas e Vital Pessoa”, lemos um caso curioso num artigo de *Última Hora em serviço especial* em que se conta que um membro do Partido Liberal chamado Balthazar de Sousa, após ter sido

indicado por unanimidade como delegado para representar o município de São José na Convenção Nacional do Partido a ocorrer no Rio de Janeiro, por ter sido visto em recepção a Adolpho Konder, atitude considerada “suspeita” para um liberal, teve vetado por Nereu Ramos seu nome e sua ida na convenção.

[...] Segundo corre, o Diretório Político Liberal do município de São José indicou unanimemente o nome do Sr. Balthazar de Sousa para representá-lo na Convenção do Partido democrático Nacional, sendo que, tal indicação após demoradas ponderações do Diretório central, foi por este vetada também por unanimidade. O caso, embora tratado em reserva, começou a ser esquadrinhado, em segredo, nas conversas dos cafés, e como no rolar da vida até as pedras se encontram, parece que os ecos chegaram aos ouvidos do vetado. Para ver e crer, como São Tomé, dirigiu-se o Sr. Balthazar à agência do *Lloyd Brasileiro*, a fim de saber se o fato era verdadeiro ou não passava de intrigas do bairro. [...] O empregado passando a vista pelos nomes não enxergou o do Sr. Balthazar, dando-lhe do caso ciência. [...] Para não cair o Sr. Balthazar agarrou-se ao corrimão descendo a escada trêmulo e enervado. Queixoso e com razão, desabafou ao primeiro amigo que topou a jeito, declarando-lhe que havia de ir a convenção, apesar de vetado, chovessem pedras ou picaretas. [...] Entretanto como o momento é de definições claras de atitudes o partido Liberal julgou de bom aviso não se expor a futuras fraquezas por parte daquele correligionário. Isto é o que se diz. Há quem assevere que o Sr. Balthazar tem um telegrama engatilhado para o Sr. Dr. Assis Brasil em que só não chama ao Sr. Dr. Nereu Ramos de doce de coco. [...] Trazido o caso ao nosso conhecimento procuramos averiguar das razões que teria levado o Diretório Central a semelhante atitude, sendo que, pelo que ouvimos, o fato se prende a ter o Sr. Balthazar durante algum tempo mostrado certa fraqueza nas pernas em subir as escadas da sede

do Partido Liberal e muita fortaleza em trepar as de certa casa rósea que fica nas imediações da Catedral... [...].⁶⁴

O caso é contado em detalhes nesse artigo no jornal e pela leitura quase é possível enxergar a desventura do “trêmulo e enervado” Balthazar surpreendido em suas ações e sentimentos. As mazelas e o palavreado possivelmente usados no cotidiano são trazidos ao nosso conhecimento dando-nos mostra de que ao agir de maneira contrária a esperada pelos seus pares o castigo seria irremediável. Todos estavam vigiando todos, os comportamentos eram esquadrihados **com atenção e como o momento era de** “definições claras de atitudes” **o Partido Liberal julgou** “de bom aviso”, **fazer deste caso um exemplo para os demais indecisos.**

Esse acontecimento trazido para narrativa jornalística produz riso e desqualificação do sujeito a quem se faz reconhecer, inclusive citando seu nome. A leitura produz uma imagem, como disse, quase posso visualizar a do Sr. Balthazar, mas será que esse que visualizo pela leitura é o mesmo Balthazar sujeito que circula nas ruas, que vive, respira? Será que ele mesmo se reconheceria em tal imagem? Isso nos faz pensar uma vez mais sobre a produção maquinímica⁶⁵ e as subjetividades as quais discorremos anteriormente, mas também na eficácia dos discursos da mídia jornalística como produtora de identidades. Terá sido coincidência a produção desse efeito de sentido naquele momento histórico? Quais funções desempenha o riso mobilizado no campo da

⁶⁴ Jornal *Folha Nova* de 28/08/1929.

⁶⁵ Cf. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Op cit.* 1976, p. 10.

política? Quais os efeitos desse uso do humor e da derrisão quando um jornal, por exemplo, constrói acontecimentos políticos?⁶⁶

Mas o Sr. Balthazar parecia conhecer esse mecanismo de produção chamado jornal e usando do mesmo expediente publicou no mesmo periódico, dando continuidade ao caso, na mesma coluna intitulada *Intrigas do bairro no Partido Liberal* uma carta datada de 29/08/1929 em que dizia o seguinte:

Do engenheiro geógrafo, Sr. Balthazar de Sousa, acabamos de receber a carta abaixo da qual nos pede a publicação, e que o dever de lealdade não nos admite a que possamos opor-lhe recusa. Segue a carta.

Ao povo

O engenheiro geógrafo Baltazar de Souza, declara que:

não é verdade ter saudado em baixo e chuva o advogado Nereu Ramos, visto como, no escritório da casa onde ele mora, parece que não chove;

que não foi a primeira pessoa que abraçou em palácio, o exmo. Sr. Dr. Adolfo Konder, e não sendo certamente a última, contudo não pôde chegar à hora marcada no convite distinto e invejado e, infelizmente só chegou uma hora depois da posse; que nunca teve motivos para lhe tremerem as pernas quando precisou subir à sede do Partido Liberal, pois é público, que algumas vezes, foi sob o estalar das palmas que ali o receberam,

⁶⁶ Tais perguntas me ocorreram ao ler o artigo intitulado *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*, no qual a autora Maria do Rosário Gregolin as apresenta dessa mesma forma. GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 12., nov. 2007. Disponível em: <<http://7revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/>>. Acesso em: 12 out 2008.

como por exemplo, quando levou uma certa victoriazinha que prometera em assembléia, quinze dias antes, com a certeza de quem sabe ver através a potência de um óculos...

que ainda em dias da semana passada subindo a referida sede, ou melhor, ao escritório do advogado Nereu Ramos, recebeu deste, o convite para chefiar a embaixada ao Rio de Janeiro, acompanhando-a ele, porém, em caráter particular, caso se desistisse da representação de São José;

que foi sempre bem sucedido em todas as vezes que subiu, em pleno dia, e não de noite, as escadas do róseo palácio, e a prova está na carta de agradecimento que no dia 13 deste mês enviou ao exmo Presidente;

que quanto ao veto da unanimidade (na sede do advogado a portas fechadas) feito ao delegado do Diretório de São José, que recaía na pessoa de seu Presidente honorário, e quanto a organização e posse de um Diretório no estreito, feito à revelia e com os protestos do Diretório Municipal, pelo conhecido vampiro das oposições no Estado e ainda quanto à renúncia unânime do digno Diretório Josefense, são fatos que só oportunamente podem ser discutidos.⁶⁷

Usando igualmente de tons hilariantes, o Sr. Balthazar, após dizer de que lugar social está falando como “engenheiro geógrafo”, expõe os fatos sob seu ângulo e expõe Nereu Ramos, da mesma forma que este o fizera, ao julgamento público. Porém, dadas as circunstâncias me é dado inferir que naquele jogo de forças, as suas, em relação às de Nereu, eram menores e, como que para encerrar a discussão, no dia 30/08/1929 publica-se no mesmo espaço uma nota oficiosa do Partido Liberal informando:

⁶⁷ Jornal *Folha Nova* de 29/08/1929.

O Diretório Central do Partido Liberal Catarinense comunicavos que não homologou a indicação do nome do doutor Balthazar de Souza para representar o diretório municipal de São José no Congresso Democrático, pelos seguintes motivos: Primeiro – não estava a indicação assinada pela maioria, visto que a assinaram apenas três membros dos sete de que se compõe o referido diretório; Segundo – não ter o senhor Balthazar de Souza querido, até agora, tornar público ser apócrifo o telegrama de adesão à candidatura Júlio Prestes, do qual recebeu agradecimentos.⁶⁸

A tal *intriga* rendeu três dias de discussão às páginas dos jornais e isso me faz pensar no quanto os jornais serviram como um dispositivo do poder denotando a exposição dos sujeitos que optavam pela vida política. Nesse sentido, é possível perceber uma “politização da vida”, o que me faz lembrar de que quando discuti a questão do poder e seus dispositivos, Foucault já chamava a atenção sobre a apreensão da vida pela política ou a total politização da vida analisando como o poder penetra nos corpos e produz subjetividades. As investigações de Foucault voltaram-se para o que se convencionou chamar de micropolítica. Este autor evidencia que o Estado ocidental moderno integrou em uma proporção sem precedentes técnicas de individuação subjetivas e procedimentos de totalização objetivos. Ainda pensando sobre os dispositivos, Agamben⁶⁹ os descreve como “qualquer coisa que tenha capacidade de orientar, capturar, controlar, interceptar, determinar, assegurar os gestos, as condutas e os discursos do seres viventes” e

⁶⁸ Jornal *Folha Nova* de 30/08/1929.

⁶⁹ *Apud* SEDLMAYER, Sabrina. Recados de Vida, cartas sem destinatário. In: SEDLMAYER, Sabrina (org). **O comum e a experiência da linguagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 20.

nesse momento toda a discussão feita por meio dos jornais me parece um exemplo da atuação destes sobre o sujeito.

Os telegramas, ao que tudo indica, não eram correspondências tratadas com as particularidades de uso privativo. Era comum que todos lhe conhecessem o conteúdo e mesmo tornasse público o que neles iam. Ainda sobre o quanto todos estavam atentos a tudo, recolhi do jornal *Folha Nova* notícia publicada em 28/01/1930, em página inteira dando a conhecer o caso de um farmacêutico do município de Gaspar, próximo à cidade de Blumenau, que, em um momento teria escrito um artigo rechaçando e atacando veementemente os ideais aliancistas, enaltecendo o Partido Republicano Catarinense, e noutro, nove dias após, estaria enviando telegrama endereçado diretamente a Getúlio Vargas comunicando haver aderido à Aliança Liberal e representar cerca de 400 eleitores. A alteração no seu rumo partidário como algo próprio, peculiar aos seres humanos, a quem seria normal ter dúvidas, não foi respeitada e, pelo contrário, foi posta a público o que, em um primeiro momento, deve ter lhe causado muitas atribulações.

Telegrama – 19/01/1930: De Gaspar – Presidente Getúlio Vargas – Porto Alegre – Tenho súbita honra comunicar V. Exa. Haver aderido Aliança Liberal, representando 400 eleitores segundo distrito. Proferi, companhia Caravana Liberal meu primeiro discurso. Saudações.

A manchete estampada em letras garrafais ao meio da página de jornal fazia-se acompanhar da reprodução de um trecho do artigo escrito pelo farmacêutico e o telegrama endereçado a Getúlio Vargas, contrapondo-os e,

evidentemente, deixando o autor em uma situação a qual posso inferir extremamente difícil. O artigo escrito pelo farmacêutico deveria ter sido publicado nesse mesmo jornal dias antes, mas a pedido telefônico do próprio Amphiloquio, fora suspenso. Porém, a título de escândalo e, provavelmente como uma espécie de vingança, o jornal republicano o publicou.

Amphiloquio Nunes Pires o Novo adepto da Aliança - NO CURTO LAPSO DE TEMPO DE NOVE DIAS APENAS, O BOTICÁRIO DE GASPAR VIROU A CABEÇA CHEIA DE PÍLULAS PARA OS PÉS E OS PÉS EMPILULADOS DE CALOS PARA A CABEÇA

[...] Pela leitura do artigo, com a do telegrama enviado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas, os leitores avaliarão da sincera adesão ora recebida pela Aliança Liberal. Devemos salientar que o artigo, antes do título, é encabeçado com a seguinte nota: *Com os caracteres maiores que possível for ao senhor tipógrafo adaptar. Meditem e pasmem! Segue o artigo:*

A patroa e os Caixeiros (Especial para “Folha Nova” por AMPHILOQUIO NUNES PIRES)

Desde que essa mazorca deu em percorrer todos os pacíficos recantos do nosso Estado, quebrando a quietude que o governo de Adolpho Konder implantou, eu não a tinha visto de perto, nem tampouco a sórdida capangada que constitui esse edifício moral da celeberrima Aliança Liberal – o rótulo mais engraçado que já vi colocar no frontispício de um ridículo partido político. [...] Mas os gasparenses, autênticos defensores dos candidatos nacionais, não se deixaram embair e não puseram ao pescoço **essa nojenta fralda vermelha**⁷⁰. [...] É que abracei uma causa muito mais nobre que a de v. exa. A causa que conduz a minha Pátria a ordem e a paz, há quase quatro anos, mantida pelos Srs.

⁷⁰ Grifo meu solicitando com isso atenção para a discussão que será feita adiante a respeito do lenço vermelho usado pelos adeptos da Aliança Liberal.

Presidentes Washington Luís e Adolpho Konder. Os aliancistas é que são os perturbadores da ordem e do sossego da família brasileira. Trânsfugas de todos os partidos, endeusadores de outro trânsfuga e hipócrita como o é Getúlio Vargas. [...] este lenço branco que uso (E QUE TANTA ATENÇÃO DESPERTOU) não o deixarei jamais. Ele é o símbolo do meu credo político, porque branca, imaculada é a legalidade; alvo como a paz, como os sentimentos são, incorruptíveis, dos meus correligionários.⁷¹

A leitura da notícia leva a concluir que a situação se converteu em um escândalo e evidencia a exposição a que estavam sujeitos os indivíduos que optavam pela política. Além da exibição daquilo que supostamente estavam entendendo como uma fraqueza de opinião, ainda atacaram a autoestima do referido farmacêutico fazendo alusão aos seus pés “empilulados de calos”. A moral e o físico do farmacêutico Amphilóquio, de Gaspar, foram, de súbito, submetidos ao julgamento da opinião pública e, ao que parece, com o juízo de valor de um cidadão sobre o homem do campo daí, possivelmente fazerem menção aos “empilulados calos” do farmacêutico.

Além de poder pensar os jornais como dispositivos de poder na perspectiva de Agamben, ainda é possível observar o quanto estavam comprometidos com os jogos políticos partidários, mas também com uma função “educadora”. Os homens e mulheres que escreviam aos jornais creditavam poder às palavras e, neste afã, talvez, soubessem que lentamente esse suposto poder fosse capaz de causar impacto sobre as condutas individuais, mudando ações,

⁷¹ Jornal *Folha Nova*, em 28/01/1930.

comportamentos e pensamentos. Como se o leitor fosse assim uma “página em branco” e nela houvesse a necessidade de construção de um texto pedagógico. Ou ainda, de que o leitor fosse um “campo” a ser cultivado. O pensamento de Michel de Certeau ilustra essa ideia:

[...] o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu ‘em vista de mudá-la’. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função ‘estratégica’: ou fazer com que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligada, classificada, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo.⁷²

Quase tudo era tratado às páginas dos jornais, levado ao “conhecimento” de um público leitor, talvez para formar mais opiniões acerca do que já estava pré-elaborado ou ia sendo elaborado por um determinado grupo. A ideia veiculada às páginas dos jornais estaria, assim, pronta para ser absorvida servindo, nesse caso, para arregimentar corroborantes. Os jornais prestavam-se a nortear sentidos.

Ainda pensando sobre o escrito pelo Sr. Amphiloquio, que afirma que os gasparenses “autênticos defensores dos candidatos nacionais, não se deixaram embair e não puseram ao pescoço **essa nojenta fralda vermelha**”, destaco a seguir artigo que formula uma discussão justamente sobre a escolha do símbolo de

⁷² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 221 e 226.

propaganda política da Aliança Liberal, o que nos traz ao conhecimento alguns lampejos acerca do período e de como pensavam os homens de então, bem como sobre seu imaginário produzido, nesse caso especificamente, sobre o lenço de cor vermelha.

Lenços Vermelhos, não!

[...] Assim como exigimos que nos respeitem os credos políticos, respeitamos também as idéias ou os compromissos dos que pelejam em campo oposto. Mas, nem por isso podemos silenciar diante do processo usado pelos nossos contendores na campanha eleitoral em que nos achamos empenhados, nem deixar de lamentar batalhem eles sob insígnias incompatíveis com os propósitos que dizem estar animados. Em todos os tempos **a cor vermelha foi sempre a cor dos rebelados, dos que se colocaram fora da lei.**

E desde **os mercenários de Cartago** até **os anarquistas filiados a terceira internacional**, a cor vermelha tem sido o sinal de rebelião, o distintivo da revolta, a afirmação simbólica de que os homens que a usam querem subverter a ordem social, abalar as instituições e impor, pela força e pela violência, as suas idéias e as suas fórmulas. Entre nós, **o lenço vermelho sempre significou o revoltoso e até há pouco era uma temeridade usá-lo no Rio Grande do Sul.** Mais de um imprudente pagou, em plena paz, com a garganta, a sua imprudência. Porém agora, com o advento da Aliança Liberal, a cor vermelha passou a ser o símbolo dos aliancistas, quer dizer, dos rebeldes chamados liberais. Com franqueza: isto não é razoável nem se pode admitir que seja. Imaginemos, por exemplo, o Sr. Flores da Cunha – incontestavelmente uma bela figura de bravo e de republicano – trocando o seu velho e glorioso lenço verde por um lenço vermelho! Não, senhores da Aliança Liberal. O distintivo deve ser outro, que exprima as intenções cívicas dos responsáveis e orientadores da atual

campanha, que se há de processar dentro da ordem, na órbita da Constituição, para a honra dos próprios candidatos liberais e republicanos para a glória do regime e da pátria. Lenços vermelhos, não!⁷³

Os objetos não existem sem significado. Ao lenço vermelho o articulista atribuía um significado de rebelião, de revolta e, portanto, para uso de revoltados os quais tentava pelo discurso desqualificar, atribuindo-lhes características de “fora da lei”. Ele faz toda uma preleção de renúncia a tal objeto. Fazendo uso do significado desse distintivo estabelece fronteiras para situar uns e outros em campos onde pudessem ser reconhecidos numa situação de polarização - os que usam e que, portanto, devem ser reconhecidos como revoltados, não razoáveis em contraposição aos virtuosos respeitadores da Constituição. Era uma questão de identidade política. O articulista, assim, com o objetivo basicamente de desqualificar o oponente político e colocá-lo em xeque, evoca a memória histórica. Durante a Revolução Federalista (1893-1895) o uso do lenço vermelho identificava ao maragato – sujeito revolucionário que se opunha e tentava derrubar Júlio de Castilhos, governista. Já o lenço branco era usado como identificação aos Castilhistas, também chamados de “chimangos”. Essa identificação (maragato), como uma reverberação, ainda foi constatada durante a Guerra do Contestado⁷⁴ (1912-1916), quando antigos maragatos se destacaram na luta contra o governo federal e, como se vê, de certa forma, registrada ainda nos anos 1930.

⁷³ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 23/10/1929.

⁷⁴ Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

O jogo político observado dessa forma é duro, ele força situações, forja condutas em que as pessoas necessariamente tenham que optar e aderir a um dos lados e, ao fazerem, tornam-se alvos nas relações de força que serão medidas de acordo com o número de adeptos que arregimentarem. Neste afã de formar opiniões e re-modelar condutas, as palavras e as coisas, posso pensar, exercem “valor de mito e de rito”⁷⁵, forjam “Uma credibilidade no discurso que é em primeiro lugar aquilo que faz os crentes se moverem [...]”, lembrando que essa credibilidade, seguindo Certeau, “[...] produz praticantes”, portanto, nessa perspectiva, “Fazer crer é fazer fazer [...]”⁷⁶. Nesse afã remodelador do comportamento social envolveram-se intelectuais das mais diferentes áreas, fixando-se, sobretudo, nas atividades jornalísticas, mas também nas artes, literatura etc. Na imprensa catarinense observa-se com nitidez os ditames desse ideal de modernização das elites que articulavam por meio dos jornais seus dispositivos de poder. “A vulgarização da palavra escrita (imprensa) tendeu a colocar os escritores, críticos e jornalistas numa posição de orientadores da opinião pública”⁷⁷, vários intelectuais da época tiveram uma espécie de *inserção ideológica*, usando uma expressão de Antonio Candido, que observa:

⁷⁵ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p 21.

⁷⁶ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p 221.

⁷⁷ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do Litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, 1989, p. 141.

[...] Os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período.⁷⁸

Assim, pensando sobre a atuação dos intelectuais e o campo da cultura e trazendo a estes a perspectiva assinalada por Bourdieu quando discorre sobre o poder simbólico⁷⁹, é-me dado inferir o quanto a cultura dominante, aqui entendida como a que consegue chegar às páginas dos jornais e por meio deles se difundir, contribui para uma integração da classe dominante assegurando uma comunicação imediata entre seus membros e distinguindo-os das demais classes; Pode-se pensar que, como efeito ideológico, a cultura dominante une pela comunicação os seus pares e também os separa dos demais já que essa comunicação é um instrumento de distinção que legitima as distinções compelindo todas as demais culturas (que passarão a ser designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

O alarde dos aliancistas como também dos situacionistas do Partido Republicano foi grande, aos jornais publicavam-se telegramas e notas sobre as caravanas e seus resultados, afinal, dois partidos políticos concorrendo com nomes tidos como tão expressivos na política catarinense era uma novidade para a

⁷⁸ CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, p. 182.

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 7-16.

época e toda a movimentação dessa intensa campanha cheia de percalços e melindres deve ter deixado o povo catarinense, principalmente os das cidades do interior, mas também os da capital, surpresos ao mesmo tempo em que se imagina todo o estranhamento e curiosidade acerca daquela circulação. No jornal República, publicado em 28/10/1929, reproduz-se o seguinte telegrama “Caravana aliancista percorre sul do Estado [...] produziram vibrantes discursos entrecortados aplausos numerosa assistência. [...] Chegada aqui caravana foi recebida distância de dez quilômetros por grande comissão liberal, marcado para noite grande comício [...]”. Mais do que a notícia sobre a surpresa e agitação que tais caravanas e comícios causavam nas cidades do interior podemos pensar sobre a intenção da publicação do telegrama como produção dos sentidos. Lógico que havia a intenção de afrontar a oposição, mas também de seduzir pela ideia do espetáculo, e, quem sabe, por meio desse artifício produzir adesões.

Neste capítulo, busquei apresentar o contexto histórico que antecede a Revolução. Nele, procurei analisar a produção discursiva em torno dos que detinham o poder estatal, no caso a ala governista atrelada a Konder e ao Partido Republicano Catarinense em oposição aos que desejavam ocupar o poder e virar o jogo político, organizados em torno da Aliança Liberal. Intentei visibilizar a intensidade dos desejos pelo poder e perceber no político a dimensão humana dos sentimentos e ressentimentos urdindo discursos. Ao apresentar as ações de Konder, quis dar a perceber o quanto os discursos produzidos e reproduzidos nos jornais sobre este político intentaram tecer uma memória histórica. Quis, assim, refletir sobre como se articularam os sujeitos na conquista de seus ideais políticos

e do quanto para isso lançaram mão da produção de registros. No capítulo II apresento a narrativa sobre o processo das eleições, da aproximação da oposição aliancista catarinense com os gaúchos e a preparação da Revolução.

CAPÍTULO II – AS ELEIÇÕES CATARINENSES E AS PULSÕES REVOLUCIONÁRIAS: COMBATES POLÍTICOS

2.1 ELEIÇÕES E DRAMAS

Em março de 1930 acontecem as eleições para presidente da República, senadores e Câmara Federal. Nos jornais noticia-se terem transcorrido sob relativa “normalidade”, não obstante inúmeros relatos de atos de autoritarismos e controle rígido efetuado sobre os eleitores, além de denúncias de fraudes de todas as ordens. Os candidatos Júlio Prestes e Vital Soares receberam maior número de votos e foram “tranquilamente” eleitos. Porém, algumas cartas redigidas no período evidenciam que nem tudo foi “tão tranqüilo” quanto os jornais situacionistas queriam fazer crer. O clima era tenso, como na maioria das vezes em que há o choque de interesses por ocasião de pleitos eleitorais. Mas, além da tensão até certo ponto considerada “normal” observam-se animosidades e denúncias que evidenciam que a aproximação do pleito e as eleições não aconteceram em clima nem de concórdia e nem de tranqüilidade.

Ainda no mês de janeiro, em carta¹ enviada por Joaquim Torres do município de Herval do Oeste para o candidato Getúlio Vargas em Porto Alegre, este dizia-lhe:

Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas

Minhas respeitosas saudações

Desculpar-me-á V. Exa as importunações, porém, as causas políticas por aqui assim me obrigam.

Ontem vim de Rio Caçador onde fui conversar com amigos de Curitibanos; tenho o prazer de dizer a V. Exa. que lá temos elementos a nos garantir bons resultados, tal o descontentamento com a situação local e estadual. Em Cruzeiro, **feudo do Sr. Cel. Passos Maia**, precisamos agir de um modo mais positivo, pois está **premeditado a entrega dos títulos** com as cédulas na boca da urna, para que tal não suceda é preciso a **ação mais enérgica**, e assim estou elaborando **um folhetim ao colono** em redação clara, o qual será assinado pelo comitê de Cruzeiro, pois temos muitos elementos nesse município, porém precisamos **salvar os amigos do receio de que estão possuídos**. Com reserva informo a V. Exa. Que Fabrício Vieira esteve de passagem pela estação de perdizes acompanhado de dois camaradas, lá declarou que ia para a Vila de Campos Novos, isto há oito dias, lá fui e não verifiquei a sua presença, e conversando com seu filho, de nome Luiz Fabrício, nada sabia, isto em presença do nosso prezado amigo Cel. Fagundes; **como Fabrício é um elemento que não nos merece a menor confiança** penso de bom aviso isso informar a V.Exa. Para essa capital devem seguir hoje os nossos amigos Cel. Eliziário Paim e Eugenio Ramaison que naturalmente irão falar a V. Exa. [...] Insisto em minha ida a esta capital, pois preciso muito falar sobre as coisas desta região o que por carta é por

¹ Carta de Joaquim E. Torres a Getúlio Vargas. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV, CPDOC, 14/01/1930.

demais fatigante a V. Exa., assim, espero que por intermédio de pessoa amiga receba ordens de V.Exa. que me seria favorável até dia 22 do corrente mês. Apresentando a V.Exa. os protestos de toda estima, seu (expressão em latim inelegível). Joaquim E. Torres

Essa carta, além daquilo que se consegue explicitamente denotar como uma possível fraude eleitoral, uma vez que as cédulas já estivessem preenchidas em boca de urna bastando, ao que tudo indica, ao eleitor assinar presença, permite interpretações ricas sobre o imaginário e mesmo sobre as extensões do poder e da cultura política da época. Observa-se que, grosso modo, embora fossem todos “senhores feudais” a tratar de seus assuntos políticos, esses que escreviam se queriam como anunciadores de um novo tempo – a modernidade, acreditando-se possivelmente diferentes dos demais ao denunciar-lhes a estratégia como algo que ficara em um passado do qual estes não queriam desvencilhar-se. A **ação mais enérgica** sugerida pelo missivista dizia respeito à feitura de um folhetim que informaria aos colonos da região como proceder e os “salvaria” do receio que os possuía. Essa proposição me faz pensar na convicção desses homens sobre o poder simbólico das palavras. Também me permite compreender os arranjos e as intrigas pessoais tratadas no âmbito da política sugerindo-se nomes, evidenciando influências e fazendo-se reconhecer no círculo do poder. É possível também constatar a existência de uma hierarquia aparentemente bem definida, uma vez que Joaquim Torres dirigia-se diretamente a Getúlio Vargas, mas dizia esperar ordens favoráveis para empreender visita à capital gaúcha.

Voltando a idéia enunciada anteriormente sobre a ação mais enérgica sugerida por Torres a Getúlio informando que faria **um folhetim ao colono** em redação clara, pode-se perceber o quanto aqueles homens investiram poder às palavras acreditando que estas pudessem alterar o estado de coisas. Bourdieu² ao referir-se ao poder simbólico diz que este seria quase mágico no sentido de que permite “[...] obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário”. Sob essa perspectiva, podemos ponderar que a estratégia de alertar os colonos por meio de um folhetim e ainda pensá-lo como uma ação enérgica é bastante interessante se considerarmos a época.

É absolutamente fascinante perceber a dinâmica com que se movem os personagens nessa trama e como quem, naquele momento se pensava ditando as regras e os nomes do jogo, outrora, estivera em outra posição. Fabrício Vieira citado pelo missivista como “um elemento que não nos merece a menor confiança”, por exemplo, durante a Guerra do Contestado era bastante influente como proprietário de uma das maiores fazendas e desde as primeiras expedições militares oficiais contra os sertanejos esteve ao lado do Exército³. Em 1914 era ele

² BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 14 e 15.

³ Cf. RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008, p. 356.

quem denunciava ao General Setembrino de Carvalho a fidelidade duvidosa de alguns políticos locais:

[...] três indivíduos que aqui se apresentam com as famílias nas suas declarações comprometem seriamente Raphael Labela, Cel. Rupp de Campos Novos, Henrique de Almeida, de Curitiba e Eugênio Lamayson, de quem pessoalmente e por telegrama já vos falei.⁴

Assim, em um dado momento, quem exerce o poder se vê enredado por esse mesmo poder. Isso nos permite perceber o quão móveis podem ser os jogos políticos. O caráter produtor de poder, assim como de poder político, manifesta-se por ações, comportamentos, intuitos, manobras, entendimentos e desentendimentos dos homens a fim de manterem-se ou mesmo de conquistarem cargos, funções, posições ou situações que lhes favoreçam ao exercício do poder, ou a uma parcela dele, ou ainda a um lugar nele.

Seguindo na tentativa de visualização das articulações dos jogos de poder e do quanto, não obstante as distâncias, eram intensos os diálogos que se mantinham, por meio dos quais se encurtavam as distâncias, e hoje nos possibilitam a oportunidade de perceber como se dava aquela comunicação, em outra carta⁵ escrita por Godofredo Guilherme Lutz Luce, do município de São

⁴ Telegrama de Fabrício Vieira ao ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, em 04/12/1914. In: RODRIGUES, 2008, *op. cit.*, p. 358.

⁵ Arquivo Aristiliano Ramos. Carta de Godofredo Luce a Henrique Rupp Junior e Nereu Ramos. 30/01/1930. Acervo pessoal de Carlos Humberto Corrêa.

Bento, datada de 30 de janeiro de 1930 e destinada a Henrique Rupp Junior e Nereu Ramos, lemos:

Muito estimados amigos e correligionários doutores Henrique Rupp Junior e Nereu Ramos. De novo me acho moralmente obrigado a roubar vosso precioso tempo pedindo vossa atenção para a exposição que segue:

O comitê de propaganda “Desembargador Sálvio Gonzaga”, como me parece, trabalhou bem e vai continuar trabalhando e conta com resultados que valem o tempo, esforços e dinheiro gastado nesta campanha eleitoral que data para nós desde 15.11.1929.

Os nossos adversários pode-se ver que cada dia a sua isolamento – para nós o único meio de ganhar aqui uma maioria – é mais pronunciada e evidente de maneira que se trata numa verdadeira revolta do povo contra os abusos e as perseguições do caciquismo, isto é do sistema oligárquico.

A prova que tivemos ultimamente que o Sr. Hugo Fischer, prefeito em exercício, o Sr. Tabelião Luiz Guinther, o muito temido “pai das viúvas e órfãos” e o Sr. Vigando Kock, fiscal municipal, foram obrigados de percorrer dias em seguida o município para somente no máximo alcançar 60 assinaturas para seus mesários.

Nós que sem prática e sem lista dos eleitores incluídos pelas seções que não foi dada ao nosso Presidente Sr. Reynaldo Almeida ao pedido do mesmo não obstante que foi publicada na nossa imprensa local a mentira tanto em alemão como na língua vernácula que os novos aliados, cujos nomes foram publicados por editais e dados como incluídos – trabalhemos muito descansadamente como no Rio Negrinho aonde o Sr. Roberto Buchmann esperava até a última hora a lista do Sr. Reynaldo Almeida que não conseguiu a mesma do tabelião que disse que custaria o horror de 200 e mais mil reis para dar a cópia da mesma a pedido, e não conseguia assim assinatura nenhuma

para esse distrito, conseguimos mais que 40 assinaturas para o distrito de São Bento em favor do nosso mesário Otto Maldanhauer. [...] Não há meio de obrigar o juiz da comarca a matroca de publicar a lista dos eleitores incluídos? Pela imprensa local vejo que foram eleitos membros da Junta Apuradora Municipal 8 pessoas se não prestistas absolutos, capachos dos prestistas.

Peço de nos orientar em tempo a respeito desta Junta Apuradora Municipal porque vejo que nós nem conhecemos o nosso papel. [...]

Com muita pressa assino-me de Vossas senhorias amigo e correligionário e “meio maluco”

Dr. Godofredo Guilherme Lutz Luce

Vice Presidente do Desembargador Salvio Gonzaga

Ao iniciar a carta, Godofredo Guilherme Lutz Luce incita seus interlocutores à amizade, mas, talvez temeroso de que isso não bastasse, promove também a lembrança de serem correligionários. A expressão “de novo” leva a crer que outras vezes já havia usado desse expediente, relembra que desde novembro de 1929 trabalha para alcançar resultados, relatando a seguir os já alcançados e evidenciando também que o páreo será duro. Percebe-se que além das dificuldades advindas do fato de estarem lutando contra a máquina estatal que tinha as principais autoridades do município sob seu jugo também faltava uma organização mais competente no sentido de atribuir papéis e funções aos membros do comitê liberal. O trabalho do Partido Liberal para a campanha e acompanhamento das eleições era, literalmente, braçal.

Sobre a lista comentada por Luce é interessante lembrar a forma como ocorriam as eleições no Brasil à época. De maneira geral, os chamados “coronéis”

se encarregavam de tudo. Providenciavam o local onde aconteceriam as eleições, elaboravam as listas dos candidatos, nomeavam e remuneravam os mesários, os fiscais e os apuradores. Os eleitores tinham que se apresentar e assinar o nome nas listas dos candidatos que escolhiam. Evidentemente que isso acontecia de forma aberta, com a supervisão e a observação dos membros do partido. As fraudes nas eleições durante a República Velha eram comuns e, não raro, mesmo eleitores já falecidos “votavam”. Capistrano de Abreu escreveu em 1925: “Hoje, a fraude começa pelo alistamento eleitoral, prossegue pelo depósito fosfórico do voto, quando não se prefere quebrá-la ou roubá-la pela apuração fraudulenta da urna”⁶.

A troca de correspondências é intensa durante o período, contudo, os remetentes e destinatários, no caso específico de cartas cujo conteúdo identifica-se como de cunho político, se repetem. Os grupos estavam bem definidos, é raro aparecer um nome novo e ou desconhecido. Em fevereiro de 1930, Henrique Rupp Junior escreve a Getúlio Vargas uma longa carta de seu próprio punho e, por isso mesmo, em alguns pontos, ilegível. A letra revela alguém nervoso, há várias rasuras. Por ela, visualizamos um retrato, um ângulo da conjuntura política e reencontramos, quem sabe, o papel do acontecimento e a influência das individualidades observando o fortuito e o singular daquele momento político. Uma carta, informações sobre um tempo, lugares, pessoas e intenções. Palavras carregadas de subjetividades, emoções, silêncios. Trata-se de um cabo eleitoral,

⁶ Disponível em: <<http://www.inova.unicamp.br/inventabrasil/urnalon.htm>>. Acesso em: 20 out 2008.

um homem da política, um homem prestando conta de suas ações, de seus sentimentos. Diz Rupp a Getúlio:

Prezado amigo (? Ilegível) Presidente Getúlio Vargas.

Depois de chorar a morte da minha meritosa mãe, reiniciei outra vez a propaganda aliancista nos municípios do Contestado, setor que ficou a meu encargo. Assim é que tenho percorrido a cavalo, em bom e mau tempo, todos os distritos do Norte de Cruzeiro, e todos de Campos Novos e parte dos de Curitibanos. Estive na Picada de (incompreensível), na Liberata no Buriti Verde em Taquaruçu-centro onde em 1912 irrompeu o grande movimento fanático de José Maria e por toda parte encontrei uma gente forte, disposta e sadia bronzeada pelo sol e pela aspereza do sertão – cheia de uma fé admirável na grande causa que abraçamos repetindo em cada rancho em todas as reuniões com entusiasmo o nome de Getúlio Vargas.⁷

Rupp dirige-se a Getúlio primeiro como amigo e em seguida como “Presidente”. Menciona a perda da mãe e deixa-nos a percepção de seu sofrimento (estaria tentando sensibilizar seu interlocutor?). O lugar que Rupp relata percorrer é a região Meio-Oeste de Santa Catarina. Ele diz ter percorrido ou estar percorrendo as cidades e seus distritos. Quase todos os distritos citados na correspondência foram locais de muitos conflitos motivados principalmente por divisões de terras, cenários onde se desenrolou a Guerra do Contestado. Percebe-se o quanto a Guerra do Contestado⁸, devido à extrema violência, ficara (é

⁷ Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC/ FGV. Carta de Henrique Rupp Junior a Getúlio Vargas, 07/02/1930.

⁸ Após a Guerra do Contestado, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, foram incorporados ao território catarinense quatro municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro

possível que ainda esteja) no imaginário das pessoas, como se denota na frase usada pelo missivista que, querendo talvez dizer de sua própria bravura em percorrê-la afirma ter encontrado lá gente de fé admirável em Getúlio Vargas. Curioso imaginar o que teria feito o cabo eleitoral para garantir com tal entusiasmo a adesão à causa liberal e ao nome do candidato. A região Oeste e Meio-Oeste, sobretudo os municípios de Chapecó e Cruzeiro, era controlada pelo coronel Manuel dos Passos Maia. Como já referido anteriormente, Passos Maia era republicanista fervoroso e também homem de ações enérgicas. Rupp presente a iminência de confrontos e relata sua suposição a Getúlio, dizendo:

Hoje irei até Rio Caçador descendo amanhã até Rio das Antas, deixando o comício de Perdizes para mais tarde pois **chove torrencialmente**. [...] Suponho que dentro em breve iremos lutar em alguma dificuldade pois ontem pessoa que merece inteiro crédito veio dizer-me que os delegados de Campos Novos, Cruzeiro e Chapecó receberam telegrama circular do Chefe de Polícia do Estado que incluía: “... deveis pois chamar todos os propagandistas da Aliança, adverti-los e se insistirem, prendê-los.”

Isso é tão espantoso que me custa acreditar. O informante entretanto declara que viu e leu o telegrama. Por enquanto entretanto nenhuma restrição de liberdade via propaganda senti, e se qualquer delegado tiver a coragem de vir advertir-me saberei como reagir diante de tão insolente ordem. Nada receio, nem mesmo pela violência. Não duvido que essa se faça sentir sobre o eleitorado. Na verdade os irmãos Manoel e José Maia (incompreensível) [...] A caboclada não se deixa intimidar mas o elemento colonial não tem muita força moral para resistir.

(hoje Joaçaba) e Chapecó. Conforme Eli Bellani, o município de Chapecó foi criado em agosto de 1917 e compreendia uma área de aproximadamente 14.000 km².

Estou informado que para garantir a vitória no distrito de Bela Vista que fica fronteira a Marcelino Ramos, os Maias pretendem mandar para ali no dia 1 de março um forte contingente policial. Tenho meios para neutralizar essa afronta mas desejava que o amigo também me amparasse em fundo mandando **mui secretamente alguns soldados da Brigada ficar a paisano** na estação do Rio Uruguai onde estarei no dia 28 de fevereiro. **O delegado de polícia de Bela Vista é um inveterado cachaceiro e muito violento.** Se ameaçar a provocar desordens precisaremos amarrá-lo para evitar desastres. [...] Caso ache justo o meu pedido peço dele não esquecer e confiar na minha ação previdente e calma. Peço mostrar esta ao nosso amigo Paim para que de tudo também fique inteirado. Sem outro motivo a vista a meu eminente amigo um forte abraço do Rupp.⁹

Notadamente, a tranquilidade às vésperas das eleições estava abalada. Na carta, Rupp nos permite impressões sobre a localidade e os ânimos das pessoas. Chovia torrencialmente. A região era desolada, as casas, os povoados, os distritos afastados uns dos outros. O missivista, como deixou registrado no início, estava emocionalmente abalado devido à perda da mãe, possivelmente também cansado por conta dos intensos deslocamentos. Contudo, em prol da causa aliancista, ele dizia nada recear, nem mesmo a violência, embora dissesse não duvidar que essa se fizesse sentir sobre o eleitorado. E, pelo visto, a violência era habitual. Por via das dúvidas, solicitou amparo financeiro e muito secretamente soldados da Brigada, mas pediu que viessem à paisana para não levantar suspeitas. Também relatou que o delegado era cachaceiro e violento e que talvez tivessem que

⁹ Continuação da carta de Henrique Rupp Junior a Getúlio Vargas em 07/02/1930. Arquivo Oswaldo Aranha, CPDOC/ FGV. Os grifos são meus.

amarrá-lo para evitar desastres. A escrita nos permite vislumbres sob diversos aspectos que passam das articulações e conchavos políticos às formulações sobre os espaços urbanos e rurais. A questão da violência, do abandono das populações do interior do estado que ficavam a mercê dos mandões locais.

É possível que essa carta tenha sido enviada por Rupp a Getúlio como uma tentativa de prestar contas por estar sendo cobrado de seus atos uma vez que em 07/01/1930, Elisiário Paim Filho¹⁰, do município de Cruzeiro, escrevera a Oswaldo Aranha contando-lhe que “Nereu e Rupp nesta zona nada tem feito, têm trabalhado mais no litoral aonde para a nossa causa não tem importância”. A julgar pela vigilância dos correligionários, é possível pensar que mais do que o amor à causa deveria haver também algum tipo de remuneração. Fica evidente que havia uma rede de intrigas igualmente muito bem aparatada.

Rupp estava, de fato, muito bem assessorado de informantes, uma vez que as informações que lhe chegaram foram pontuais e certas. Vemos, pelo

¹⁰ A *Revista do Globo*, em comemoração à Revolução, lançou em 1931 uma edição especial em que memorialistas de origens diversas, desde militares a jornalistas e advogados, escreveram relatos sobre sua participação. Nela, sobre Elisiário Paim escreve-se o seguinte: “O general Elisiário Paim com 37 anos de idade é veterano da campanha dos Fanáticos, a qual serviu como capitão, das campanhas de 1923 e 1924 como tenente coronel comandante de Corpo Provisório da Brigada do Rio Grande do Sul e da de 1926 como coronel comandante de um corpo de Patriotas catarinenses que lutou nesse mesmo Estado contra o General Leonel Rocha. De tradicional família rio-grandense, é filho de Santa Catarina onde exerce atividades várias, tais como criador, invernador, charqueador e chefe militar da Zona do Contestado. Militante no PR catarinense não hesitou abraçar a bandeira da Aliança Liberal meso sabedor que seria vítima das iras dos mandões da heróica Terra Barriga Verde”. REVOLUÇÃO de outubro de 1930: imagens e documentos. **Revista do Globo**, Porto Alegre, edição especial, p. 257, 1931.

telegrama de Felipe Portinho¹¹ ao presidente do Estado do Rio Grande do Sul, que realmente houve reveses e, inclusive, combate armado. Diz Portinho:

Passo Fundo. Acabo chegar Chapecó depois ver acordo rompido traição miserável autoridades Santa Catarina. Piquete liberais momento receber ordem retirar dissolver foi atacado forças Trogílio e Maia. Estão amigos iminência novo combate amanhã. Amigo número superior 500 reunidos espontaneamente poucas horas. Tem apenas oitenta armas e pouca munição. Apelo vossencia fornecer duzentas armas, cinquenta mil tiros salvando aquela gente morrendo glória rio grande. Vim comunicar-vos daqui não confiar telégrafo federal. Espero resposta urgente. Saudações cordiais. Felipe Portinho¹².

O clima, como se percebe, não parecia de uma eleição, e sim de uma guerra na qual em ambos os lados se identificavam como amigos os simpatizantes quer das causas do partido republicano, quer dos liberais e, inimigos, os que militavam na oposição. O telegrama dava conta que o fornecimento de mais armas, duzentas, precisamente, seria suficiente para salvá-los da morte em combate pela glória do Rio Grande do Sul. Como o telégrafo federal em Chapecó (SC) estava sob suspeitas e vigilância intensa, Portinho deslocou-se até Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, para escrever a Oswaldo Aranha com menos

¹¹ Felipe Portinho era natural do Rio Grande do Sul e pode ser considerado um veterano de várias batalhas. Em 1893, levantou armas contra Júlio de Castilhos no RS. Voltou à cena em 1923, não mais morando no RS, retornou para lutar a favor de Assis Brasil na zona nordeste do estado. Era inimigo político de Firmino Paim Filho.

¹² Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC/FGV. Telegrama de Felipe Portinho ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. 20/02/1930. Parte do telegrama – a que fala no número das armas - está em código.

dúvidas da interceptação. Vê-se que, para votar, naqueles tempos havia que se estar muito disposto a tais enfrentamentos. Oswaldo Aranha, governador do Rio Grande do Sul ao que tudo indica bastante alarmado, escreve a Adolpho Konder, ainda governador de Santa Catarina, em 21/02/1930, dizendo-lhe o seguinte:

Presidente Adolpho Konder, Chefe de Polícia trouxe meu conhecimento em todos seus detalhes fato Chapecó. Se houve culpa civis, ainda não dissolvidos de todo por falta de tempo necessário serem completamente avisados, muito maior e a das autoridades que, firmando acordo, marcharam com grande força militar e civil, quando tudo recomendava uma ação serena para restabelecimento afetivo normalidade. Suponho há nesse município elementos de ambas parcialidades que nos querem atirar a luta. Estou decidido intervir urgência retirada para Rio Grande desses elementos, que nobre amigo indicará, uma vez que faça mesmo com os seus, que procurarei apurar. Temos dever, homens novos, com responsabilidades graves, de evitar que se possa atribuir a nós ou aos nossos gloriosos Estados responsabilidade por uma luta que, iniciada em Chapecó, poderá alastrar-se criminosamente, cometendo-se assim, por imprevisão ou inação nossa o maior crime da República. Confio no meu nobre amigo que sabe poder contar minha ação. Saudações cordiais.¹³

A situação parecia ser verdadeiramente muito grave. Possivelmente, como os gaúchos não estivessem conseguindo suprir, conforme o pedido de Rupp, com armas, homens e dinheiro os militantes da Aliança Liberal que acabaram entrando em choque com os republicanos, melhor aparatados, visto terem e serem a própria

¹³ Arquivo Oswaldo Aranha CPDOC/FGV. Telegrama de Oswaldo Aranha ao Presidente (governador do Estado de SC) Adolpho Konder, 21/02/1930.

máquina governamental, acredito que Oswaldo Aranha resolveu agir apelando ao bom senso do governador. É provável que estivesse vislumbrando uma chacina dos aliancistas em menor número e com menos armas.

Mais telegramas entre esses dois governadores davam conta do agito e da violência em torno do clima que antecedia as eleições. Mais uma vez Oswaldo Aranha escreve a Adolpho Konder e o questiona sobre a operação de guerra montada na região Oeste do estado, principalmente em Chapecó, como represália aos arroubos liberais:

Recebi hoje telegrama Maia onde este confessa marchava som de guerra com elementos civis e militares, com vanguarda, batedores e flanqueadores. Para que este aparato militar? Para que esta marcha assim organizada? Para cumprir um acordo, obra de boa fé e boa vontade? É demais meu nobre Presidente. Tenho meu poder original circular chefe polícia aconselhando violências contra liberais em todo Estado. Em Chapecó onde tínhamos 80% da votação não será possível ir às urnas. Sei que tudo isso não merece seus aplausos. Mas é a verdade, a amarga realidade com a qual temos que conformar por amor à paz, fazendo, entretanto, justiça aos nobres esforços e propósitos do Presidente de Santa Catarina. Saudações afetuosas. Oswaldo Aranha.¹⁴

Verifica-se por meio dessa escrita que mesmo que a população do Oeste e Meio-Oeste estivesse tentando apoiar aos candidatos liberais, após tais contendas, verdadeiras operações de guerra com “vanguarda, batedores e

¹⁴ Arquivo Oswaldo Aranha CPDOC/FGV. Telegrama de Oswaldo Aranha ao Presidente (governador do Estado de SC) Adolpho Konder, 23/02/1930.

flanqueadores”, deve ter optado em não expor-se aos perigos que representava ficar contra a Força. Oswaldo Aranha denuncia que, dessa forma, por exemplo, em Chapecó, onde tinham 80% da intenção dos votos, não seria possível aos eleitores irem às urnas. Em 25/02/1930 continua denunciando ao governador do Estado de Santa Catarina as ações violentas contra os liberais. Intensifica-se o fluxo dos telegramas cobrando acordo firmado entre os estados e anunciando onde seriam os lugares com maior número de eleitores:

Unicamente para conhecimento do nobre Presidente, transmito seguinte telegrama que recebi de Lages: “Polícia atacou ontem bilhar de um nosso correligionário que depois chegada um novo comandante destacamento policial estava ameaçando violências como muitos outros companheiros nossos. **Foi barbaramente fuzilado pela polícia um homem completamente desarmado** que estava na frente do bilhar, operário pacífico e morigerado. Polícia depois da chegada do novo comandante não faz mistério do propósito em que está de provocar nossos correligionários, mesmo os mais graduados, com fim perturbar eleição **implantando temor**. Consta com fundamento que de Curitiba passou com direção a Serro Negro onde temos esmagadora maioria uns grupos armados com fim impedir eleição ali. Levo conhecimento V. Exa. Estes fatos acreditando que eles importam desrespeito convenio celebrado pelos chefes polícia dois Estados. Rogo V. Exa. Acusar recebimento deste. Afetuosas saudações.¹⁵

É possível que Oswaldo Aranha não nutrisse esperanças de que Konder fosse realmente posicionar-se de maneira a conter tais violências e, mesmo

¹⁵ Arquivo Oswaldo Aranha CPDOC/FGV. Telegrama de Oswaldo Aranha para Adolpho Konder, 25/02/1930.

sabendo que, possivelmente, era por mando e/ou consentimento e/ou conhecimento do próprio Konder que tais reveses aconteciam, Aranha insistia em escrever-lhe para deixá-lo a par, como se este nada soubesse “Unicamente para conhecimento do nobre Presidente” e, dessa forma, iam registrando em tais telegramas suas dissimulações. Implantando o terror, a eleição era caso de polícia, mas de que lado mesmo a polícia estava? E como ficavam as pessoas no meio dessas contendas?

Na série “Documentos para História”, que abordo a seguir, lemos o telegrama do coronel Lopes, comandante da Força Pública Catarinense em Florianópolis instruindo o tenente Salles, na cidade de Bom Retiro, sobre como agir em relação aos perturbadores da ordem, os quais eram, no mais das vezes, membros da Aliança Liberal e que faziam suas preleções e campanhas políticas naquela cidade e região. Diz ele ao seu comandado:

Na sede aí existe um curandeiro de nome Damiani que diariamente faz reuniões em casa e prega idéias revolucionárias atacando autoridades constituídas, deveis prendê-lo por ordem governo e castigá-lo convenientemente aí mesmo. Governo recomenda agir máxima energia contra perturbadores ordem principalmente em Barracão¹⁶ onde existe maus elementos segundo informações recebidas.¹⁷

¹⁶ Atualmente é a cidade de Alfredo Wagner.

¹⁷ Jornal *República*. Florianópolis, 29/10/1931. Série: “Documentos para a História”. Lembro que a leitura pode parecer truncada por ser um telegrama.

Este telegrama permite ampla interpretação sobre o contorno do acontecimento, mas também para além disto porque podemos pensar ainda na questão das identidades e subjetividades, nos sentimentos que se formam a partir de ações e intenções, nas evasivas. Observa-se mais uma vez uma rede de informações ampla e muito bem articulada, a ponto do comandante em Florianópolis ter ciência do que acontecia lá no Planalto Serrano enquanto um tenente que era autoridade lá teve que ser alertado a partir da capital, dando-nos a entender que não tivesse tal conhecimento. O “Governo” seria aí o governador Konder? Percebe-se a dissimulação. Opositores eram tratados como maus elementos e sujeitos ao castigo, à violência com “máxima energia”. Dizendo que era o “Governo”, entidade abstrata, que assim o exigia, não nomeando este “governo” percebe-se uma evasiva. Não era ele, o comandante, nem o governador que assim o queriam, era o “governo”. Mas que nome ou nomes teriam esse governo? E como as ações do “governo” ficaram registradas nas lembranças daquelas pessoas?

Diante disso fico a pensar no que tais violências associadas às eleições e ao ato de votar causaram, a forma como possivelmente tenham sido captadas pelo imaginário popular, para além do exercício da cidadania. Se votar causava uma desordem tão grande, cenas de violência tão incontidas, por que o povo à época almejaria votar?

Sim, é certo que o povo no sentido da grande massa ainda não tinha o direito ao voto. Vale lembrar que seguindo os preceitos constitucionais da Carta

de 1891, o voto não era secreto. Votavam os homens maiores de 21 anos. A assinatura da cédula pelo eleitor era obrigatória, uma vez que não se permitia que os analfabetos votassem. Dizia-se que o voto era “universal” querendo-se com isso fazer uma distinção porque não mais censitário como no regime anterior onde se definia o eleitor por sua renda. À época não tinham direito ao voto como garantia constitucional os analfabetos, as mulheres, os praças-de-pré¹⁸, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos. Vale lembrar que as mulheres alfabetizadas tinham o direito de votar em dez estados brasileiros – conquista que se deu por meio de decretos e não pela Lei maior (Constituição). Assim, eram concessões que se faziam apenas em alguns estados e com restrições.

2.2 DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA

A abordagem que faço a seguir é elaborada a partir de documentos que passaram a circular nos jornais de Santa Catarina depois de consolidada a Revolução de 1930, mas que demonstram ainda aspectos da discussão que faço neste capítulo acerca das articulações, tramas e dramas em torno do jogo político. Logo que assumiu o poder, o grupo vencedor tratou de materializar espaços de memória para caracterizar sua importância: deram seus nomes às ruas, escreveram

¹⁸ Praças de pré eram os militares que não tinham patente de oficial. Eles estavam proibidos de votar porque se pensava dessa forma evitar que as tropas se contaminassem pelas paixões político-partidárias. Só tinham direito ao voto os oficiais superiores que possuíam maior grau de instrução e os alunos das escolas militares de ensino superior.

livros, revistas em edições especiais, esculpiram estátuas, entre outras atividades. Em várias obras escritas nesse período pós-Revolução verifica-se a desqualificação do momento político anterior, ainda que quase todos os ditos “revolucionários” ocupassem cargos e funções de mando, quer em âmbito federal, estadual ou municipal (regional, distrital). Essa constatação pode ser observada às páginas dos jornais. Em Santa Catarina, a partir de julho de 1931, o *Jornal República* passa a publicar algumas cartas e documentos oficiais produzidos entre janeiro e outubro de 1930 a título de denunciar falcatruas e desmandos. Intitulam a coluna de *Documentos para a História* e nela evidenciam, principalmente, o que entendem como fraudes que ocorreram durante as eleições presidenciais em 1930. Isto me interessa enquanto práticas constitutivas do jogo político, mas também como práticas de um enquadramento de memória, uma espécie de formatação das memórias que devem ser lembradas. Ao elaborarem documentos para serem lembrados, abriam a possibilidade para que outros fossem devida e deliberadamente esquecidos. Nestes *Documentos para a História* não encontramos, por exemplo, o número de mortes causadas para que a Revolução pudesse triunfar. Então, como um trabalho de enquadramento de memória, é justamente o trabalho da valorização revolucionária.

Logicamente que os documentos publicados nesse jornal não foram inventados, eles existem, mas, se o grupo que os produziu se mantivesse no poder, é presumível que pouca ou nenhuma importância a eles fosse atribuída e que, muito provavelmente, não apareceriam aos jornais. Nesse sentido, concordo com

Pesavento¹⁹ ao afirmar que o passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, permitem-nos ir além da lacuna, do vazio e do silêncio. Interessante perceber nisso, aquilo sobre o qual Foucault já falara em *Microfísica do Poder*, ou seja, “[...] que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”.²⁰ Seguindo a idéia deste autor que me é muito cara, cada sociedade tem seu regime de verdade, assim, aquilo que foi publicado aos jornais como *Documentos para a História*, parece-me, tinha em seu discurso o sentido de uma política geral de verdade que os fez funcionar como verdadeiros. Ao reproduzirem tais documentos como denúncia de fraudes, o anúncio de uma mentira em que supostamente se sustentava o governo anterior, escondido atrás de “ações espúrias”, estaria produzindo a idéia de que este, o atual, aquele que venceu por meio de uma Revolução, estava ancorado na clareza e transparência, pressupostos da verdade. A verdade não existe fora do poder e, via de regra, quem detém o poder tem também o encargo de dizer o que é e o que funciona como verdadeiro.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Coloquios, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index229.html>>. Consultado em: 21 out 2008.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, p. 10.

Em *Documentos para a História* lemos uma carta a qual Konder (o governo passado, destituído) estaria orientando sobre os procedimentos para a conferência dos votos:

A Comissão de sindicâncias de Tubarão encontrou, entre muitos outros papéis interessantes, no arquivo daquela municipalidade do sul do Estado a seguinte carta oficial:

<< Palácio em Fpolis, 10 de fevereiro de 1930. Confidencial Importantíssimo – Prezado amigo Dr. Otto Feurschütte. – Convém avisar a todos os secretários das mesas eleitorais, **em caráter reservado**, para que enviem as atas e os livros do pleito de primeiro simplesmente subscriptados <<A Junta Apuradora da Eleição Federal>> e não ao Presidente da junta **pois este não é nosso amigo**, tendo mesmo tomado abertamente o partido de oposição. Rogando resposta e de acusar o recebimento desta e de tomar sem demora a providência nela solicitada, envio afetuosos cumprimentos. KONDER.>>²¹

Como se vê na carta dita oficial, Konder ao reconhecer no presidente da junta apuradora da eleição um **não-amigo** tentava manipular os resultados orientando quanto aos procedimentos. Acredito que o destaque que se queira dar a essas ocorrências segue a tendência de formar uma opinião de que se os votos não tivessem sido manipulados, as eleições teriam sido legitimamente ganhas pelo grupo revolucionário, mas como existiram fraudes o poder teve que ser conquistado à força, ainda que esta fosse mesmo a vontade dos eleitores, caso não houvesse fraude. Nesse sentido, a Revolução era “justa”. Outra intenção que é possível depreender é a do contraste entre o antes e depois; algo como o antigo e o

²¹ Jornal *República*, Florianópolis, 16/07/1931. O grifo é meu.

novo regime; o velado e o transparente. Uma espécie de contraponto entre o autoritarismo de um governo ultrapassado, reacionário, de mentalidade retrógrada, e um *novo* que se quer anunciador de novidades promissoras e modernas. Por meio desses *Documentos para a História* podemos pensar sobre a intencionalidade do registro histórico ou de como a história se deixa ou não registrar... A intenção, uma versão da história. Em um momento estavam os republicanistas²², como homens no governo/situação, a denunciar os atos dos liberais/oposição, em outro, mudam os lados, mas os homens em suas falas e em suas ações se repetem, parecem os mesmos a se estranhar.

Em *Documentos para a História* fica nítida a impressão de que o jornal representa um espaço para produção de uma memória. Nesse sentido é possível perceber que a produção daquilo que se entende como consciência histórica ou cultura política ou subjetividade parte de um processo de estilhaçamento das lembranças. É preciso ainda considerar que as relações estabelecidas a partir dos jornais como meios de comunicação podem ser compreendidas como relações de poder material ou poder simbólico acumuladas pelos que estão nelas envolvidos. Nessas relações de força simbólica entre um produtor e um consumidor (ou mercado), detém o poder efetivo quem é capaz de produzir um discurso reconhecido como legítimo²³. Quem confere legitimidade, portanto, aos

²² Uso a expressão “republicanista” para caracterizar os partidários do PRC (partido republicano catarinense). Não fiz uso da expressão “republicano”, pois, em minha concepção, os liberais da PLC (Partido Liberal Catarinense) também estavam imbuídos de ideais republicanos.

²³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

documentos publicados é a História. Pela produção desses documentos para uma publicação no jornal, o grupo que passou a deter o poder quis instituir um *lugar de memória* criado com o objetivo de lembrar. Dessa forma, investiu no trabalho contra o esquecimento. Para Pierre Nora²⁴, os *lugares de memória* são marcos testemunhais de uma nova era envolvida profundamente em sua transformação e renovação e que, portanto, valorizam mais o novo do que o antigo, o jovem do que o velho, o futuro do que o passado.

Para produzir, os historiadores partem da análise de documentos deixados em fontes como essa, por exemplo, disto parece-me evidente uma vez mais o cuidado que, necessariamente, temos que ter com o que nos é deixado como *Documentos para a História* e, evidentemente, com aquilo que deixamos.

2.3 DESÂNIMOS... DESALENTOS... ACUSAÇÕES

Concluídas as eleições nacionais e estaduais, o vitorioso absoluto, porém não incontestável, em terras catarinenses, foi o Partido Republicano. Destarte, enquanto uns cantam vitórias, comemoram, outros, inconformados, denunciam, desanimam, calam, gritam, acusam, se escondem... O que representava fazer

²⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury de *Lês Lieux de Mémoire*. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

militância como oposição nos idos de 1930? O que representava naquelas comunidades distantes dos grandes centros, onde todos se reconheciam, militar na oposição e perder as eleições? Poderíamos pensar nos sentidos dos sentimentos naquele momento em que vencedores e vencidos afloram suas sensibilidades denotando a força de seus desejos, paixões que se revelam, que se escondem, que se omitem, que silenciam, que são silenciadas. Sensações, algumas traduzidas em palavras. Para o grupo dos vencedores do PRC trata-se de se regozijar tripudiando sobre os vencidos do PLC. Para os vencidos, trata-se da amargura, da denúncia, da acusação, da aceitação, da tentativa da superação, da humilhação... Transição para o continuísmo?

No jornal *O Estado*²⁵, de 07/04/1930 os republicanistas cantam vitórias sobre seus opositores aliancistas publicando artigo intitulado de *O momento político*.

Resolvido nas urnas o problema da sucessão presidencial da República e reconhecida, assim, pelos elementos de maior valor, **a inutilidade da Aliança Liberal**, nada justifica o rumor, a gritaria de alguns desvairados que ainda julgam poder iludir o povo. Em Santa Catarina, desde 1 de março, **ela está morta e bem enterrada**. Realizado o seu objetivo com a eleição do Sr. Nereu Ramos, apenas um ou outro “aliancista” inchava as veias do pescoço em doutrinações que ninguém mais ouvia. O grosso das hostes liberais, com impaciência, esperava um pretexto qualquer para arriar a *tabuleta* que a praça 15 de novembro, avisava aos povos a existência da Aliança. E esse

²⁵ Editado em Florianópolis.

pretexto chegou com as entrevistas do Sr. Borges de Medeiros e os editoriais definitivos e *trachantes* da “*Federação*”. Incontinentemente a *tabuleta* desceu e foi levada não se sabe para onde. Era o enterro da Aliança em 3º classe, sem acompanhamento e sem necrológios comovedores. De sorte que, a insistência com que alguns “ex-liberais” andam por aí a repetir histórias sem nexos políticos e sem propósitos sérios, já está tocando as bordas do ridículo. **O melhor será que esses sebastianistas se rendam a evidência dos fatos e façam como alguns dos maiorais da Ex-Aliança, que já guardaram há muito tempo, entre latas vazias e pregos velhos - o indefectível lenço vermelho...**

As urnas, símbolo da República a qual se pensa democrática, resolveram o problema da sucessão presidencial. Não os eleitores, mas as urnas. Objetos depositários dos desejos e escolhas políticas, por meio das quais o problema da sucessão foi resolvido. Resolvido, então nada mais justificaria rumores, gritarias de alguns desvairados. Desnorteados os que ainda tentavam iludir ao povo. Hora de arriar as *tabuletas*. Pensavam os republicanos que o jogo político estava definido e o “indefectível lenço vermelho” estaria guardado “entre latas vazias e pregos velhos”, talvez aludindo a estes objetos como os não usados por pessoas de origem mais nobre e sim por pessoas de uma classe menos abastada (uma 3ª classe?). De sorte que para além da vitória era ainda necessário como exercício de afirmação do poder advindo da legitimidade às urnas reduzir o outro ao lugar conferido aos que perdem, afinal “os sebastianistas que se rendam a evidência dos fatos”. A frase alude ao fato de reconhecerem como reduto da oposição ao governo de Konder a região do Contestado, onde os principais líderes, maragatos, como discurremos anteriormente, eram aliancistas e, portanto, deveriam guardar

seus “indefectíveis lenços vermelhos”... Uma vez mais a recorrência ao lenço vermelho e novamente a ideia sobre o desconforto que tal objeto causava. Mas estaria a Aliança Liberal “bem morta e enterrada” como anunciado?

Rupp, inconformado com os resultados das urnas, escreve cartas denunciando fraudes e atos de violência ocorridas sobre os aliancistas. Em resposta, os simpatizantes do PRC lançam mão de seus expedientes revidando acusações e tornando pública a querela que para além do político visava a atingir também a feição humana, pessoal, do político, mas também do homem. Assim lemos:

Protesto Rupp e Contra-protesto Maia

HERVAL, 23 (Especial) – A derrota dos liberais nesta região, onde a campanha foi pessoalmente dirigida pelo dr. Rupp Junior, candidato aliancista a renovação do terço do senado, **deixou-o visivelmente desanimado ante a positiva demonstração da sua falta de prestígio**, principalmente no município de Cruzeiro, onde s.s. sempre alardeou exercer especial ascendência sobre o eleitorado.

Além de outros atos reveladores de absoluta falta de recursos para justificar a derrota s.s. protestou junto do Juiz de Direito contra as irregularidades e fraudes que alegou terem ocorrido no pleito realizado em todo município do Cruzeiro, inclusive na seção por ele próprio fiscalizada, cujas atas assinou com ligeiros protestos não positivando nenhuma irregularidade nem especificando nenhuma fraude.

O protesto do Dr. Rupp Junior, pela **linguagem violenta**, característica de um **ódio pessoal** e de um incontido despeito, limita-se a acusações ao Coronel Passos Maia que, com serenidade e calma em face do seu liberalismo que em épocas idas, tanto notabilizou Curitibanos.

O coronel Passos Maia em seu contra-protesto, fugindo a irreverências, positivou os seguintes fatos que traçam fundo a fisionomia dos princípios liberais, apregoados pelos aliancistas:

1ª – Ataque a seção de Itá por um grupo de aliancistas que ali foram com o intuito de perturbar as eleições;

2ª – Perturbações da ordem no distrito do Ouro onde o Sr. Simão Ruas e outros eleitores exibiram revólveres para suprir o título e votarem nos candidatos aliancistas;

3ª – Perturbações da ordem em Irani onde o Sr. Primo Bigini à frente de um bando armado debandou a mesa e carregou com a urna para local ignorado.

4ª - O modo gentil e cavalheiresco com que o Dr. Rupp Junior foi tratado em Bela Vista onde finalizou as eleições e foi formidavelmente derrotado.

5ª – A maneira com que em Ipira foi tratado o Sr. Joaquim Torres, apesar das indignidades e baixezas que ali praticou por ocasião do pleito.

6ª – A correção com que se procederam às eleições na vila de Cruzeiro, Herciliópolis, São Bento, Fachinal Branco e Catanduvás, com rigorosa fiscalização aliancista sem que houvesse motivo para protestos correndo todos os trabalhos na melhor ordem e calma.

O contra-protesto do coronel Passos Maia que será publicado citando ocorrências e **positivando fatos em linguagem serena de quem é senhor da verdade** deixa o protesto do Dr. Rupp Junior **enquadrado dentro do ridículo**.²⁶

Constata-se uma guerra de palavras e ataques pessoais. Mas há um “senhor da verdade” que aguarda para se manifestar. A verdade, como já referido anteriormente citando-se Foucault, “[...] não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e

²⁶ Jornal *Folha Nova*, 24/03/1930.

nele produz efeitos regulamentados de poder”.²⁷ Parece evidente que discursos como esse foram produtores e portadores de mensagens que incitaram ódios pessoais, rancores, paixões, desafetos e desilusões. A derrota nas urnas em local onde Rupp tinha como certa a vitória deixou-o, como se lê no artigo acima, visivelmente desanimado. Desanimavam-se uns, animavam-se outros. No jogo político que se depara quem vence, como exercício de poder pode produzir aquilo que lhe convém. Nesse caso, como um dos vencedores do jogo, o “contra protesto do coronel Passos Maia em linguagem serena **de quem é senhor da verdade**” deixou o protesto do Dr. Rupp Junior “enquadrado dentro do ridículo”.

Como as ações políticas à época ainda estavam muito presas ao prestígio dos homens como indivíduos, observa-se que há uma tentativa no sentido de abalar as já possivelmente frágeis estruturas do oponente, ação que acredito estar denotada pela frase que estaria justificando o desânimo de Rupp “ante a positiva demonstração da sua falta de prestígio, principalmente no município de Cruzeiro, onde s. s. sempre alardeou exercer especial ascendência sobre o eleitorado”. Nesta percepção das sensibilidades é difícil saber ao certo o que poderia estar dominando os sentimentos de Rupp, que dor, que desalento lhe consumia as energias, e mesmo se tal desalento realmente existia ou se era uma imagem igualmente produzida, porém, a intenção de mexer na ferida aberta do aliancista derrotado parece-me evidente.

²⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. p. 10.

Retomando ao assunto das eleições, depois de concluídas as que elegeram novo presidente, tentava-se articular a próxima jogada política que seriam as eleições para presidente de estado (governadores). Os aliancistas que empregaram todo seu empenho nas campanhas para presidente e que sabiam, como já discorremos anteriormente, do prestígio do governador Konder, não haviam lançado nome para concorrer ao Executivo estadual, de forma que cabia aos republicanos decidirem sobre quem sucederia Adolpho Konder. Os republicanos catarinenses estavam sob aparente tranquilidade apenas administrando o processo sucessório. Apesar de não haver oposição para esse pleito pelo Partido Liberal, no próprio Partido Republicano não se conseguia chegar a um consenso em torno de um nome. Adolpho Konder estava bem cotado em nível nacional e cogitava-se, inclusive, sobre a sua indicação para uma pasta ministerial.

O Jornal Folha Nova²⁸, em 02/04/1930, replica sob o título *Política Catarinense – Em torno da Sucessão*, artigos de jornais como o *Diário Nacional* e *Folha da Manhã* tais articulações, informando:

São Paulo, 1 – Todos os jornaes se referem largamente a visita feita pelo Sr. Dr. Adolfo Konder, Presidente de Santa Catharina, ao sr. Dr. Julio Prestes, bordando commentários políticos em torno da mesma. O “DIÁRIO NACIONAL”, diz, que na entrevista realisada à noite, entre os dois políticos, foi objecto de cogitações a solução presidencial daquelle Estado sulino, declarando, ainda, o mesmo jornal, não offerecer

²⁸ Editado em Florianópolis reproduzindo notícias veiculadas nos jornais Folha Nova, Diário Nacional e Folha da Manhã, todos de São Paulo, em 01/04/1930. Mantive a grafia da fonte.

duvidas ao facto de haver sido o Sr. Dr. Adolfo Konder convidado para sobraçar uma das pastas no futuro ministério, indo o Sr. Dr. Victor Konder, actual ministro da Viação, para o Governo de Santa Catharina. Por seu turno, a “FOLHA DA MANHÃ”, órgão retintamente governamental, diz, a propósito da viagem do Presidente de Santa Catharina, textualmente o seguinte: O Sr. Adolfo Konder, governador de Santa Catharina, desceu em Santos, afim de conferenciar com o dr. Julio Prestes. O governador catharinense vem resolver a questão de sua sucessão no governo do Estado. O candidato mais viável parece ser seu irmão, o Sr. Victor Konder, ministro da Viação e Obras Publicas.

Interessante notar a aparente facilidade de circulação desse político catarinense junto ao recém-eleito presidente da República Júlio Prestes e como os jornais o tratavam com extremado respeito e benemerência. Não é possível deixar de observar a imbricada rede de sociabilidades agindo a favor do político. Novamente gostaríamos de salientar que os jornais de então eram empreendimentos abertamente político-partidários e, nesse caso, comprometidos com a causa. A relação de amizade de Adolpho Konder com Washington Luís fez render, em 1929, a visita do presidente a Santa Catarina e angariou, além de simpatias, recursos financeiros para construção de uma ponte entre os atuais municípios de Joaçaba e Herval do Oeste. Sobre essa visita, na obra memorialística de Waldomiro Souza, é registrado que o presidente que estaria retornando de uma excursão pelo Sul do país foi recepcionado na estação ferroviária da cidade de Herval pelos prefeitos de Cruzeiro (atual município de Joaçaba, Manoel do Nascimento Passos Maia) e Campos Novos, que lhe ofereceram uma churrascada. Nesta foi “batida uma foto” que ampliada “figurou

na sala da casa do Cel. Passos Maia, enquanto ele ali residiu. Contava que foi nessa ocasião que o Cel. Passos Maia reivindicou a Ponte que foi iniciada quase “defronte onde se verificou a churrascada”²⁹. Na figura 2.1 registra-se a visita do presidente à cidade de Cruzeiro onde, ao que parece, sente-se à vontade tomando chimarrão ao lado dos políticos e personagens públicos da região. Como é perceptível, de tais laços se faziam render obras públicas de cunho também políticas como a registrada na figura 2.2³⁰. Obra que, certamente, conferia aos políticos daquela região reconhecimento e fortalecimento de seu poder.

Na figura 2.1, ainda, embora não nos seja mais possível reconhecer o fotógrafo e saber-lhe a filiação, é perceptível a intenção deste em demonstrar o quanto o presidente estava à vontade entre seus pares. Tomando chimarrão, com as mãos nos bolsos, meio sorrisos, aparentemente descontraído. A mensagem

²⁹ SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense** – Memórias de Um Pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987, p. 74. Nesta narrativa o autor refere como possível ano para esta visitação 1926. Já no álbum comemorativo de onde fiz a cópia da fotografia referida, consta o ano de 1929. Como o livro de Silva é uma memorialística, optei por adotar como referência o ano de 1929, citado no documento.

³⁰ Essa ponte foi construída pelo engenheiro Emilio H. Baumgart sobre o rio do Peixe, entre os municípios de Herval d’Oeste e Joaçaba, possuía o maior vão livre conhecido na época (68,5m) e foi construída por um método revolucionário devido à sua altura em relação ao rio e às suas repetidas cheias. A concretagem foi feita da margem para o centro em balanços sucessivos, sem auxílio de escoramento, fato inédito na história do concreto armado. As barras de aço, durante a construção em balanço, foram emendadas por meio de luvas rosqueadas. A ponte original ruiu durante a enchente do rio do Peixe em 1983. O comprimento total da ponte original era 145,5m. Cf. VASCONCELLOS, Juliano Caldas de. **Concreto Armado, Arquitetura Moderna, Escola Carioca**: levantamentos e notas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR), 2004 313p.

dessa imagem me parece ser a familiaridade, a proximidade. Um presidente que conhece o Brasil em seus municípios mais distantes; o poder descentralizando-se ainda que no centro.



Figura 2.1 – Visita do presidente Washington Luís a Joaçaba/SC (ainda município de Cruzeiro) em 1929. Da esquerda para direita vê-se Othon Gama D’Eça (promotor público de Campos Novos), Rodolfo Matos, Cel. Francisco Alves Fagundes (prefeito de Campos Novos), Zeferino Bitencourt, presidente Washington Luís e Cel. Passos Maia (Prefeito de Cruzeiro)

Fonte: Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba (1917-1967) p. 241

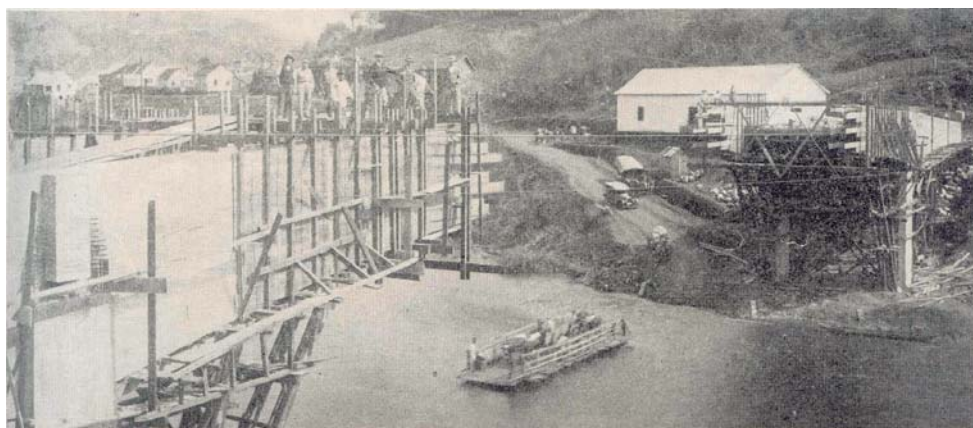


Figura 2.2 – Construção da ponte Emílio Baumgart sobre o rio do Peixe, que liga Joaçaba a Herval do Oeste, construída com recursos do governo federal

Fonte: Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba (1917-1967) p. 47

Os jornais “bordando comentários políticos” seguiam suas contendas apostando que o indicado para sucessão estadual seria o irmão de Adolpho Konder, Victor Konder, contudo, o indicado para sucedê-lo à cadeira do Executivo estadual foi Fúlvio Coriolano Aducci, como já me referi no capítulo I. Corrêa³¹ acredita que a palavra final sobre a escolha do candidato tenha sido do próprio presidente Washington Luís. Dos conhecidos nomes que praticamente se revezavam na política catarinense, Aducci era personagem pouco conhecido e foi assim apresentado pelo jornal *A Notícia* em 12/07/1930:

Dentre mais alguns meses apenas, Santa Catarina terá um novo governo. Para esta alta função foi escolhido o Sr. Fúlvio Aducci. As forças partidárias catarinenses, pelas suas elites, pelos seus mandatários mais ilustres, puseram a obrigação da governança estadual em mãos de uma individualidade que se firmou no seio do nosso povo, pelo critério de vida que adotou: muita honestidade. [...] Em verdade é um nome inatacável. Ingressou na política, com maior evidência, no governo do Sr. Felipe Schmidt. Nas funções de secretário do governo daquele saudoso estadista foi um dos esteios fortes que sustentaram, até hoje, a estabilidade da vida administrativa [...] mais tarde o escolheram para Prefeito da Capital do Estado. Aceitou a sua escolha e trabalhou no governo municipal florianopolitano, com denodo, tino administrativo e cultura. Saiu dessas funções com uma maior copia de estima pública [...].³²

Apesar do que o jornal informava, Aducci não era um nome muito conhecido. Era deputado federal, mas parecia trabalhar mais nos bastidores e

³¹ CORRÊA, 1984, *op. cit.*, p. 47.

³² Jornal *A Notícia*, 12/jul/1930. Editado em Joinville.

talvez mesmo por isso tivesse que ser apresentado às páginas dos jornais fazendo-se referência a sua procedência. Note-se que ao jornal, talvez no sentido de legitimar seu nome, dava-se conta de que a escolha fora feita pelas “forças partidárias catarinenses, pelas suas elites, pelos seus mandatários mais ilustres”. A imbricação da vida privada com a política, coisa com fronteiras difusas, no jogo político a vida privada é mostrada abertamente aos jornais e me parece que é por meio destes que os sujeitos iam se constituindo. Nesse jogo, como o público ou a massa não participa da partida (nem da partilha), essa se transforma em uma partida de indivíduos e jogadas individuais. Ao contrário da ideia clássica da representação política (herdada da Grécia), temos uma representação limitada à medida que se apresentam sempre os mesmos com suas tendências políticas mescladas a sua visão de mundo e vice-versa. Dessa forma, é difícil visualizar como as pessoas ditas comuns em regimes democráticos baseados nos ideais liberais modernos podem se sentir representadas nessas instituições políticas por meio de uma *cultura política* que se mantém absolutamente impermeável aos valores cultivados nos grupos ou comunidades que se querem como referência.

2.4 PULSÕES REVOLUCIONÁRIAS

Após ser indicado para substituir Adolpho Konder, Fúlvio Aducci foi eleito e tomou posse em 28 de setembro de 1930, como se vê, poucos dias antes do início da Revolução (04 de outubro). Será por meio dele que, por lealdade ao

governo central, Santa Catarina ficará na difícil posição não só geográfica, já que situada entre o Rio Grande do Sul e Paraná, mas como obstáculo ao movimento que conduz Getúlio Vargas ao poder. Como movimento, a Revolução inicia ainda antes de outubro de 1930. Isso porque, ao concorrer como presidente que não tinha o apoio oficial de Washington Luís, Getúlio Vargas e seus aliados sabiam que dificilmente conseguiriam, via eleição, uma vitória. E desde então já articulavam estratégias no sentido de tomar o poder por golpe, conforme evidenciado já no capítulo I. Assim que recebidas as notícias de que as eleições haviam encerrado e dando vitória a Julio Prestes, observam-se agitações que, aos poucos, chamam a atenção do povo e das autoridades de muitas cidades, principalmente as do interior catarinense que faziam divisa com o estado do Rio Grande do Sul e Paraná. A cada dia viam chegar homens, armas, munições, havia um transitar estranho de pessoas não conhecidas. Algo escapava à ordem e isso ocorria já desde março de 1930. Os militares atentos relatam aos governantes por meio de telegramas a movimentação e são taxativos quanto à urgência de reforços no contingente.

Extremamente descontentes com os resultados revelados pelas urnas, porém não apenas com isso, porque é preciso considerar a conjuntura histórico-político-social brasileira que leva à organização do movimento que se quer revolucionário, os próceres aliancistas catarinenses acirraram disputas contra o governo do Estado e mantiveram acesa a comunicação e a articulação com os gaúchos, seus aliados. Enquanto o movimento revolucionário não era oficialmente deflagrado por seus líderes, os próceres catarinenses aguardavam ansiosos. Porém,

a ansiedade, aliada à dificuldade de comunicação, por vezes, não permitia um controle mais incisivo sobre os homens arregimentados para engrossar as hostes rebeldes e estes, incontidos, desabalavam em exposições de confrontos e tiroteios com as forças legais das cidades. Isso lhes denunciava as intenções. Contudo, ao que tudo indica, tais arroubos faziam parte das estratégias formuladas para dissimular a magnitude da organização rebelde. Assim, a Força Pública do Estado e as organizações militares de um modo geral, pela aparência de desorganização e insipiência de um movimento revolucionário, não pensariam nisso mais seriamente. Dessa forma, a liderança do movimento organizava-se na medida em que aproveitava tais arroubos para observar as maneiras e agilidade da reação e, com base nisso, calcular a ação. O fator surpresa seria decisivo.

Antes de outubro, duas datas cogitadas, mas vazadas, foram descobertas pelas Forças Legais e, por conta disso, abortadas. A tensão em ambos os lados era alta. Os rebeldes, mal conseguiam conter suas pulsões. Os legalistas desconfiavam que não teriam efetivo suficiente para conter tais forças.

Sobre essa tensão referente às datas de eclosão do movimento revolucionário e tentativas de contenção, o coronel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Lara Ribas³³, afirma que o governo catarinense e o comando geral

³³ RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930**, pp. 85-89. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985. Sobre esta obra, como se observa, feita no sentido de preservação de memória institucional, o capitão PMSC Manoel Gomes apresentou-a na contracapa da seguinte forma: “[...] A presente obra traz como propósito divulgar com minuciosidade a

da Força Pública já sabiam da gravidade do momento e cientes da insuficiência de efetivo militar e material bélico para fazer frente aos enormes efetivos das forças gaúchas haviam reiteradas vezes comunicado ao governo federal que subestimou tais avisos e não elaborou plano de defesa ou concentração de tropas federais em Santa Catarina. O governo federal limitou-se a deslocar o 13º BC (Batalhão de Caçadores) de Joinville para Porto União. O coronel comenta que o ativo da Força Pública estadual e mais dois batalhões de infantaria incompletos somavam um efetivo de 800 homens para atender ao estado inteiro em uma situação bastante vulnerável e que, quando o governo federal se deu conta disso e tentou fazer algo, já era o mês de setembro. Mesmo tardiamente, o governo federal transferiu o comando da 5ª região militar, cuja sede era e é Curitiba/PR, para Florianópolis. Mais do que tentar subsidiar Santa Catarina com aparatos militares, talvez essa transferência tenha se dado por que a Guarnição da 5ª região posicionava-se abertamente ao lado da causa revolucionária. O coronel Lara Ribas comenta que a partir de sete de setembro várias outras providências foram tomadas, porém, todas fundamentadas em improvisos e que, portanto, sem eficiência. A transferência do alto comando da 5ª região para Florianópolis gerou perturbação entre a população

participação do miliciano catarinense de 1922 a 1930; e como diz o autor: ‘fatos até então só conhecidos dentro das quatro paredes dos quartéis, portanto longe do alcance da inteligência do público, principalmente das novas gerações.’ Um trabalho de pesquisa que Antônio de Lara Ribas nos apresenta em relatório de fácil leitura, argumentando apenas com o fato histórico. Vale não só como esforço a nossa memória histórica como, sobretudo, ao registro dos feitos da milícia barriga-verde”. Embora a obra seja, evidentemente, um trabalho de pesquisa do autor, é também um exercício de memória, pois observo que Lara Ribas ingressou na Polícia Militar, então ainda Força Pública do Estado de Santa Catarina, no ano de 1925, tendo, portanto, vivido boa parte daquilo que narra neste livro.

da ilha que associou isto ao acontecimento da Revolução Federalista. Atenção e tensão, o medo, a dúvida, a angústia, quem sabe mesmo os fantasmas da morte estavam novamente em prontidão.

Em setembro de 1930, quer seja pela impaciência ou como tática de reconhecimento do poder de fogo do “inimigo”, verifica-se arroubos revolucionários pelo interior do estado. O jornal *A Notícia* registra, em 30/09/1930, o encontro entre os ditos revolucionários que atacavam Chapecó e cidades vizinhas. Registra-se daquele momento o seguinte:

O encontro da polícia catarinense com os liberais de Chapecó
A TOMADA DE XANXERÊ – Herval, 28 (enviado especial) –
Eu pretendia enviar minuciosamente todos os informes referentes a atuação do destacamento catarinense nesta zona. Procurei ingressar no batalhão de civis, mas olhos prescultadores andavam seguidamente em cima de mim e por isso deixei-me ficar comodamente em Herval onde tenho obtido todas as informações o desenrolar dos acontecimentos em Chapecó. O batalhão catarinense sob o comando do cap. Pinheiro bem municiado partiu a fim de ocupar Xanxerê. A força marchou bem disposta levando a frente um **regular grupo de vaqueanos**.

O PRIMEIRO ENCONTRO - Entre Irany e Bahia, registrou-se um ligeiro encontro **entre a frente do batalhão catarinense e a vanguarda dos revolucionários**.

DEBAIXO DE FOGO VIVO – Ao aproximar-se de Xanxerê o batalhão catarinense foi recebido por nutrido tiroteio provindo das **trincheiras inimigas**. O cap. Pedro Pinheiro dispôs bem a sua tropa, atacando Xanxerê de frente e pelos flancos. As F.

M.³⁴ trabalharam bem, após 35 minutos de nutrido fogo, os revolucionários fugiram em desordem **deixando no campo da luta, alguns feridos e prisioneiros.**

A OCUPAÇÃO DE PASSO BORMANN - A tropa catarinense prepara-se para atacar passo Bormann marchando depois parte da coluna para as barrancas do rio Uruguay.

OS REVOLUCIONÁRIOS SOB O COMANDO DE FIDENCIO DE MELLO SE ENTRINCHEIRARAM EM XAXIM – Tem-se aqui notícia que a tropa sob o comando de Fidencio Mello está entrincheirada em Xaxim esperando reforço de Passo Fundo.

OS CHEFES DO MOVIMENTO – O general Felipe Portinho, segundo apurei, nada tem com o movimento. Os sediciosos estão sob a chefia de Ruas e de Fidencio de Mello.³⁵

A manchete estampada ao jornal traz como título “O encontro da polícia catarinense com os liberais de Chapecó”, mas, pelo relato que nos é dado conferir, verifica-se que o encontro foi um embate onde a violência e forma da ação lembra um combate miliciano nutrido por intenso tiroteio que provinha de **trincheiras inimigas**, o que deixou alguns feridos e prisioneiros no campo da luta. A expressão “trincheiras inimigas” nos leva a pensar sobre o quanto a política partidária pode colocar em campos opostos e fazer não mais reconhecerem-se até mesmo pessoas de uma mesma origem. Quem seriam os inimigos? Outrora amigos, talvez, agora os inimigos pelo que se depreende da leitura eram os liberais. A luta era entre o batalhão catarinense e a vanguarda revolucionária.

³⁴ Fuzis metralhadoras.

³⁵ Jornal *A Notícia*, editado em Joinville em 30/set/1930. Os grifos são meus.

Penso que estivessem nomeando de “vanguarda revolucionária” a Fidêncio Mello, que durante a campanha eleitoral havia já exposto sua oposição aos republicanistas, mas bem antes disso lutara também nos movimentos de 1923 e 1924. Não há como deixar de observar que todos estes elementos são tradicionais coronéis da região. Mello era proprietário de balsas e terras próximas a Passo Bormann (atual Chapecó) e muito influente na região³⁶. Daí penso que a razão de envolverem-se em tais contendas, além da causa política, também envolvesse negócios pessoais. De alguma forma, a administração política de Konder estava interferindo em seus negócios. Veja o caso da construção da ponte, por exemplo, ilustrada e comentada anteriormente na figura 2.2. Como balseiro, a construção de uma ponte deve ter lhe reduzido o lucro, para além de outras questões que não somente políticas.

Essas batalhas também teriam como objetivo atrair os olhares e as forças de repressão, fazendo-as comprometer efetivo e arsenal enquanto, em paralelo, outros grupos de revolucionários já se posicionavam taticamente na cidade de Marcílio Dias, no Rio Grande do Sul, para tomarem de assalto a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande³⁷. O clima era mesmo de uma guerra, o que me faz pensar

³⁶ BELLANI, Eli Maria. **Santos Marinho e Passos Maia**: a política do velho Chapecó: 1917-1931. Chapecó: Autor, 1990.

³⁷ A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, no Vale do Rio do Peixe, foi projetada para ter a extensão de 1.403 km entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS) e ligar as províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul **pelo interior**, possibilitando a ligação da então capital federal (Rio de Janeiro) às regiões fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai. **Em Santa Catarina**, a ferrovia atravessaria o **Meio-Oeste**, na sua parte mais estreita, entre os rios Iguaçu (ao Norte) e Uruguai (ao Sul), marginando o rio do Peixe em $\frac{3}{4}$ da sua extensão, assim cortando o território conhecido como

em como as pessoas, ditas comuns, estariam percebendo aquele momento político. Que percepção tinham acerca daquelas lutas políticas? O que sentiam ao perceber o avanço de tropas, a troca de tiros? Que entendimento tinham sobre tais acontecimentos?

Apesar de tanta movimentação, a Revolução ainda não tinha sido oficialmente deflagrada. Essas lutas atribuídas a bandoleiros eram arrebatamentos, pulsões e, como tal, à força deveriam ser contidas pelos legalistas, senão pelo que representavam - como a alteração da ordem, mas para que fosse destruída qualquer presunção de que a Revolução pudesse ter êxito. Quando interpelado pelo governo catarinense e convocado a prestar contas sobre as ações desses supostos revolucionários que continuavam a levantar a bandeira liberal e a bradar por Revolução, e dentre os quais se reconheciam muitos gaúchos, Getúlio Vargas afirmava que eram ações de grupos de bandoleiros que agiam a revelia e dava garantias que, mesmo não estando envolvido, o governo do Rio Grande do Sul, caso o governo de Santa Catarina quisesse, enviaria reforços da Brigada Militar para ajudar a reprimir as agitações no Oeste. Assim, de fato enviou um destacamento com 80 homens para a cidade de Marcelino Ramos, ainda no Rio Grande do Sul, mas já na divisa. Estes teriam oficialmente uma missão pacificadora. A intenção real, no entanto, era facilitar a entrada desses 80 homens que, uma vez na divisa com Santa Catarina, dali seguiriam sob o comando de Miguel Costa para a cidade de Herval para tomarem a linha e a estação ferroviária

naquela cidade. Os catarinenses, talvez pressentindo a intenção dos gaúchos, no mesmo dia dão ordem para sair de Florianópolis rumo a Herval um pelotão da Força Pública cuja missão seria aumentar o contingente da tropa já mobilizada da 3ª Companhia do 1º Batalhão da FPC que estava em Herval, mas era insuficiente. Esse deslocamento do efetivo está publicado em Boletim Interno da Corporação e guarda uma peculiaridade, que é a recomendação expressa do Comandante Geral da FPC, coronel Lopes Vieira, de que os oficiais reunissem e lessem para seus subordinados três vezes ao dia (pela manhã, durante a instrução e à noite durante a revista) a ordem de que estavam proibidos de fazer menção entre civis sobre as questões e resoluções do comando relativas às medidas preventivas, principalmente sobre a saída e o destino das forças. Apesar do cuidado e da ordem expressa, os líderes gaúchos eram logo informados sobre as movimentações das tropas oponentes, como se nota no telegrama em que Oswaldo Aranha era notificado da seguinte forma: “Posso afirmar fonte segura ter chegado hoje ao Herval, procedente de Florianópolis, três caminhões conduzindo 45 praças polícia e cem mil tiros fornecidos pelo Ministro da Guerra”.³⁸

As “fontes seguras” que informam sobre a movimentação dos 45 praças podem ser entendidas como uma mostra da dinâmica das redes de sociabilidade. Mesmo com o suposto rigor militar no que tange ao cumprimento de ordens, as do coronel Lopes não tiveram efeito. No entanto, para além da questão da disciplina militar, podemos pensar nas prováveis intenções do coronel Lopes que como

³⁸ Telegrama a Oswaldo Aranha, CPDOC, FGV. Datado de 12/09/1930. In: LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos**. Blumenau: Nova Letra, 2005, p. 36.

comandante da FPC e conhecedor de seus comandados possivelmente já soubesse que a informação fosse mesmo vazada. Logicamente que o objetivo da ordem era mesmo o de conter o vazamento das informações sobre posição, ação e materiais, mas também podemos ponderar que ele estivesse pensando em evitar que se alastrassem as notícias sobre a situação de confronto no Oeste procurando com isso conter adesões ou questionamentos sobre a inépcia da FPC; evitar que o grupo de revoltosos se fortalecesse; evitar que se alastrasse entre a população o clima de instabilidade e falta de segurança; causar sensação de tranquilidade e de que a FPC estivesse conseguindo conter as precipitações. Ao certo não saberemos, mas sabemos que as tais “fontes seguras” estavam muito bem articuladas no recebimento e transmissão de informações e isso tudo para além da disciplina militar³⁹.

As tensões e os conflitos eram perceptíveis e à medida que o mês de outubro se aproximava intensificavam-se as reuniões conspiratórias sempre acompanhadas da atenção das autoridades locais. É certo que tanto rebeldes quanto legalistas tinham suas “fontes seguras”, redes bem montadas de interceptação de informações, de forma que o jogo era apertado, e o que diferenciava uns e outros era o número de homens a formar a tropa e o potencial bélico deles. Vale lembrar que pelo interior do estado, principalmente nas regiões Oeste, Meio-Oeste e Planalto Serrano, fronteiriças com o Rio Grande do Sul, era

³⁹ Talvez a disciplina militar da FPC à época merecesse pesquisa mais atenta por parte dos historiadores.

comum a existência de grupos de vaqueanos⁴⁰ a serviço dos coronéis e estes, ainda que não devidamente instruídos em uma doutrina militar institucional, eram “bons de briga”, pois possuíam excelente conhecimento acerca das regiões por onde transitavam. Penso que este clima de tensão e constantes violências tenham acelerado a percepção das pessoas comuns de que algo estava fora do lugar, porém, pelas características dessas localidades em lutar contra grupos de bandoleiros por questões territoriais, talvez tivessem dissimulado a movimentação como um prenúncio de Revolução.

A situação era a seguinte. A cidade gaúcha de Marcelino Ramos era o ponto estratégico e de confluência para os rebeldes gaúchos e catarinenses. Dessa cidade partiriam tropas rebeldes que tomariam a estação ferroviária de Herval e a partir desta, a estação de Porto União, já que por ela se garantiria agilidade e mobilidade no transporte das demais tropas rumo à capital federal, mas antes se previa unirem as forças na cidade de Ponta Grossa (PR) rumo a Itararé, em São Paulo, para onde confluíam as Forças Legalistas na tentativa de conter as revolucionárias. O comando da FPC estava ciente de tais intenções e deslocou efetivo para Herval. Os principais chefes rebeldes estavam reunidos. Tratava-se de nomes como: Miguel Costa, Eliziário Paim, Felipe Portinho, Fidêncio Mello, entre outros. Todos estes já experimentados na arte das guerrilhas. Na medida em que avançavam em seus planos de ataque, as forças legalistas também avançavam na tentativa de defesa. Contudo, as forças ainda eram desiguais. Os legalistas em

⁴⁰ Vaqueano, originalmente como assinala MACHADO, 2008, *op. cit.*, p. 75, quer dizer “guia ou condutor”.

Santa Catarina estavam em menor número e ainda havia o “problema” de muitos soldados e mesmo oficiais serem simpáticos à causa revolucionária, o que tornava a situação bastante delicada para os comandantes.

Nesse momento, não há registros que me possibilitem uma ideia sobre a situação da população de baixa renda, principalmente as dessas cidades do interior de Santa Catarina, mas imagino que estivesse alarmada frente a todos os acontecimentos e movimentações. Era impossível estar indiferente. Já sobre a classe média, sobretudo a gaúcha, Domingos Meirelles afirma que se via na iminência da ruína financeira, pois havia sido duramente atingida pelo esfacelamento da ordem econômica o que a impelia a ver no projeto da Revolução o repositório de suas esperanças. Pequenos industriais, funcionários públicos, donos de oficinas, gerentes de lojas, artesãos, militares e modestos comerciantes integrarão as fileiras mais agressivas e desesperadas do exército dos descontentes. Juntamente com um contingente da dita elite letrada: médicos, advogados, engenheiros, professores e jornalistas e os fazendeiros arruinados. Ninguém acreditava que Julio Prestes conseguisse reverter a situação dramática em que viviam. Teimoso e obstinado, Washington Luís semeava ódios nas cidades e no campo. Não se vislumbravam soluções em curto prazo, a população brasileira crescia mais rápido que as oportunidades de trabalho. Os negócios minguavam, os salários caíam⁴¹. Diante desse quadro é possível, pois, inferir que a situação em

⁴¹ MEIRELLES, Domingos. 1930: **Os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 542-543.

Santa Catarina, embora com especificidades próprias, de forma geral, não fosse diferente.

O general Monteiro de Barros, comandante da 5ª região militar no Paraná⁴², dava mostras de que estava muito bem informado sobre a organização e os planos dos rebeldes gaúchos e catarinenses, porém, tendo que seguir o que determinava o regimento militar, precisava da autorização do ministro da Guerra para movimentar suas tropas a fim de fortalecer as insipientes defesas sobre as referidas cidades. Ele telegrafa ao ministro e o informa sobre suas estratégias de disposição das tropas. Se tomadas ao pé da letra, as ações teriam de fato conseguido bloquear os locais por onde planejavam avançar os rebeldes e, se tivessem êxito as estratégias do general, a Revolução e seus planos teriam se extinguido por ali mesmo. Em 08/09/1930 o general escreveu:

Julgo oportuno comunicar V. Ex minhas instruções caso se positive a invasão. Constituição de um Destacamento sob o comando do coronel Castro Junior composição do 13º BC, IIº Btl e CMP do 13º, 4º Esq 5º RCD e Grupo Artilharia Montada que se concentraria em Porto União, deslocamento do 5º RCD para Guarapuava com a missão vigiar região sul dessa cidade, deslocamento 14º BC reforçado por elementos cavalaria polícia S. Catarina para Lages com missão defender esse nos caminhos estendendo vigilância até passos rio Pelotas, conservar

⁴² A 5ª Região Militar tinha sua base em Curitiba/PR, mas seguindo minhas fontes havia sido transferida juntamente com todo o alto comando militar para Florianópolis em 07/09/1930. Há que confirmar junto ao Exército. Vide RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar.

inicialmente Curitiba 15° BC e 9° RAM e em Ponta Grossa resto 13° RI. Caso V. Ex. aprove essas disposições peço solicitar Presidente S. Catarina por pelo menos um pelotão cavalaria a disposição cmt 14° BC. Julgo grande necessidade reforçar tropa região sendo indispensáveis no mínimo vinda uma brigada cavalaria arma cujos serviços serão preciosos numa campanha como esta que esperamos. Mandei capitão Sady no Herval colher informações.⁴³

Como se observa, se convenientemente acionadas as tropas, o movimento revolucionário seria contido. Mas a História não é feita de “se”, de forma que o ministro da Guerra não respondeu a tempo o telegrama do general e nisso avançaram novamente os rebeldes em seus planos e ações. Nesse ínterim também se constata a apreensão dos mandões locais, como é o caso do coronel Passos Maia, que à época era intendente de Cruzeiro e que previa não conseguir conter os liberais caso eles cumprissem as promessas de Revolução que vinham sustentando. Maia em telegrama informa ao governador de Santa Catarina que na cidade de Nonoay havia “grande reunião de elementos de todas as cores políticas e somente se falava Revolução e invasão de Santa Catarina”. A preocupação de Maia era evidente e, aparentemente bastante alarmado, ele informava no telegrama:

⁴³ Telegrama do Comandante da 5ª Região Militar ao Ministro da Guerra. 08/09/1930. Cinqüentenário da Rev. de Trinta no Paraná. IHGEPR, 1980, p. 39. In: LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos**: 1930 – A Marcha Revolucionária Sobre Santa Catarina. Blumenau: Nova Letra, 2005, p. 37. As unidades militares citadas são as seguintes: 13° BC- Batalhão de Caçadores; II° Btl e CMP do 13° - 2° Batalhão e Companhia de Metralhadoras Pesadas do Regimento de Infantaria; RCD - Regimento de Cavalaria Divisionária; RAM – regimento de artilharia Montada.

[...] **Prevejo dias muito sombrios esta região**, depois irromper movimento nada mais poderemos fazer, **bem conheço elemento sertanejo** quando o procurarmos será tarde, parece seria toda conveniência Governo Federal para contar momento oportuno tais elementos guarnecesse linha férrea pelo menos forças suficientes primeiros embates. Todas informações tenho segurança **amigos Rio Grande muito apreensivos** e adiantam **invasão se fará com dois ou três mil homens** fora recursos contam toda região já estando meu poder lista muitas pessoas daqui Palmas Clevelândia etc. estão comprometidas auxiliar. Por tudo isso continuo insistir **providências não poderão ser tomadas depois explodir movimento**. Sob reserva fui informado força Brigada Militar está Marcelino Ramos acompanhará movimento [...].⁴⁴

O telegrama de Maia me parece dramático e dá conta do clima de instabilidade que dominava aqueles meses de 1930 antecedentes à Revolução. Se um homem acostumado aos bandoleirismos informava que previa dias sombrios na região, podemos inferir o quão assombroso lhe parecia o embate com os revolucionários. Maia dizia bem conhecer aos sertanejos, possivelmente estivesse querendo transmitir a idéia de que eles estavam sendo aliciados pelos rebeldes e que depois de haverem se comprometido, por certo, não voltariam atrás em suas decisões. Na frase seguinte, em que diz que a invasão se fará com dois ou três mil homens fora recursos com que contam em toda região, alertava que as forças estavam a se reunir e que uma vez açuladas e deflagrado o movimento, este não poderia mais ser contido.

⁴⁴ Telegrama de José dos Passos Maia ao governo catarinense e ao comando da 5ª RM, 10/09/1930. In: Cinqüentenário da Rev. de Trinta no Paraná. IHGEPR, 1980, p.39. *Apud*: LEMOS, 2005, p. 39.

Apesar de todos os avisos, telegramas, cartas, comunicados, instabilidades causadas por movimentações de ordem diversa, na capital catarinense o governador que ainda era Konder, mas já em transição para Fúlvio Aducci – que tomou posse em 29 de setembro e presidiu o estado até 24 de outubro de 1930 –, nada fazia de mais concreto, talvez acreditando e confiando nas ações do governo federal. Washington Luis parecia também não acreditar na gravidade do momento e pouco fez na tentativa de mobilizar forças militares federais. No entanto, os comandantes militares estavam cientes de que a situação era gravíssima e que a Revolução irromperia dada a insegurança que se constatava a cada nova mensagem, telegrama recebido. No Rio Grande do Sul, mesmo diante das inúmeras evidências que apontavam para o fato de Vargas ser um dos articuladores de uma Revolução que estava já desde há muito em germe, titubearam os comandantes em agir contra esse, visto acreditarem na palavra concedida a Paim de que poderia tranquilizar-se e tranquilizar o presidente de que nada sabia e que a qualquer preço a ordem do Rio Grande seria mantida. Diante da implacável conduta de Vargas, talvez, aqueles homens ainda confiassem em amigos, palavras e no que as condutas denunciavam, e sobre a de Getúlio dizia-se:

Inacessível à piedade, fechado ao sentimentalismo, indiferente as afeições, acompanhava as lutas políticas [...] com curiosidade glacial”. Quem o visse, alegre e descontraído, não imaginava que sabia de tudo, mantinha a postura e a simpatia própria dos gordos, sempre de bem com a vida. Jamais revelava no rosto seus verdadeiros sentimentos. “Getúlio dançava habilmente entre os dois lados[...] Garantia-se do lado do

governo e do lado da conspiração. [...] Tinha flexibilidade e sentido de oportunidade para agir sem revelar seus objetivos.⁴⁵

Uma vez mais se constata que a política é jogo de poder; é jogo movido pelo desejo, o desejo de poder, a vontade de poder. A vontade de poder parece encobrir todos os demais sentimentos, sobretudo quando a causa é política. Refletindo sobre o sentido dessa vontade de poder, poder ainda e sempre mais, o desejo que impele é o de tornar-se mais poderoso por meio de cargos políticos. No mundo político regido pela necessidade da satisfação da vontade, só há a repetição dos desejos (e o sofrimento que provém de uma insatisfação sempre renovada), assim, via de regra, quanto mais se deseja, menos razão se tem. Porém, no plano do desejo, o risco é não saber encaminhar a sua possível, ainda que sempre incompleta, realização. Mas, pelo que se vislumbra, os homens motivados por seus desejos, diversos e nem sempre explícitos, naqueles meses que sucederam a eleição presidencial fracassada do ponto de vista liberal, planejaram e levaram a cabo uma revolução. Mas, de acordo com Rolnik e Guattari, uma revolução não pode ser programada sob pena de não ser uma revolução... E agora? Uma revolução programada que revolucionou precisamente o quê? Essa é uma longa discussão à qual autores, pesquisadores das diversas ciências já se debruçaram e ainda têm se ocupado... Penso a Revolução de 1930 como um acontecimento produtor de algo irreversível⁴⁶, um processo que produz história e, assim, neste

⁴⁵ MEIRELLES, Domingos. 1930: **Os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 555.

⁴⁶ Agrada-me pensar na Revolução seguindo a proposição de Guattari e Rolnik segundo a qual, *“Una revolución es algo de la naturaleza de un proceso, de una transformación que hace que no exista retorno al mismo punto. Algo, que paradójicamente, contradice*

capítulo tentei, dando continuidade ao que iniciei a fazer no capítulo I, evidenciar os jogos políticos, as tramas e os dramas que antecederam à Revolução; darei continuidade a essa tentativa no capítulo III, evidenciando as ações militares. Para tanto, percorro os caminhos das tropas militares revolucionárias e legalistas em suas várias frentes saídas do Rio Grande do Sul rumo à capital, Rio de Janeiro, analisando cartas, telegramas, boletins militares, ordens, relatórios, artigos de jornais.

incluso el sentido del término «revolución» empleado para designar el movimiento de un astro alrededor de otro. La revolución es una repetición que cambia algo, una repetición que produce lo irreversible. Un proceso que produce historia, que acaba con la repetición de las mismas actitudes y de las mismas significaciones. Por lo tanto, y por definición, una revolución no puede ser programada, pues aquello que se programa es siempre el déjà-là. Las revoluciones, así como la historia, siempre traen sorpresas. Son, por naturaleza, siempre imprevisibles. Eso no impide que se trabaje por la revolución, cuando se entiende ese «trabajar por la revolución», como trabajar por lo imprevisible”. (GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. GUATTARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografías del deseo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006).

CAPÍTULO III - MILITARES EM PRONTIDÃO: MOBILIZAÇÃO PARA O COMBATE

*A política é a continuação da guerra por outros meios.*¹
Michel Foucault

Para a conquista dos seus objetivos, quer pessoais ou mesmo partidários, os homens ligados à política catarinense que orbitavam em torno dos dois principais Partidos (PRC – Aliança Liberal) precisaram se organizar. Para tal, montaram um intrincado jogo no qual contou-se com uma rede de sociabilidades. No jogo político montado no estado, de um lado ficaram os que tentavam conquistar correligionários e eleitores para eleger Getúlio Vargas à presidência e do outro, os que desejavam manter a ordem vigente e seguir as determinações de Washington Luís para eleger Julio Prestes. As fronteiras entre os dois lados eram muito fluidas e quem em um momento era oposição poderia, conforme a conveniência, mudar de lado. Seguiu-se, para obtenção de seus objetivos, a uma verdadeira batalha, tanto no campo das palavras veiculadas aos jornais, em sua maioria situacionistas, quanto no campo das ações físicas. Em ambas, a estratégia

¹ A frase usada como epígrafe para este capítulo, proferida por Foucault, é uma inversão da clássica “a guerra é a continuação da política por outros meios”, de Carl Von Clausewitz (1780-1832), considerado um teórico da “arte da guerra”, que defendia que as causas das guerras eram sempre políticas, estatal ou não, pois congregariam atos políticos e formulações de objetivos políticos em que a disputa por poder seria um ato político. A guerra nessa perspectiva estaria subordinada à política. Ao contrário disso, Foucault entende isto como relações de força e produz uma reflexão sobre o artifício que norteia a idéia de guerra como “assunto de generais” e a idéia de política como “assunto de governantes” e, dessa forma, desnaturaliza a oposição entre guerra e paz mostrando que, se a política continua a guerra por outros meios, “cumpre decifrar a guerra sob a paz”. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 55.

era desqualificar e fazer calar ao oponente. Evidenciar como ocorreram tais batalhas foi meu objetivo e a tônica da narrativa no capítulo II. Neste capítulo, apresento aspectos que, a partir das eleições malogradas, fizeram desencadear a movimentação das forças revolucionárias. Os objetivos para este capítulo são múltiplos, pretendo aqui analisar a organização do movimento acontecida a partir do Rio Grande do Sul e o lugar ocupado pelos políticos aliancistas catarinenses nessa organização, além de compreender o obstáculo representado pelo estado de Santa Catarina a tal organização.

3.1 AO CAPRICHOS DAS PAIXÕES POLÍTICAS

O movimento que se convencionou chamar de Revolução de 1930, ao que me parece, foi acionado principalmente por capricho de paixões políticas. No campo da linguagem (veiculação de artigos aos jornais, comícios) a preparação para Revolução estava suficientemente encenada, conforme evidenciado no capítulo II. Restava efetivá-la no campo das ações militares. Aliados às pessoas e às causas revolucionárias, os militares estavam em prontidão; as pulsões revolucionárias compeliavam para a luta armada. Porém, todos aguardavam o sinal de Getúlio Vargas para se lançarem ao enfrentamento. O início da Revolução foi pensado para acontecer por, no mínimo, três vezes², sem que tivesse sido desferida, no entanto, a ordem para tal. A ansiedade da espera dos que estavam mobilizados para a ação revolucionária era imensa ao mesmo tempo em que a

² Cf. MEIRELLES, Domingos. 1930: **Os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

tensão dos que se preparavam para defender o Estado legalmente constituído também era intensa.

Em Santa Catarina, desde fevereiro, como tratado no capítulo II, vinham se registrando movimentações das tropas, consideradas e combatidas pelo governo como “perturbações da ordem”³, obrigando a Força Pública Catarinense a se mobilizar e a destacar e desdobrar seu escasso efetivo, sobretudo para as regiões do Planalto Serrano e Oeste catarinense. Em boletim militar nos registros da Força Pública Catarinense se fazia constar que em “12 de Março partiu de Herval para o Município de Chapecó, a fim de cooperar na manutenção da ordem naquele município a 3ª Cia. do 1º Batalhão, sob o comando do capitão João Batista Paiva”⁴. Seguem-se a este inúmeros outros registros e percebe-se pelas forças mobilizadas que a perturbação deveria ser, de fato, muito severa. Mas enquanto “perturbavam a ordem”, os homens que aguardavam para se tornar revolucionários e provocavam reações de controle da ordem pelas forças policiais do estado aproveitavam para estudar as estratégias de mobilização dessas forças. Da parte do governo, devido ao fato de que tais perturbações eram uma constante,

³ “Perturbações da ordem” é repertório comum usado em documentos da Força Pública catarinense referente aos períodos compreendidos entre novembro de 1929 e meados de outubro de 1930. Também se verifica a expressão sendo usada em jornais desse mesmo período.

⁴ FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: 1835-1935. Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública do Estado de Santa Catarina. Organizado por: major Cantídio Quintino Regis (1935), Capitão João Candido Alves Marinho, Primeiro Tenente Demerval Cordeiro, Segundo Tenente José de Souza Lima e Segundo Tenente Farmacêutico Ildfonso Juvenal. Florianópolis, 1935. Não consta editora, p. 97.

embora soubessem que poderia haver nelas indícios de revolução, passaram a acreditar que não estavam suficientemente organizadas as forças dos insurgentes e que eram mais ações isoladas de bandoleiros. Ainda assim, o governo mobilizou e deslocou militares para as cidades de Herval, São Francisco do Sul, Joinville, Blumenau, entre outras. Como o efetivo era pequeno, o governo do estado o elevou quase ao dobro por meio de Decreto⁵. Os constantes e isolados ataques fizeram com que o governo federal ficasse em dúvida quanto à necessidade de intervir sobre eles. A dúvida e a lentidão do governo em agir se tornaram aliadas para a eficácia da ação dos revolucionários.

Conforme discorri ainda no capítulo II, os representantes das oligarquias, sobretudo da região do Planalto Norte e Planalto Serrano, descontentes, entre outros fatores, por não terem êxito nas eleições acontecidas em março de 1930 para presidente da República e por não se acharem contemplados nos programas de governo de Konder, ocuparam-se em mover forças e estratégias para desempenhar um jogo de alianças políticas com os mandões locais e de aproximação com os líderes liberais do Rio Grande do Sul, como Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, entre outros. Se em um primeiro momento a aliança era para garantir que Getúlio fosse eleito, dessa vez estavam unidos para garantir que ele tomasse o poder via golpe, ou, como preferiam dizer, por meio da revolução. As negociações políticas entre as

⁵ “Por Decreto nº 1.390, do Governo do estado, a Força teve elevados ao dobro os efetivos do 1º e 2º Btls. E Cia. De Metralhadoras Mistas”. In: FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, *op. cit.*, p. 98.

principais lideranças destes dois estados (SC/RS) foram intensas e se dizia objetivada pelo interesse na consubstanciação do programa de governo da Aliança Liberal⁶, cujos principais pontos defendidos diziam respeito ao voto secreto, à necessidade de se incentivar produtos nacionais que não apenas o café, medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias⁷, além da anistia aos militares que participaram dos levantes em 1922 e 1924 e estavam exilados.

Apesar de levantarem a bandeira aliancista e se dizerem interessados nos ideais de seu programa, é difícil pensar que os motivos que levaram os representantes das oligarquias catarinenses a apoiarem e subsidiarem as intenções revolucionárias, principalmente dos gaúchos, tenham se baseado apenas pela garantia de verem reais as aspirações elencadas no programa da Aliança Liberal.

⁶ Sobre o programa de governo da Aliança Liberal, Boris Fausto (1990, p. 418-419) observa que “refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava neste ponto da política de Washington Luis. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho do menor e das mulheres, aplicação da lei de férias. Em uma evidente resposta ao Presidente que afirmou ser a questão social no Brasil ‘uma questão de polícia’, a plataforma da oposição dizia não se poder negar a sua existência, ‘como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos’. Sua insistência maior era a defesa das liberdades individuais, a anistia (com o que se acenava para os tenentes) e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.”

⁷ Cf. FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 418-419.

Parece-me que os grupos que lutaram pela Revolução agiram motivados por suas próprias causas e crenças e, entre elas, contou a rivalidade entre as oligarquias Ramos e Konder, uma vez que estes últimos dominavam a cena política catarinense desde 1914. Os Ramos ressentiam-se disso e ao apoiar Getúlio Vargas apostaram também na virada do jogo político estadual pensando-a em seu beneficiamento⁸. Assim, mais que os destinos do país e do estado, o que estava em jogo era o próprio destino desses grupos e dos indivíduos. As causas que conduzem os próceres catarinenses a disputarem o poder político via ação militar são dadas a inferir – o desejo de poder, paixão política levada ao extremo, porém, por que em nome dessa paixão, centenas de pessoas comuns, não ligadas a política partidária, aderem a um movimento e marcham para uma luta que nem na prática e nem na teoria seriam suas?

3.2 O EXÉRCITO E O POVO IRMANADOS (?)

No Rio Grande do Sul, Vargas proferiu um discurso às tropas militares que foi lançado aos jornais daquele estado como um Manifesto Revolucionário, um conclave à população. Ele foi estampado em letras vibrantes e as palavras do líder gaúcho pareciam querer saltar às páginas. O Manifesto ressoou e tudo leva a crer que, por meio dele, levantaram-se 50.000 voluntários que se alistaram para lutar nas colunas revolucionárias. Entre outras coisas, o Manifesto dizia:

⁸ Cf. Corrêa, 1984, *op. cit.*

[...] O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As forças armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constringidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. [...] Daí como consequência lógica a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da Justiça. Entreguei ao povo a decisão da contenda, e, este, cansado de sofrer rebelou-se contra os seus opressores [...] Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional. Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa [...]. Amparados no apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros, que maior confiança inspiram dentro e fora do País, contando com a simpatia das Forças Armadas e a cooperação de sua melhor parte, fortes pela justiça e pelas armas, esperamos que a Nação reentre na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para evitar a perda inútil de vidas e de bens, abreviar a volta do País à normalidade e a instauração de um regime de paz, de harmonia e tranqüilidade, sob a égide da lei. [...] É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico!

O texto integral desse Manifesto de Vargas é extenso⁹ e as palavras estão carregadas de força no sentido de que seu conteúdo acenava com símbolos e

⁹ O texto integral encontra-se ao final desta tese em ANEXO H.

significados caros ao povo gaúcho. Seja pelo conteúdo das palavras ou pelo contexto de recessão ou ainda as duas coisas somadas, o fato é que tais palavras foram capazes de entusiasmar homens de diversas origens. Entre os que se voluntariaram encontramos, inclusive, o poeta Mário Quintana¹⁰, que se alistou no

¹⁰ De acordo com Cláudio Moreira Bento, “pouco conhecidas e divulgadas são as ligações do poeta Mário Quintana com a vida militar e a influência desta em seu espírito e em sua vida. Ele era neto do Capitão Médico Cândido Manoel de Oliveira Quintana, herói da Retirada de Laguna, na Guerra do Paraguai, e chefe do Serviço de Saúde da tropa que participou daquela épica operação militar. [...] Mário Quintana foi influenciado pelas histórias de seu avô na Retirada da Laguna, na Guerra do Paraguai, e mais as da Revolução de 93 em Alegrete, como a Batalha de Inhanduí e a tomada e incêndio da ponte do Ibirapuitã. Nesta época, dos 13 aos 19 anos, de 1919 ao início de 1924, adolescente, o poeta Mário Quintana cursou, como interno contribuinte, o Colégio Militar de Porto Alegre, no Casarão da Várzea. Ali acompanhou o desenvolvimento de um período revolucionário, as revoluções de 1922, 1923 e 1924, com fortes repercussões no Corpo de Alunos. Foi no Colégio Militar de Porto Alegre que o poeta iniciou sua carreira literária como colaborador de sua histórica revista *Hyloea*. Foram seus contemporâneos de 1919 a 1923 no Colégio Militar dois Presidentes da República, Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Médici, e um vice-presidente, Adalberto Pereira dos Santos. Mário Quintana foi obrigado por motivos de saúde a desligar-se do Colégio Militar em janeiro de 1924. Em 1930 lhe surgiu nova oportunidade de retornar a vida militar. Apresentou-se como voluntário ao 7º Batalhão de Caçadores, atual 7º Batalhão de Infantaria Motorizado - Batalhão Gomes Carneiro, Santa Maria, que se encontrava em Porto Alegre em 3 de outubro de 1930, atendendo ao apelo ‘O Rio Grande de pé pelo Brasil!’. E seguiu para o Rio de Janeiro, via ferroviária, para apoiar a derrubada do presidente Whashington Luiz e a consolidação da Revolução de 30 na capital federal. Na capital permaneceu por cerca de 6 meses como soldado da Revolução de 30, retornando em 1931, onde retomou, em Porto Alegre, a sua consagrada carreira de poeta. De seus contatos com a vida militar por cinco anos como aluno do Casarão da Várzea, como soldado de Infantaria voluntário na Revolução de 30 e influências das histórias de seu avô na Retirada da Laguna e das revoluções de 93, 23 e 24 que envolveram Alegrete, e ainda a de 30 em que foi soldado voluntário, conclui-se de seu espírito militar sintetizado nesta sua afirmação ao lhe ser perguntado qual o epitáfio que gostaria ver gravado em seu túmulo, ao que teria respondido: *Mário Quintana - Tombou heroicamente em combate, ao comando do Marquês de Caxias, na conquista da Ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868*”. Cf. Cel. Cláudio Moreira Bento, fundador e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) e

7º Batalhão de Caçadores (atual 7º Batalhão de Infantaria Blindado). Getúlio Vargas foi muito hábil em seus discursos e conseguiu levantar problemas de confluências históricas e sociais que ajudaram a inflamar o que, possivelmente, já estivesse latente. Mas se pensarmos nos números que denunciam o analfabetismo¹¹ à época, somos levados a questionar: quantos sujeitos teriam sido realmente capazes de ler por si mesmos essas palavras dispostas em tão extenso e complexo texto? No que os 50.000 voluntários, poetas, sonhadores, padeiros, pedreiros, marceneiros, alfaiates, médicos, advogados, comerciantes; estudantes; de todas as idades, pessoas de origens e classes sociais diversas, mas em sua maioria pessoas humildes, estariam acreditando? No destino heróico do Rio Grande do Sul? No banimento da opressão e da fome? Na justiça social? É difícil saber. Por certo somaram-se vários elementos com crenças e necessidades de crenças diversas. Talvez o “povo” estivesse também faminto por acreditar em algo que anunciasse mudança.

Tão díspares quanto as pessoas são as causas que as movem. Ao que tudo indica, as pessoas pertencentes às classes sociais mais humildes ingressam ao movimento, em sua maioria, não só por acreditar em uma causa política ou em

das academias Canguçuense (ACANDHIS) e Piratiniense (ACAPIR) de História, e correspondente do CIPEL. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/marioquintana.htm>>. Acesso em: 12 dez 2008.

¹¹ O percentual de analfabetos no Brasil no ano de 1900, segundo o Anuário Estatístico do Brasil do Instituto Nacional de Estatística, era de 75%. É provável que até o ano de 1930 esses dados tenham se alterado, mas ainda assim os índices permaneciam significativamente altos.

mudanças substanciais quer nos destinos do país, do estado ou do município, mas seguindo suas próprias necessidades ou, ainda, o que o cabresto dos coronéis lhes impunha. Não é possível deixar de pensar que a cultura do alistamento estava fortemente ligada à idéia de virilidade e masculinidade o que, de certa forma, deve também ter contribuído para engrossar as fileiras das tropas.

Nesse sentido o depoimento de Galdino Pereira de Almeida¹² em entrevista colhida na cidade de Vacaria, Rio Grande do Sul, concedida em 1978, é bastante esclarecedor e pode ser até representativo das causas pelas quais aderiram como soldados voluntários das brigadas milicianas pessoas de origem humilde e, via de regra, sem pretensões políticas. A entrevistadora pergunta ao Sr. Galdino, que serviu como voluntário das Forças Revolucionárias, como ingressou e o motivo que o levou a participar da Revolução em 1930. Ele responde:

¹² Galdino Pereira de Almeida foi entrevistado por Maria Neli Ferreira Borges em 22/04/1978. A entrevista está no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC, sob o número 0106. Acredito que a transcrição não coincida com a forma de falar do entrevistado. Constata-se que há muitos erros ortográficos na sua redação, denotando certo descuido. De maneira geral, manteve a grafia da fonte já que a gravação realizada em fita K-7 não me foi possível ouvir devido à natureza dos aparelhos. Interessante observar que esta, como tantas outras entrevistas que se encontram no Laboratório, foram realizadas por alunos do curso de História como exercícios práticos da disciplina de História Oral, ministrada à época pelo professor Carlos Humberto Corrêa. As entrevistas seguem, portanto, pressupostos básicos como acompanhamento de documento que concede ao entrevistador um termo de doação do conteúdo. Algumas transcrições de entrevistas que se encontram no Laboratório foram, lamentavelmente, extraviadas e mesmo que as fitas se encontrem arquivadas, seu conteúdo é, em alguns casos, inaudível.

[...] eu fui voluntário. O motivo eu adoeci, fiquei mal, gastei tudo o dinheiro com o doutor. Tive que vender um terreninho que eu tinha, nove alqueires de terra, por um milhão e duzentos mil réis para poder pagar o doutor. Ele me soltou na mesma, tava vendo que ia morrer. Daí veio dois primo meu que serviam na brigada e me aconselhou para ir para a brigada porque lá tinha doutor, tinha tudo, e eles garantiram que eu me curava. Daí eu arrisquei a ir. Foi este o começo.

Para além da questão social e do sentido de abandono ao qual a maioria da população das zonas rurais estava relegada, o motivo apontado na resposta do Sr. Galdino é que ingressara à Revolução voluntariamente tendo como premente a questão de sua própria sobrevivência, por estar doente e não possuir recursos suficientes que cobrissem as despesas com o médico a fim de que esse encontrasse solução e cura para o problema que à época lhe afligia. Não desejando morrer da doença que ele não informa qual era, viu no alistamento uma possibilidade de cura e arriscou. É possível pensar que muitas outras pessoas também tivessem aderido para encontrar acolhida em suas necessidades básicas como alimentar-se, vestir-se e receber cuidados de saúde. Continuando a entrevista, mais adiante, a entrevistadora pergunta “quer dizer que o senhor nem sabia por que estava lutando?” e ele diz “não, não sabia”. Disso ocorreu-me pensar – teria sido apenas ele o ‘desinformado’ ou em igual situação haveria muitos outros “Galdinos”?

No jornal *Correio do Povo*, editado como suplemento especial em 03/10/1980, Porto Alegre (RS), acerca da Revolução de 1930, o jornalista

Francisco Gandolfo registrou seu relato como integrante voluntário das Forças Revolucionárias narrando os motivos pelos quais se alistara.

[...] vivíamos um período de recessão desde 1929 e eu estava desempregado comendo o pão que o diabo amassou, como se dizia então. Nas ruas, por todas as esquinas cochichavam boatos da Revolução, prestes a estourar. Confesso que o assunto não preocupava. Tinha 17 anos incompletos – o curso primário estava concluído, e encontrar trabalho era bem mais importante. [...] A verdade é que eu e muita gente fomos para aquela Revolução apenas pela oportunidade de conhecer o Rio de Janeiro. Nada de brigar por ideais, nada de espírito farroupilha ou coisa parecida. Na época o Rio era o centro de tudo, e eu sonhava em melhorar de vida, arranjar trabalho e viver o carnaval, samba, todas aquelas coisas. Então me alistei.¹³

Constata-se que as dificuldades em se viver nos idos de 1930 atingiam também as pessoas que não viviam nos campos. Porto Alegre era já uma expressiva cidade com um comércio organizado e indústrias funcionando, contudo, deficitárias, pois a recessão atingia a todos e em todas as camadas sociais. Mas no auge dos seus 17 anos ainda incompletos, Francisco sonhava com uma vida mais condizente com a sua jovialidade e se alistara com finalidades, podemos pensar, turísticas.

Quanto ao poeta Mário Quintana, falando ao mesmo jornal *Correio do Povo* sobre os motivos que o levaram a se alistar, diz ao jornalista que àquela época, apesar de ser redator do jornal *O Estado do Rio Grande* “não cultivava

¹³ Jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 03/10/1980.

intimidade com a política e os políticos”. A respeito do seu depoimento, o articulista que o entrevistara e que intitulou o seu artigo de *A poesia dos impulsos* diz que na profundidade das palavras do poeta pode-se traçar *o retrato de corpo inteiro de sua geração*. Quintana explicando sobre seus porquês de alistar-se refere que:

- Não estou me desculpendo. Fui para aquela revolução porque era muito moço e, como os demais, estava convencido de que todo o mal do Brasil provinha do que se chamava, naquele tempo, “hipertrofia do Executivo”. Foi um grande movimento aquele. Foi um grande movimento gerado por um belo impulso. É por isso que não me arrependo absolutamente. A gente nunca deve se arrepender de um gesto sincero, sejam quais forem as conseqüências. – O mal é que, a certa altura da revolução, a metade do governo adere. Então, por mais pura que seja a revolução, ela acaba sempre contaminada com os resquícios da situação que pretendeu depor. – devem ser subliminares – Naquela época também todo mundo tinha a mania de machão, de herói. Eu me perguntava: como é que todo gaúcho é valente e eu não sou? Então, resolvi tirar isso a limpo¹⁴.

Estes depoimentos ajudam a compreender que não foram apenas as causas político-ideológicas que levavam as massas a atenderem a conclamação de alistamento voluntário. Havia outras questões que sozinhas ou somadas moviam as pessoas a marchar como revolucionários.

É interessante observar que, enquanto centenas de pessoas se alistavam voluntariamente para lutar, no Rio de Janeiro a imprensa noticiava, alarmada, o

¹⁴ *Idem*, 03/10/1980, p. 3.

que intitulara como “crise de suicídios”, dando conta do horror causado para alguns devido ao alistamento compulsório e a convocação dos reservistas para a luta. O jornal *Correio da Manhã*, da cidade do Rio de Janeiro, do dia 09/10 de 1930, informa:

Havia três dias a Sra. Nizete Fraga, ante a necessidade de seu marido apresentar-se ao serviço militar, cravara uma faca no peito, eliminando-se de um mundo que a sua juventude mal conhecia. Ontem, ocorreu outra cena semelhante, mais violenta, porém. Um jovem par, por idêntico motivo, resolveu morrer. [...] Tomaram uma barca da Cantareira e atiraram-se, noivo e noiva, às águas da Baía de Guanabara, tendo-se a mulher ainda salvo, mas perecendo o rapaz.¹⁵

A “crise” dos suicídios (como tratada aos jornais) foi causada porque o Exército necessitava arregimentar efetivo a fim de combater o avanço premente das tropas rebeldes que começavam a dar mostras de suficiência. É preciso lembrar que para fazer frente ao movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande do Sul, o governo federal contava com o Exército, a Marinha e as Forças Públicas dos estados, atualmente designadas como Polícias Militares e, no Rio Grande do Sul, designada como “Brigada Militar”. O problema é que boa parte do efetivo dessas organizações militares, que em muitos estados já era consideravelmente reduzido, rebelaram-se e aderiram também à causa revolucionária.

¹⁵ MEIRELLES, *op. cit.*, p. 571.

Em Florianópolis também foi veiculado no jornal *O Estado* um edital de convocação aos reservistas nos seguintes termos

Tendo sido decretada pelo Governo em 5 do corrente a convocação de reservistas de 1ª e 2ª categorias até a idade de 30 anos, devem se apresentar a este quartel, dentro de 24 horas, os reservistas nas condições acima, residentes nesta capital. Pelo Sr. General comandante da região subscreve o Major Henrique Pereira. Comandante da Guarnição.¹⁶

Diferente do que ocorrera no Rio de Janeiro, em Florianópolis não se registram suicídios às páginas dos jornais, contudo, é observado o começo de um êxodo em direção ao interior da ilha¹⁷. As mães assustadas com a possibilidade de terem seus filhos recrutados os levavam à casa de parentes em locais distantes como, por exemplo, Ribeirão da Ilha e Santo Antonio de Lisboa. Essa retirada estratégica é abordada na obra literária *O vento que veio do sul*, de Almiro Caldeira de Andrada.¹⁸ Na obra, o autor infere sobre o medo, a retirada

¹⁶ Jornal *O Estado*. Florianópolis, 08/10/1930.

¹⁷ Cf. PIAZZA, Walter F. **História da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 132.

¹⁸ Apesar de obra de cunho literário, no romance histórico de Almiro Caldeira (2000) *O vento que veio do sul* pode-se acompanhar a fuga dos jovens, sobretudo os da classe média. Em entrevista concedida à jornalista Ana Cláudia Menezes ao jornal *A Notícia*, em 14/09/2000, o autor do livro, Almiro Caldeira de Andrada, contou “Toda a minha ficção (quase toda) se baseia e fatos da história catarinense. Este é o nono livro que publico em que todo o imaginário se apóia na realidade historiográfica. Ao procurar novo assunto histórico para romancear, deparei com um tema que, além do interesse geral que ainda hoje suscita, despertou em mim velhas e fortes impressões da infância. O trecho conta das vicissitudes que a Revolução causou ao ilhéu, das aflições da arraia-miúda e das aflições da gente média e graúda, sem esquecer a euforia de uns ao lado do desespero dos outros. E daí o aparecimento de personagens diversas, da vida real e ficcional, desde os

dos moradores do centro para o interior da ilha para fugir dos arroubos revolucionários, o armazenamento de alimentos, as incertezas deixando-nos entrever algumas especificidades a respeito do movimento revolucionário em Florianópolis.

Ainda sobre a convocação aos militares da reserva é compreensível o clima de incertezas que gerava, pois ao mesmo tempo em que eram convocados pelo Exército brasileiro regular, por outro, também o eram pelas insurgentes “Forças Nacionais”¹⁹. No jornal *A Cidade* de 18 de outubro de 1930 reproduzia-

pequenos ‘manezinhos’ aos mandões financeiros e políticos, do homem humilde aos soberbos, do sujeito simples aos sofisticados, do virtuoso e do mau, do corajoso e do amedrontado, do indiferente, do frívolo, do sofredor e do gozador. É um painel, suponho, em que a fantasia só faz ressaltar a verdade subjacente, que podemos apreender”. (Os grifos são meus).

¹⁹ Força Nacional e Força Revolucionária são as expressões mais comumente usadas à época. Farei uso delas daqui para frente sempre me referindo aos revolucionários. A expressão “Forças Nacionais” foi usada como timbre e é encontrada em documentos do período em que ocorre a Revolução. A historiografia carece ainda de análise sobre ela. É possível perceber que foi cunhada na tentativa de integrar as diversas forças civis e militares de origens diversas. Há que se pensar que os líderes da Revolução tinham um grande problema que era agregar efetivos militares e civis e, mais ainda, agregar militares de forças diferentes, como é o caso das polícias militares e forças armadas (exército e marinha). Mesmo que por pouco tempo tiveram êxito na congregação dessas forças e houve toda uma discussão de como mantê-las após a Revolução. Eles criaram essa idéia de uma força nacional, mas não conseguiram mantê-la. Durante a movimentação de 30 ela foi essencial para conferir unidade ao heterogêneo. É preciso lembrar e que aqui não estou discutindo, mas que é de extrema importância, que a “Revolução” é um projeto que vinha sendo pensado desde há muito por Oswaldo Aranha, entre outros. A esse respeito e para subsidiar um pensamento sobre essa questão das ‘Forças Nacionais’, sugiro a leitura do capítulo “A legião revolucionária e a Revolução de 30”, de Peter Flynn, na obra *Os Militares e a Revolução de 30* (1979). Um dos ressentimentos de Oswaldo Aranha após a Revolução ter se consumado parece ter sido justamente a desintegração dessa força que ele imaginava ser possível manter coesa como um partido ou uma legião.

se uma circular veiculada pelas Forças Revolucionárias nos principais jornais do país onde Góes Monteiro assinava o comunicado que dizia

O comando das forças nacionais considera ilegal a convocação de reservistas feita governo Catete, não deveis forma alguma atender essa convocação deve ser feita pelas Forças Revolucionárias que tem em seu poder quase totalidade território nacional, pois representam verdadeiro exército nacional²⁰.

Pode-se inferir o que a leitura dessas palavras suscitou aos reservistas. A quem, afinal, deveriam seguir às ordens? Havia dois Exércitos, a decisão sobre a qual servir era verdadeiramente muito complicada por conta dos reveses que poderiam advir de uma escolha não acertada. Isso tanto para os jovens reservistas que tinham que se apresentar em suas unidades quanto para os que já estavam na reserva remunerada (aposentados)²¹, que eram também chamados a se apresentar ao serviço novamente.

Depois de desferido o sinal para o início da Revolução, em 3 de outubro, a sublevação espalhou-se por vários estados e “o país acordou no dia 4²² com dois

²⁰ Jornal *A Cidade*, Blumenau. 18/10/1930.

²¹ Militares não se aposentam, passam a fazer parte do quadro da reserva remunerada. Ficam à disposição do Estado para casos em que tenham que voltar a atuar na defesa do território nacional.

²² NO DHHB lemos que já na madrugada do dia 4 de outubro, todas as unidades militares de Porto Alegre se encontravam sob o controle dos revolucionários. No interior do estado, quase não houve luta. Vargas, após a divulgação do Manifesto que conclamou o

governos e dois exércitos”²³. Em Santa Catarina, observava-se a seguinte situação: o governador Fúlvio Coriolano Aducci apoiava ao presidente Washington Luís²⁴ e, por consequência, ao candidato apoiado e recém-empossado por este - Júlio Prestes. Essa conduta de Aducci conferiu ao estado a designação de *obstáculo* à Revolução e o colocou oficialmente ao lado dos chamados “legalistas” ou “prestistas” ainda que, em termos práticos, apenas a capital, o governador e seu séquito conseguiram manter até as últimas consequências essa oposição. Fúlvio Aducci apostou que o governo federal fosse capaz de conter os arroubos dos opositoristas revolucionários, os quais ele taxava de “comunistas

povo gaúcho às armas, como já referenciado em meu texto, arregimentou um efetivo de cerca de 50.000 voluntários gaúchos que se alistaram para lutar na insurreição atendendo ao apelo com entusiasmo e em poucos dias. As reações esboçadas nas cidades gaúchas de Rio Grande, São Borja, Bagé, São Gabriel, Alegrete, Itaqui e Passo Fundo foram rapidamente controladas. Os militares que não aderiam foram encaminhados por Góes Monteiro para dois navios ancorados no litoral, próximo de Porto Alegre, onde permaneceriam até que a Revolução decidisse sobre seu destino. Encontravam-se, entre os oficiais superiores aprisionados, o general Gil de Almeida e o coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria aquartelada em Livramento. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb>>. Acesso em: 17 ago 2008.

²³ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1994, p. 99. Volume II: Da Coluna à Comuna.

²⁴ O presidente Washington Luís permaneceu sempre inflexível na defesa da sua autoridade e não admitiu em nenhum momento a hipótese de vitória dos revolucionários, baseando-se para isso nas informações otimistas que recebia do seu ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. Em torno do dia 20, o único bastião legalista significativo fora do Distrito Federal era o estado de São Paulo, que concentrou suas tropas em Itararé, junto à divisa com o Paraná, para deter o avanço dos revolucionários sulistas. O choque dessas forças, previsto para o dia 25, não chegou a ocorrer porque, na véspera, uma transmissão radiofônica informou que estava em curso, no Distrito Federal, um golpe militar contra o governo (DHHB).

antipatrióticos”²⁵. O governo federal, por sua vez, parecia apostar na fidelidade dos governadores ratificada em mensagens de manifestação de lealdade. Optando por agir desta forma ficou literalmente “ilhado” na capital Florianópolis enquanto as Forças Revolucionárias saídas do Rio Grande do Sul avançavam sobre o vizinho estado.

3.3 EXPECTATIVAS

Aguardando que o governo federal tomasse medidas para conter a movimentação das tropas das Forças Revolucionárias, Fúlvio Aducci acreditava que a situação estava sob controle, embora já no dia 06/10 se lesse em letras garrafais nos jornais que fora “Decretado estado de sítio em todo território brasileiro”²⁶, bem como que o presidente decretara feriado do dia 06/10 ao dia 21/10²⁷. Nos jornais em Florianópolis, como o *Folha Nova*, *República*, *O Estado*, publicava-se notas denunciando a gravidade do momento. Contudo, seguiam-se a eles comunicados e telegramas que davam conta de que o “movimento sedicioso”, “insurrecional”, “anti-patriótico”, à medida que avançava, estava sendo contido pelas Forças Legalistas e que em Florianópolis chegaria de avião o comandante da 5ª Região Militar, general Nepomuceno Costa, “comandante supremo das forças

²⁵ CORRÊA, 1984, *op. cit.*, p. 56.

²⁶ Jornal *Folha Nova*. Florianópolis, 06/10/1930.

²⁷ Penso que o feriado tenha se estendido até o dia 21/10 porque Washington Luís possivelmente acreditava que até esse dia a situação já estaria contornada.

legais para operar contra os revolucionários no sul do país”²⁸. Juntamente com Nepomuceno viria também o senador Firmino Paim Filho. No mesmo dia comunicava-se que estava se deslocando para o porto da capital o cruzador Bahia sob o comando do contra-almirante Heráclito Belfort. “Também com destino a esse Estado seguiram numerosos contingente militares em número aproximado de 3.000 homens que ficarão a disposição do general Nepomuceno Costa” (*Folha Nova*, 06/10/1930). Já no *Folha Nova* de 08/10/1930 lemos o telegrama recebido pelo governador Fúlvio Aducci, enviado pelo presidente:

Palácio Guanabara, Rio, 7 – Presidente Fúlvio Aducci – Florianópolis – Recebi seus telegramas ns. 124 e 128 de quatro corrente assim como número 107 da WESTERN de cinco corrente nos quais V. Excelência me informa da situação nesse Estado. Governo tomou com a rapidez possível no momento todas as providências necessárias que aliados ao seu patriótico esforço e a intrepidez do povo catarinense serão de toda eficiência. Reina aqui e em São Paulo para onde estou em constante e direta comunicação absoluta ordem e tranqüilidade. Todas as forças federais desta região e da de São Paulo assim como respectivas policias militares estão fieis ao Governo e animadas do mais patriótico ardor. Forças federais quarta região abrangendo Minas Gerais, cuja sede é Juiz de Fora estão cumprindo seu dever com denodo, segundo informa comandante dessa região que está em contato suas diferentes unidades e em ligação com a capital federal. Guarnições federais Rio Grande do Sul batem-se heroicamente em defesa instituições republicanas e pelo Brasil unido. Espírito dominante é de plena confiança na ação do Governo Federal que se vai fazendo sentir com a possível presteza e muita energia. Cordiais saudações. Washington Luis.

²⁸ Jornal *Folha Nova*. Florianópolis, 06/10/1930.

Por essas notas compreende-se por que Fúlvio Aducci se manteve firme na posição de defesa da legalidade. Conforme se verá adiante, no capítulo IV, com exceção da vinda do general e do cruzador, as demais providências eram falácias. Na Assembléia Legislativa do Estado os seputados assinaram moção de solidariedade publicando-a no jornal *República*²⁹ dizendo que “diante dos dolorosos acontecimentos que ameaçam mergulhar o país nos horrores da guerra civil” eles faziam “votos a Deus para que o regime da legalidade triunfe a bem da felicidade da Nação e da prosperidade de Santa Catarina”. Assinam a moção Marcos Konder, entre outros deputados³⁰. Se as notas tranqüilizavam o governo e seus aliados políticos, é possível que irritassem ainda mais aos aliados das Forças Revolucionárias e rivais políticos dos signatários.

Ainda no dia 06/10/1930, o jornal *Folha Nova*, no Rio de Janeiro, dava conta de que “As notícias dos Estados conflagrados são poucas e desencontradas. Os boatos fervilharam durante o dia, na maioria originados de rádios emitidos pelos revolucionários e captados por estações clandestinas”. A dúvida pairava no ar e na mesma nota do jornal se dizia “De certo só se sabe que o governo está aparelhando todos os elementos para o restabelecimento da ordem, o que, espera, se verificará com presteza”.

²⁹ Jornal *República*. Florianópolis, 09/10/1930.

³⁰ Assinam a moção os deputados Marcos Konder, Bulcão Vianna, Otacílio Costa, Luiz de Vasconcellos, Carlos Wendhausen, João Carvalho, Dalmiro de Barros, Manoel da Nóbrega, Álvaro Catão, Bley Netto, Pedro Feddersen, Ermenburgo Pellizzetti, Herman Weege, Thiago de Castro, Indalecio Arruda e Cid Gonzaga.

O movimento revolucionário, para levar a cabo seu intento, contava então com os militares já rebelados e com os que iam aderindo à causa, com o efetivo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e com os rebelados das Polícias Militares e ainda com os cerca de 50.0000 voluntários recrutados no meio civil.

Como assinala Jordan Young³¹, “o sucesso de qualquer rebelião política efetiva dependia da disposição e da habilidade com que a facção dissidente podia contar com uma força militar”³². Problema é que o efetivo das polícias militares, por exemplo, não estavam tecnicamente preparados porque não eram formados para a guerra³³, à exceção, talvez, da Brigada Militar (RS) que, supostamente, estaria mais preparada devido às inúmeras participações nas revoltas ocorridas em território Riograndense. Somados os muitos civis que tinham se alistado, a coordenação do movimento tinha consciência de que só teriam sucesso na

³¹ YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Org.). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³² *Idem*, p. 17.

³³ As polícias militares têm uma estética militar baseada nos preceitos de hierarquia e disciplina semelhantes às existentes no Exército. Excetuam-se os postos de oficiais gerais que não existem nestas corporações. Os integrantes das polícias militares exercem funções de segurança pública com o policiamento ostensivo que são diversas das realizadas pelas forças armadas, que são responsáveis pela defesa da pátria, segurança nacional e a garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Os policiais militares são subordinados aos governadores de estados. Atualmente, segundo o art. 144, § 6º, da C.F (1988), “As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

mobilização revolucionária se conseguissem transformar, principalmente os civis, em especialistas em guerra de guerrilhas³⁴.

Os militares que aderiam à idéia do golpe, suposta revolução, possivelmente o faziam por acreditar nas promessas feitas durante a campanha da Aliança Liberal, em que se contemplava em seu programa de governo a expansão do Exército, novos equipamentos e um sistema de promoções melhor estruturado. O Exército brasileiro, a corporação regular, oficial³⁵, desde há muito (talvez desde Canudos) estava em uma situação bastante complicada. Moraes³⁶ faz uma interessante e elucidativa observação sobre o quanto essa instituição estava “dividida”. Diz ele que o Exército lutou verdadeiramente contra a Coluna Miguel Costa-Prestes, embora de “coração partido” por entender a legitimidade da luta empreendida contra o coronelismo agrário, porém, “sem marmelada”, combatendo realmente à coluna, porque, acima de tudo, havia o sentimento de dever da instituição de lutar pelo Estado enquanto expressão armada deste. Sobre

³⁴ No Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército define-se “**Guerra de guerrilha** - Forma de guerra irregular conduzida por grupos ou forças não-regulares, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com a finalidade de desgastar sua capacidade militar. Compreende as operações de combate executadas por forças predominantemente locais, a fim de reduzir a eficiência do governo estabelecido, ou do poder de ocupação, nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar”.

³⁵ Estou usando a palavra “oficial” aqui querendo estabelecer uma distinção entre o Exército que se rebelou e o que se manteve em sua função legal, ou ainda, regular.

³⁶ MORAES, 1994, *op. cit.*, p. 68.

os militares e sua adesão à Revolução, McCann³⁷ assinala que do posto de capitão para baixo a tendência foi a adesão e que do posto de major para as escalas hierárquicas superiores foi a de apoiar a legalidade. Já José Murilo de Carvalho³⁸ assinala que a Revolução não foi consenso entre os membros das Forças Armadas, que a Marinha praticamente ignorou o movimento e que no Exército as adesões eram “antes fruto de uma falta de disposição geral para a resistência do que de derrota militar”. Assinala ainda que os sargentos tiveram papel importante e que garantiram o sucesso insurrecional porque a eles estavam ligados os cabos e os soldados, que eram em maior número que os oficiais³⁹. Os apelos da panfletagem que, sobretudo no mês de setembro de 1930, foi realizada com mais intensidade, por certo, também contribuíram para conquistar adesões à causa revolucionária.

³⁷ McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 373.

³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930/1945. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, c1982. pp. 109 e 110.

³⁹ José Murilo de Carvalho (1982, p. 110) afirma que também por conta disso o Exército que emergiu da Revolução estava fragmentado e que se sucedeu um estado de indisciplina pós-Revolução. É que inúmeros dos sargentos foram comissionados em segundos-tenentes. Tal fato incomodou porque mexeu com a ordem hierárquica e ainda porque gerou grande inquietação dos praças verificando-se várias revoltas e desordens. Outro fato que causou estremecimento no Exército foi o de que apenas uma minoria de oficiais havia participado da organização do movimento e que essa minoria ainda era composta de oficiais subalternos, entre os quais muitos remanescentes das revoltas dos anos 1920, cuja reintegração e promoção feriram os brios do oficialato. Nesse sentido, a Marinha foi poupada do trauma, pois tinha poucos elementos a serem reabsorvidos. Ainda no dizer de Carvalho, “a rivalidade tinha sido abando nada durante a luta, mas ressurgiu logo depois”.

No material de propaganda elencavam-se aqueles que, segundo o documento, constituíam 90% da população do Brasil e que viviam há “quarenta anos explorados pelos senhores do poder” que eram, entre outros

- A oficialidade moça e brilhante do Exército e da Marinha Nacionais; Os oficiais de alta patente de terra e mar, convencidos de que os políticos profissionais estão concorrendo para o desmembramento nacional; - Os oficiais das Brigadas Estaduais; - Os operários do campo e da cidade; - Os inferiores do Exército e das Brigadas Estaduais; - Os soldados e marinheiros. [...]⁴⁰

Além dos sujeitos estarem submetidos às instabilidades decorrentes dos abalos de ordem política, econômica e social, ainda viviam dilemas entre o que lhes competia no cumprimento de seus deveres institucionais e aquilo que, possivelmente, estivessem desejando de fato realizar. Getúlio Vargas, por

⁴⁰ Panfleto alusivo aos inimigos da Revolução e aos revolucionários brasileiros. CPDOC/FGV: GV c 1930.00.00/4. O documento original contém muitos outros elementos, transcrevi os que interessavam para minha tese. De acordo ainda com panfleto: “Constituídos de dez por cento da população do Brasil, e que vivem nababescamente da exploração da massa propositadamente mantida na ignorância; são: Empresas estrangeiras imperialistas- Porque a Revolução quer a nacionalização das empresas estrangeiras; Industriais - Porque a Revolução é contrária a exagerada proteção alfandegária, que encarece a vida das populações; Políticos profissionais – Porque a Revolução dos derrubou, não tendo eles outro meio de vida; Estudantes – Porque a Revolução quer extinguir o ensino como privilégio de classe; Jornais- Porque a Revolução quer destruir as fontes suspeitas que garantem a sua subsistência; Latifundiários- Porque a Revolução combate as grandes propriedades improdutivas; Separatistas- Porque a Revolução quer o Brasil unido; Comunistas- Porque são *snoobs* e sinceros; Bolcheviques- Porque a Revolução combate um regime em desacordo com o meio brasileiro”.

exemplo, registra em seu diário⁴¹ a três outubro, meia hora antes de iniciar a revolução, suas dúvidas, anseios e expectativas: “Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo [...] Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos?”⁴². A leitura possibilita inferir que os sentimentos que prevaleciam eram a dúvida e, de certa forma, o medo. Já em seis de outubro ele registra, “Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações no Paraná. Desejo fazê-lo porque esse é o meu dever, decidido a não regressar ao Rio Grande se não for vencedor [...]”. Tal escrita faz pensar que lhe tenha sido penoso seguir para o “teatro de operações”, mas que o faria por dever. Possivelmente por dever e não por querer ele seguiria. Ao escrever que era seu dever, é provável que também estivesse querendo realizar um exercício de autoconvencimento. No cumprimento de seu dever, caso não fosse vencedor,

⁴¹ Maria Celina D’Araujo examina no artigo *Getúlio Vargas, cartas testamento como testemunhos do poder* trechos do Diário de Vargas escrito no período compreendido entre 1930 a 1943. Ele escrevia a lápis em pequenos cadernos um diário de suas atividades políticas, mas não se pode afirmar, comenta a autora, que seus escritos constituam um “diário íntimo”. No dia 03/10/1930, pouco antes de iniciar a Revolução, Vargas escreveu: “Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranqüilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu Estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Ma esta queria a luta, pelo menos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado com responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Escrita de Si, Escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 296.

⁴² VARGAS, Getúlio. **Diário**: 1930-1936. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. v. 1.

não retornaria ao Rio Grande do Sul e já dava a idéia de que poderia cometer suicídio como analisa Maria Celina D'Araujo⁴³.

Na prática, não consta que Getúlio Vargas tenha pegado em armas para atuar, como talvez pudéssemos pensar ao lembrar de imagens de chefes revolucionários. Ele seguiria para o teatro de operações para representar o papel que lhe cabia como líder do movimento. Sua presença tinha um valor simbólico perante os comandados e era importante para o moral da tropa ver que seu líder estava com eles. Vargas desde o início da Revolução vestira um uniforme militar, e, ao que tudo indica, não apenas para impressionar o povo. A vestimenta militar era importante para ratificar a imponência do movimento e trazer ao imaginário a lembrança da Coluna Miguel Costa-Prestes, que levara a idéia de uma revolução a todos os cantos do Brasil por onde passara. Meirelles⁴⁴ registra:

O presidente do Rio Grande do Sul associava-se oficialmente ao levante. Vargas era o líder do movimento, corpo e alma da revolta. Deixara-se ver e fotografar com uniforme militar ao desfilar pelas ruas de Porto Alegre como chefe da rebelião. A farda sem divisas e o aspecto transmitiam, entretanto, a imagem de um voluntário alistado às pressas. Não tinha o olhar que incendiava os revolucionários movidos pela paixão.

⁴³ Essa idéia do prenúncio de uma atitude suicida é trabalhada por Maria Celina D'Araujo no artigo *Getúlio Vargas, cartas testamento como testemunhos do poder*. *Op. cit.*

⁴⁴ MEIRELLES, Domingos. 1930: **Os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 596.

Se a imagem de Getúlio Vargas vestindo um uniforme militar sem divisas descrita e captada por Meirelles⁴⁵ lembrava a de um voluntário alistado às pressas, a intenção, o que estava por detrás dessa imagem era algo muito bem pensado e articulado, sem a pressa que o amassado da roupa denunciava. Getúlio ao deixar-se fotografar sabia que a imagem correria o país ao ser veiculada nos jornais e, por meio disso, queria passar uma mensagem ao povo, sem dúvida, mas, sobretudo, aos militares de quem dependia para o sucesso de seus planos. O amassado da roupa, que chamava a atenção, poderia lembrar também ao leitor da imagem que fora apanhado de surpresa, que não teve o tempo para se compor, que a situação lhe era inusitada. Pode-se pensar na farda também como um símbolo da virilidade e da masculinidade. Por isso também não poderia deixar que seu olhar denunciasse “paixão”, afinal, ele queria ser visto e tido como um homem que agia pela razão e não pelo sentimento. Seus atos eram muito bem pensados, ele não deixava transparecer seus sentimentos.

Para ratificar a mensagem que se queria veicular por meio dessa imagem, Góes Monteiro⁴⁶ aconselhou Getúlio Vargas a assumir pessoalmente o comando

⁴⁵ No livro de Meirelles não localizei a referida fotografia.

⁴⁶ Sobre a atuação de Góes Monteiro, Jordan Young (1979, p. 16) afirma que ele é quem estava por detrás de todas as ações militares da Revolução de 1930, desenvolvendo-as secretamente desde abril de 1930 quando assumiu o posto de chefe de Estado-Maior dos rebeldes, sendo que os “famosos tenentes” do levante de 1922 e 1924, obedecendo à hierarquia, recebiam ordens dele e só depois é que elaboravam suas táticas de coordenação para os grupos os quais estavam diretamente responsáveis em comandar. O autor diz que o então tenente coronel Góes Monteiro era mais um oportunista político de extrema esperteza do que um revolucionário, já que servira leal e fielmente ao governo do presidente Washington Luis de 1926 até 1930.

militar da Revolução no sentido de legitimar sua imagem como chefe revolucionário e “seguir com as tropas e com elas marchar à proporção que fossem avançando”⁴⁷. Moraes⁴⁸ refere-se a Góes como “Maquiavel fardado” porque as estratégias militares pensadas para o Movimento de Trinta partiram, em boa parte, dele. Góes, no início de 1930, de acordo com McCann⁴⁹, teria elaborado um relatório a pedido da inspetoria do Exército sobre o preparo para guerra e que esse relatório o teria instrumentalizado a refletir com mais propriedade sobre as ligações entre a política e a prontidão militar⁵⁰.

À época Góes, personagem bastante polêmico, servia na 3ª Região Militar (RS), comandada pelo General Gil de Almeida que, pelas leituras que tenho feito, esteve sempre muito atento às manobras da movimentação em sua região militar, comunicando suas observações e apreensões ao Alto Comando quanto à entrada de armas no estado do Rio Grande do Sul provenientes do Uruguai e da

⁴⁷ FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 431. Volume II – A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. In: MEIRELLES, *op. cit.*, 2005, p. 597.

⁴⁸ MORAES, 1994, p. 68.

⁴⁹ McCANN, 2007, p.368.

⁵⁰ McCann (2007, p. 368) diz que no relatório realizado por Góes estavam retratadas a situação das unidades militares classificadas por ele como “desesperadora: o moral estava péssimo, havia deficiências de material e a disciplina era minada pela agitação política” e que ressaltava a imperiosa necessidade de o ministério prestar mais atenção às necessidades do Exército. O autor pensa que talvez Góes nesse relatório já estivesse esperando convencer os leitores de que a Revolução era o único caminho para salvar o Exército e assim estaria justificando suas ações.

Argentina. Em 03/09/1930 ele radiografou ao ministro da Guerra informando “situação intolerável autoridades estaduais protegendo desertores militares e abertamente convidando-os a aderir à rebelião. Peço permissão para concentrar tropas em várias partes do Estado”.⁵¹ Mas a permissão oficial não lhe fora concedida e as ações do comandante foram rechaçadas e advertidas pelo Alto Comando, manteve-se em sua posição praticamente de mãos amarradas. É muito instigante estudar essa relação de forças políticas e militares na medida em que podemos observar nelas ações de jogos – jogos políticos pela tomada do poder.

Ao lado de Góes Monteiro, outro membro do Estado Maior⁵² do Exército rebelde era João Alberto. Este, desde agosto esperava para atacar, porém, quando tudo parecia pronto Getúlio Vargas, de súbito, resolveu enviar Oswaldo Aranha ao Rio de Janeiro para “sondar” os militares que sabia serem simpáticos ao programa da Aliança Liberal. Ele queria que os militares do Alto Comando estivessem informados sobre os planos revolucionários e que assumissem o governo temporariamente, até que chegassem as forças militares do Rio Grande do Sul, caso fossem vitoriosos⁵³. O medo de Getúlio era que esses militares

⁵¹ Radiograma do General Gil de Almeida ao Ministro da Guerra General Nestor Passos. In: YOUNG, *op. cit.*, p. 22.

⁵² No glossário de termos e expressões militares define-se **Estado-maior** - Órgão composto de pessoal militar qualificado e de qualificação técnica, que têm por finalidade assessorar o comandante no exercício de comando.

⁵³ YOUNG, 1979, p. 21.

tomassem em definitivo o poder por isso fez questão de informar que deveriam tomar conta do governo “provisoriamente” até que ele e seu estado-maior chegassem à capital. Enquanto isso acontecia, os líderes revolucionários no Rio Grande do Sul iniciaram uma “campanha propagandística” contra as tropas legalistas dizendo que soldados do Exército eram irmãos e que não deveriam lutar entre si. A campanha parece ter dado resultado visto que a maioria do efetivo gaúcho do Exército aderiu à Revolução. A resposta dos militares do Rio de Janeiro chegou a Getúlio somente em meados de setembro dando conta de que os oficiais superiores não poderiam ajudar na Revolução, mas, se caso ela triunfasse, assumiriam o governo na capital federal provisoriamente e manteriam a ordem até a chegada das forças rebeldes. O negócio estava feito, ou seja, o acordo político estava definido, mas era imprescindível o êxito da manobra.

3.4 – ESTRATÉGIAS⁵⁴ POLÍTICAS E TÁTICAS MILITARES

⁵⁴ Minha intenção ao usar estes termos era pensar no movimento na perspectiva apontada por Michel de Certeau, para quem a estratégia seria o cálculo das relações de força que tornam possível a um sujeito de querer e poder postular um lugar capaz de ser circunscrito como “próprio” e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão. Já as táticas seriam algo contrário das estratégias, a tática só tem por lugar o do outro, “pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’, possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tomar partido de forças que lhe são estranhas. Ele (o fraco) o consegue em momentos oportunos [...] a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’”. Os movimentos táticos, pois, transformam o lugar próprio em espaços dinâmicos. (CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.45-47). Contudo, de uma forma mais simplista, esses termos também podem referir-se às definições encontradas no dicionário *Aurélio* (versão digital). Então teríamos a estratégia como uma “Arte militar de

Em Santa Catarina, as autoridades observavam e registravam a movimentação nas cidades, sobretudo as fronteiriças com o Rio Grande do Sul e Paraná, conforme já discorri anteriormente, e esboçavam reações, mas para que as contendidas fossem desferidas, no mais das vezes, esperava-se por uma ordem. Assim, os comandados avisavam aos comandantes que avisavam ao governador que avisava ao presidente que se apoiava em seus assessores para a tomada de uma decisão. Todos esperavam por alguém o por algo enquanto as Forças Revolucionárias invadiam Santa Catarina. É curioso e até aflitivo ler esses documentos e imaginar a agonia e a tensão dos que percebiam que algo de grave estava acontecendo, mas que tinham suas mãos e pés atados e não podiam decidir sozinhos sobre o que fazer. De forma que o governador confiou no presidente que confiou em seus assessores.

Somente em 10 de outubro o presidente Washington Luís se manifestou fazendo publicar aos jornais sua surpresa e indignação afirmando:

Foi com a mais dolorosa surpresa e o mais vivo sentimento de indignação e repulsa que todo o Brasil viu irromper nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba o sanguinário movimento subversivo que ali se desenrola [...] Que querem seus promotores? [...] Emudecem sobre o peso do crime cometido. Quem são eles? Escondem-se no anonimato.

planejar e executar movimentos e operações de tropas” ou, ainda, “Arte militar de escolher onde, quando e com que travar um combate ou uma batalha” enquanto que a tática seria a “Parte da arte da guerra que trata da disposição e da manobra das forças durante o combate ou na iminência dele”.

Só se sabe que querem derramar sangue brasileiro. [...] Tranqüilize-se, pois, a Nação: o governo cumprirá o seu dever”.⁵⁵

Se tantas vezes fora avisado como poderia o presidente estar surpreso? Se ainda no dia nove saíam aos jornais notícias sobre a crise de suicídios motivada pelo alistamento compulsório e convocação de reservistas? Indignação, sim, parece provável, porém, surpresa não. Possivelmente ao manifestar surpresa e indignação estivesse querendo se eximir de uma suposta culpa por nada ter feito a fim de conter a Revolução quando ainda em germe. Pelo que é dado a compreender, ele parecia estar chocado ante os relatos das mortes que lhe chegavam. Só no Rio Grande do Sul, no dia três, tentando defender a legalidade no cumprimento do seu dever, padeceram onze pessoas e outras quatorze sofreram ferimentos diversos⁵⁶. Assim, a Nação, por certo, não poderia tranquilizar-se, pois o sangue já vinha sendo derramado e as notícias, ainda que não as dos jornais (que ou se omitiam ou sofriam censura do governo quanto aos registros para não causar mais alardes e tumultos), já estavam soltas e corriam ligeiras.

Nos dias quatro e cinco de outubro, Getúlio Vargas, sem demonstrar apatia diante das ocorrências e registros de morte, escreveu em seu Diário:

⁵⁵ *O Jornal*, 10 de outubro de 1930. In: MEIRELLES, *op. cit.*, p. 576-577.

⁵⁶ Cf, entre outros autores que tratam do tema e do acontecimento, MEIRELLES, 2005, *op. cit.*

[...] continuam chegando notícias do avanço de nossas tropas de vanguarda a leste, centro e oeste de Santa Catarina [...] As notícias do Paraná determinaram-nos a **acelerar a remessa de tropas selecionadas para aquela zona, a fim não só de amparar os companheiros, como de apressar o desfecho da ação** que se desenhava evidente, pelo choque com as governo neste Estado ou São Paulo. João Alberto seguiu, levando pequena força da capital e recebendo vários contingentes em sua passagem ao longo da via férrea. Houve grande entusiasmo no embarque. Seguiram cerca de quinhentos homens [...].⁵⁷

Os telegramas endereçados a Vargas e Oswaldo Aranha eram muitos⁵⁸ e de fato se podia ler neles certo entusiasmo quanto ao sucesso da movimentação, conforme será abordado mais adiante neste texto, porém, mais do que o entusiasmo verificava-se preocupação dos que lhe escreviam os telegramas sobre o despreparo dos homens. Os comandantes temiam a possibilidade de o Exército investir de forma eficaz na defesa. Embora numeroso, o efetivo da Força Revolucionária era despreparado para a guerra ao contrário do efetivo do Exército e da Marinha, daí a pressa pelo desfecho da ação manifestada nas palavras de Getúlio Vargas em seu Diário.

⁵⁷ VARGAS, Getúlio. **Diário**: 1930-1936. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. v. 1.

⁵⁸ Pode-se acessar o acervo *on-line* do CPDOC da FGV para consulta desse material.

O estado de Santa Catarina foi invadido em três pontos pelos chamados destacamentos ligeiros comandados por Miguel Costa⁵⁹, pelo general caudilho Felipe Portinho⁶⁰ e por Trifino Correia⁶¹ logo que a revolta eclodiu. A missão de Miguel Costa e Felipe Portinho era seguir pela estrada de ferro Rio Grande do

⁵⁹ Miguel Costa - militar, iniciou sua carreira como soldado da Força Pública do Estado de São Paulo, instituição que durante a República Velha possuía efetivos comparáveis aos do Exército. Nela, atingiu o posto de oficial da cavalaria. Teve participação destacada, em julho de 1924, no levante ocorrido na capital paulista contra o governo de Artur Bernardes, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes assumiram o controle da cidade durante três semanas, mas sem poder continuar resistindo ao cerco das tropas legalistas, retiraram-se com cerca de três mil homens em direção ao estado do Paraná. Ali, em abril do ano seguinte, vieram se juntar a eles as forças que haviam sublevado, nos meses anteriores, guarnições do interior gaúcho sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes. Os líderes rebeldes decidiram, então, realizar a integração dos dois grupos em um único exército revolucionário, cujo comando ficou dividido entre Miguel Costa e Prestes. A Coluna Prestes, como ficou conhecido o novo exército - ou Coluna Miguel Costa-Prestes, para alguns - foi dividida em quatro destacamentos, cujos comandos ficaram a cargo de Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias e Djalma Dutra. Enquanto isso, o general Isidoro, até então considerado o chefe supremo das Forças Revolucionárias, em virtude de sua idade já avançada, estabeleceu-se na Argentina, de onde organizou uma rede de apoio externo ao movimento. A Coluna, durante quase dois anos de marcha contínua e freqüentes combates com as Forças Legalistas, percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, cruzando 13 estados da federação. Entre fevereiro e março de 1927, já desgastados e sem perspectivas de vitória contra o governo federal, seus líderes optaram por encerrar aquela fase do movimento e abandonar o território brasileiro, dirigindo-se à Bolívia. Em seguida, Miguel Costa fixou-se na Argentina, em companhia da maior parte dos líderes revolucionários. Texto compilado do DHBB, p. 1669-1673.

⁶⁰ Felipe Portinho era experiente caudilho. Participara da Revolução Federalista em 1893 no posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional combatendo Júlio de Castilhos. Em 1923 participou também da Revolução e chefou uma coluna com 1.000 homens, curiosamente a favor de Castilhos e contra Borges de Medeiros. Contava já com avançada idade.

⁶¹ André Trifino Correia tinha o posto de capitão e era ex-aluno da escola Militar, desligado por ter sido integrante do Levante de 1922.

Sul - São Paulo, rumo a Porto União (SC), na fronteira com o Estado do Paraná. A Trifino Correia coube a missão de invadir Santa Catarina pelo litoral. Logicamente que os chefes gaúchos contavam com o apoio dos próceres catarinenses que os aguardavam para unir forças. João Alberto também seguiria por Santa Catarina com destino ao Paraná, por via férrea.

Interessante observar como pessoas que até então se tinham como inimigas agora lutavam juntas, ainda que por causas diversas. É o caso dos líderes tenentistas que estavam exilados e que retornaram ao Brasil aderindo à causa, grosso modo, em troca de anistia e promessas de ascensão na carreira. Sobre os motivos que os levava a se aliarem à “odiosa oligarquia” que tanto combateram, Moraes⁶² afirma que “o tenentismo só aceitaria aliar-se com a dissidência oligárquica porque esta lhe oferecia a tão esperada oportunidade de retornar a luta armada contra um regime que, persistindo em lhes negar anistia, continuava a tratá-los como delinquentes”. Verifica-se nesse ínterim o quanto faz sentido a idéia de Ansart que afirma que “Nas disputas políticas, o ódio comum possibilita o esquecimento das querelas internas e assegura a união em uma mesma comunhão de ódio”⁶³. Nesse sentido, o ódio desses sujeitos serviu como motor que impulsionou a ação que foi a luta para derrubar o presidente Washington Luis e seu sucessor já em vias de assumir, enquanto que para os rebeldes catarinenses era a possibilidade de derrubar a oligarquia Konder por

⁶² MORAES, 1994, p. 96.

⁶³ ANSART, 2001, *op. cit.*, p. 22.

meio de seu sucessor Fúlvio Aducci. A gestão dos ressentimentos, ao que tudo indica, estava sendo bem administrada até então.

Ressalto ainda que, além dos militares que haviam sido exilados, muitos ainda estavam presos e outros tantos viviam na clandestinidade. Grande parte já havia passado e lutado em Santa Catarina por ocasião do levante de 1924. À época foram repelidos a tiro pelas mesmas pessoas com quem agora estavam associados ou associando-se.

Assim, verifica-se que advindos de camadas sociais diversas, civis e militares; militares do Exército, Marinha e Força Pública rebelados, com formação, funções e motivos diversos, homens (e mulheres também) empunharam armas de fogo ainda que muitos sequer soubessem manuseá-las⁶⁴. Grande parte do contingente da força rebelde não conhecia os rigores da disciplina e formação militar. O Exército brasileiro não rebelado, o que chamo oficial, mas cujo termo que melhor se aplica talvez seja regular, possuía um efetivo maior que o contingente dos rebelados. Contudo, não estava reunido, encontrava-se disperso nas diversas e distantes regiões. Quanto ao armamento, era infinitamente superior em número e qualidade ao das Forças Revolucionárias, mas por razões diversas o generalato falhara na missão de organizar um plano de defesa competente para contenção do movimento, faltou-lhe disposição, conforme assinala José Murilo de

⁶⁴ É preciso considerar que as ditas “armas brancas”, dentre as quais a faca, o facão e os machados, eram mais populares nas camadas sociais menos abastadas.

Carvalho⁶⁵. Talvez não estivessem suficientemente convencidos do poderio rebelde ou ainda estivessem intimamente apostando que, caso fosse vitorioso, o grupo que conduziria Getúlio ao poder também se encarregaria de efetivar as mudanças há muito requisitadas e sonhadas pelos e para os militares. Talvez as duas razões divididas ou somadas.

O comandante da 3ª Região Militar, Gil de Almeida, ao escrever suas memórias para um livro, narrou estar convencido de que diante da enorme vantagem do Exército a instituição fraquejara em não investir na contenda do movimento⁶⁶. Mas esta é uma análise posterior, o caso é que em outubro quando o movimento eclodiu ainda não era possível saber com certeza se o Exército estaria ou não suficientemente organizado e disposto a investir na derrocada do movimento.

Em Santa Catarina, os mandões adeptos dos revolucionários viram, enfim, chegar a tão esperada hora em que poderiam agir sem disfarces assumindo sua postura pró-Revolução. A estratégia de suas missões lhes era repassada pelos encarregados de confiança dos gaúchos. Fidêncio Mello, conforme visto no capítulo II, era um desses ditos “coronéis”, fazendeiro, político influente, proprietário de balsas e terras próximas à atual cidade de Chapecó, no Oeste catarinense. Líder de uma coluna que aguardava com ansiedade as ordens de

⁶⁵ CARVALHO, 1982, *op. cit.*, p. 110.

⁶⁶ ALMEIDA, Gil de. Homens e Fatos de uma Revolução. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, s/d, p. 261 e 278. In: MEIRELLES, 2005, *op. cit.*, p. 567.

desferir o movimento, já dera mostras que a pressão da espera poderia pôr tudo a perder à medida que ficava difícil disfarçar os arroubos de suas ações e a de seus comandados na região, onde era observado pela Força Pública catarinense.

Em telegrama enviado por Fidêncio a Oswaldo Aranha ainda em setembro, ele informava ter arregimentado um “verdadeiro exército” entre os homens da região e pedia o envio de 500 armas e munição, além de vinte homens da Brigada Militar, técnicos para lhe ajudar a fazer frente ao 5º Batalhão de Engenharia do Exército que estava na cidade de Palmas (PR) para construir estradas na região. Percebe-se pelo telegrama que seria difícil segurar por mais tempo tal arrebatamento e o pedido deixou os gaúchos temerosos, pois, caso Fidêncio resolvesse mesmo atacar precipitadamente esse BE, tal ação denunciaria as intenções dos revolucionários e colocaria os gaúchos em uma situação bastante delicada perante o governo catarinense. Mas chegada a hora, a ele foi determinada por Miguel Costa a missão, entregue por emissário:

Meu prezado amigo general Fidêncio. É indispensável que tome a ofensiva com o pessoal e armas de que dispõe, isto no dia 3 (três) de madrugada, enviando ato contínuo um destacamento com o efetivo que puder sobre Palmas. Este destacamento reforçado por gente do General Paim poderá com facilidade, se não tomar a referida cidade, ao menos mantê-la na defensiva. Tal missão tem por fim distrair o pessoal da linha férrea, até o dia cinco (5), data em que ao anoitecer se fará o levante geral. O portador lhe entregará quatro cunhetes de munição (4) [...] Garanto-lhe que em 48 horas as armas e munição aí estarão, além de nosso avanço geral. Permita, entretanto, que mais uma vez lhe recomende que contemos sua ofensiva no dia e hora

marcada aqui, como certa e certíssima sob pena de ficar prejudicado o plano geral, que por ser longo é impossível descrevê-lo aqui. Estas instruções são absolutamente reservadas e ninguém de forma alguma poderá sabê-las, senão depois que começar o movimento geral. Certo de sua dedicação e firmeza de ações, se confessa grato em nome da Revolução. Miguel Costa⁶⁷.

Como se percebe, as ordens lhes eram enviadas juntamente com um pedido de calma, precaução e segredo. Reiterando o pedido de segredo, podemos pensar não ser o destinatário tão confiável quanto deveria aos olhos dos gaúchos. Observa-se nesse tipo de correspondência a promoção dos postos militares que na verdade eram fictícios e remontavam ainda à época e alusão à extinta Guarda Nacional (1918), incensando seus destinatários. Pela frase com a qual inicia a missiva “Meu prezado amigo **general** Fidêncio”, Miguel Costa o promove de suposto coronel ao posto de general. Na verdade Fidêncio sequer era militar, mas estava sendo reconhecido e nomeado como tal e isso, possivelmente, tinha um sentido de “promessa”. Assim como não era general de fato, é possível inferir que “amigo” também não o era, já que nos idos de 1924, quando a marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes chegara a Santa Catarina com efetivo reduzido a 800 homens, ele (Fidêncio) prometera colaborar com a coluna fornecendo homens e armas. Não cumpriu com a promessa, o que deixou os rebeldes da coluna em situação bastante complicada. Quando os rebeldes, no entanto, entraram em luta contra o batalhão organizado por Elisiário Paim e estavam em vias de perder a batalha, Prestes uniu seus combatentes aos de Fidêncio e conseguiu vitória.

⁶⁷ *Revista do Globo, op. cit.*, p. 264-265.

Talvez isso o tenha redimido e o fato lembrado o fizesse merecer a designação de “amigo general”. Mesmo assim, denota-se certa desconfiança aos atos e rompantes de Fidêncio. A missão conferida a ele era importante e era também um voto de confiança. Nela quase podemos ler o não dito literalmente, mas proferido nas entrelinhas: “não falhe e não nos decepcione”. Sua missão era tomar o 5º Batalhão de Engenharia na cidade de Palmas, no Paraná (divisa com Santa Catarina), ou, caso não conseguisse, distrair as ações defensivas das Forças Legalistas para a referida cidade dando mais tempo e liberdade para que os demais grupos seguissem com seus planos. Ele deveria sair em marcha da cidade de Nonoay (RS) até Palmas (PR) e contava com cerca de trezentos homens. A missão de Fidêncio fora bem sucedida. Temia-se que o BE pudesse resistir e, caso o fizesse, ao que tudo indica, estariam em vantagem quanto ao armamento.

Os líderes do movimento tinham, para além da tarefa de fazer seguir os planos para o golpe, a difícil missão de congregar forças que durante muitos anos estiveram em opostos. As desavenças entre os “coronéis” caudilhos das diversas regiões de Santa Catarina eram históricas e remontavam, quase sempre, às batalhas pró ou contra a Coluna Miguel Costa-Prestes, remontavam ainda ao Contestado, aos negócios da região ligados ao comércio de gado, madeira, erva-mate, à oposição político-partidária. Assim, em Santa Catarina, além de Fidêncio, os gaúchos contariam também com as forças comandadas por lideranças como Elisiário Paim, Walzumiro Dutra, Felipe Portinho, entre outras. Esses eram conhecidos por suas rivalidades que iam além do campo político. Seja como for,

agora estavam juntos, unidos pelo mesmo ideal – derrubar o poder legalmente constituído e, assim, quem sabe, derrubar também o governo de Konder.

A principal estratégia sobre a qual montaram suas táticas eram tomar as estações mais importantes da estrada de ferro *São Paulo-Rio Grande* já que por ela ligavam-se cidades como Santa Maria, no Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná e indo até Itararé, em São Paulo, em uma extensão de 1.403 km. Pelos entroncamentos dessa ferrovia ligavam-se ainda as cidades de União da Vitória (PR) e Marcelino Ramos (RS). Seu traçado foi feito sobre o rio Uruguai e pode ser visualizado na figura 3.1. Outros entroncamentos ligavam também São Francisco do Sul a cidades do Planalto Norte catarinense, como São Bento do Sul, Canoinhas, Mafra, Três Barras e Porto União. O mapa da figura 3.2, também a seguir, pode ajudar na visualização e compreensão da movimentação sobre o espaço físico acerca do qual estou discorrendo. Importante perceber que o estado, dependendo da região⁶⁸ que se está analisando, apresenta aspectos físicos referentes ao relevo, clima e vegetação bem diversos além, evidentemente, dos

⁶⁸ Hoje Santa Catarina compreende oito regiões assim apresentadas: 1) Litoral, cujas principais cidades são Florianópolis, São José, Laguna, Imbituba, Itajaí, Bombinhas, Itapema, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul; 2) Nordeste: principais cidades são Joinville (a maior de Santa Catarina, com 500 mil habitantes) e Jaraguá do Sul; 3) Vale do Itajaí, os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul; 4) Planalto Norte, os principais municípios são Rio Negrinho, São Bento do Sul, Canoinhas, Corupá, Mafra, Três Barras e Porto União; 5) Planalto Serrano, os principais municípios são Lages, São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra; 6) Sul, suas principais cidades são Criciúma, Tubarão, Gravatal, Araranguá e Urussanga; 7) Meio-Oeste, as principais cidades são Joaçaba, Videira, Caçador, Treze Tílias, Curitibanos, Fraiburgo e Campos Novos; 8) Oeste, os principais municípios são Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste. In: SECRETARIA de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

aspectos culturais de suas populações. Isso observado ajuda a entender as nuances das regiões e o grau de dificuldade tanto para defesa do território pelos legalistas quanto para o avanço dos revolucionários, que é sobre o que estarei discorrendo no capítulo IV.

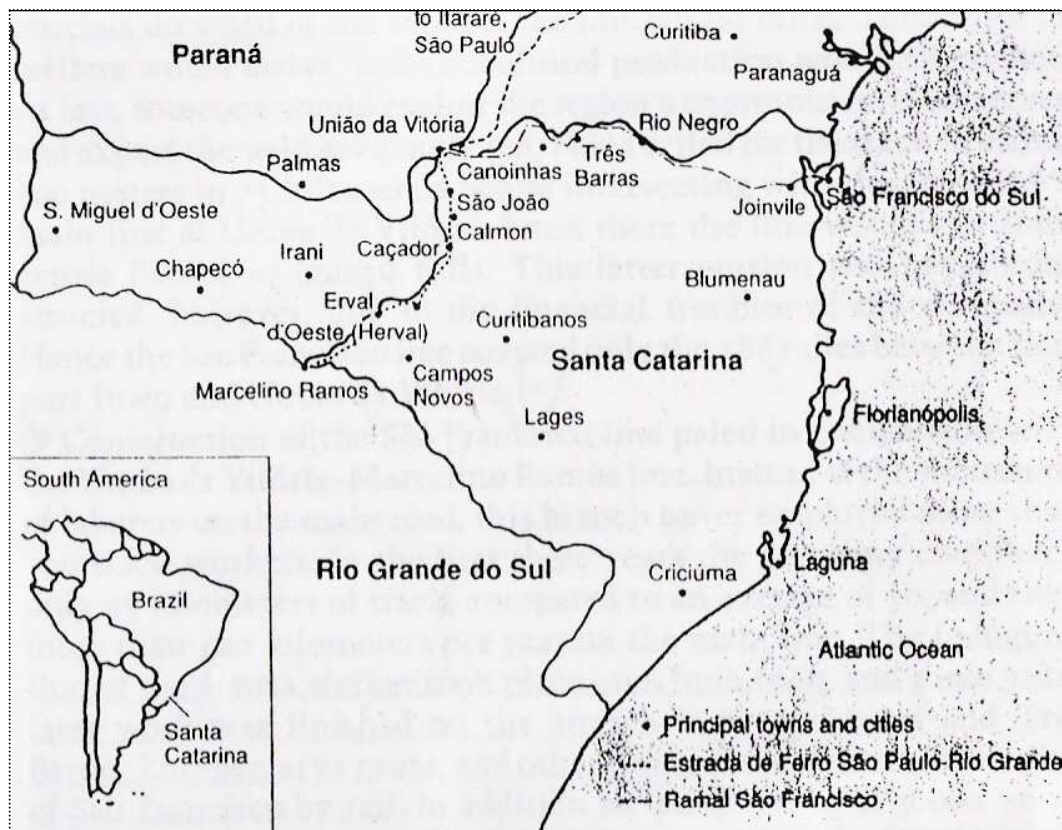


Figura 3.1 - Mapa da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande na região do Contestado

Fonte: DIACON, Todd A *Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916, op. cit.*, p. 47.



Figura 3.2 – Mapa do estado de Santa Catarina em 1930

Fonte: Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 03 jan 2009

CAPÍTULO IV - FORÇAS MILITARES EM AÇÃO: ATRAVESSAMENTOS

4.1 SOBRE INVASORES E INVADIDOS

Penso que o avançar dos insurgentes em terras catarinenses não tenha sido tarefa tão fácil como costumam ratificar as bibliografias que tratam da Revolução de 1930¹, e isso não apenas pelas adversidades geográficas costumeiramente referidas nos relatos dos militares, mas, sobretudo, ou também, pela resistência humana empenhada pelos legalistas em Santa Catarina. A imagem apresentada na figura 4.1 e que foi veiculada na *Revista do Globo*² dá a inferir, tanto pelo que proporciona como leitura da imagem quanto pela leitura da legenda atribuindo à *pequena 53* (uma alusão ao número da locomotiva) a designação de “a primeira invasora revolucionária de Santa Catarina”, que os “invasores” estejam orgulhosos de seu feito bem sucedido na movimentação. Mas se a invasão tivesse

¹ Das obras as quais li, pesquisei, consultei e as quais encontram-se devidamente referenciadas ao final da tese em “Referências – Publicações 1930”, em todas, até mesmo nas mais atuais como, por exemplo, *Soldados da Pátria* de Frank McCann, 2007, uma primorosa obra que é minuciosa e rica em detalhes, os autores “passam” por Santa Catarina, simplesmente a atravessam. No relato de McCann: “[...] as Forças Revolucionárias (saídas do Rio Grande do Sul) seguiram para o norte, atravessaram Santa Catarina até Porto União e dali até Ponta Grossa no Paraná, enquanto a cavalaria viajava pela rota litorânea [...]” (2007, p. 374).

² *Revista do Globo*, *op. cit.*, p. 264.

sido uma empreitada fácil, um simples “atravessar”, por que estariam denotando tal orgulho?

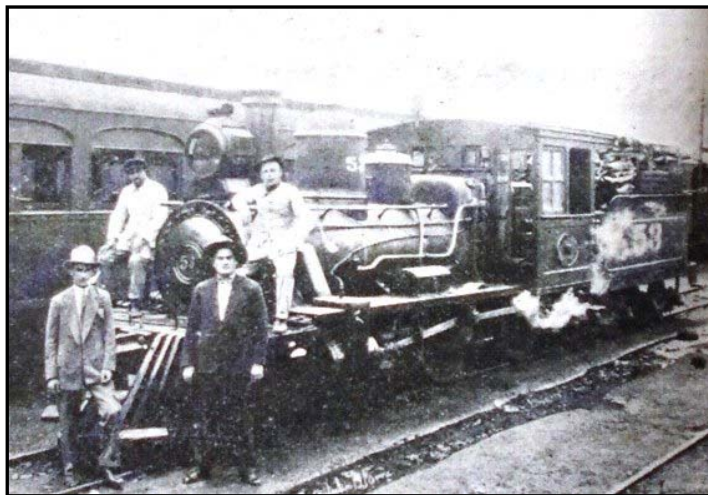


Figura 4.1 – A “Pequena 53” – primeira invasora revolucionária de Santa Catarina³

Fonte: *Revista do Globo*. RS: 1931, p. 264.

No relato de Amilcar Souza da Silveira, integrante de uma das colunas (Coluna Nordeste) designada a avançar sobre território catarinense lê-se sobre as dificuldades enfrentadas pelos soldados das Forças Revolucionárias em terras catarinenses:

Sete dias após o início do movimento revolucionário, transpunha a fronteira de Santa Catarina [...] uma Coluna com mais de quatro mil homens comandados pelo general Waldomiro de Castilhos Lima. Essa força que era composta de onze batalhões de infantaria a cavalo e uma companhia de metralhadoras pesadas, percorreu mais de cem léguas em dezesseis dias sofrendo privações de toda ordem, mau grado e

³ Mantive a legenda elaborada pelos editores da revista à fotografia.

dedicação dos oficiais que a comandava e seus auxiliares. Percorrendo caminhos duma beleza selvagem e rude onde o verdejar das campinas contrastava com o abrupto dos despenhadeiros, os homens componentes da Coluna demonstraram vigor, energia e força de vontade surpreendente. As primeiras peripécias da marcha surgiram na passagem da Coluna para o território catarinense [...] o terreno apresenta aspecto montanhoso, coberto de pedras que rolam sob os pés de quem as pisa, arrastando fragmentos desprendidos pelas enxurradas. A tropa foi obrigada a marchar em Coluna por um sob chuva torrencial. A todo instante, homens e animais rodavam no solo, ferindo-se nas rochas que marginam a estreita estrada que ali serpenteia entre arbustos espinhosos e pinheiros gigantes. Nem com as quedas e humildade das vestes se abalava a jovialidade dos soldados [...].⁴

É preciso considerar que tal relato é uma “memória encomendada”, não foi escrita em campo de batalha⁵, é posterior ao acontecimento e percebe-se estar imbuída de sentido de comemoração, de aclamação, visto ter sido escrito em janeiro de 1931 para a edição especial da *Revista do Globo* em comemoração à Revolução em um esforço apologético. É uma escrita memorialística e, nesse sentido, como elucida Cunha,

ela é lacunar, comporta o esquecimento; é polifônica e pressupõe uma intuição que opera escolhas e seleção. Ela está

⁴ Relato de Amilcar Souza da Silveira datado de 20/01/1931, escrito em Porto Alegre. In: *Revista do Globo. Revolução de outubro de 1930: imagens e documentos*. Porto Alegre: 1931. Edição especial, p. 253-256.

⁵ Não é minha intenção com essa frase afirmar que se tivessem sido escritos nos campos de batalhas esses relatos estivessem menos cobertos de imagens apologéticas, apenas queria evidenciar que foram escritos sob encomenda e só então o narrador as escreveu.

sendo desencadeada de um lugar e se situa no presente (a escrita se faz pela memória do presente e do ausente) daí ser uma representação *escrita* daquilo que foi *vivido*, rememorado [...]”⁶.

É possível, dessa forma, que se tenha exagerado no relato para tornar maiores os feitos revolucionários e a galhardia dos jovens e destemidos soldados, porém, ainda assim é preciso considerar o relato como um *flash*, um lampejo de memória que permite iluminar o acontecimento e inferir sobre suas várias imagens.

As narrativas podem ser compreendidas como espaços de permanência das experiências. Nelas os indivíduos veem a possibilidade de dizer de si, de sua história e têm a certeza de que serão escutados. Como anotou Benjamin, “Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia”⁷ e, por conseguinte, da história. No caso desses relatos veiculados na *Revista do Globo*, estamos ainda na companhia do narrador, a ouvi-lo em suas histórias. Ali é possível perceber traços de várias outras histórias que se agregaram à do narrador, possivelmente como a dele também se agregou a muitas. Em *O Narrador*⁸, Benjamin examina a experiência narrativa como um momento privilegiado da troca de experiências pessoais em que narrador e ouvinte constituem, pela mediação da história narrada e da escuta atenta, uma

⁶ CUNHA, Maria Teresa Santos. **O vivido e o escrito**: Tempos de escola na escrita memorialista de Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966).

⁷ BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 213.

⁸ BENJAMIN, 1994, *op.cit.*, p. 197-221.

nova história em gestação. A narrativa, seguindo a perspectiva aberta pela análise de Benjamin, integra-se à vida do narrador e neste deixa marcas que ficam impressas sobre elas como “os artigos das mãos do obreiro no vaso de argila”. Isso possibilita pensar no quanto esses relatos apologéticos foram se incorporando às memórias coletivas e deixando nelas as marcas de seus narradores, e quase sempre os narradores são sujeitos que fazem parte do grupo dos vencedores. As vozes “vencidas” dificilmente conseguem se fazer ouvir. De forma que com o passar do tempo vão sendo relegadas ao subterrâneo mesmo.

Ao tratar de memória a remetemos, quase sempre, à memória individual, mas dificilmente a relacionamos aos grupos sociais; no entanto, os grupos sociais possuem memórias já que os indivíduos para se reconhecerem como pertencentes a um mesmo corpo social recorrem a experiências comuns que, por sua vez, dão contorno à memória coletiva. Assim, “A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração”⁹. Por outro lado, não existindo um narrador ou não sendo ouvidas narrativas, por exemplo, sobre a passagem, os confrontos, os embates, os combates, a resistência em Santa Catarina à época da Revolução de 1930, a cadeia da tradição que transmite os acontecimentos de geração em geração inexistente. Ou por outro ainda, existe, mas apenas em uma perspectiva - a do vencedor, e assim percebe-se uma memória que edifica Santa Catarina como um estado simplesmente “atravessado”.

⁹ BENJAMIN, 1994, *op. cit.*, p. 211.

O que me chama a atenção nesse relato de Amilcar Souza da Silveira e o que observo ser algo recorrente nos demais relatos também é que o infortúnio daqueles que vinham em marcha desde o Rio Grande do Sul parece tornar-se maior quando adentram o território catarinense. Entendo que talvez estivessem querendo denotar algo sobre o adentrar no desconhecido, o inóspito; o estranho. Saíram do Rio Grande do Sul e quem conhece o terreno não percebe, senão pelas divisas criadas pelo próprio homem que se serve delas para dizer até aqui temos um estado, dali para frente, outro, que se está em terra tão diferente. Por certo, era um lugar de difícil acesso e o rio Pelotas, caudaloso, devia ser algo assustador. Mas as dificuldades são da região como um todo, não me parece haver acentuadas diferenças estando quer do lado de cá (SC) ou de lá (RS). A imaginação (imaginário?) de quem relata o faz perceber no estado invadido o lugar não conhecido, e mais, como esse estado (Santa Catarina) é aquele em que se esperava determinada resistência, ele é também o lugar do mau, do inimigo, do reacionário; daquele com quem se deve lutar; do desqualificado; do distante, onde as chuvas são torrenciais e os arbustos mais espinhosos... É preciso considerar que, possivelmente, elementos como o medo, a fome e o frio também estivessem agindo sobre os sentidos do narrador a ponto de transformar o mais belo dos lugares em um “abismo” sofrível e perigoso.

Havia vários grupos de revolucionários pertencentes a várias Colunas¹⁰, legiões, destacamentos¹¹, alas¹², esquadrões, dependendo da forma como se dividiam, mas que se espalhavam por todo o estado de Santa Catarina, saídos como referido anteriormente, do Rio Grande do Sul com o objetivo de chegar a São Paulo, mas também garantir que as estações ferroviárias dariam livre acesso às locomotivas e aos trens que, além de homens, carregavam munição para os combates com as tropas legalistas de maior peso e monta que acreditavam estar em São Paulo. Então, onde houvesse estações ferroviárias, portos ou pontes que representassem posições e pontos estratégicos, para lá se deslocavam as tropas, quer no sentido de defesa como no de ataque.

Em Herval do Oeste (SC), os revolucionários em grupo de 52 homens chegaram por volta de duas horas da madrugada, renderam alguns soldados da Força Pública e se dirigiram para o hotel Cruzeiro, onde sabiam residir o capitão

¹⁰ No Manual de Campanha C 20-1 encontramos as definições que ajudam a elucidar o que são, como e por que se deslocaram daquela forma: “**Coluna de marcha** - Todos os elementos que se deslocam, pela mesma rodovia, dentro do mesmo movimento, sob o mesmo comando, podendo ser constituída de um ou mais grupamentos de marcha; **Coluna táctica** - Técnica do movimento por estrada, usada quando há possibilidade de interferência do inimigo terrestre durante o deslocamento ou logo após a chegada ao destino; consiste na organização de grupamentos de forças para atender à segurança e à eventualidade de emprego”.

¹¹ No Manual de Campanha C 20-1 **Destacamento** define-se como “Parte de uma força separada de sua organização principal para cumprir uma missão em outra região, com efetivo, normalmente, reduzido e organização variável, dependendo da situação”.

¹² De acordo com o Manual de Campanha C 20-1 “**Ala** - Força que opera no flanco; parte de força que está à direita ou à esquerda do corpo principal”.

comandante da companhia isolada de Herval, João Batista Paiva. Este se recuperava de um quadro de pneumonia. Comandava um grupo considerado pequeno e a guarnição naquela noite estava constituída de pouco mais de dez homens, mas não obstante o pequeno número, ordenou que eles resistissem. Seguindo o relato do Coronel Lara Ribas¹³, coube ao tenente, visto o capitão comandante estar em estado de penúria física, lutar o que o fez em resistência “verdadeiramente suicida”, tendo sido ferido. O coronel registra também que outros dois sargentos, embora radiotelegrafistas e não combatentes, lutaram o quanto lhes foi possível. A luta era visivelmente inglória, afinal, dez ou alguns a mais que isso, contra 52, teriam que estar, no mínimo, muito bem municiados, o que não era o caso. Por conta disso, um grupo de revolucionários que no relato do coronel Lara Ribas “eram civis”, após prenderem o comandante, capitão Paiva, agrediram-no não respeitando seu precário estado de saúde. O motivo pelo qual o coronel ratificasse a ideia de que o capitão fora agredido por um grupo de civis e não militares talvez se devesse ao fato de que, de acordo com a doutrina militar¹⁴,

¹³ RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930.** Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985, p. 90.

¹⁴ Com a finalidade de apreender alguns elementos acerca do moral militar empreendi leituras como: JACQUES, Alfredo. **Moral militar.** Mimeo, sem demais dados sobre a referência; COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. **Exercício do comando: a chefia e a liderança militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997; BROCHADO, João Manoel Simch. **O caráter dos soldados: estudo dos valores coletivos que configuram a base do caráter profissional dos militares na forças de combate.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. Além das propostas acadêmicas trazidas pelas leituras de Celso Castro e José Murilo de Cavalho, basicamente.

deve-se preservar o quanto possível, em um momento de rendição, o pundonor¹⁵ militar. Além de que é dever dos militares resistir ainda que o adversário seja representado por número e força superior. Miguel Costa, que comandava o grupo vencedor, relata por telegrama ao comando revolucionário o êxito dizendo “Esta madrugada conseguimos tomar Herval, que resistiu. Ótima posição. Capturamos 2 oficiais e 47 praças. Tropa portou-se assalto Herval com galhardia. Apesar da chuva e da noite continuamos avanço”¹⁶.

A leitura da missiva evidencia aspectos interessantes. O primeiro é a forma como refere à tomada da cidade de Herval dizendo “conseguimos”; o segundo informando que a tropa portou-se com galhardia que pode ser entendida como bravura; o terceiro aspecto nos permite pensar que deveriam estar cansados, mas que “apesar da chuva e da noite” continuariam avançando, e, por último, a omissão da violência dos soldados para com o capitão comandante da FPC. Penso que a vitória no combate com a minguada Força Pública Catarinense, afinal, não deva ter sido tão fácil porque do contrário não faria sentido a suposta comemoração evidenciada nas palavras usadas, também se tivesse sido fácil não precisariam da tal galhardia; e, por último, interpreto como se Miguel Costa esperasse ser ovacionado pela vitória e por seguir com a tropa mesmo diante do cansaço que possivelmente os abatesse. O fato de omitir a violência com o capitão talvez se devesse a evitar reprimendas e/ou levantar suspeitas de que ele não

¹⁵ Cf. Dicionário *Aurélio* versão digital: Sentimento de dignidade; brio, honra, decoro.

¹⁶ Jornal *Diário de Notícias*, 05/10/1930. In: LEMOS, *op. cit.*, p. 93.

tivesse total controle de sua tropa. Seja como for, e pode não ser nada disso que infiro, conseguiram!

No livro *O Oeste Catarinense – Memórias de um pioneiro*, o autor José Waldomiro Silva¹⁷, que à época era escrevente juramentado, narra suas memórias sobre o acontecimento e a chegada das Forças Revolucionárias na cidade de Herval. Ele conta que tendo ouvido o tiroteio foi avisar ao juiz Dr. Selistre, que era um homem “duro de ouvido”, e que juntos foram até a margem do rio para pegarem a balsa. Lá avistaram um grupo de cinco ou seis homens, uns fardados e outros a paisana com lenço vermelho no pescoço. O juiz teria interpelado um deles que era militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul para saber o que estava acontecendo, no que lhe respondeu “É a Revolução”. Em seguida, o Dr. Selistre disse ao mesmo militar: “Olha sargento, eu sou o juiz de direito dessa comarca e espero que você saiba honrar a farda da gloriosa Brigada Militar.” Ao que o sargento respondeu: “Não tenha medo Dr. Juiz que saberei cumprir meu dever”. Em sua narrativa, Silva conta ainda que foi nomeado como comandante da praça, no posto de tenente coronel, o Sr. Joaquim Torres que, em um de seus primeiros atos, apossou-se dos cartórios de Joaçaba (que então chamava-se Cruzeiro) e que o juiz, não se sentindo seguro, foi para Porto Alegre só retornando após a Revolução. Em sua narrativa, permite sabermos que durante quinze ou vinte dias a cidade parou. Os serviços no cartório estavam suspensos e que ele ficou todo o tempo na Estação de Herval vendo e assistindo a passagem das

¹⁷ SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense – Memórias de Um Pioneiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1987, p. 85-86.

Forças Revolucionárias, por onde também passou Getúlio Vargas. Sobre essa passagem de Getúlio, assim ficou registrada na memória do autor o acontecimento:

“Na estação Herval, o Cel. Torres ofereceu um lanche ao Dr. Getúlio e companheiros, ocasião em que fiquei conhecendo de perto o chefe da Revolução. Getúlio Vargas desembarcou muito sorridente e cumprimentou a todos que se achavam na plataforma da Estação e, tomando seu lanche no barzinho que ao tempo era explorado pela senhora e filhas do Sr. Elpídio Chaves, prosseguiu viagem para o Rio de Janeiro”¹⁸.

A passagem de Getúlio deve ter sido um acontecimento bastante marcante para a pacata cidade de Herval se considerarmos os detalhes guardados na memória do narrador.

O mesmo grupo comandado por Miguel Costa, ao deslocar-se de Herval e já nas imediações da cidade de Curitiba, foi surpreendido por uma rajada de tiros. Na surpresa não identificaram a proveniência, mas suspeitaram virem de um hotel. Nisso revidaram e descarregaram muitos tiros em direção a ele.

Do episódio restou a morte de uma menina de dez anos que foi apanhada enquanto, inocentemente, dormia¹⁹. O jornal *Diário de Notícias* editado em Porto Alegre registra sobre o incidente: “Só a um milagre se pode atribuir que não

¹⁸ SILVA, 1987, *op. cit.*, p. 86.

¹⁹ Jornal *Diário de Notícias*, 15/11/1930. Idem p.80. Episódio também narrado nas memórias de SILVA, *op. cit.*, p. 85.

houvesse mais vítimas, pois diversas casas foram crivadas de balas de todas as qualidades, e como todas as casas, com exceção da Casa de Saúde, são de tábuas, as balas as vararam de lado a lado”. Pensando sobre o episódio ocorreu-me o questionamento – como teria ficado a casa, a vida da família dessa menina? Pode-se afirmar que foi em nome de uma causa revolucionária que ela teria morrido? Com quantos silêncios e silenciamentos, afinal, se faz uma Revolução?

Conformados (?) em suas “missões revolucionárias” que ousou acreditar fossem desconhecidas pela maioria dos voluntários que compunham as diversas colunas e formações militares, ainda seguindo o que me faz crer a leitura da entrevista do Sr. Galdino ante a pergunta da entrevistadora “quer dizer que o senhor nem sabia por que estava lutando?”, seguiam os grupos rumo à conquista cada um com seus objetivos, atravessando Santa Catarina.

4.2 *MAS NÃO TEM PORTÂNCIA... ERA A GUERRA*

Quero novamente referenciar a fala do Sr. Galdino²⁰, embora a região catarinense onde ele lutasse fosse o litoral, ao contar com o que sua memória lhe permitia lembrar dizia “[...] Em Palhoça, lá briguemo um dia e poco, prendemo 29 e foi morto uns 3 ou 4, **mas não tem portância, era a guerra** [...]”. O homem de

²⁰ Devido à importância que atribuo a esta entrevista com o Sr. Galdino, disponibilizo-a na íntegra em ANEXO I.

origem simples, tendo se alistado para servir à causa por razões de saúde, ainda que não submetido ao treinamento e doutrina militar²¹ dos quartéis, dá mostras do quanto absorveu do tal “espírito militar”²², aqui entendido como o conjunto dos instrumentos simbólicos de que fazem uso as Forças Armadas para inculcar uma disciplina militar, bem como seus emblemas, insígnias e rituais por meio de uma formação levada a cabo nas carreiras militares. Dentre os quais a legitimação da violência na guerra. Para o Sr. Galdino, assim como para os líderes revolucionários, eles estavam em “guerra”²³ e a violência nesses casos seria aceitável, natural, decorrência da bravura e força de uns sobre outros.

²¹ No Glossário de termos e expressões para uso no Exército (C 20-320) “Doutrina Militar - Conjunto de conceitos, princípios, normas, métodos, processos e valores, que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”.

²² Celso Castro, no livro que é uma versão de sua dissertação de mestrado, “O Espírito Militar” evidencia como por meio de uma sólida formação militar os cadetes, principalmente o das Agulhas Negras, sobre os quais desenvolveu suas pesquisas, incorporam elementos da doutrina militar de sua formação e passam a adotá-las em suas vidas pessoais.

²³ Mas o que seria a guerra? Não é minha intenção estudá-la em profundidade, apenas esboçar o que tenho encontrado em algumas de minhas leituras. Embora existam inúmeros estudos muito primorosos sobre esse tema em diversas áreas, dentre os quais podemos referenciar o de John Keegan (*Uma História da Guerra*), busco aqui compreendê-la como possivelmente era estudada à época. Quase sempre os estudiosos contemporâneos que se aventuram ao tema o fazem numa perspectiva de diálogo seja para ratificar ou contradizer o pensamento de Carl Clausewitz (1780-1831). Na obra clássica constituída de oito livros *Da Guerra*, Clausewitz diz que a guerra pode ser equiparada a um duelo onde dois adversários tentariam pela força física derrubar um ao outro. A força para vencer a força poderia advir do auxílio da ciência e da arte. “A guerra [...] é um ato de violência para obrigar o adversário a cumprir a nossa vontade” (1979 p.57). É desse autor também a ideia tão discutida, contestada ou aquiescida pelos estudiosos de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Noutra obra considerada clássica, a *Arte da Guerra*, Sun Tzu diz logo na introdução do livro que “A

É imperativo assinalar que a base princípio da doutrina militar é a obediência. A ordem emanada da autoridade militar é indiscutível. O dever legal e moral do militar é obedecer à ordem. Desobediência ou insubordinação implicam em crimes militares e é por isso que “o senso de justiça é a virtude que o subordinado mais deseja ver em seu comandante”²⁴.

O mesmo grupo de rebeldes saídos de Herval - e que se envolvera na troca de tiros deixando como saldo muitos estragos e uma criança morta - seguiu em marcha para cidade de Porto União (na divisa entre SC e PR e distante cerca de 150 km de Herval), onde se esperava um confronto mais violento por estar guarnecendo aquela cidade o 13º Batalhão de Caçadores²⁵ deslocado de Joinville desde outubro de 1929 com a missão de controlar a ferrovia, já que a região estava sob constantes “arruaças de bandoleiros”. Curiosa e surpreendentemente, ao constatar a aproximação das Forças Revolucionárias, aquela unidade sublevou-se

guerra é um dos assuntos mais importantes do Estado. É o campo onde a vida e a morte são determinadas. É o caminho da sobrevivência ou da desgraça de um Estado. Assim, o Estado deve examinar com muita atenção este assunto antes de buscar a guerra”. A guerra é sempre batalha.

²⁴ COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. **Exercício do comando**: a chefia e a liderança militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 53.

²⁵ No Manual para Instrução Militar consta que a denominação BC – Batalhão de Caçadores indica que quem o comanda é um coronel ou um tenente-coronel. O BC é constituído de três companhias de fuzileiros; uma companhia de metralhadoras; um pelotão extranumerário; um pelotão de esclarecedores montados.

de pronto, sem lutar. Os oficiais²⁶ não esboçaram resistência e os que não quiseram aderir foram presos, mas, em seguida, acabaram sendo também convencidos a aderir. Tal ação nos faz pensar no quanto de fato o Exército (o oficial) estava disposto a lutar. Pela doutrina militar, a capitulação é um ato de grande constrangimento porque “fere profundamente os sentimentos de honra militar”²⁷. Nas batalhas²⁸, em geral, os militares esboçam reação defensiva quando atacados. Ao render-se sem reagir, um chefe militar entrega ao “inimigo” o seu posto e os seus comandados deixando-os à mercê e à obediência do adversário, mas no caso em questão, os comandantes de certa forma já haviam sido “rendidos” por seus subordinados, uma vez que eram os únicos contrários ao movimento. Mesmo assim, os comandados, ditos subordinados, mantiveram-se fiéis ao comandante até que as Forças Revolucionárias os rendessem. Ou seja, eles poderiam mediante toda a situação simplesmente ter se rebelado, mas foram fiéis

²⁶ Conforme telegrama do comandante da 5ª Região Militar ao Ministro da Guerra (In. TOURINHO, 1980, p. 49) nessa Unidade (13 BC) a maioria dos oficiais intermediários como capitães e tenentes e ainda os praças eram solidários ao movimento, mas o Comandante, Tenente Coronel Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha e o subcomandante Major Eurico Rodrigues Peixoto eram contrários, e por não acompanharem a oficialidade, foram presos.

²⁷ COUTINHO, 1997, p. 227.

²⁸ De maneira simplista, diz-se que uma batalha é parte da guerra. Em uma guerra podem acontecer várias batalhas. Já no Manual de Campanha C 20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, 3ª Edição, 2003 (B4 - p. 41) consta a seguinte definição para o termo “**Batalha** - Consiste numa série de combates relacionados e próximos, no tempo e no espaço, realizados no nível tático. As batalhas compreendem uma ou mais operações táticas e se materializam por meio de operações e ações táticas. Consiste no choque violento de forças de valor considerável, no qual ambos os contendores visam modificar sua situação estratégica, conquistando posições no terreno ou destruindo parcela do poder de combate do inimigo”.

aos oficiais superiores. Sobre os oficiais subalternos ficarem ao lado de seus superiores e resistirem aos rebeldes, ainda que por pouco tempo, registra McCann que o faziam por sentimento de lealdade²⁹, especificamente aos comandantes, porque os oficiais brasileiros não juravam à época obediência à Constituição como hoje o fazem, e sim aos seus superiores e, assim, na manutenção da disciplina, os laços pessoais tinham uma significação de grande monta. Penso ser provável também que os pares não estivessem se reconhecendo na posição de “inimigos”, embora em muitos dos relatos que lemos se denominem como tal.

Assevera Coutinho³⁰ que, por mais magnânimo que seja o adversário, a rendição é um ato extremo no meio militar, e o “clima emocional do momento (da rendição) é de impotência e de humilhação”. Assim, para uma parcela dos soldados e mesmo da oficialidade, o que se verifica é uma prostração, enquanto para outra, o regozijo com o sucesso e avançar da missão. Euforia e prostração parecem ser os sentimentos que melhor definem o estado de espírito naqueles dias frios e chuvosos de outubro de 1930.

Enquanto para alguns militares a missão era defender o estado e manter a ordem política vigente, para outros, às vezes colegas formados na mesma escola, a

²⁹ Sobre a lealdade, registra McCann que em atenção a esse sentimento, logo que deflagrada a Revolução, Góes Monteiro teria aconselhado o primeiro-tenente que era o ajudante de ordem do general Gil de Almeida e quis aderir ao movimento a manter-se leal ao general porque aquele tinha confiança e precisaria. O autor destaca que “No código tácito do corpo de oficiais, ser o homem de confiança de um superior implicava o dever recíproco de lealdade” (McCANN, 2007, p. 373).

³⁰ COUTINHO, 1997, p. 227.

missão era justamente derrubar, à força, a tal ordem e instituir outra. O mesmo acontecia com os civis que, não obstante serem vizinhos, por causas políticas diversas passaram a não se reconhecer ou a se reconhecer como “adversários” e “inimigos”. Dessa forma, para ambos os grupos combater o inimigo era ponto de honra e maneira de fazer valer sua vontade. Para tal, usavam de todos os dispositivos e artimanhas.

4.3 SOBRE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS: OS GENERAIS E CORONÉIS

Voltando à cena, em Porto União, restava ainda o efetivo da Força Pública Catarinense sob o comando do capitão Virgílio Euriques Dias e da Companhia da Força Pública da vizinha cidade de União da Vitória no Paraná (menos de 1 km separam as duas cidades) para defender a legalidade na região, o que, por certo, seria uma insanidade desferir resistência diante da situação de superioridade numérica dos insurgentes. Dessa forma, as tentativas de defesas legalistas na região do Planalto Norte catarinense iam esmorecendo a cada sublevação, mesmo assim ainda existiam. Não estavam completamente dominadas apesar das estações ferroviárias, estações telegráficas das cidades de Herval e Cruzeiro, pontes e pontilhões ferroviários estarem já sob o controle das Forças Revolucionárias.

Sobre a tomada de Porto União, o general da reserva e ex-deputado Ítalo Conti³¹, à época morador da cidade, narra em entrevista sua memória sobre o acontecimento, dizendo:

[...] Agora, é preciso destacar que Porto União teve um papel importante na Revolução e eu, que conheço a história, acredito que foi um papel decisivo. As tropas que saíram do Rio Grande do Sul, comandadas por Getúlio Vargas, pararam em Marcelino Ramos, esperando Porto União se decidir pela Revolução. Acontece que aqui em Porto União, existia um Batalhão de Infantaria, e não de Engenharia, que era comandado por um Major que era contrário a Revolução. Então, quando ele saiu para passar um telegrama no telégrafo da Rede Ferroviária, Paula Soares, um capitão farmacêutico do Batalhão de Infantaria, pequenino e baixinho, com um revólver 38 na mão, prendeu o dito Major e foi comunicado as tropas do Getúlio, que o Batalhão já havia aderido a Revolução e o Getúlio pode vir finalmente para Porto União, juntamente com Osvaldo Aranha, o Siqueira Campos e o Joarez Távora, onde Getúlio Vargas discursou no Hotel Internacional, em frente a Praça Hercílio Luz.³²

³¹ Ítalo Conti é general da reserva e ex-deputado federal pelo Paraná por quatro mandatos. Participou como capitão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2.^a Guerra Mundial junto com o seu irmão Adélio. Teve forte presença na política paranaense. Foi amigo dos generais Castelo Branco, João B. Figueiredo e Ernesto Geisel. Hoje, aos 93 anos com saúde e memória privilegiada, ele reafirma o seu amor incondicional pela sua esposa, dona Odete Conti e por União da Vitória. Adaptado a partir da entrevista disponível em: <<http://www.ocomercioweb.com.br/noticias01.php?id=25>>. Acesso em: 14 dez 2008.

³² Entrevista com Ítalo Conti, *idem*.

Como se depara, a cidade de Porto União era estratégica para passagem das tropas rebeldes. “Obtida a adesão franca do 13º RI de Porto União”³³ e controladas as Forças Públicas, seguiu uma parte dos revoltosos em marcha para Joinville (SC) e outra para Curitiba³⁴, ficando em Porto União um contingente do exército rebelado para guarnecer a estação. O capitão Álvaro Batista relata ainda que um contingente dessa força foi responsável junto com as forças dos civis arregimentados por Elisiário Paim por capturar o capitão Pinheiro da FPC com toda sua companhia, que era responsável pela defesa da região do Contestado³⁵. Deles apreenderam muitas armas e munição. Já o coronel Lara Ribas registra que “o brioso capitão Pinheiro diante da impossibilidade de continuar a luta, por absoluta ausência de meios, rendeu-se às Forças Revolucionárias seguindo preso com seus oficiais para Porto Alegre, tendo sido as praças incorporadas às forças vitoriosas”³⁶. Duas narrativas, o mesmo acontecimento e versões conflitantes. Para o narrador membro das Forças Revolucionárias, o capitão Pinheiro fora

³³ Relato do capitão Álvaro Batista. As operações militares da Coluna Gal. Portinho. In: Revista do Globo. **Revolução de outubro de 1930**: imagens e documentos. Porto Alegre: 1931. Edição especial, p. 239. Lembrando que RI – regimento de infantaria.

³⁴ Os relatos do capitão Álvaro Batista referentes ao avançar do Destacamento sobre o Paraná rumo a São Paulo para Itararé são interessantes e dão conta de que na localidade de Passo das Mulatas, no dia 18/10/1930, em batalha deixaram “em campo” cerca de 20 mortos inimigos e retiraram-se. Como não é, por ora, meu alvo de discussão, apenas gostaria de deixar registrado para que os interessados no tema possam encontrar subsídios nesta fonte.

³⁵ As principais cidades dessa região à época eram Canoinhas, Campos Novos, Herval, Curitibaanos, Cruzeiro (atual Joaçaba).

³⁶ RIBAS, 1985, p. 90.

capturado, e captura pressupõe perseguição. Já no relato do Coronel Lara Ribas, que em seu livro reproduz registros dos boletins militares da FPC, o capitão rendeu-se sem evidenciar resistência e/ou conflito.

Com tais relatos também pode-se constatar que os mandões locais rivais que não tinham ficado no mesmo campo de lutas acirraram suas disputas aproveitando-se do efetivo das tropas rebeldes para atingir suas finalidades pessoais. Como exemplo desse caso, observa-se Elisiário Paim, politicamente muito bem articulado, era fazendeiro e autodenominava-se “coronel”, o que pensamos ser ainda um resquício dos títulos adquiridos quando da existência da Guarda Nacional, como discorri no capítulo I. Tinha à época apenas 37 anos e já era considerado um “veterano”. Pela análise de relatos como o de Elisiário Branco, que fora um de seus comandados na Legião Garibaldi³⁷, na *Revista do Globo*, percebe-se que comandava seus “soldados”³⁸ com extremo rigor, mas de

³⁷ A Legião Garibaldi fazia parte da Coluna do Nordeste chefiada pelo general Waldemiro Lima. Consta que essa Legião foi dividida em seis alas com quatro esquadrões cada uma para com essa formação seguirem rumo ao Paraná e de lá para São Paulo.

³⁸ Dependendo do momento histórico e de como a história se apresenta, por quem ela é contada, os homens que durante a Revolução de 1930 são definidos e tratados nos relatos como soldados, eram os mesmos a quem se atribuía durante a Guerra do Contestado, por exemplo, termos como “jagunços”. Penso ser interessante observar que entre os homens arregimentados por Elisiário Paim encontravam-se pouquíssimos militares de formação e que na prática a maioria eram vaqueanos. Os vaqueanos eram, em sua maioria, agregados dos fazendeiros “coronéis” e viviam sob sua proteção. Geralmente se dedicavam à agricultura ou a cuidar do gado e do cavalo do seu protetor. As relações que mantinham com o senhor eram de fidelidade, podendo inclusive morrer defendendo sua vida e seus interesses. Tal relação incondicional de amizade entre vaqueano e chefe era estendida à

certa forma os recompensava quando conseguiam êxito em suas empreitadas. Em geral, como hábil comerciante, não costumava dar “ponto sem nó” e dessa forma ainda em marcha foi promovido ao posto de General de Brigada pelo Governo Provisório em “atenção aos grandes serviços prestados e que vem prestando à **Santa** causa da Revolução Redentora”³⁹. O comandante que o promoveu e beatificou⁴⁰ a causa da Revolução que se quis redentora registrou em Boletim Militar que

[...] ao penetrar nestas zonas encontrei o coronel Elisiário à frente de uma bizarra legião de cerca de dois mil homens que em minha presença, depois de outras aclamações, aclamaram General de Brigada este valoroso chefe. Por conseguinte como me cumpria fazer, em boletim confirmei esse ato, nascido do peito dos ditos intrépidos legionários.⁴¹

A leitura evidencia que quem, na verdade, promoveu o coronel Elisiário a general foram seus próprios homens - “uma bizarra legião de dois mil” - que o aclamou, e o militar seu superior apenas aquiesceu a aclamação. Curioso registrar que em uma Organização Militar oficial galga-se a escalada hierárquica ou por

família, pois muitas das vezes solicitavam ao fazendeiro que batizasse sua prole (RODRIGUES, 2007, p. 331).

³⁹ Telegrama n° 61 de João Francisco Souza a Elisiário Paim em Marcelino Ramos, reproduzido por Elisiário de Camargo Branco na edição comemorativa a Revolução da Revista do Globo, Porto Alegre, janeiro de 1931, p. 261. O grifo é meu.

⁴⁰ É comum encontrarmos em relatos dos que combateram a favor da Revolução expressões como “sagrada Revolução”, “Santa Revolução”, “santa causa”.

⁴¹ *Idem.*

tempo de serviço ou por mérito e as promoções são sempre muito aclamadas. Geralmente, acontecem em solenidades onde se conferem insígnias com que passa a ser reconhecido pelos superiores e subordinados. Tudo com grande pompa. Há todo um rito que dá sentido a esse ato porque ele institui autoridade. Em geral, para o meio civil, receber um título militar só faria sentido na medida em que houvesse certa proximidade com o meio militar; seria apenas um título sem valor usual na prática. Assim, para um fazendeiro como Paim a promoção ao posto de general era importante porque por meio deste ele fora investido de um poder (simbólico) ainda maior e seria ainda mais reconhecido tanto pelos subordinados quanto pelos superiores. Para além dos seus negócios pessoais, Paim estava sendo oficialmente investido de autoridade por meio de um quimérico posto de general. Ele se tornara um general de fato, mas não de direito. Ou seja, o fato o tornara um general, porém, institucionalmente ele não poderia desempenhar funções que o posto lhe conferiu, seu título e posto não tinham valor além do honorífico. Mas representava uma honra e como tal era esperada ou requisitada como reconhecimento pelos serviços prestados à causa. Vemos outros coronéis direta ou indiretamente requisitando para si tal honraria. Ou, como tratarei mais à frente, contestando as promoções de seus desafetos.

É o caso, por exemplo, de Fidêncio Mello, cuja promoção a general teve que ser requisitada em fevereiro de 1931, embora, como comentado anteriormente, Miguel Costa ao escrever-lhe determinando sua missão o tenha tratado de “meu prezado amigo general” não lhe conferiu o honorífico. Seis tenentes que participaram de sua coluna fizeram a solicitação por meio de

telegrama a Getúlio Vargas dizendo que a população de Chapecó o teria aclamado “general chefe forças defensora integridade liberdade nacionalidade”⁴². Justificavam a solicitação afirmando que ele teria facilitado o avanço direto das tropas riograndenses por ter estrategicamente desviado a atenção dos legalistas e que tal ação teria servido de “esteio” para a vitória da Revolução. Assim, supostamente representando a população de Chapecó que o aclamara, os signatários registram “rogamos vossa excelência confirmar essa aclamação como um gesto de justiça e prêmio merecido pelo mérito, desprendimento e abnegação do querido e valoroso general”. Nesse rogo observo certo ar de ressentimento que me permite inferir sobre o quanto Fidêncio estaria se sentindo injustiçado, magoado, por não haver-lhe conferido tal honorífico⁴³.

Mas enquanto alguns eram promovidos, outros eram rebaixados de seus postos. É o caso de Luiz de Oliveira Quadros. Ele escreve ao major Menna Barreto, que era o comandante da Praça na cidade de Porto União, depois de vitoriosa a Revolução, ainda em novembro, dizendo que ao apresentar-se para compor o Batalhão de Francisco Pimpão ostentava a patente de oficial da Guarda Nacional, mas que fora surpreendido ao constatar que seu nome aparecia na ficha da relação nominal como primeiro sargento antes de aderir, fato que considerou irregular e ato da “incompetência do Sr. Francisco Pimpão” explicando na carta

⁴² O telegrama está reproduzido na *Revista do Globo* à página 265. Assinam-no os tenentes coronéis Nicácio Diniz, Leodonio Quadros, Leopoldo Scheffer, José Santos, Mario Mello, Antonio Gosch.

⁴³ Não encontrei em minhas pesquisas a resposta para esta solicitação.

que “não tinha cometido crime algum para ser rebaixado” em sua patente⁴⁴, que sempre fora reconhecido legal pelos “distintos oficiais de nosso glorioso Exército” e continuou relatando referindo que “nos arquivos autoritários desta cidade e da cidade vizinha, há quatorze anos que aqui resido nada existe que me possa desabonar a não ser alguns pequeninos ódios políticos dos chefes já então decaídos pelo efeito da Sagrada Revolução por finda. Respeitosamente venho apelar para o elevado critério de vossa senhoria fará justiça fazendo sustar a tal classificação de sargento a meu respeito”⁴⁵. O comandante Menna Barreto encaminhou a Francisco Pimpão a carta do reclamante, que ratificou o posto do Sr. Luiz como sargento. Não se sabe se o Sr. Luiz estaria tentando o reconhecimento de uma promoção a um posto que efetivamente não ocupava ou se de fato fora vítima de injustiça e ressentimentos, ódios pessoais. Contudo, é interessante observar como a questão dos sentimentos é recorrente nesse tipo de correspondência. É provável que nesse caso mais um desafeto tenha se gerado.

É certo que cumprida e vencida a causa pela qual haviam se proposto a lutar, os revolucionários tinham que pensar, após consolidada a tomada do poder, em como seriam ressarcidos os que lutaram e os que forneceram subsídios para que pudessem lutar. Nessa etapa é possível perceber que diversas pessoas ficaram aquém da pretendida justiça. Assim como no caso registrado pelo Sr. Luiz de

⁴⁴ Hoje o mais usual é dizer “posto” e não patente.

⁴⁵ Carta de Luiz de Oliveira Quadros ao Comandante major Victor Sabino Menna Barreto com a interferência do tenente coronel Francisco Pimpão, datada de 14/11/1930. AHEx. Observe-se que este Menna Barreto não é o que fará parte da junta militar que depõe Washington Luís.

Oliveira Quadros, muitos outros devem ter se verificado sem, contudo, que tivessem sido registrados ou sem que os registros me tenham sido possíveis pesquisar. Os que lutaram, os que marcharam, os que serviram à causa queriam ser reconhecidos e devidamente ressarcidos por seus préstimos, as dúvidas sobre como isso aconteceria lotavam as cabeças e mesas dos comandantes que, por certo, eram questionados por seus comandados. Isso levou o comandante em Porto União a transcrever as prescrições publicadas em Boletim Regimental (nº 24, de 28 de outubro) recomendando que elas haviam sido enviadas àquele QG por rádio assinado pelo Cel. Góes Monteiro informando que:

- 1) – Os oficiais comissionados no início da Revolução, quaisquer que sejam os postos receberão vencimentos de 2º tenente;
- 2) – Os oficiais comissionados (civis) que forem funcionários públicos, receberão os vencimentos a que tinham direito como funcionários públicos ou a diferença – quando menores;
- 3) – As praças de pret⁴⁶, reservistas incorporados, os vencimentos do posto em que foram incorporados;
- 4) – As praças de pret incorporadas voluntariamente, receberão vencimentos do posto em que foram incorporados.
- 5) – Todas as praças de pret, serão arranchadas e os soldados terão direito a etapa de família.
- 6) – Terão direito ao terço de campanha as praças de pret, “cabos e sargentos”.
- 7) – Os oficiais da F.M.E.⁴⁷ em efetivo de serviço nos destacamentos em operações, terão vencimentos equiparados ao do exército;
- 8) – Todos os oficiais comissionados deverão ter os seus nomes publicados em Bol.

⁴⁶ Praças de pré ou pret são designações à pessoa, no caso o soldado que está na praça, àquele que presta, que está pronto para servir à comunidade mediante pagamento.

⁴⁷ Forças Militares Estaduais.

Reg. ou documento devidamente assinado pela autoridade que o comissionou; 9) – Serão feitos todos os descontos legais.⁴⁸

A intenção com tal organização, ao que tudo indica, parecia correr no sentido de se fazer justiça aos que serviram, sobretudo aos militares. Contudo, como se observa, os civis que não eram antes da Revolução funcionários públicos comissionados devem ter recebido algum tipo de indenização, mas não sabemos se suficiente e/ou justa. A entrevista concedida pelo Sr. Galdino que serviu como voluntário na Revolução e sobre a qual já me referi no capítulo II lança um pouco de luz sobre essa questão, embora não seja possível pensar que o mesmo tratamento tenha sido estendido a todos que lutaram. Quando perguntado pela entrevistadora se ele recebeu alguma coisa por ter lutado na Revolução, ele afirma não ter recebido por mês, mas que “recebemos depois bastante, porque tinha mais terço de campanha, tinha gratificação, não sei do que. Aí sim, recebemos bastante. Aumentou nosso salário”⁴⁹. O Sr. Galdino narrou à entrevistadora que Orlando Shuler teria pegado nomes e assinaturas de todos que atuaram na Revolução dizendo que receberiam certa quantia por mês, mas que aquele assunto “aquilo terminou, não apareceu mais” e que não sabe como ficou.

A fala do Sr. Galdino me fez pensar no quanto, muito para além do que representou a Revolução em termos políticos, sociais e culturais, ela movimentou

⁴⁸ Cf. Boletim Diário n° 20, de 08/11/1930, emitido em Porto União. AHEx.

⁴⁹ Cf. Entrevista concedida pelo Sr. Galdino Pereira de Almeida à Maria Neli Ferreira Borges, Vacaria, 22/04/1978. Disponível no Laboratório de História Oral da UFSC.

em termos de logística⁵⁰. Para convocar, mobilizar e fazer marchar milhares de pessoas alguém precisou pensar, projetar, planejar e prover meios para o transporte, alimentação, medicação e manutenção das tropas. Para tudo, além de recursos humanos, precisava-se de recursos materiais e de dinheiro. Arrecadar e gastar. De onde vinham os recursos? O Brasil estava em crise, os estados, os municípios, as instituições, as pessoas. Também sobre isso percebe-se um silenciamento que provoca o inevitável pensamento sobre as possibilidades de dívidas geradas pela Revolução não devidamente quitadas. Pode-se imaginar o que representou em marcha, deslocando-se, homens que necessitavam de todo aparato para o suporte de suas operações militares. Necessidade de armas e munição que não devem custar pouco, ainda mais se comercializadas na suposta clandestinidade. Os documentos pesquisados fornecem pistas para pensar sobre os elementos de uma logística. Nas narrativas encontram-se relatos diluídos sobre a alimentação referindo-se à escassez, sobre a fome, sobre o saque, o furto de frutas e outros gêneros, o roubo de gado, a embriaguez. Sobre o fardamento e a dificuldade de manterem-se as roupas e os calçados secos, afinal, outubro é mês de chuvas e frio, a distância do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro é considerável. Sobre como alguns adoeciam, feriam-se, precisavam de cuidados médicos e de remédios durante o deslocamento das tropas. Sobre as armas e a

⁵⁰ No Dicionário Aurélio (versão *on-line*) encontra-se a seguinte definição para a palavra Logística: “1. Parte da arte da guerra que trata do planejamento e da realização de: a) projeto e desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação, manutenção e evacuação de material (para fins operativos ou administrativos); b) recrutamento, incorporação, instrução e adestramento, designação, transporte, bem-estar, evacuação, hospitalização e desligamento de pessoal; c) aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar; d) contrato ou prestação de serviços.”

dificuldade de munição. Sobre os conflitos gerados no interior das tropas por conta de delitos, furtos e brigas entre os homens feitos soldados. O Sr. Galdino, por exemplo, com a lembrança despertada pela entrevistadora sobre tais conflitos, diz recordar-se de dois casos de homens que foram mortos “um porque roubou e outro por causa da família”, o que faz pensar em caso de estupro, embora isso não estivesse dito, é dado a inferir, mas minha pesquisa não se deteve sobre os processos crimes. Ainda na fala do entrevistado, ele diz que além desses dois casos outros dois “iam ser morto por causa de 600 mil reis que roubaram, mas depois nós enfrentamos nossos companheiros. O capitão Antônio queria mandar matar. Nós soltamos os homens, e ele teve que rapa. Sendo para matar nós matava porque onde se viu, nós saímos para brigar com os inimigos”. Homens motivados para o combate. Os homens e suas necessidades, os homens em suas necessidades seguiam e avançavam atravessando o estado de Santa Catarina.

4.4 SOBRE ESTRADAS E AÇÕES

Das cidades de Porto União (SC) e Palmas (PR) eram enviadas notícias de insurgência no Paraná, o que propiciava aos revolucionários seguir avançando quase que sem obstáculos. Quando o 13º RI, em Ponta Grossa (PR), e o 15º BC, em Curitiba, aderiram ao movimento, assumiu o comando da 5ª Região Militar o

então major Plínio Tourinho que era um fervoroso revolucionário⁵¹. A sede da 5ª Região Militar era em Curitiba e de lá o major revolucionário⁵² comunicou e pediu aos militares do Exército em Santa Catarina que não resistissem e aderissem. Quando o comandante dessa Região Militar foi rendido e os revolucionários assumiram, a situação em Santa Catarina parecia completamente dominada, parecia, mas não estava. Era o dia 05 de outubro de 1930. A partir de então, vagões lotados de soldados das Forças Revolucionárias congestionaram as ferrovias que davam acesso à cidade de Ponta Grossa no Paraná, onde estava organizada, conforme discorrido nos capítulos anteriores, a concentração das tropas que marchariam para a zona de combate em Itararé. Por meio da figura 4.2, contata-se a movimentação dos revolucionários na estação ferroviária em Mafra (SC). Ainda no dizer do Sr. Galdino, “[...] foi barbaridade de gente civil”.⁵³ Analisando posteriormente os passos da Revolução e o que denominou como a

⁵¹ Imediatamente ao assumir deu voz de prisão ao General comandante da região e ao governador do Estado do Paraná, mas este conseguiu evadir-se para São Paulo. Sobre Plínio Tourinho, o professor Carlos Humberto Corrêa (1985, p. 51) comenta que ele reuniu telegramas trocados entre o general Eduardo Monteiro de Barros, comandante da 5ª RM, o Ministro da Guerra, outros comandantes de Unidades Militares, dentre outros desde 25 de fevereiro até 5 de outubro quando tomou o comando por força da Revolução. Esses telegramas foram reunidos pelo filho do general Plínio, o também general Luiz Carlos Pereira Tourinho e publicados juntamente com depoimentos de outros militares e notas da imprensa de Curitiba no livro *A Revolução de 1930 no Paraná*, editado em 1980, formando, assim, também uma importante fonte para o estudo do tema.

⁵² Plínio Tourinho era major e estava na ativa. Havia também o general da reserve Mário Tourinho que era irmão de Plínio e também fervoroso revolucionário. Mário Tourinho já em 05/10 após deporem o governador, assume o poder executivo do Estado do Paraná.

⁵³ Cf. Entrevista concedida pelo Sr. Galdino Pereira de Almeida à Maria Neli Ferreira Borges, *op. cit.*

“derrocada dos Konder”, o jornal *A Notícia* com data de 06/02/1931, comenta “[...] a rapidez com que os elementos invasores penetravam no Estado impressionava, agora, fortemente o governo. [...] Enquanto isso, o Sr. Adolpho Konder partia para São Paulo, de avião em busca de reforços, ao mesmo tempo que o Sr. Fúlvio Aducci tomava medidas de precaução, disseminando por vários pontos, pequenos núcleos de milicianos e civis;” e continuava comentando que tais núcleos, embora com muita vontade, não tinham a “eficiência numérica indispensável à gravidade da situação” e nem tampouco, “os requisitos materiais necessários”.

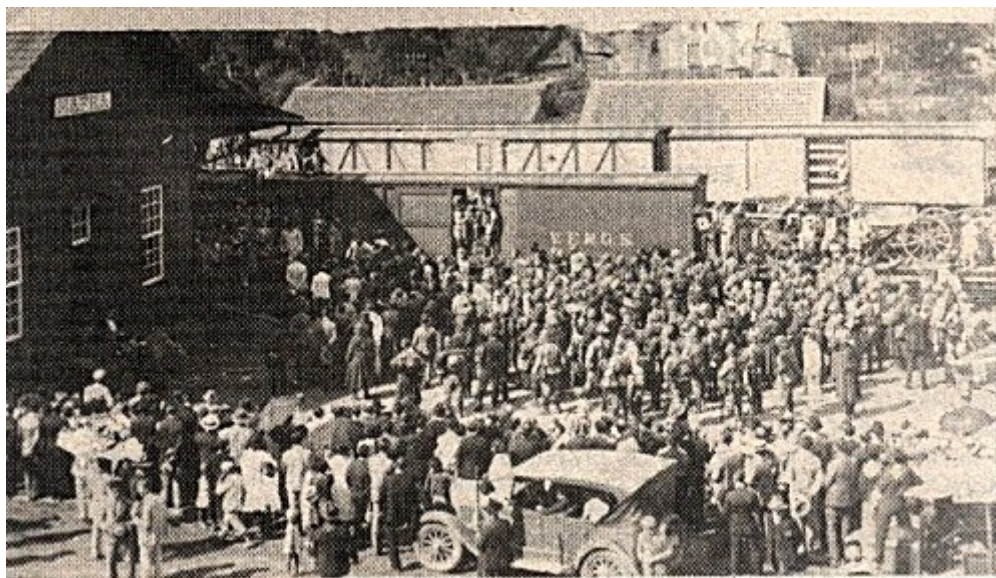


Figura 4. 2 – Aspecto da estação ferroviária em Mafra (SC).

Foto cedida por João Paulo Lemisz e Vilson Roberto Schapievski

Fonte: Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 03/01/2009

Sobre as estações ferroviárias, verifica-se o quanto foram se constituindo para além de lugares de passagem em espaços onde se concentravam as tropas de soldados (aqui entendidos todos, tanto os civis voluntários quanto os militares) que esperavam para unirem-se ao efetivo. Nesse ínterim percebem-se pessoas que

distribuíam panfletos e boletins informativos, vendiam alimentos e objetos diversos, onde se fazia discursos e preleções, fanfarras musicais, cultos ecumênicos, dentre tantas outras atividades que poderíamos elencar. Nesse sentido, as estações ferroviárias eram também lugares onde se promoviam acontecimentos sociais. Podemos pensá-las como um espaço múltiplo, em constante movimento – espaços públicos de sociabilidade, atravessados por redes que não estão ali o tempo todo, mas que se materializam naquele espaço cotidiano da estação quando são acionadas pelos sujeitos, e se desfazem passando a existir como potência quando não estão em uso. As estações podem ser compreendidas como um conjunto dinâmico e multiplicador de realidades concretas. Nelas, certamente práticas e representações sociais foram (e são ainda) (re)significadas à medida que interagiram diversidades de sentimentos, sons, escritos, sinais, conversas, ideias. Nelas também os conflitos advindos da adversidade e da diversidade. Horror e beleza; esperança e desolação. As redes e estações ferroviárias catarinenses certamente foram espaços para onde confluíram sentimentos de ordem diversa e foi, sobretudo, por meio delas que o Estado de Santa Catarina foi atravessado por ideias, por sonhos, por medos, por soldados, por homens e mulheres dispostos a lutar e a fazer valer suas vontades.



Figura 4.3 – Aspecto da estação ferroviária em Jaraguá (SC)

Fonte: Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 03 jan 2009



Figura 4.4 – Aspecto da estação ferroviária em Indaial (SC).

Fonte: Disponível em: > <http://www.indaial.com.br> < Acesso em: 03 jan 2009

No dia 06 de outubro de 1930, os jornais em Florianópolis noticiavam que chegava à capital a bordo do Cruzador Bahia o Almirante da Marinha Heráclito Belfort e que este vinha para comandar a esquadra em operações nas águas

catarinenses. Esse Cruzador Bahia trazia, além do almirante, 340 tripulantes. Possuía um armamento digno de medo⁵⁴. Por ser um navio pesado, não pôde ingressar nas águas internas de Florianópolis e ficou fundeado próximo à ilha de Ratones garantindo o reabastecimento da capital e a segurança da costa em mar aberto. Esse navio se uniu aos contratorpedeiros Maranhão, Santa Catarina e Paraná e formava a Força Naval em Operações do Sul - FNOS⁵⁵. Tão logo chegou a Florianópolis e se inteirou da condição do estado, o Almirante telegrafou ao ministro da Marinha cientificando-o de que a situação de Santa Catarina era muito delicada. Ele informava ter tido informações de que as cidades de Herval, Porto União, Mafra já se encontravam em poder dos rebeldes. Que a cidade de Lages estava ameaçada e que a capital, Florianópolis, dispunha apenas de cerca de mil homens para defendê-la possuindo “quatro canhões de 75 mm, quatrocentos homens do 14BC que têm sido convidados a aderir aos rebeldes”⁵⁶. Belfort sugere a transferência da Escola de Aprendizes de Marinheiros do continente para a ilha. A Marinha estava, pois, a postos para a defesa da capital de Santa Catarina

⁵⁴ Esse navio, o cruzador Bahia, possuía como armamento: 10 canhões Vickers Armstrong de 4.7 polegadas/50 cal. (120 mm) em reparos singelos; 6 canhões de 47 mm em reparos singelos e 2 tubos duplos de torpedos de 18 polegadas. Sensores e direção de tiro: direção de tiro consistia num tubo de voz que ligava as estações de controle, o passadiço e a sala de plotagem no segundo convés e as baterias. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/NGB/B/B006/B006.htm>>. Acesso em: 29 out 2008.

⁵⁵ LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos**: 1930 – A Marcha Revolucionária sobre Santa Catarina. Blumenau: Nova Letra, 2005, p. 10.

⁵⁶ FONSECA, César. Ação da Marinha nos Acontecimentos Revolucionários. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro: 1930, p. 5-6. In: LEMOS, 2005, *op. cit.*, p. 110.

enquanto a população da ilha e redondezas observava, apreensiva, as manobras.

Aos jornais eram distribuídas notas dando conta de que

O comando em chefe das forças navais em operações nas águas catarinenses distribuiu ontem (08/10/1930) à imprensa desta capital a seguinte nota: *O Almirante comandante da Força Naval vai prosseguir nos exercícios contra aviões, fazendo funcionar os canhões anti-aéreos e as metralhadoras, não devendo, assim impressionar-se a população com os tiros que forem ouvidos, mesmo durante a noite*⁵⁷.

Como é possível inferir, a população, não acostumada a tais manobras, assustou-se e mesmo que notas como as reproduzidas acima fossem publicadas no sentido de produzir um ar de tranquilidade e normalidade, a vida naqueles dias, definitivamente, não estava normal e era impossível ficar-se alheio ou tranquilo diante de tanta movimentação. Disso me parece fazer sentido a ideia trabalhada no livro de Caldeira⁵⁸ *O vento que veio do Sul*, de que muitas famílias ou abandonaram a ilha ou trataram de “imergir” para as comunidades mais ao interior protegendo-se enquanto aguardavam o desfecho do caso. Tanto os jornais quanto a historiografia catarinense são econômicos sobre a reação do povo, como observou Eveli Oliveira em seu trabalho⁵⁹. Dentre os depoimentos colhidos em entrevistas pela autora, destaca-se a fala do Sr. Hermínio, que narrou o seguinte:

⁵⁷ Jornal *República*. Florianópolis, 09/10/1930.

⁵⁸ CALDEIRA, Almiro. **O Vento que veio do Sul**: romance. Florianópolis: Ed. da UFSC, Porto Alegre: Movimento, 2000.

⁵⁹ Conforme comentado na Introdução, Eveli Souza D’Ávila de Oliveira desenvolveu sua dissertação de mestrado pelo PPGH/UFSC, em 2001, onde percebendo serem escassas as

Eu morava em Barreiros (*bairro na parte continental de Florianópolis*). Pouca gente ficou por lá, só uns mais velhos não saíram de casa, umas duas famílias. Nós fomos para um Engenho, de um Sr. chamado Francisco da Jorda, nas Forquilhas. Nesse engenho tinha umas 60 ou 70 pessoas. Nós levamos só a roupa e mais alguma louça, prato, panela, tinha gente que carregava porco e galinha. Um bocado de gente dormia no chão, criança, gente de idade, moços. O pessoal sentava pra conversar, eu gostava de ir caçar passarinho e conversar debaixo das laranjeiras. Depois de uma semana nós voltamos, era até bonito dever, parecia uma procissão.⁶⁰

A prudência ante a chegada das tropas e a iminência de conflitos somada aos exercícios de guerra anunciados pelo Almirante Belfort e às notícias que chegavam do interior dando conta da ocupação das cidades do Oeste catarinense,

notícias sobre o êxodo da população, buscou, usando a metodologia da História Oral, entrevistas que permitissem uma visualização sobre essa movimentação. Nas entrevistas, Eveli constata que muitas famílias partiram em direção ao interior da ilha e também em direção a São José, município vizinho a Florianópolis. Nesse deslocamento deixaram para trás boa parte do que tinham como suas roupas, utensílios domésticos e suas próprias casas. A autora comenta que enquanto mantinham-se no “exílio”, algumas casas foram usadas pelos revolucionários (p. 29). Também na obra de Oliveira, está referenciada a existência de um escrito por Salim Miguel onde este autor trabalharia com elementos do êxodo no conto “Outubro de 1930”. A referência a qual não tive acesso é: MIGUEL, Salim. **A morte do tenente e outras mortes**. Rio de Janeiro: Antares, 1979. Cf.: OLIVEIRA, Eveli Souza D’Ávila de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. *Mais além da vitória: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis: imprensa, governo e memória*. Florianópolis, 2001. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

⁶⁰ Depoimento do Sr. Hermínio José D’Ávila, concedido a Eveli Souza D’Ávila de Oliveira em 18/12/1999. In: OLIVEIRA, 2001, *op. cit.*, p. 30 e 31. O texto entre parênteses e em itálico é interferência minha.

Blumenau e Joinville faziam com que as pessoas procurassem proteção amparando-se umas às outras como o depoimento acima evidencia. O Estado deixou-as à própria sorte. O jornal *Folha Nova* publicava apelo aos florianopolitanos dizendo “Calma, calma, calma. Não se amedrontem, não se apavorem [...]”⁶¹. Mas haveria como não se amedrontar diante de tantas evidências e perigos?

Ainda no dia 06/10, porque o comando da 5ª Região Militar com sede em Curitiba foi tomado pelas Forças Revolucionárias, deslocou-se pelo governo federal um novo comandante que se instalou em Florianópolis. O jornal *Folha Nova* noticiou em 7/10 que havia sido nomeado comandante da 5ª Região Militar, a qual compreendia os estados do Paraná e Santa Catarina, o general Nepomuceno Costa⁶² e que este chegaria à capital por via aérea e que estava “[...] sendo aguardado na Praia de Fora, pelo representante do Sr. Presidente do Estado, major Henrique Pereira e oficialidade do 14ºBC; comandante Lopes Vieira e oficialidade da Força Pública; altas autoridades federais, estaduais e municipais, além de grande número de pessoas de elevado destaque”. Por sua vez, o major revolucionário em Curitiba, Plínio Tourinho, não conhecendo a posição do 14ºBC em Florianópolis comandado pelo major Henrique Pereira, enviou ordens a este

⁶¹ Jornal *Folha Nova*, 11/10/1930.

⁶² João Nepomuceno da Costa nasceu na cidade de Lages (SC), em 15 de maio de 1870 e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1943. Foi militar e político, deputado à Assembleia Legislativa na 1ª legislatura, de 1892 a 1894. Reformado pela Revolução de 1930 como general-de-divisão, foi promovido *post mortem* a general-de-exército, em 1949. Cf. PIAZZA, Walter: **Dicionário Político Catarinense**. Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

para que prendesse o general Nepomuceno e o enviasse escoltado à Curitiba⁶³. A ordem não foi cumprida porque o major Henrique Pereira não havia sublevado.

4.5 TENTATIVAS LEGALISTAS DE DEFESA

O general, Nepomuceno Costa⁶⁴ era catarinense, de Lages, e já havia servido em Curitiba. Ele conhecia os homens com quem estaria lidando e também a região. Resolveu apelar ao bom senso de seus pares. Quando ainda estava em Santos, em uma escala da viagem a Florianópolis, ele fez um apelo às Unidades militares que haviam se sublevado. Esse apelo foi publicado aos jornais. Talvez por estar mal informado sobre a situação do avanço e do número do contingente que compunha a Força Revolucionária, ele acreditasse que esse proclame pudesse fazê-los declinar de seu intento. Disse ele no comunicado:

Aos meus camaradas da 5ª Região Militar. Lembrai-vos que em 26 de maio de 1926, incorporados, sem discrepância de um só dos vossos companheiros, prestastes, no meu quartel general,

⁶³ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. A Revolução de 1930 no Paraná. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico paranaense, 1980, p. 62. In: CORRÊA, 1985, *op. cit.*, p. 55.

⁶⁴ Interessante observar que na composição do Estado Maior do general Nepomuceno que o acompanhou vê-se o nome de seu filho, o tenente João Nepomuceno Costa Filho. Constituíram também o EM do general o tenente coronel Tancredo Vieira, major José da Silva Barbosa e o capitão João Maciel Monteiro Mattos. Cf. *Jornal O Estado*. Florianópolis, 08/10/1930.

em Curitiba, a homenagem, a mais preciosa que eu recebi em toda a minha vida de velho soldado. Levaste-me entre muitos mimos a estátua da justiça como presente do meu aniversário e o orador, intérprete dos vossos sentimentos, levou ainda coisa mais preciosa, a hipoteca de vosso respeito, a dádiva da vossa amizade pessoal e a declaração formal do vosso espírito de disciplina. Lembrai-vos que a minha comoção, nesta hora memorável, foi tal que as lágrimas embargaram-me a voz e o nosso velho camarada não pode responder as palavras de vosso inteligente orador. Chegou o momento de pôr à prova os vossos juramentos, chegou a hora do cumprimento das vossas formais promessas, a pátria querida a quem, voluntariamente, prometemos o nosso sangue, por quem esquecemos os nossos entes queridos, está sendo erradamente agitada. **Jovens e inexperientes oficiais**, felizmente em número muito reduzido, são levados por maus companheiros a uma situação impatriótica e insustentável. **Deveis reagir, vós, que sois a pedra em que assenta a disciplina das Forças Armadas**, não deveis permitir que em vossas unidades perdure um êxito rebelde. Deveis voltar a ordem legal, o respeito e a obediência aos vossos velhos chefes e a dedicação aos vossos sagrados deveres militares. **A Pátria assim o quer, e eu assim o exijo** para o cumprimento das vossas velhas promessas. Não vos esqueçais que o Exército e a Armada Nacionais, representados pelos seus mais devotados chefes, estão prestigiando e defendendo com ardor a causa da integridade da Pátria. Eu espero a vossa ação. Se ela faltar, uma ofensiva fulminante será levada a efeito sem demora. **Um destacamento sob o meu imediato comando, com o efetivo de três mil homens, com base na Divisão de Cruzadores, na Esquadilha de Destróieres, com a cooperação da Esquadilha Aérea de Bombardeios levará a luta sangrenta aos vossos lares.** Bem sabeis como a guerra civil é terrível. Meditai!⁶⁵

⁶⁵ Jornal *Folha Nova*, Florianópolis, 8 de outubro de 1930.

Como se percebe pela leitura do extenso apelo, as palavras do general parecem ingênuas, mas não são e talvez em outro contexto fossem bastante eficientes. Ele apela à honra militar. Lembra aos seus comandados o significado de lealdade e de que estes haviam empenhado as suas a ele em ato solene quando partiu de Curitiba para o Rio de Janeiro; lembra ainda que os mesmos que agora se sublevavam haviam hipotecado o respeito, a amizade pessoal e a declaração formal do espírito de disciplina, em seguida, diz que é chegada a hora de provarem essa lealdade que haviam jurado. Que não se deixassem levar pelos jovens e inexperientes⁶⁶. Ele apela à moral militar, para em seguida desfechar sua ameaça. A Pátria queria dos militares dedicação para que lhe fosse assegurada a integridade; o general a exigia. De forma indireta, o general deve ter mexido com os brios de muitos militares, pois ele, nesse texto, trabalhou os pontos fundamentais da doutrina militar: hierarquia e disciplina - pilasstras básicas das corporações militares. Depois, disse ao que veio e do que disporia, caso o bom senso dos militares sublevados não fosse retomado e, novamente, sabendo que os militares em campo de luta poderiam não temer por si, lembrou a eles que temessem por suas famílias pois a luta sangrenta chegaria aos seus lares. O apelo causou apreensão aos revolucionários que, realmente, passaram a acreditar que o efetivo e as forças comentadas pelo general em seu comunicado seriam deslocados. Os revolucionários sabiam que se fossem de fato deslocadas tais

⁶⁶ Talvez aqui estivessem implícitas outras lembranças de ordem institucional, pois é sabido que o Exército estava remodelando-se e se modernizando. Esse pode ser também um apelo para que se considerassem as forças antagônicas que deveriam estar em jogo na Instituição algo como o novo e o antigo, o modelo tradicional versus o que inova.

forças, eles seriam massacrados. Como veremos, tudo isso era um jogo e nem um nem outro sabia do cacife do adversário. Lidos, relidos, trelidos, não consegui perceber se o general estava deliberadamente blefando ou se realmente acreditava que o governo federal fosse mobilizar o efetivo de 3.000 homens mais a Divisão de Cruzadores, a Esquadilha de Destróieres e a Esquadilha Aérea, conforme anunciara em seu discurso. Tais promessas foram todas estampadas nos jornais catarinenses. De tudo o que indicara o general, porém, foram deslocadas da capital federal para Santa Catarina, além das já comentadas forças do Almirante Heráclito Belfort, apenas um contingente de 192 fuzileiros navais transportados pelo paquete⁶⁷ de nome João Alfredo. Contudo, as esperanças dos governantes legalistas estavam mantidas, afinal, encontravam-se na capital um General e um Almirante representantes de duas grandes forças.

Não obstante essas forças, o Governo Estadual, sabendo da fragilidade das linhas férreas e mediante a demora na chegada de mais homens para os reforços, embarcou em um navio-transporte de nome Itaipava com destino ao porto de São Francisco do Sul um contingente de 400 homens sob o comando do capitão Noel. Esse navio seria escoltado pelo contratorpedeiro Santa Catarina. A missão era ocupar a linha férrea nas cidades de Joinville, Mafra e Porto União, cortar o suprimento das Forças Revolucionárias e bloquear o acesso ao litoral e norte do estado em direção à capital federal⁶⁸. Assim, organizavam-se os legalistas e, em

⁶⁷ Cf Dicionário *Aurélio*, versão digital, paquete é uma embarcação ligeira, para transmissão de ordens e correspondência.

⁶⁸ LEMOS, 2005, p. 127.

contrapartida, os revolucionários que, atentos à movimentação preparavam-se para uma ofensiva enquanto apressavam a passagem das tropas por este estado.

4.6 PORTO UNIÃO SITIADA

Na cidade de Porto União constituiu-se um Comitê Revolucionário que além de ficar responsável em governar o município tinha também a missão de controlar a passagem pela via férrea já que aquela cidade faz divisa com o Paraná, para onde se dirigiam todas as tropas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse comitê, ao que tudo indica, organizou e desorganizou a vida e as atividades das pessoas da cidade. Organizou a edição e expedição de um *Boletim de Informações*⁶⁹ que diariamente era distribuído à população e como a estação ferroviária fosse um lugar de passagem também ali eram distribuídos e levados ao destino comum dos revolucionários, tendo ampla circulação. Esse *Boletim de Informações* era reproduzido tipograficamente e permitem uma ideia da organização de seus editores militares e civis, visto que isso demanda instrumentalização tanto dos meios quanto de profissionais. As informações eram

⁶⁹ O *Boletim de Informações* seguia o mesmo rigor estético de um boletim militar. O Boletim Militar Interno é o documento administrativo onde são publicadas todas as atividades e ordens na Organização Militar relativas a serviços de escala, administrativas, justiça e disciplina e instrução. Nas OMs também são usados o Boletim Administrativo e o Boletim Reservado. O administrativo publica os assuntos relativos a material, carga, descarga de material, recebimento de material, recursos financeiros etc. O Reservado publica assuntos que sejam classificados como confidencial ou reservado.

pontuais, registradas em pequenas notas dispostas em apenas uma folha e que davam conta das operações militares das Forças Revolucionárias em todo o território; as notinhas informavam o quanto de conquistas conseguiam os revolucionários e como os legalistas reagiam; também dos confrontos; das rendições; dos abatimentos; das transferências de oficiais, dos atos de uma forma geral. Pela linguagem adotada, no mesmo estilo da usada nos boletins militares, acredito que tenha sido organizada essencialmente por militares, talvez o comandante responsável pela Praça, mas com o apoio de civis, com certeza.

Como discorrido anteriormente, as Forças Revolucionárias foram constituídas por pessoas de diversas categorias sociais. A partir das narrativas esboçadas nos capítulos anteriores, é dado a saber que a causa pela qual lutavam poderia não estar evidenciada para muitas das cerca de 50.000 pessoas que seguiam em colunas. Penso que nem a causa nem o “inimigo” deveriam ser entes concretos. Ainda mais se pensarmos que na medida em que iam avançando muitos dos supostos inimigos iam aderindo à causa e passavam a marchar e lutar lado a lado com o oponente pela causa do oponente. Isso deve ter suscitado muita estranheza. Dessa forma, parece-me correto supor que o *Boletim de Informações* foi também uma estratégia militar que visava a conferir unidade às tropas revolucionárias. Que o *Boletim* tenha sido um dispositivo que conferia unidade aos grupos tão heterogêneos. Por meio do Boletim, as Forças Revolucionárias ganhavam voz e as pessoas (tornadas soldados) puderam então se reconhecer entre “nós” (os que estamos vencendo e nos pronunciamos) e os outros (que estão silenciosos, que não se fazem ouvir). Não havendo especificamente um, ou pelo

menos não se reconhecendo um inimigo, talvez tenha sido necessário criá-lo, afinal, a “palavra é o verbo criador”. Por outro lado, podemos pensar no *Boletim de Informações* como um dispositivo capaz de fazer circular (e rápido) a notícia do domínio, do avanço e do poder. Assim, as Forças Legalistas também receberiam as informações do poderio de seus oponentes e se renderiam, ou não. Mas esse era um jogo político-militar que investiu e contou como aliadas o poder das palavras. Ambos os lados (revolucionário e legalista) creditaram poder às palavras. Os legalistas dispunham da máquina estatal e, assim, a maior parte dos jornais cedia seus espaços para publicação de artigos informando que a situação estava sob controle e que, no caso de Santa Catarina, o governo federal enviaria reforços que aniquilariam as forças insurgidas. Em Florianópolis, por exemplo, quando desfechada a situação de vitória dos revolucionários, a população inutilizou as oficinas⁷⁰ do jornal *Folha Nova* por ter publicado notícias e críticas contra a Revolução.

A partir da leitura dos *Boletins de Informação* podemos acompanhar registros da atuação das Forças Revolucionárias desde o dia 06/10 até 05/11/1930⁷¹. O boletim número 3 (08/10/1930), entre outras informações, publica que

⁷⁰ Ato comumente descrito nos meios de comunicação como *empastelamento*.

⁷¹ Apesar de iniciarem a ser distribuídos em 06/10, só consegui reunir os boletins a partir de 08/10/1930, de seu número 03. Guardei todos os demais e pretendo, para além da tese, analisá-los em outros trabalhos estabelecendo comparações entre o que era noticiado nesses e nos jornais de que se utilizou o governo legalmente constituído.

[...] - Por ordem do comandante da praça acabam de reiniciar seus serviços as agências de Correio desta e da vizinha cidade, que ficarão a cargo dos Srs. Alfredo Amaral e Ismael Borges de Macedo. **A correspondência será toda censurada.**

- A cidade de Lages acaba de ser ocupada pelas forças do Coronel Aristiliano Ramos.

- As forças do coronel Lamaison que invadiram o sul de Santa Catarina, apoderaram-se, sem dificuldades dos municípios e cidades de Araranguá, Laguna e Tubarão e prosseguem sua marcha vitoriosa em direção a capital do Estado. [...] ⁷²

Como se observa, as mensagens do Boletim davam conta de que as Forças Revolucionárias marchavam vitoriosas. Tal informação, por certo, tinha também o objetivo de elevar o moral dos que seguiam para luta informando que até ali a vitória estava sendo fácil. O encerramento da publicação do *Boletim* foi comunicado em boletim militar n° 17 de 5/11/1930. Nele, o major Menna Barreto fez constar que “[...] tendo cessado os motivos que exigiam a publicação, por isso o país já está quase na sua vida normal; seja nesta data sustada a publicação do referido boletim; dando disto conhecimento ao Sr. Alfredo Amaral, encarregado desse serviço”. O major Menna Barreto, nesse mesmo Boletim, faz ainda uma menção de louvor ao Sr. Amaral e aos seus auxiliares pela “ação verdadeiramente patriótica que mantiveram durante a publicação do Boletim”. E assim se encerram as atividades de que davam conhecimento à população do que se passava em todo o país durante a “Grande Causa da Regeneração da República”⁷³. Como teriam as

⁷² Boletim de Informações n° 3, Porto União, SC. Os boletins de que disponho fazem parte do acervo pessoal do professor Carlos Humberto Corrêa que gentilmente os cedeu para minha pesquisa. Os grifos são meus.

⁷³ Cf. Boletim Militar n° 17 de 05/11/1930.

peças da cidade recebido a notícia da cessação desse *Boletim* e qual a importância dele para a cidade, não me foi possível apurar.

A leitura do texto permite vislumbrar que a vigilância não só estava instaurada como também admitida, não velada. O correio retomaria suas atividades, interrompidas devido à tomada da cidade, mas as correspondências seriam censuradas, ou seja, lidas, remexidas, controladas, censuradas. A vida privada de cada usuário dos serviços de correio estaria exposta. A vida de todos os catarinenses que moravam ou que passavam por aquelas paragens estaria exposta aos invasores que atravessaram o estado. Era a guerra e em nome da causa revolucionária permitiu-se esquadrihar e privar as pessoas de suas escritas. Em ambos os lados observa-se comum essa prática de censurar as correspondências. Podemos pensar seguindo o que propõe Eni Orlandi que a censura impõe aos sujeitos uma espécie de asfixia. No autoritarismo, afirma a autora, “não há reversibilidade possível no discurso, o sujeito não pode ocupar diferentes posições, ele só pode ocupar o lugar que lhe é destinado”⁷⁴ e só pode produzir os sentidos que não são proibidos, dessa forma, a censura afeta a identidade do sujeito, desloca o lugar de sua intimidade. Ele não pode mais ser quem deseja e nem dizer o que quer e o que pensa. A censura ainda que não afetasse a todos os sujeitos, porque talvez poucos soubessem escrever e talvez a maioria nem fizesse uso dos correios, provocou a certeza de vigilância e controle a que todos estavam expostos. Suponho sobre os sentimentos que foram gerados a partir desses atos:

⁷⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 81.

incerteza, insegurança, privação. Como os sujeitos daquela cidade lidaram com a situação? Que sentidos teriam atribuído ao movimento revolucionário? Infelizmente não tive acesso a tais registros, se é que eles existem⁷⁵.

Sobre a cidade de Porto União, em pesquisa no Arquivo Histórico do Exército, encontrei uma série de documentos como cartas, boletins militares, notas fiscais, faturas e, entre eles, alguns bilhetinhos rabiscados a lápis, mas também a caneta, que ajudam a traçar contornos do acontecimento, como os que seguem. Pacheco Cleto, da livraria, tipografia e pautaçaõ, encarregado do telégrafo, solicita ao prefeito “[...] providenciar umas três dúzias de lápis tinta para não obrigar-me a mendigar lá no comitê. Grato”⁷⁶. Por esse bilhetinho, penso estar denotado certo sentimento de orgulho, no sentido de amor próprio, de não querer curvar-se a pedir. Mendigar lápis deveria ser humilhação demais ao Sr. Cleto. Ou isso ou o prefeito estaria falhando no cumprimento de tal fornecimento. Mas percebe-se certa indignação. Acredito que o pedido ao prefeito não tenha sido atendido porque encontrei outro bilhete, porém não do Sr. Cleto, mas sim do Sr. Ernesto Guaita ao tenente das Forças Revolucionárias Júlio Castilhos, dizendo: “É favor mandar-me envelopes e lápis pelo portador deste (que é o carteiro). Necessito envelopes para fechar os telegramas. Agradecido”⁷⁷. Para um

⁷⁵ Não me foi dado apurar se existe na cidade pessoas que tenham narrado o acontecimento. Como há na cidade um Arquivo Público e Histórico do Município vinculado à Fundação Municipal de Cultura, sou levada a crer que há registros.

⁷⁶ Bilhete avulso, datado de 11/10/1930. Caixa Referente à Revolução de 1930 SC – AHEX/RJ.

⁷⁷ *Idem.*

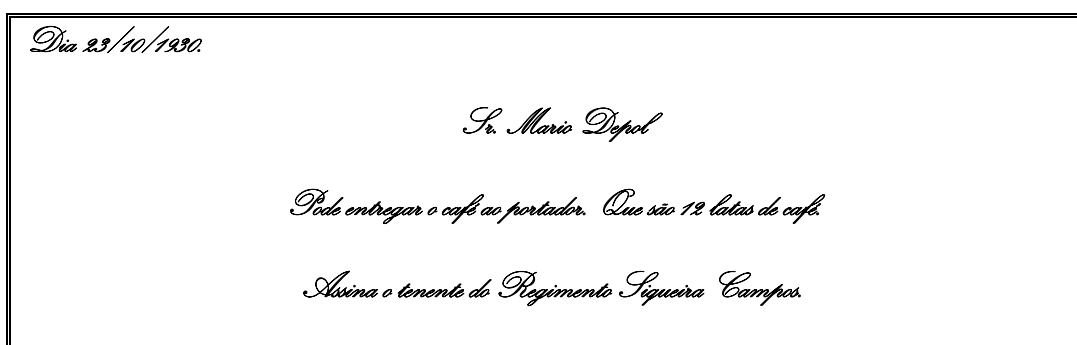
telegrafista justificar a solicitação de envelopes e lápis, percebe-se que ou a escassez de tais materiais fosse grande ou o controle deles estivesse rígido. Ou as duas coisas ainda.

Em outro dos bilhetes, Elisiário Paim solicita à agência Chevrolet de Max Metzler e Cia. “Podeis entregar ao portador deste, tenente Leodário, todo material que o mesmo pedir”⁷⁸. O que ele pediu não é dado a descrever, não encontrei os registros. Porém, pela fatura expedida por essa mesma empresa às Forças Revolucionárias, posso pensar que tivesse sido um automóvel ou peças automotivas. A fatura data de 15/10/1930 e compreende “Um auto Chevrolet touring novo de 6 cilindros com o motor número 573366, chassis 4168”. Teria sido devolvido após a Revolução? Terá sido ressarcida a empresa Max Metzler? Nesse caso específico, não encontrei os documentos que pudessem esclarecer a questão. No entanto, sobre outros gastos desse comitê revolucionário, não apenas na cidade de Porto União, mas por outras localidades onde os revolucionários tenham se abastecido de gêneros alimentícios, roupas, remédios, cobertores, colchões, munição, entre outros produtos, há faturas que acusam o seu pagamento posterior. No entanto, é provável que muitos tenham ficado no prejuízo, dado o tempo que levaram para receber, se é que receberam o valor justo; já outros tantos podem ter sido indenizados sobre o que sequer forneceram ou para mais do que forneceram. Há indícios de que isso tenha ocorrido. Mas é interessante observar toda essa movimentação. Necessidade de acomodação e alimentação, vestimenta e todo o aparato para as tropas revolucionárias. Por outro, a agonia dos pequenos

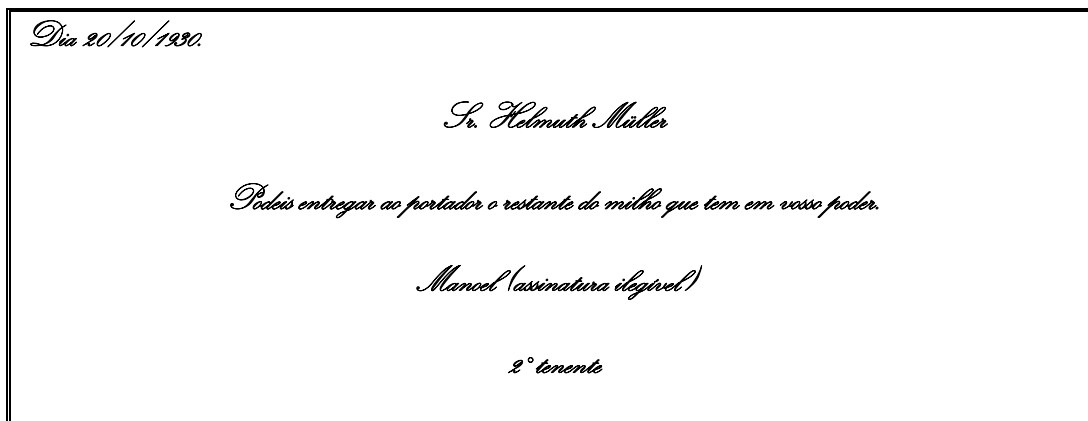
⁷⁸ Este bilhete data de 22/10/1930. O nome do tenente não estava legível e pode ser outro.

comerciantes que cediam sem saber se seriam ou não ressarcidos. Acredito que muitos devam ter falido em função da movimentação e a esse respeito encontrei várias reclamações em forma de cartas que eram enviadas aos comandantes da praça e por eles encaminhadas ao comando. Ainda no dia 29 de novembro de 1930, acompanho pelos telegramas⁷⁹ que os militares em Porto União enviavam, solicitavam respostas de seus comandantes quanto ao procedimento para o pagamento das requisições.

O comitê revolucionário havia organizado em papel timbrado uma espécie de “vale” que recebidos pelos comerciantes teriam, em tempos de paz, o valor de dinheiro e poderiam ser devidamente trocados. Por outro lado, também havia requisições assinadas pelos militares de materiais diversos. Acredito que estes tivessem sido reproduzidos em número inferior e necessitando de produtos sem ter o referido vale, lançaram mão os comandantes do uso dos “bilhetes”. São vários. Reproduzo a seguir dois, apenas para possibilitar que se faça uma imagem sobre eles.



⁷⁹ Telegramas enviados pelos militares aos seus comandantes solicitando providências e/ou orientações. Os telegramas podem ser conferidos ao final da tese em ANEXOS e foram coletados junto ao AHEx.



Pelo que li nos bilhetes, cartas, reclamatórias e que me permitem um contorno do acontecimento em Porto União, esta cidade deveria estar vivendo dias de caos. Os gêneros alimentícios escassos ou já findos, os animais para abate magros, a fome e o frio, a dúvida. O tenente coronel Álvaro Jansen por ordem de Miguel Costa realizou uma sindicância para apurar a denúncia seguida de cobrança, feita pelos comerciantes donos do estabelecimento NEIEF DOMIT e NASSIN da estação férrea de São João de que elementos pertencentes às Forças⁸⁰ invadiram duas vezes aquele estabelecimento comercial, sendo que na segunda vez teriam, inclusive, agredido ao vizinho que tentava ajudar na defesa do estabelecimento comercial. O tenente teria apurado que um dos elementos pertencia às forças do general Paim. A data da carta⁸¹ comunicando a sindicância é de 30/10/1930. Não encontro dados que me permitam saber se foram ressarcidos.

⁸⁰ Curioso observar que para tudo usavam o termo “Forças Revolucionárias”, mas ao apurar denúncia usa-se apenas a palavra “forças”.

⁸¹ Carta de Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha, tenente coronel comandante da Praça em Porto União ao General Miguel Costa. Porto União, 30/10/1930. Caixa referente documentos Revolução de 1930 em SC. AHEX.

Em uma “Parte”⁸², documento onde se comunica aos superiores ocorrências de ordem militar, o 2º tenente Esperidião de Azambuja comunica ao tenente coronel comandante da Praça que “para atender ao Estado de penúria” em que se encontravam diversos funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul que lá se achavam “após longos e trabalhosos dias de jornada pela causa Nacional, completamente sujos e rotos”, lançou mão e fez uso dos uniformes velhos deixados pelos praças do 13º BC. Depois se ocupou em relatar que observara na ocasião que o compartimento onde estavam os uniformes “sujos e com bastante uso” dos que utilizou já se encontrava aberto. Disso, constata-se que esse tenente estava fazendo a sua defesa prévia porque do referido Batalhão foram saqueados diversos objetos e alimentos. O trabalho desempenhado pelos funcionários era a reconstrução dos trilhos e pontilhões retirados pelos legalistas na tentativa de conter o avanço das Forças Revolucionárias.

Sobre o trabalho realizado pelos moradores da cidade de Porto União às Forças Revolucionárias acredito não existir pesquisa, porém, há registros de que houve intensa mobilização e uso dessa força de trabalho. É o caso, por exemplo, do Sr. José Caneparo, que escreve ao comandante da Praça, em Porto União, no dia 19 de outubro de 1930, dizendo que, desde o dia 4, realizava serviços às Forças com seu automóvel e Cruz Vermelha desde o dia 13 sem, ao que tudo indica, nenhum tipo de remuneração, já que ele explica depender do automóvel

⁸² Parte de Esperidião Xavier de Azambuja ao Tenente Coronel Comandante da Praça. 03/10/1930. Publicado em boletim n 15 de 03/11/1930. AHEx.

para sustentar sua família e requer indenização. Essa solicitação é encaminhada ao militar médico a fim de se averiguar se verdadeiras as informações. O médico confirma que o Sr. Caneparo “tem prestado serviços com seu auto para remover doentes e para as necessidades dos médicos que tomam conta do posto de socorro de Porto União”⁸³. Do médico, o documento retornou para o major Menna Barreto, comandante da Praça, que escreveu que a solicitação “Terá valor numa informação da Junta Revolucionária local”⁸⁴. A Junta Revolucionária local, na pessoa do Sr. Antiocho Pereira, informa que “a declaração merece fé por ser inteiramente a expressão da verdade”⁸⁵. Disso, a solicitação do Sr. Caneparo retorna para o comandante da Praça que a encaminha ao Sr. Elpídeo Martins no dia 04 de novembro de 1930, dando-lhe ciência do caso e de se tratar de um “homem pobre” e, no caso de ser atendido, solicitando que o chefe revolucionário arbitre sobre o “quantum”. Como o caso foi solucionado, quanto de indenização recebeu o Sr. Caneparo? Recebeu a requerida indenização? Minhas pesquisas não deram conta desse conhecimento. Só me foi dado a inferir de suas dificuldades e de haver doentes e necessitados de remoção e, por isso, a necessidade dos serviços do Sr. Caneparo.

⁸³ Carta de José Caneparo ao Tenente Coronel Saldanha, comandante da Praça em Porto União. 19/10/1930. Acompanham as declarações do médico, primeiro tenente Telêmaco Pires, major Menna Barreto que substitui ao tenente coronel Saldanha, Antiocho Pererira (da Junta revolucionária) com resposta em 04/11/1930. AHEx.

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

Sobre os doentes sabemos que eram pessoas que estavam servindo à Causa e que elas eram postas sobre os cuidados de médicos militares e civis voluntários no local chamado de “Posto de Socorro”. Também percebo, pela leitura do boletim militar, que algumas mulheres prestaram serviços nesses postos como cozinheiras e enfermeiras. Elas eram, em grande parte, da Cruz Vermelha. No boletim diário de 29/10/1930, relata-se existirem no Posto de Socorro 18 pessoas em tratamento, três que baixaram e oito que estavam tendo alta, permanecendo no Posto 13 pessoas⁸⁶. Isso me permite um vislumbre sobre o acontecimento e a movimentação na cidade. Quando do encerramento das atividades do Posto, comunicado em boletim diário datado de 17/11/1930, o comandante Menna Barreto, emocionado, escreve longo agradecimento, o qual reproduzo na íntegra a seguir.

VII- Posto de Socorro - Havendo cessado os motivos pelos quais sendo mantido este estabelecimento de caridade, por quanto mandei recolher a um Hospital civil o último doente, 3º sargento Antonio de Moura Campos, do 1º B/E, sejam encerrados todos os serviços que ali eram efetuados por ordem do meu antecessor, ao Sr. Dr. Gayer, distinto facultativo, que cheio que amor pela santa cruzada da Revolução, desprezou os seus interesses particulares na cidade vizinha, dedicando-se ao tratamento dos doentes que em grande número eram recolhidos pelas forças em trânsito, os meus sinceros agradecimentos. Ao pessoal do 13º B/C, senhores João Alves Cordeiro, 3º Sgt. Reformado e Samuel Gandelphi, civil, ali empregados, louve pela dedicação interesse ao serviço. Faltaria a um dever que me é imposto pelo coração, se não deixasse consignado neste último documento, a minha admiração, gratidão e votos de

⁸⁶ Cf. Boletim Diário nº 11. AHEx. Teria sido interessante pesquisar os registros médicos para sabermos das causas dessas baixas, mas não os procurei.

completa felicidade, como prêmio que o Bom Jesus dispensará às Sras. D. Zulmira Gonçalves, Rosa Taquis, Anna Sobyeray e senhorinhas Maria Elisa Velleze, Jacyra Mattese, Angelita Gonçalves, Maria Sobyeray, Dinah d'Ávila, Clélia Sattir, Esilda Heerve, todas pertencentes á Cruz Vermelha desta cidade, que, com amor caridoso, dispensaram cuidados e confortos aos enfermos, não recuando nem diante dos obstáculos naturais, a serviços a que não estavam afeitas, demonstrando cabalmente que a mulher brasileira, nos momentos difíceis para nossa querida pátria, saberá cumprir sua elevada missão patriótica. É com maior respeito que beije as mãos das distintas catarinenses que bem demonstraram terem guardado com carinho o patrimônio da grande Anita Garibaldi.

O motivo de ter reproduzido essa escrita do comandante na íntegra é porque imagino que por ela se possa perceber o quanto os sentimentos estavam aflorados. Ele fala de agradecimento, de abnegação, diz que faltaria a um dever que lhe era imposto pelo coração se não deixasse consignado no último documento que assinava como comandante daquela Praça a sua “admiração, gratidão e votos de completa felicidade”, principalmente ao grupo de mulheres as quais nomeia uma a uma em sinal de reconhecimento. Verifica-se nesta escrita uma vontade denotada por afeto que, em meu entendimento, é mais do que um registro, é quase um discurso, algo como se ele quisesse fazer ecoar, reverberar, eternizar o acontecimento e o grau de sua gratidão.

Sobre penúria à época, constata-se que assim como as pessoas, também os animais que serviam de alimento e transporte a elas estavam escassos, cansados, magros e doentes. É o que relata ao comandante da Praça o segundo tenente,

veterinário, Joaquim Peixoto, em 11 de novembro de 1930. Ele redige na “parte” relato dando conta ao comandante de que, seguindo o que lhe fora determinado, visitou o logradouro onde se achava o gado requisitado pelas Forças Nacionais destinado à alimentação das praças e civis que prestam serviço à causa. Ele refere ter notado na visita que “[...] a maioria do mesmo gado em completo estado de “miséria fisiológica”, motivo pelo qual não deve ser abatido para alimentação. Procedendo-se, porém, a uma rigorosa escolha, podem-se tirar “algumas rezes em regulares condições”.⁸⁷ Também há registros de mortes de cavalos e mau estado deles. Relata-se que dos 22 animais deixados pelo 13º RCI morreram “os cavalos de nº 323 (alazão) calçado dos quatro membros, frente aberta, malacara, nº 282 (tordilho) e uma égua nº 325 (tordilha) e mais o alazão nº 58”.

Se o gado e os cavalos estavam em estado de miséria fisiológica, como informa o segundo tenente ao seu comandante, supõe-se sobre a quantidade de pessoas a fazer uso desses animais quer como alimento ou como transporte. Também posso conjecturar do estado e condição dessas pessoas. A penúria, ao que tudo indica, estaria a rondar a todos. Registram-se com frequência ocorrências de roubo de gado seguidas de pedidos de ressarcimento destes por seus proprietários. Ao General Ptolomeu Assis Brasil, que assumira a interventoria do estado, eram enviadas cartas que comunicavam e pediam orientações sobre que providências tomar. Imagino a situação como desesperadora. Em uma das muitas cartas, o comandante comunica que “Forças excluídas de regresso ao Rio Grande

⁸⁷ PARTE do médico veterinário, segundo tenente Joaquim Peixoto ao comandante da Praça em Porto União em 11/11/1930. AHEX.

rebanharam em Barra do Pinheiro do Sr. Félix dos Santos três animais constando terem sido piquete Tenente Guilherme de Mello do Capitão Octavio Rocha o autor de tal ato”⁸⁸. Como esta, outras dão conta do acontecimento e permitem saber sobre o caos instaurado na cidade durante a Revolução e depois, quando da passagem de regresso das tropas ao Rio Grande do Sul.

O tenente coronel Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha, como discorrido no capítulo III, era um dos militares que não se sublevou de pronto quando da chegada das Forças Revolucionárias à cidade, mas que tendo aderido posteriormente foi mantido como comandante daquela Praça. Esse militar adoeceu naquela cidade e o médico solicitou afastamento de suas funções por trinta dias a fim de dar prosseguimento ao seu tratamento⁸⁹. Foi substituído, como já mencionado, pelo major Sabino de Menna Barreto. Acredito que a doença do comandante Saldanha tenha também se dado devido aos inúmeros conflitos de ordens diversas e que tenha tido que administrar, resolver e conciliar – tarefa que a leitura dos boletins militares e cartas me levam a crer não ter sido fácil. Havia registros constantes de tumultos e desordens, de violências e de falta de recursos para sanar os problemas decorrentes do abalo da ordem. É possível que ele não estivesse vislumbrando soluções para os inúmeros casos de reclamações e pedidos de intervenção das autoridades, agravando, com isso, seu estado de saúde. Não me foi dado conferir a trajetória desse militar, se se curou, se retornou a Porto

⁸⁸ Carta do comandante da Praça de Porto União a Ptolomeu de Assis Brasil. Datilografada. 16/11/1930. AHEx.

⁸⁹ Cf. Boletim Militar Diário nº 16, Porto União, 04/11/1930. AHEx.

União ou que outro rumo tomou após consolidado o movimento. É possível também que tivesse usado desse expediente para conseguir transferência daquela localidade, mas essas são apenas cogitações.

Não obstante as penúrias e privações de alguns, as Forças Revolucionárias prosseguiram atravessando o e pelo estado de Santa Catarina em suas diversas regiões. As Forças Legalistas tentavam proteger o território com o contingente e armamento de que dispunham enquanto ainda aguardavam a chegada dos prometidos reforços enviados pelo governo federal. As formas de avanço e de defesa continuam sendo evidenciadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO V - O EXÉRCITO LIBERAL AVANÇA VITORIOSO

Como se viu no capítulo IV, conter o avanço das tropas revolucionárias era uma tarefa inglória dados os poucos recursos de que dispunham os Legalistas. De acordo com o que se informava no Boletim de Informações de Porto União número 3, de (08/10/1930), o qual apresentei no capítulo anterior, a cidade de Lages estava sob controle dos revolucionários tendo à frente Aristiliano Ramos, que já havia reunido ele mesmo um contingente e esperava reforços que chegariam do Rio Grande do Sul, por Vacaria. Os que chegaram a Santa Catarina por essa região eram levadas enormes de homens com a missão de marcharem até Florianópolis para, enfim, tomar a cidade que continuava resistindo na figura de seu governador Fúlvio Aducci. Pelo telegrama enviado a Plínio Tourinho por Nereu Ramos¹ sabemos que chegava a Lages um exército em torno “de dois mil homens em armas” e podemos inferir o espanto que causava às pessoas ver tamanha massa humana em organização pronta para o combate. Mais que isso, ficar a mercê desses que, pelo caminho, iam fazendo pequenos (e grandes também) saques de frutas, animais e provocando tumultos de ordens diversas².

¹ Plínio Tourinho era o comandante das Forças Revolucionárias do Estado do Paraná. Era militar da arma da Artilharia do Exército, servindo em Curitiba e simpatizante do tenentismo. É para ele que no dia 08/10/1930, Nereu Ramos envia telegrama. In: TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **A Revolução de 1930 no Paraná**. Cinquentenário da Revolução de 30 no Paraná. Curitiba: IHGEPR, 1980, p. 155.

² Como referi anteriormente, não pesquisei os processos criminais da época, mas as notícias aos jornais e alguns relatos nos levam a crer que, além de furtos e roubos houve também crimes como estupros e assassinatos.

Essa coluna era comandada por Waldomiro Lima, que demonstrava preocupação, pois, embora numerosa, não estava devida e suficientemente armada. Além de que era constituída por civis sem nenhuma familiaridade com as técnicas de combate. Como era grande, impossível passar despercebida. Chamava a atenção e, se acaso os Legalistas conseguissem organizar suas forças, como vinham anunciando que fariam, a coluna seria facilmente dizimada. A notícia trazida por Nereu Ramos da capital era a de que o Exército estava deslocando do Rio de Janeiro com destino a Santa Catarina um efetivo de 900 homens, além de que a FPC e os soldados da Marinha, na cidade de Joinville, tinham recebido ordens expressas de resistir até que os reforços chegassem. Temendo essa possibilidade, o comandante Waldomiro Lima retransmitiu a mensagem para Lindolfo Collor³, que estava no Rio de Janeiro pedindo que ele averiguasse se a informação tinha ou não procedência. Solicitou também a Oswaldo Aranha⁴ que lhe enviasse reforços capazes de garantir a proteção de suas linhas de comunicação e um oficial que pudesse instruir a tropa na utilização de armas automáticas, pois, ao que dá a entender, esses não sabiam usá-las. O comandante Waldomiro Lima, na dúvida, resolveu não perder tempo e acelerar o passo da marcha rumo à capital. Em seu relato sobre o episódio à *Revista do Globo*, Lima afirma ter recebido de Oswaldo Aranha a solicitação “para ir à Serra **atacar o inimigo** que estava no Barracão. Essa missão era do coronel Ptolomeu, que vinha pela praia; mas vendo esse colega **lutando com o inimigo**, o que lhe retardou a marcha, julgou-se mais

³ Telegrama de Waldomiro Lima a Lindolfo Collor. Vacaria, 8/10/1930. CPDOC, FGV.

⁴ Telegrama de Waldomiro Lima a Oswaldo Aranha. Vacaria, 8/10/1930. CPDOC, FGV.

acertado a minha ida ao Estreito, para desalojar, como desalojei, as **tropas contrárias**”⁵.

Essa coluna, pelo relato do comandante, estava distribuída em 11 batalhões compostos quase que exclusivamente de civis; dois esquadrões de cavalaria, numerosas metralhadoras pesadas, artilharia Krupp de tiro rápido e 350 mil cartuchos transportados em cargueiros nas costas de burro. Ressalvadas as designações técnicas próprias do meio militar, pode-se inferir que tantos homens, tão bem municados (ou aparentemente bem municados) causariam estragos sobre qualquer um a quem considerassem “inimigos”. Pelo número de vezes em que usou a palavra “inimigo” em sua narrativa, o general devia estar, de fato, convencido de que lutava com inimigos e que eles eram das Forças Legalistas ou, ainda no dizer do comandante, as “tropas contrárias”. Ou seja, os que não haviam aderido à causa revolucionária. Boa parte dos que aderiram à causa a fim de que pudessem se reconhecer, mas também por razões históricas, usavam os lenços vermelhos⁶ no pescoço. No capítulo I já havia discorrido sobre o quanto essa

⁵ Relato do comandante general Waldomiro Lima. *Revista do Globo, op. cit.*, p. 249. Os grifos são meus. Lembro que Barracão era como se chamava a atual cidade de Alfredo Wagner.

⁶ Com as disputas dos líderes políticos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, Gaspar Martins fundou o partido Federalista em um congresso de correligionários em Bagé, adotando o lenço vermelho ou maragato. O nome vem da província de León, na Espanha, onde existe ainda hoje uma comarca denominada “Maragateria”, cujos habitantes tem o nome de “Maragatos”. Segundo alguns, é um povo de costumes condenáveis, pois vivem a vagabundear de cargueiros, vendendo e comprando roubos, principalmente animais. São uma espécie de ciganos. Lá, até hoje os habitantes usam o lenço vermelho. Os farrapos que lutaram contra o império do Brasil e até fundaram uma República (1835-1845) usavam o lenço vermelho. Na Revolução de 1893 e de 1923

indumentária à época da campanha aliancista no estado causara estranhamentos e sobre os quais tantos artigos foram publicados às páginas dos jornais quer louvando o uso, ou rechaçando. Em geral, os comentários eram pejorativos porque eram feitos em jornais do governo, ou seja, do Partido Republicano em oposição à Aliança Liberal. No artigo reproduzido do jornal *O Estado* e trabalhado no capítulo I, diziam os articulistas sobre o lenço que

[...] Entre nós, o lenço vermelho sempre significou o revoltoso e até a pouco era uma temeridade usá-lo no Rio Grande do Sul. Mais de um imprudente pagou, em plena paz, com a garganta, a sua imprudência. Porém agora, com o advento da Aliança Liberal, a cor vermelha passou a ser o símbolo dos aliancistas [...]⁷.

E de fato, seria pelo uso do lenço vermelho ao pescoço que os revolucionários (aliancistas) se reconheceriam. Temendo por suas vidas, muitas pessoas resolveram usá-lo como indumentária. A esses, os revolucionários chamariam de “adesistas de última hora” estabelecendo uma firme distinção entre os que aderiam de forma sincera (por convicção à causa) e os que aderiam por questões de sobrevivência ou por medo. Voltarei ao assunto mais adiante.

enfrentaram-se os lenços Brancos com os lenços Colorados. Na Revolução de 1930, o lenço vermelho foi usado por todos os gaúchos que arrancaram do Sul para depor o governo nacional e instalar a Nova República. Até Getúlio Vargas, que era republicano (e usava o lenço Branco) usou o lenço vermelho dos federalistas. Disponível no *site*: <<http://www.bolichodogauderio.com>>. Acesso em: 15 dez 2008.

⁷ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 23/10/1929.

5.1 BRIGAS DOMÉSTICAS

O comandante Waldomiro Lima em seu relato afirma ter se deslocado para o cumprimento de uma missão que não era sua, mas sim de Ptolomeu de Assis Brasil. Esse general comandava uma divisão que invadiu Santa Catarina pelo sul, no entanto, estava assumindo um posto que deveria ter sido assumido por João Neves da Fontoura⁸. Ptolomeu contava à época com 62 anos e estava responsável por congregiar as forças que ao Sul marchavam dispersas após terem atravessado o rio Mampituba na altura de Torres, divisa do estado com o Rio Grande do Sul. A chegada dos revolucionários à cidade de Araranguá foi assim relatada na *Revista do Globo*:

[...] Araranguá caía sem luta [...] caíram Criciúma e Urussanga, logo em seguida Tubarão. [...] Os araranguenses eram entusiastas pela Revolução. E eram de fato. Não por efeito da

⁸ João Neves da Fontoura, conforme discurremos no capítulo I, fazia parte da cúpula revolucionária, era o vice-governador do Estado. O imbróglio entre ele e Getúlio aconteceu quando Vargas seguiu para o “teatro de operações” e deixou uma carta para Fontoura explicando porque nomearia para substituí-lo Oswaldo Aranha. Saindo o governador quem deveria assumir seria o vice, ou seja, João Neves, que se ofendeu diante da situação e dos termos usados por Getúlio ao escrever-lhe. Mesmo que Getúlio e Oswaldo Aranha tentassem contornar a situação, João Neves se manteve irredutível e ao responder uma carta que lhe enviara Oswaldo Aranha ele diz “Oswaldo, não posso aceitar o teu apelo. Já não sou mais companheiro do Estado-maior político. Despojei-me de todos os mandatos. Só permaneço como soldado e até a vitória. O laço partidário que nos unia, está roto. Sei esquecer, mas não quero perder a estima de mim mesmo aceitando postos de compensação”. Agora, parece-me, a questão adentra o campo dos ressentimentos. In: FONTOURA. João Neves da. **A Aliança Liberal e a Revolução de trinta**. 1962.

passagem das Forças Revolucionárias, mas sinceramente. Desde a campanha eleitoral, deram excelente votação ao Dr. Getúlio Vargas. Em Tubarão, que alcançamos de madrugada do dia seguinte, viajando de trem, já não se verificava o mesmo. Era uma cidade reacionária. Seus habitantes, com exceções, naturalmente, nos olhavam com certa prevenção⁹.

Registrou-se, portanto, que algumas cidades aderiam aos ideais revolucionários “sinceramente” outras, talvez, tivessem que aderir por contingência. Em Tubarão, além do olhar de desconfiança, a cidade não impôs maiores resistências, mas também não demonstrou simpatia. De certa forma, resistiu à sua maneira. Nessa cidade, as tropas da Força Revolucionária, inicialmente comandadas por Trifino Correia, ficaram apenas um dia e seguiram rumo a Florianópolis pela Serra do Mar. Dizia-se que Trifino Correia era o comandante militar e que Ernesto Lacombe¹⁰ era o líder civil. Este segundo ficou no comando da cidade e preconizou um episódio curioso sobre o qual os jornais tiveram fartas publicações. Os dois líderes divergiam¹¹ e assim que chegou à

⁹ Relato de Armando Fay de Azevedo In: RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Brigada Militar/MBM, 1987, p. 245. Vol. 3. Os grifos são meus.

¹⁰ Natural do Rio Grande do Sul, mas residente em Tubarão (SC) desde o ano de 1924, onde fundou a Sociedade de Banha Sul-Riograndense, conhecida como “Sociedade da Banha”. Participou ativamente da Campanha da Aliança Liberal no RS. In: LEMOS, 2005, *op. cit.*, p. 86.

¹¹ Carlos Humberto Corrêa (1984, p. 53) assinala que Lacombe e Trifino Correia se desentenderam ainda quando estavam em marcha do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Os dois levaram suas mazelas às páginas do jornal *O Estado*, editado em Florianópolis. Ernesto Lacombe em 23/10/1930 e Correia em 30/10/1930. As divergências diziam respeito quanto à organização do movimento. Correia esperava contar com um efetivo bem maior do que havia sido arregimentado nas cidades tomadas e

cidade, Lacombe, como era de esperar, destituiu o prefeito e já no dia 05/10/1930, não contente em se tornar mandatário do Executivo Municipal, implantou um governo provisório que abrangia toda a região Sul do estado e se autoneou ‘Governador do sul’. Como governador nomeou prefeitos, desmembrou e anexou municípios, conforme os decretos nº 1, 2 e 3¹², publicados já no dia 06/10/1930.

A seguir reproduzo os decretos 1 e 2.

O governo Provisório do Sul de Santa Catarina, compreendendo os municípios de Araranguá, Criciúma, Urussanga, Tubarão, Orleans, Laguna, Imaruí e Imbituba, resolve:

Decreto nº 1 – Considerando nenhum motivo prático a existência do município de Imbituba por não ter rendas suficientes e por isso mesmo incapaz de se governar, decreta a anexação do território que hoje compreende aquela comuna, ao município de Laguna.

Decreto nº 2 – Considerando que o extinto município de Jaguaruna, hoje incorporado ao de Laguna por uma medida violenta e contrária aos interesses daquela coletividade deve ser restabelecido, decreta que, a partir desta data, fica o referido município de Jaguaruna autônomo e independente, com suas divisas pelas linhas anteriormente traçadas.

estava receoso de seguir até a Serra da Garganta porque sabia que ali combateria com as Forças Legalistas. Lacombe o acusa de ter fraquejado em suas ações militares. Sobre o caso pode-se conferir mais detalhes em LEMOS (2005, p. 65 – 96).

¹² Pelo Decreto nº 3, Lacombe nomeou para exercerem os cargos de prefeitos os seguintes cidadãos: Araranguá - Fontoura Borges; Criciúma - Cincinato Naspolini; Urussanga - Lucas Bez Batti; Jaguaruna - Bernardo Schmitz; Tubarão - Dr. Sylvino Moreira Lima; Orleans - Galdino Guedes; Laguna - Gil Ungaretti; Imaruí - Pedro Bittencourt. Com exceção do prefeito de Laguna, todos os demais foram mantidos em seus cargos por Ptolomeu de Assis Brasil após este assumir o governo do Estado como interventor federal. In: CORRÊA, 1984, p 54.

Palácio do Governo em Tubarão, aos 6 de Outubro de 1930.

ERNESTO LACOMBE. Governador do Sul.¹³

Como observa-se ainda que com razões, talvez representando vontades há muito manifestadas, Lacombe excedeu-se. Porém, seus arroubos eram, ao que tudo indica, fruto de alianças e promessas que fizera no sentido de garantir à população e a seus principais líderes políticos o apoio à Revolução. O caso do município de Jaguaruna é interessante, pois, segundo consta, a incorporação do município à Imbituba e depois Laguna teria acontecido em 1923. Nesse ano, o então governador Hercílio Luz teria brigado com o prefeito da cidade e em represália, de forma autoritária, extinguiu o município “numa simples canetada, mandando destruir toda a documentação existente na Prefeitura”. Quem narra essa história é o Sr. Egídio¹⁴, que contou ao jornal *Vanguarda* que o governador Hercílio Luz para “castigar ainda mais a população”, anexou a cidade à Imbituba, sendo que inicialmente Jaguaruna havia sido desmembrada de Tubarão. Pela memória do Sr. Egídio o acontecimento registra-se da seguinte forma:

Depois, quando iniciou-se a Revolução de Getúlio Vargas, o Coronel Ernesto Lacombe, que chefiava a política no Sul do Estado, chegou a Jaguaruna em outubro de 1930 com um grupo de soldados e foi estabelecer contato com um líder local,

¹³ Jornal *A Cidade*. Laguna: 12 de Outubro de 1930. In: LEMOS, 1984, p. 116-117.

¹⁴ O Sr. Egídio João de Farias Neto é responsável pelo Museu Histórico de Jaguaruna. Seu Egídio, no dizer do articulista do jornal, é daquelas pessoas fascinadas pela História, por datas, pelos fatos políticos, e por isso o jornal *Vanguarda* (edição eletrônica) o procurou para uma entrevista que foi publicada em 29/01/2004. A entrevista está disponível em: <<http://www.jvanguarda.com.br/2004/01/29/algumas-historias-de-nosso-litoral/>>. Acesso em: 20 dez 2008.

Bernardo Schmidt, para pedir apoio à Revolução getulista. Bernardo Schmidt anunciou que apoiaria o movimento com uma condição: se a Revolução saísse vitoriosa, seria restaurado o município de Jaguaruna.¹⁵

Embora tomando governos à força, os revolucionários como Lacombe sabiam que era necessário para legitimarem-se no poder submeterem-se a algumas condições e também fazerem determinadas concessões. Como se observa, alguns atos de Lacombe que geraram Decretos eram reverberações de “contratos” firmados ou não, como no caso de Imbituba, que não aderira à Revolução e estava por Decreto perdendo o *status* de município voltando a ser anexada ao município de Laguna.

O Sr. Egídio conta que a “extinção” de Imbituba fora “Uma coisa absurda, mas na época, o senhor absoluto daquela cidade, Henrique Lage, não comungava com a Revolução. No caso de Jaguaruna, o curioso é que a destituição da condição de município foi feita por um Governador, eleito pelo povo, e a recondução foi feita por Interventor, nomeado pelo Presidente da República”. Na narrativa do Sr. Egídio ele afirma ser curioso que um governador eleito tivesse tido uma atitude autoritária, enquanto um governador que assumiu de forma autoritária o governo, não sendo eleito, teve uma atitude democrática. Para além da ilusão denotada na fala do entrevistado, penso que em ambos os casos pode-se perceber atitudes autoritárias, mas como em um caso (Jaguaruna) atendeu-se à expectativa de parte da população, talvez, não tivesse sido sentida como tal. Pela entrevista percebe-se que Lacombe era um hábil e passional negociador político.

¹⁵ Entrevista do Sr. Egídio, *op. cit.*, publicada em 29/01/2004.

Aos que eram simpáticos à causa ele concedeu benefícios; os demais, ele despojou. Poderia tal atitude ser considerada como uma regra seguida pelos demais revolucionários? É preciso ainda que se diga que Lacombe era membro e fervoroso defensor do Partido Liberal em terras onde prevaleciam as idéias do Partido Republicano Catarinense.

As atitudes drásticas de Ernesto Lacombe advindas dos decretos devem ter gerado muita polêmica, contudo, o comando revolucionário não o reprimiu e até onde minhas pesquisas permitiram-se chegar, suas ações foram mantidas quando a Revolução foi vitoriosa e Ptolomeu de Assis Brasil assumiu como Interventor Federal o governo do Estado. Mas do auge de seu poder, talvez embevecido por ele, Lacombe lançou do seu Palácio de Governo em Tubarão, no dia 13/10/1930, novo decreto sobre a região, porém, esse sim, uma temeridade. Ele queria emitir dinheiro e justificava sua ação dizendo que devido à difícil situação de anormalidade que atravessava o país não era possível contar com “meios circulantes suficientes para atender o intercâmbio comercial, pagamento de tropas voluntárias e regulares, pessoal da estrada de ferro e outras necessidades”, e que diante desse problema resolvera decretar que se fizesse a “emissão de papel moeda no valor de mil contos de réis em notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500.000”. Para viabilizar essa emissão, Lacombe afirmava no decreto que ela seria garantida com as rendas do Estado, “com terras devolutas ou outras que forem conquistadas de proprietários cujos títulos tivessem sido conseguidos por meio de fraudes, suborno ou de política administrativa”. Agora, quem julgaria as tais causas das supostas fraudes dos proprietários? E que valor teria aquele

dinheiro? Ele fizera saber em seu decreto que “Esta moeda terá curso forçado e será resgatada tão logo o país entre em franca paz”¹⁶. Imagina-se o imenso ponto de interrogação que tenha ficado naquela população mediante tais atos. Pelo que nos é dado conferir, o dinheiro não chegou a circular. Mas a notícia de que circularia, sim. Que conseqüências essa notícia teria gerado à população? Medo? Dúvidas? Insegurança? Que dimensão tais sentimentos tiveram para a construção das identidades e da memória acerca do movimento naquela região?¹⁷

¹⁶ Jornal *A Pátria*, 11/11/1931. O Decreto em sua versão completa publicada ao Jornal: “Decreto nº 4 - Considerando que devido à anormalidade que atravessa o país, não é possível contar com meios circulantes suficientes para atender o intercâmbio comercial, pagamento de tropas voluntárias e regulares, pessoal da estrada de ferro e outras necessidades, decreta: Faça-me a emissão de papel moeda no valor de mil contos de réis em notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500.000. - Esta emissão fica garantida com as rendas do Estado, com terras devolutas ou outras que forem conquistadas de proprietários cujos títulos tivessem sido conseguidos por meio de fraudes, suborno ou de política administrativa. - Esta moeda terá curso forçado e será resgatada tão logo o país entre em franca paz. - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo em Tubarão, aos 13 de outubro de 1930. Ernesto Lacombe Governador”.

¹⁷ Penso que estas questões, bem como o fato de um novo grupo atrelado ao Partido Liberal e não ao Partido Republicano historicamente estabelecido e praticamente dominando a cena política da região, somado ao fato de Lacombe não ser natural de Tubarão, ou mesmo das cidades ao sul de Santa Catarina (ele era gaúcho) também possam ser pensadas à luz, ou ainda, no rastro do trabalho realizado por Norbert Elias e Scotson (ELIAS, 2000) e apresentado no livro *Os estabelecidos e os Outsiders*. Nesse livro, os autores Elias e Scotson discorrem sobre as relações de poder que se estabeleceram entre dois segmentos os quais denominaram como os estabelecidos e os *Outsiders* (gente de fora) que, não obstante a mesma origem e condição social, viviam em disputa em um pequeno povoado inglês chamado *Winston Parva* (nome fictício). O segmento dos *estabelecidos* contava já com três gerações de ascendentes e se julgava senhor de direitos especiais. Tinha dificuldades em aceitar o segundo grupo que chegara à região em uma fase mais recente da industrialização. Mesmo após um bom número de anos esse grupo continuava sendo visto e tratado pelos primeiros (os "da terra") como sendo estrangeiros e intrusos. Como resultado desse tipo de atitudes preconceituosas existiam no lugar desigualdades marcantes que de modo algum podiam ser atribuídas aos

indicadores que a sociologia comumente costuma usar para explicar as desigualdades e as disputas entre grupos e indivíduos. Sergio Micelli (2000) afirma que "embora Winston Parva fosse uma comunidade relativamente homogênea segundo indicadores sociológicos correntes – renda, educação, ocupação, religião, língua e nacionalidade, ascendência 'étnica' ou 'racial' — sua população estava cindida entre, de um lado, o grupo residente no bairro denominado "aldeia", que se enxergava e era reconhecido pelos demais como o 'establishment' local e, de outro, as famílias moradoras no relegado 'loteamento', que se viam e eram considerados como 'outsiders' (forasteiros). A despeito de serem uns e outros trabalhadores, portanto pertencentes à mesma classe social, os primeiros justificavam sua 'superioridade' e poder com base num princípio de antigüidade, pois estavam aí instalados havia duas ou três gerações, enquanto os demais eram recém-chegados à comunidade". Os pesquisadores observaram que em grupos sociais muito próximos e homogêneos, como é o caso dos dois estudados, criam-se diferenças, largamente idealizadas, que os dividem internamente e os colocam em luta pelo controle social, gerando, no plano das relações, estereótipos e preconceitos sociais recíprocos. Enfim, em *Winston Parva* as relações de poder não estavam ancoradas em diferenças sociais. Elias e Scotson demonstram uma intrincada rede de dependências e interdependências entre os indivíduos e as instituições do povoado de *Winston Parva*. Mostram como as normas de atribuição de *status* e a distribuição de papéis e tarefas dentro das instituições sociais e políticas do lugar obedeciam "a padrões díspares de união interna e controle comunitário". Esses padrões se traduziam "numa prática política que consistia, por exemplo, em reservar para as pessoas do grupo cargos prestigiosos em organismos locais – o conselho, a escola e o clube, excluindo os moradores da outra área". Tudo está imbricado naquele emaranhado cuja lógica psicológica é compreensível só para quem está bem situado dentro do universo psicossocial da pequena aldeia. Um verdadeiro "*out sider*" teria dificuldade em entender o porquê das distinções e argumentos daquela lógica de "*in group*". Assim, Elias e Scotson evidenciam que "mesmo na ausência de tensões raciais, étnicas ou de classe, ou de mescla de ingredientes derivados dessas clivagens, as figurações de 'estabelecidos' e 'outsiders' ilustram os esquemas estruturais pelos quais vão tomando feição desigualdades entre grupos. Elas estão na raiz da gestação coletiva de sentido por cujo intermédio os grupos processam suas trajetórias, identidades, hierarquias internas e, ao mesmo tempo, medem forças e plasam um sistema de poder" (Cf. MICELI, Sérgio. Mocinhos e Bandidos. In: *Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo*, 08/07/2000). Em nosso caso, poderíamos analisar, por exemplo, como a partir da chegada e/ou da tomada do poder pelo grupo dos revolucionários, os quais estamos pensando como *Outsiders* (gente de fora) - que se debatiam pela hegemonia pretendida sob o manto da Revolução – relacionaram-se como os *estabelecidos*, ou seja, com aqueles que historicamente dominavam a cena política na região.

As medidas de Lacombe forçaram Oswaldo Aranha a solicitar que Assis Brasil providenciasse a sustação imediata, afirmando em telegrama:

Nada justifica decreto mandando emitir mil contos autorizado pelo nosso devoto companheiro Lacombe. Nesta emergência seria preferível criação bônus municipais, nunca emissão para todo Estado por um governador civil de uma zona. Agradeceria suas providências fazer cessar essa medida de grave repercussão no estrangeiro onde temos operações a ultimar¹⁸.

Lacombe, não obstante, comenta em telegrama enviado ao seu irmão, Mario¹⁹ que o decreto já tinha sido publicado em jornal local e que “dele teve conhecimento o general Assis Brasil aplaudindo o ato. Todos bons”. Constata-se que ele gozava de certo prestígio como “devoto companheiro”, mas estava realmente se excedendo.

No jornal *A Pátria* de 11/11/1931²⁰ lemos ácido artigo sobre o episódio, intitulado “Um decreto guitarra – um caso escandalosamente policial”. No jornal dizia-se que Santa Catarina devia um grande serviço à Oswaldo Aranha porque

¹⁸ Telegrama de Oswaldo Aranha a Ptolomeu de Assis Brasil, 18/10/1930. Instituto histórico e geográfico de Porto Alegre. In: LEMOS, 1984, p. 116-117.

¹⁹ Telegrama de Ernesto Lacombe e Mário Lacombe. Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC, FGV. 18/10/1930. Neste telegrama Ernesto Lacombe reproduz o Decreto e abaixo escreve o recado a seu irmão que estava em Porto Alegre (RS).

²⁰ Lembrar que os jornais em Santa Catarina após a vitória da Revolução publicavam artigos, telegramas e bordavam comentários sobre episódio da Revolução. O jornal *A Pátria*, conforme Corrêa (1984, p. 59), era oposicionista ao jornal *Cruzeiro*, de Tubarão então, boa parte do que era publicado neste era contestada por aquele.

quando este, em Porto Alegre, tomou ciência de que uma tipografia imprimia papel para fazer circular como “moeda de curso forçado mandou sustar essa emissão clandestina e criminosa” e que se não fosse essa ação “entre outras calamidades que têm pesado sobre o sul, haveria mais a da inundação de dinheiro falso”. O articulista do jornal não poupa farpas e em sua escrita, indignado, ainda comentou:

Seria difícil documentar a tentativa se o *governador do sul* não tivesse tido a audácia de pretender dar ares de legalidade a sua engenhosa concepção. O governador do sul não se limita a garantir a *emissão* de mil contos com as rendas e terras devolutas do território em que **estava o seu ridículo governicho**. Garantiu-a com terras devolutas e rendas do *Estado*. Mas o *Decreto* que o “Cruzeiro” de Tubarão publica, dispensa comentários. Leiam-no, riam e depois digam, se as populações do sul não têm razões de sobra para se insurgirem contra os aventureiros.²¹

Muito mais do que a causa revolucionária e a bandeira por ela levantada, o que move os homens são seus sentimentos. Ao pensar sobre essas ações e sobre a reverberação delas, de certa forma sobre tudo o que aqui estou tentando evidenciar, especial lembrança me ocorre sobre o que Ansart e Bresciani²² observaram e que me permite uma elaboração acerca de que as identidades coletivas, profissionais, partidárias, nacionais, e acrescentaria aqui, as do âmbito

²¹ Jornal *A Pátria*. Florianópolis: 11/11/1931.

²² Cf. Apresentação ao livro *Razão e Paixão na Política*. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: UnB, 2002, p. 08.

do estado, de uma região, de uma cidade, são marcadas pelas satisfações ou frustrações, por todas as gradações possíveis do prazer e da dor e, em casos extremos, pela exaltação dos sucessos ou pela agonia da perda, do desmembramento. Afirmam esses autores que toda identidade, individual ou coletiva, ganha sentido mais profundo por meio dos componentes afetivos e é transformada incessantemente pelas alterações das emoções, dos sentimentos e das paixões. Que as construções e desconstruções de identidades acarretam conseqüências para a vida política, engendram paradoxos particulares que necessitam ser estudados, pesquisados, apontados. “Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade em relação ao outro”²³. Este pensamento provoca uma reflexão sobre o sentido da frase que encerra o artigo publicado ao jornal *A Pátria* onde o articulista incita: “Leiam-no, riam e depois digam, se as populações do sul não têm razões de sobra para se insurgirem contra os aventureiros”. Como isso terá sido lido, interpretado, discutido e incorporado? Teria sido incorporado?

É certo que no momento em que se escreve, 1931, há todo um contexto a ser levado em consideração, há as mensagens que estão nas entrelinhas, o não dito. O estado de Santa Catarina havia sido invadido, atravessado e naquele momento era governado por um gaúcho; a comandar a Força Pública Catarinense também estava um gaúcho. Lacombe também era gaúcho. O articulista estaria incitando que se insurgissem os leitores, especificamente ao caso de Lacombe, ou

²³ *Idem*, p. 8-9.

a todos os demais “aventureiros”? E que conseqüências esses sentimentos engendraram sobre a vida política desse estado?

5.2 *FIÉIS DO MAIS PATRIÓTICO ARDOR*²⁴

O governador Fúvio Aducci por intermédio do coronel Lopes, comandante da Força Pública de Santa Catarina, recebia avisos desesperados de que a situação no interior do estado estava a cada dia que passava, desde que irrompeu o movimento em Porto Alegre, mais complicada. Contudo, ele acreditava de fato nas promessas de Washington Luis que, em telegrama ainda do dia 07/10/1930, dizia-lhe que “todas as forças federais desta região e de São Paulo assim como respectivas polícias militares estão fiéis ao governo e animadas do mais patriótico ardor”.²⁵ Já o coronel Lopes, mesmo com a chegada do general Nepomuceno e Almirante Belfort à capital, não tinha essa certeza, mas estava com as mãos atadas sendo que para qualquer ação precisaria da aprovação do governador. Quando recebeu a aprovação, já era o dia 06/10, e a situação já estava se consolidando

²⁴ Neste subtítulo estou usando parte de uma frase extraída do telegrama enviado por Washington Luís a Fúvio Aducci em 08/10/1930 onde, não obstante a situação desesperadora dos Legalistas, o presidente dava mostras de uma defesa animada pelo “mais patriótico ardor”. O telegrama foi publicado também no jornal *Folha Nova*, em 08/10/1930.

²⁵ Jornal *Folha Nova*, telegrama de Washington Luís a Fúvio Aducci. Florianópolis: 08/10/1930.

para as Forças Revolucionárias no interior. Lopes tenta organizar algum efetivo em Blumenau enviando por telegrama o seguinte pedido ao capitão Euclides:

Tendo necessidade de organizar três batalhões, veja se consegue aí entre colônias alemãs e italianas uns 300 homens os quais terão diárias de 5.000 réis. Alimentação. Todos alemães que aí se encontrarem e que serviram guerra terão aqui os mesmos postos ocuparam Europa.²⁶

Não me foi possível apurar se esse contingente de fato foi reunido, mas a julgar por como as tropas revolucionárias vinham avançando e como tomaram as cidades do interior de Santa Catarina, verificando-se, inclusive adesões, fica difícil crer que, àquela altura, seria possível arregimentar os 300 homens solicitados.

Se a Força Legalista esperava contar com o apoio dos homens que serviram na primeira guerra, em Blumenau, cidade onde predomina a população de origem germânica, porém não apenas, como denota o telegrama do coronel ao capitão, pode-se pensar que naquela houvesse uma possibilidade de militarização que facilitaria a organização para a luta e que, àquelas alturas do jogo, seria extremamente favorável arregimentá-las. Mas se isso estava sendo pensado pelo comandante da Força Pública Catarinense, é praticamente certo que também estivesse sendo pensado pelos comandantes das Forças Revolucionárias e, talvez

²⁶ *Jornal República*. Florianópolis, 29/10/1931. "Documentos para a História", edição feita posterior à Revolução. Lembrar que os jornais estavam levantando acontecimentos que tentaram barrar o avanço revolucionário para exaltá-lo.

por isso, ou também por isso, foi implantado em Blumenau um governo provisório para o estado de Santa Catarina. Incapazes de tomar militarmente a capital, os revolucionários instalaram em 17 de outubro esse Primeiro Governo Revolucionário em Blumenau.

De Curitiba, por ordem do major Tourinho, que havia tomado o comando da 5ª Região Militar, foi deslocado o tenente coronel Arnoldo Marques Mancebo²⁷ para assumir o Governo Militar Provisório em Santa Catarina, o que o fez por meio de um decreto assinado por Plínio Tourinho em 14/10/1930²⁸. O fato causou horror entre os revolucionários catarinenses, que entenderam a ocorrência como uma afronta. Nereu Ramos, que estava em Blumenau quando verificou-se a chegada de Mancebo, telegrafou sem perda de tempo aos correligionários (e parentes) Aristiliano e Vidal Ramos e também a Henrique Rupp Júnior. Estes telegrafaram a Oswaldo Aranha. É impressionante acompanhar o desenrolar desse acontecimento e perceber como se tecia a rede de intrigas que envolvia para além das questões políticas e militares, as questões sensíveis pertinentes às mágoas e aos ressentimentos pessoais. O fato da nomeação de Mancebo²⁹ causou profundo

²⁷ Mancebo trabalhava junto com Tourinho no serviço de Engenharia da 5ª Região Militar antes da Revolução, contudo, ele não aderira aos ideais da Revolução. Parece ter aderido por contingência e não por convicção. Também por conta disso os revolucionários catarinenses ficaram indignados com a sua nomeação (cf. CORRÊA, 1984, p. 61-62).

²⁸ O Decreto está publicado ao jornal *A Tarde*, de Curitiba, 15/10/1930. Cf. LEMOS, 2005, p. 248-249 e CORRÊA, 1984, p. 62.

²⁹ Sobre esta nomeação e a indignação gerada a partir dela, é possível encontrar os seguintes documentos que, a meu ver, são excelentes para tratar das questões sensíveis que provocam ressentimentos atinentes às questões políticas: Telegrama de Aristiliano a

abatimento e decepção aos chefes liberais em Santa Catarina. Na figura 5.1, a seguir, observa-se aspectos da chegada de Mancebo, ao centro e de Nereu Ramos, à esquerda de quem olha a imagem, mas sentado à direita de Mancebo, embora na prática estivesse completamente à esquerda do mesmo, no sentido de oposição³⁰.



Figura 5.1 – O tenente-coronel Arnaldo Marques Mancebo (centro), assumindo o Governo Militar Provisório do Estado de Santa Catarina, em Blumenau
Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Oswaldo Aranha 16/10/1930; Telegrama Waldomiro Lima a Oswaldo Aranha, 16/10/1930; Carta de Nereu Ramos já citada; telegrama de Getúlio Vargas a Nereu Ramos – que foi transcrito para Vidal Ramos que enviou o enviou a Oswaldo Aranha, 17/10/1930. Todos possíveis de pesquisa no CPDOC/FGV *on-line*.

³⁰ Sentar-se à direita (até mesmo por uma evocação do cristianismo) tem toda uma carga de significados. O centro representa o poder. Sabendo-se que as imagens fotográficas são, também, documentos e, como tal, estão repletas de sentidos, estaria o fotógrafo/autor querendo, com a escolha do ângulo e/ou montagem da cena, denotar uma aquiescência da decisão dos líderes políticos sobre a nomeação de Mancebo para o governo? Das demais pessoas que aparecem na imagem, embora sabe-se pelas leituras dos jornais serem autoridades locais, não me foi possível nomeá-los.

Na tentativa de demover o capitão paranaense de seu intento e missão em assumir o Governo Provisório a partir de Blumenau, Nereu Ramos lhe informa que, caso assuma, não terá qualquer colaboração dos catarinenses e que ficará isolado em suas ações. Nereu também científica Getúlio por meio de carta do imbróglio criado por Tourinho sugerindo que parlamentasse com o comandante a fim de fazê-lo ver da incoerência de seu ato com o objetivo de “evitar maiores complicações”³¹. Ele, obviamente por estar muito indignado e raivoso, mas sem querer dar mostras disso abertamente na carta que envia a Getúlio, tenta uma intriga dizendo

Parece-me imprescindível que a Região Militar receba ordens de não se envolver em assuntos de administração e políticas estaduais. Devo esclarecer-lhe o seguinte: O cap. Mancebo me declarou que a guarnição da Região tinha um pacto de honra e que não tinha compromisso algum com o Rio Grande do Sul, que desconhecia o programa da Aliança, assim como o seu Manifesto Revolucionário³².

Ficava evidente que ele estava tentando minar o terreno da confiabilidade. Nereu indica o nome de Waldomiro Lima, que já havia sido aclamado comandante das Forças Revolucionárias, para assumir. O próprio Lima contava com a indicação do seu nome para tal. Na carta, demonstrando a irredutibilidade

³¹ Carta de Nereu Ramos a Getúlio Vargas. CPDOC/FVG. 17/10/1930.

³² *Idem*. Carta de Nereu Ramos a Getúlio Vargas. CPDOC/FVG. 17/10/1930.

de Mancebo e sua determinação em cumprir a missão que lhe fora determinada, Nereu pondera:

O capitão insistia em que o general Tourinho não podia ficar desprestigiado, porque ele assumiria o governo de qualquer forma em Joinville e faria as comunicações.

Fiz-lhe então ver que nós, os liberais de Santa Catarina, não acataríamos o seu governo, ao qual negaríamos toda e qualquer colaboração, posto me tivesse ele declarado trazer instruções para em tudo se entender comigo e de acordo comigo deliberar. Observei que não se tratava da minha pessoa, mas da autonomia do Estado e do prestígio das forças que nele operavam sob o comando dos generais Waldomiro e Assis Brasil. Ponderando que a não formalização dos pontos de vista poderia influir no ânimo da tropa, facilitando explorações dos adversários assentamos, já que ele insistia em assumir o governo, em que ele o assumiria e passá-lo ia ao general Waldomiro, que seria o aclamado pelas forças em operações em Santa Catarina. Assim agi porque para logo entendi que o empenho da região era que o governo não fosse parar as mãos de um civil. Lancei mão do nome do general Waldomiro, que sei pessoa de sua inteira confiança. Se o Gal. Waldomiro não puder aceitar, então caberá a ele o acordo com o ilustre amigo dar solução ao caso.

O desfecho desse caso foi significativo, embora Getúlio e Oswaldo Aranha garantissem a Nereu e aos demais liberais que acatariam as sugestões, na prática o que se verificou é que Mancebo ficou na posse do tal cargo até, pelo menos, o dia

22/10/1930, quando Henrique Rupp Júnior ainda escrevia³³ a Oswaldo Aranha solicitando providências quanto à passagem do cargo para o general Ptolomeu Assis Brasil, talvez tentando uma intermediação entre os nomes. Waldomiro Lima assumiu o Governo Provisório quase que secretamente, sem alarde da imprensa, conforme pude constatar em minhas pesquisas nos jornais e de acordo com o que Corrêa³⁴ já assinalara em seu livro. No dia 25/10/1930, quando Ptolomeu de Assis Brasil assumiu a interventoria do estado, Nereu Ramos ainda pedia à Aranha que fizesse cessar a existência daquele governo que estaria em paralelo com o que ora assumia o Interventor. Verifica-se que, embora os líderes aliancistas em Santa Catarina se batessem pela causa que conduziu Getúlio ao poder, possuíam, na prática, pelo que pude constatar, pouco prestígio nas tomadas de decisões. Depois do caso de Blumenau, quando a Revolução foi levada a cabo, Getúlio nomeou um gaúcho para assumir o governo do estado, frustrando uma vez mais as intenções dos líderes aliancistas.

Voltando à tentativa de conter o avanço das tropas das Forças Revolucionárias, vê-se o coronel Lopes da FPC deslocando tropas, remanejando homens e tentando arregimentar outros tantos. Ele envia para as cidades de Lages, Bom Retiro, Blumenau³⁵ e para Anitápolis as forças possíveis. Nesta última

³³ Telegrama de Henrique Rupp Junior a Oswaldo Aranha, 23/10/1930. Arquivo OA, DCPDOC/FGV.

³⁴ CORRÊA, 1984, p. 66-67.

³⁵ Ainda sobre Blumenau é interessante e bizarro observar que as forças deslocadas para aquela cidade pelo Coronel Lopes eram tão incipientes diante das Revolucionárias que as autoridades reunidas decidiram em comum acordo cruzar os braços e não seguir as

cidade a missão era a de bloquear pontos da estrada de ferro na altura de Tubarão e impedir que os revolucionários alcançassem a capital formando uma frente defensiva na Serra da Garganta.

Por sua vez, saindo de Tubarão, o plano dos comandantes das Forças Revolucionárias era chegar s Florianópolis, depor Fúlvio Aducci e tomar o poder. Contudo, devido à época não haver uma estrada que permitisse o acesso direto do sul do estado a Florianópolis, as tropas revolucionárias precisariam se afastar da costa em Tubarão, subir por Gravatal e Rio Fortuna, atravessar a Serra da Garganta, por uma estrada difícil, com cerca de apenas quatro metros de largura, sinuosa, com muito barro causado por intensas chuvas, chegando às localidades de Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz e, a partir daí, até as portas da Capital. Assim, a Serra da Garganta era “A” missão das duas forças. Ambas – a legalista e a revolucionária - entendiam que a estreita passagem daquela Serra era estratégica e vital tanto para conter quanto para avançar.

O comandante das Forças Revolucionárias que invadiu Santa Catarina pelo Sul era, inicialmente, Trifino Correia, mas este percebeu que havia, pela primeira vez em sua marcha, sinais que denunciavam a tentativa de uma resistência

determinações do governo estadual para empreender defesa. O governo do estado teria enviado um destacamento com cerca de 50 policiais e um caminhão com armas e munição a fim de equipar os “batalhões patrióticos” que viessem a se formar na cidade, mas isso era inútil para resistir e, assim, o capitão Euclides de Castro, percebendo que a situação era incontrolável, segue para Florianópolis. Cf. SILVA, José Ferreira. **História de Blumenau**. 1972, p. 204-205.

organizada de forma que aparentava ser mais eficiente pelas forças legais³⁶. Ele sabia que a capital estava recebendo reforços do governo federal e que estes ameaçavam serem muitos, conforme referenciei anteriormente ao tratar da chegada do Almirante Belfort a Florianópolis. Foi avisado da presença de um navio na costa de Imbituba. Temeu então ser encurralado ao subir a Serra com o seu desfalcado pelotão que contava com cerca de 50 homens. Ele pensava que as Forças Legalistas desembarcariam em Laguna ou Imbituba com um efetivo de cerca de 1.000 homens e que estes os esmagariam por estarem militarmente melhor instruídos. Trifino, de Imbituba, telegrafou ao comandante da Brigada Militar no Rio Grande do Sul dizendo observar “luzes de três vapores que vigiam as costas” e que os reconhecia sendo da Marinha. Ele afirmava que não permitiria o desembarque e que lutaria até o último cartucho, informava “[...] Amanhã a noite em pessoa irei iniciar a ofensiva contra Florianópolis. Se já não iniciei, a culpa não é minha e sim de outras forças. Deveis avisar forças Lages para avançar de acordo. É de inteira necessidade aumentar base aviação naval Laguna”³⁷. De que forças estaria se referindo Trifino, não se sabe, ele não elucidou.

³⁶ Esta resistência observada por Trifino devia-se ao fato de muitos policiais militares e civis, não querendo aderir à Revolução, ao perceberem a chegada das tropas revolucionárias e recuarem, se antecederam na marcha e iam destruindo as pontes, pontilhões, derrubando árvores para servir de obstáculo à passagem das tropas nas já difíceis estradas. Em seu depoimento Trifino afirma que a destruição das pontes que cruzavam perigosas correntezas de rios transbordantes por causa das intensas chuvas, tornava penosa e lenta a marcha de avanço “era preciso transportar material de sapa e madeirame em caminhões e reconstruir largos trechos de pontilhões”. In: *Jornal O Estado*, Florianópolis, 30/10/1930.

³⁷ LEMOS, *op. cit.*, 179.

Mais tarde Lacombe acusou Trifino³⁸, insinuando que ele titubeara por medo e de não cumprir as ordens que lhe foram determinadas quando saiu do Rio Grande do Sul. Trifino já era um homem experiente na arte das guerrilhas. Ele defendeu-se das acusações relatando que seu ato devia-se à tentativa de não expor seus comandados e também proteger a cidade de Tubarão permanecendo em uma posição defensiva até receber reforços do Rio Grande do Sul que lhe permitissem contra-atacar. Não se sabe o que realmente passou pelos pensamentos de Trifino. É possível que seu relato expressasse sua ação tanto quanto é possível que a incerteza, a fome, o frio e o hábito de marchar à noite estivessem pesando sobre seus sentidos e sentimentos. Talvez por isso tivesse decidido estacionar suas tropas na localidade de Rio Fortuna e esperar reforços de contingentes que continuavam a vir em levadas do Rio Grande do Sul e estavam já cruzando a divisa entre os dois estados. Na leitura dos relatos observa-se intensa carga de sentimentos que pululam às páginas dos jornais. Quase os vejo fisicamente, passionais, discutindo em suas mágoas, invejas, vontades de poder, ressentimentos.

No dizer de Lacombe, o homem que “amanhecera capitão, anoitecera coronel e acordara general”³⁹ fez da cidade de Braço do Norte seu quartel general

³⁸ Conforme depoimento de Trifino ao jornal, como já mencionado anteriormente, Lacombe e Trifino protagonizaram embates públicos registrados às páginas do jornal *O Estado* em que Lacombe se manifesta em depoimento publicado nas datas de 23/10/1930 e 27/10/1930; e Trifino Correia em 30/10/1930.

³⁹ Depoimento de Lacombe ao jornal *O Estado*, 27/10/1930 possivelmente destilando comentário por ter o jornal *A Cidade* (05/10/1930) atribuindo a Trifino o título de general estampado em manchete de capa. In: LEMOS, 2005, p.124.

e ali permaneceu até o dia 16. Enquanto isso, com a missão de conter o avanço das tropas rebeldes, saíam de Florianópolis o pelotão legalista, constituído por cerca de 30 homens da Força Pública. Estavam sob o comando do 2º tenente, Romão Mira de Araújo. O *front* seria a Serra da Garganta, em Anitápolis. Pelo caminho iam tentando arregimentar civis para engrossar o pelotão na ilusão de serem bem sucedidos em sua difícil empreitada de conter o avanço rebelde. Ambas as forças, legais e revolucionárias, não tinham conhecimento suficiente sobre a capacidade real de organização e potencial bélico uma da outra.

Dessa forma, desconfiavam-se mutuamente e temiam por um contra-ataque. As informações pareciam muito desencontradas. Os militares que haviam se insurgido temiam principalmente pela falta de preparo tático e técnico dos civis, pelo número de soldados que consideravam ainda reduzidos, pelo armamento e munição deficitários⁴⁰. Observavam com cautela o excesso de

⁴⁰ Sobre armamento e munição, interessante verificar que as Forças Revolucionárias já haviam adquirido um expressivo número de armas desde a campanha eleitoral. Em fevereiro, por exemplo, Firmino Paim solicitava em telegrama a Oswaldo Aranha 200 carabinas e 30.000 tiros. Recebeu 100 carabinas e 10.000 tiros e foi informado por Aranha que a redução se devia a vigilância federal, mas que se precisasse de mais era só avisar. Telegramas trocados por Oswaldo Aranha e Góes Monteiro também evidenciam dificuldades na aquisição e distribuição do material bélico. Monteiro sugere a Aranha a distribuição de Winchesters. Cf.: (1) FGV, CPDOC, 27/02/1930: telegramas entre Firmino Paim Filho e Oswaldo Aranha sobre remessa de armamento para Nova Vicenza. Vacaria, Porto Alegre; (2) FGV, CPDOC, 21/10/1930: Telegramas entre Góis Monteiro e Oswaldo Aranha sobre a necessidade de fornecer armamentos a voluntários e providências neste sentido. Curitiba, Porto Alegre. Não fosse a deposição de Washington Luís, o armamento e munição não seriam suficientes, já se via a contingência de recalibrar e recarregar os cartuchos vazios porque não havia reservas. Cf telegrama do cel Bordini para Góes Monteiro, In: LEMOS, *op. cit.* p.199.

confiança demonstrado pelos militares que não se insurgiram e que permaneceram leais ao governo legalmente constituído. Pensavam que, de fato, o governo federal estivesse organizando um ataque sobre as tropas. Somente quando as informações começaram a soar mais seguras e que tiveram certeza de que o ataque não se efetivaria, pelo menos não em Santa Catarina, é que avançaram sobre a capital.

Referindo-se à História da Polícia Militar de Santa Catarina, sobre a Revolução de 1930, o coronel Lara Ribas⁴¹ comenta que, em Florianópolis, ao saberem do início da Revolução, havia certa animação e pensava-se que a vitória sobre os revolucionários seria certa e rápida, que do Rio de Janeiro viriam grandes reforços e que tal promessa era motivo de esperanças. Porém, os oficiais da FPC tinham consciência de que a causa estava perdida e que, ainda em três ou quatro de outubro o então comandante da Corporação, coronel Lopes, reuniu seu oficialato e relatou-lhes a situação do país e “Nessa oportunidade emocionante, em declaração categórica afirmou: ‘A Revolução está aí! Desta vez só um milagre nos salvará, mas acho que os santos estão do outro lado’. E acrescentou: ‘Não quero o sacrifício de ninguém. Quanto a mim combaterei a Revolução para honrar o cargo de confiança que ocupo’”. O coronel Lara Ribas narra que mesmo os oficiais que por ideal simpatizavam com a Revolução resolveram em um ato de lealdade ao seu comandante, coronel Lopes, permanecer ao seu lado e combater a Revolução. No dizer do coronel, constituiu-se “essa atitude um autêntico

⁴¹ RIBAS, 1985, *op. cit.*, p. 96.

sacrifício de ideais”⁴². O tão esperado reforço chegou dois ou três dias antes da vitória da Revolução, mas teria sido melhor, de acordo com o assinalado pelo coronel Lara Ribas, nem terem vindo porque foram enviados “uma centena de civis maltrapilhos e desajustados sociais, provavelmente recrutados ao acaso nas famosas favelas do Rio de Janeiro. Vieram com a roupa esfrangalhada do corpo, sem amas e sem equipamentos. Foi **uma autêntica ducha de água fria** para aqueles que ainda esperavam uma reação por parte do Governo central”⁴³. Mas disso ainda não sabiam os que foram para o *front* em Anitápolis. Era ainda dia cinco de outubro quando partiram da capital o pelotão das Forças Legais e o combate aconteceria somente em 16 de outubro.

5.3 NOVOS TRIUNFOS E NOVOS SACRIFÍCIOS⁴⁴

Em Anitápolis, distante de Florianópolis cerca de 60 km, funcionava desde 1918 um Patronato Agrícola⁴⁵ em torno do qual se movimentava praticamente

⁴² Sobre esta questão da lealdade dos oficiais aos seus comandantes já discorri anteriormente, mas é interessante perceber como na prática ela é incorporada.

⁴³ RIBAS, 1985, *op. cit.*, p. 97.

⁴⁴ Estou fazendo uso de frase extraída do panfleto distribuído sobre Florianópolis o qual apresento na Introdução da tese.

⁴⁵ Os Patronatos Agrícolas foram criados em 1918 pelo decreto federal nº. 12.893, de fevereiro de 1918. No decreto dizia-se “o que se espera, pelo lado financeiro, é que sejam ao mesmo tempo campos de demonstração e campos de produção. É mister que tenham lucros e deixem resultados, subsistindo por si próprios”. Como justificativa para criação pode-se encontrar no relatório em 1919: “Em todos os centros populosos cresce, dia a dia,

toda a economia da cidade e da região do Vale do Braço do Norte. Construído para receber jovens tidos como rebeldes, esse Patronato era uma espécie de *colônia correcional* onde se realizavam vários tipos de atividades destinadas a habilitar seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas, mediante cursos profissionalizantes oferecidos a menores órfãos, geralmente entre 10 e 16 anos. No Patronato, estavam internos, ou já haviam passado pelo internato, cerca de 200 meninos oriundos, principalmente, do Rio de Janeiro⁴⁶ de onde também era a procedência da maioria dos professores

o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, peijando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituírem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças impelidas à ociosidade e ao vício, assegurar-lhes uma atmosfera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las à tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo”. Cf.: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatórios de Ministro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, 141 e 1919, 156 respectivamente. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930 – 1950). **Revista Tempos Históricos**. Vol 10, 1º semestre 2007.

⁴⁶ Conforme Mendonça (2007, 248), “Os Patronatos foram criados em resposta à conjuntura gerada pela Primeira Guerra Mundial. Rurais por necessidade e agrícolas mais por conveniência do que por vocação - já que o trabalho no campo era visto como único meio de preservar sua auto subsistência e manutenção - os Patronatos abrigariam a *infância órfã desvalida* da cidade do Rio de Janeiro, atendendo a interesses de segmentos urbano-industriais empenhados em construir uma imagem “profilática” da Capital Federal. Associando as noções de ensino prático e de defesa militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como *degradantes* e *infames*. Entretanto, os Patronatos Agrícolas produziram outro tipo de “detentos”, terapeuticamente disciplinados por essas escolas de trabalho que “*serviam de freio às tendências anárquicas intoleráveis*” atribuídas ao novo ator social do período, o proletariado (OLIVEIRA, 2003). Os menores órfãos, entre 10 e 16 anos eram recrutados pelos Chefes de Polícia e Juízes da Capital Federal”.

e instrutores. Pelos documentos pesquisados, percebe-se que a cidade era, então, bastante movimentada e vivia em torno de tais atividades.

No livro *O Vale do Braço do Norte* do Padre João Leonir Dall'Alba, ele afirma que os professores do Patronato foram convocados para batalha e que muitos homens daquela região recrutados na condição de voluntários teriam sido enganados⁴⁷, porque ao serem aliciados, teriam sido com o argumento de que ajudariam a conter bandidos, ladrões de gado. Não teriam lhes informado, em um primeiro momento, que combateriam uma Revolução. Souberam depois, quando já estavam entrincheirados na Serra da Garganta, mesmo assim, optaram em não recuar, pois estavam convencidos de que obteriam êxito em sua empreitada. Armados com metralhadoras e em posição estratégica acreditaram e apostaram na vitória de sua força, mas perderam.

Os relatos registrados sobre esse acontecimento da Serra da Garganta são provenientes das Forças Revolucionárias. Não há, até onde tenho conhecimento, narrativas por parte das Forças Legais. É possível que o comandante do pelotão

⁴⁷ Esta idéia está registrada no livro do padre Dall'Alba, o qual realizou várias entrevistas com moradores que participaram do combate. Seu livro foi publicado em 1973. Sobre o combate em entrevista com Sálvio Rodrigues Brasil (um dos primeiros moradores de Anitápolis), o padre registrou: “Na Garganta havia se postado um piquete com 35 soldados da Força Pública do Estado. O tenente Mira comandava o destacamento. Logo vieram aqui e requisitaram todos os funcionários públicos, os trabalhadores das estradas, os diretores do Patronato. A motivação era cercar uma quadrilha de ladrões que subiria pelo vale. De Revolução ninguém sabia de nada. Juntaram uns 60 paisanos”. In.: DALL'ALBA, João Leonir. **História do Vale do Braço do Norte**. Florianópolis: 1973, p 343-344.

entrincheirado na Serra da Garganta, 2º tenente Romão Mira, tenha feito, como é obrigatório aos militares, o relato em “parte” ou boletim, mas estes não foram encontrados em minhas pesquisas. É provável que o relato tenha sido “aprisionado”, assim como foi o próprio comandante Mira.

Na Serra da Garganta, Mira e seu pelotão estavam acampados, enquanto isso, alguns revolucionários comandados por homens da Brigada Militar do Rio Grande do Sul chegavam a Anitápolis vindos pela cidade de Braço do Norte. Lá juntaram forças com os comandados de Trifino Correia. Foram chegando, era dia 14 de outubro, e tomando posse da cidade como comumente faziam. Mediante investigações e interrogatórios aos moradores, logo reuniram informações sobre a localização do inimigo. No relato denominado “parte de combate” do major Camilo Diogo Duarte⁴⁸, ele comunica ao seu comandante que devido às informações seguras colhidas com os moradores de Anitápolis resolveu marchar a pé com parte da sua vanguarda composta por uma seção de metralhadoras e um grupo de combate até o lugar denominado Pinheirinhos. Chegando lá, recebeu novas informações de um morador sobre a posição do inimigo e constatou que essa era de grande valor militar. Assim sendo, resolveu atacar pela retaguarda, mas conferiu a missão de atacar pela frente, seguindo pela estrada, ao primeiro tenente Adônis Ventura Homem. Iniciou a aproximação na madrugada do dia 16. O tenente Adônis, cumprindo o que lhe determinara a missão, deveria partir de

⁴⁸ Esse documento encontra-se no Boletim da Brigada Militar do Rio Grande do Sul publicado em RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Brigada Militar/MBM, 1987, vol. 3, p. 64-65.

Anitápolis três horas após a saída do major. De acordo com o relato, depois de oito horas de marcha “por matas virgens, sem água e sem alimentação, mas sempre satisfeitos”, ele e seus homens seguindo pelo interior da serra chegaram mais ou menos “às quatorze horas em contato com o inimigo, ao mesmo tempo em que o tenente Adônis, já em posição atraía a atenção do mesmo pela frente”. Como os inimigos estavam fortemente organizados em trincheiras e estas estavam estrategicamente localizadas, ele determinou o avanço travando combate que durou cerca de duas horas consumindo “dois mil quinhentos quarenta e sete cartuchos Mauser”. Como resultado verificou o major “se acharem mortos seis ocupantes das aludidas trincheiras, e aprisionados trinta e três, dentre os quais o capitão Fábio Silva e segundo tenente Romão Mira de Araújo, dois sargentos e doze soldados, todos pertencentes à Força Pública de Santa Catarina, sendo os demais civis, dos quais três foram feridos”⁴⁹.

Os relatos sobre o número de mortos e feridos nesse combate são díspares. O mesmo major que registra o acontecimento no documento “parte” enviou telegrama no dia 17/10 ao seu comandante em Porto Alegre dizendo: “Tomei trincheiras da Serra Anitápolis, lugar denominado Garganta. Inimigo tomado de surpresa espavoriu-se, ganhando o mato. Conseguimos fazer trinta e dois prisioneiros, ficando quinze mortos e seis feridos”⁵⁰. É provável que o documento intitulado “parte” seja mais fidedigno por ter sido realizado posteriormente, ou

⁴⁹ *Idem*, RIBEIRO, 1987, p. 65.

⁵⁰ *Idem*, RIBEIRO, 1987, p. 63.

seja, depois de já consolidados e averiguados os estragos, enquanto o telegrama, no “calor da hora”. O Coronel Lara Ribas⁵¹ diz terem perecido sete homens nesse combate.

O êxito dos líderes das tropas gaúchas nessa batalha deveu-se, em grande parte, por contarem com a ajuda de um caminho de bugreiros⁵² que conduziu a tropa pela mata e não pela estrada onde eram esperados. De acordo com o major, “o ataque de frente dificilmente nos conduziria a vitória, sem grandes prejuízos”⁵³. A batalha, conforme o que me é dado apurar nos relatos, foi intensa e assustadora. Muitos homens apavorados sumiram mato adentro, morro abaixo. Alguns reapareceram tempos depois, outros, não mais. De forma que o número dos que de fato morreram naquele acontecimento pode ter sido bem maior do que o registrado. Um dos combatentes reapareceu na cidade em novembro, era dia de

⁵¹ RIBAS, *op. cit.*, 1985, p. 95.

⁵² Os bugreiros são remanescentes ‘caçadores de índios’, conheciam as matas com assustadora destreza, eram tidos como especialistas em emboscadas. No livro já referenciado do Padre Dall’Alba há relatos de violências assustadoras praticadas pelos caçadores sobre os indígenas da região do Vale do Braço do Norte. Contudo, como adverte o Coronel Lemos, autor do livro *Tombados e esquecidos* (2005), não se pode atribuir aos bugreiros o feito de mostrarem o tal caminho secundário à estrada para os comandantes gaúchos. Isso porque Lemos, após várias entrevistas com os moradores locais, percebeu que a trilha era já bem conhecida e usada como atalho pelos moradores da região. É possível que os comandantes revolucionários a tivessem descoberto sem que lhe tivessem indicado os “bugreiros”. Vale conferir o que diz o autor da referida obra p. 233-237.

⁵³ RIBEIRO, 1987, p. 64.

finados, me conta o Sr. Valdemiro Batista⁵⁴, viu alguns moradores no cemitério e imaginou que o estrago ali fora ainda maior do que o ocorrido na Serra e que só os que estavam ali, em pé, haviam sobrevivido ao ataque, então se pôs a chorar e a gritar pelos seus conhecidos até tomar conhecimento que tudo estava calmo. No livro do Padre Dall’Alba⁵⁵ os relatos são trágicos, contam ao padre autor que um sargento, de nome Firmino, juntamente com onze soldados, fugiu pelas matas. Depois de diversos dias correndo e se escondendo, “chegaram à casa de um colono tão rasgados que não foi fácil compor as vestes para que um se apresentasse com um mínimo de decência”. Não fosse trágico, seria cômico, porque fugiam “sempre pensando estarem sendo perseguidos por outros, atrás, que também fugiam. Conseguiram roupas nos colonos da redondeza, mesmo porque não queriam apresentar-se como soldados”. Ser reconhecido como um soldado das forças opostas era demasiado perigoso. Melhor aparentar ser civil e não representar causa alguma.

Sobre a Serra da Garganta e o combate, encontram-se alguns relatos interessantes. Quase todos narrando as dificuldades e agruras do lugar, o frio, a fome, a chuva, o barro, a mata fechada e silenciosa. No relato de Armando Fay de

⁵⁴ Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemiro Batista, 77 anos, morador da cidade de Anitápolis. Gravada com a permissão do entrevistado em março de 2003.

⁵⁵ Dall’Alba, 1973, p. 348.

Azevedo⁵⁶, que acompanhava a Coluna comandada por Assis Brasil, ele narra à *Revista do Globo*, que:

A noitinha (o general⁵⁷ preferia sempre viajar a noite) seguimos rumo a Florianópolis. Tínhamos de atravessar a Serra do Mar. Travessia arriscada, inesquecível. Sabíamos que viajávamos numa estrada estreitíssima [...] mas ao clarear o dia foi que vimos por onde andávamos. De um lado um barranco a pique. Do outro um abismo [...] e a estrada sinuosa, com curvas vertiginosas [...] assim viajamos uma noite e meio dia [...]. Um destacamento da Polícia Catarinense, **de uns cento e tantos homens**, sob o comando de um tal tenente Mira, sergipano **com fama e catadura de cangaceiro**, entrincheiraram-se nesse lugar. A posição era considerada inexpugnável. Ninguém passaria pela aquela estrada. **A metralha dos jagunços do reacionarismo** varreria à força quem ousasse enfrentá-los [...] De fato, da estrada não se poderia atacar, embora com superioridade numérica, os policiais catarinenses. Mas **o soldado gaúcho não mede sacrifícios para cumprir seu dever**. O Major Camilo Diogo Duarte, do 2º Batalhão da Brigada Militar, à frente de um contingente de bravos, escalou a serra por traz da posição ocupada pelos prestistas. [...] Surpreendeu o inimigo pela

⁵⁶ Armando Fay de Azevedo era advogado e também jornalista. Foi nomeado secretário de e por Ptolomeu de Assis Brasil quando esse assumiu a interventoria do Estado de Santa Catarina. Em 1934 foi eleito deputado pela Frente Única no Rio Grande do Sul. Em seu relato à *Revista do Globo* (1931, p. 244) ele escreveu após uma lista de nomes sobre os voluntários que acompanhavam as Colunas das Forças Revolucionárias: “Todos esses rio-grandenses – alguns possuidores de títulos universitários, outros abastados – não faziam questão de galões, nem de divisas para irem a Revolução. Sujeitavam-se à obscura situação de soldados rasos, contanto que pudessem contribuir para o desagravo da honra do Rio Grande e para o ressurgimento da República. Marchavam, satisfeitos para a luta e para o sacrifício. Com a satisfação serena do dever cumprido”. Será?

⁵⁷ Trata-se do General Ptolomeu de Assis Brasil.

retaguarda. Desnorteados, os soldados da polícia deixaram-se dominar pelo pânico. Vários, na ânsia da fuga, atiram-se pelo precipício. Dezenas, inclusive o comandante, foram aprisionados. O número de mortos e feridos também foi sensível. E foi apreendida grande quantidade de armamento e munição [...]”⁵⁸.

Esse é um relato passional onde se observa a supervalorização dos feitos revolucionários e também dos gaúchos em detrimento dos demais. Se o soldado gaúcho, no dizer de Fay, “não mede sacrifícios para cumprir seu dever”, o que dizer dos soldados das Forças Legalistas catarinenses e de todos entrincheirados? Se menos passional, possivelmente Fay poderia ter comentado que os soldados não medem esforços para cumprir suas missões seja qual for o lado em que estiverem. Pelo que me é dado inferir, Fay não participou do combate. Ele parece narrar sobre o que ouviu falar e talvez por isso tenha aumentado o número dos homens que, “jagunços do reacionarismo”, lutaram seguindo o que acreditavam ser também o seu dever. Ele os aumenta, possivelmente, para tornar ainda maior o feito da vitória das tropas gaúchas. Ao mencionar o tenente Mira “com fama e catadura de cangaceiro”, ainda que a intenção tenha sido diminuí-lo, ao escrevê-lo, o registrou e assim, na escrita o podemos encontrar, pois, depois desse acontecimento, ao que tudo indica, Mira calou (ou foi calado) diante de seu destino. Dele não veremos mais registros. O que sabemos é que antes de ter sido investido de tal missão havia sido nomeado pelo Comandante Lopes e por Adolpho Konder como delegado especial na cidade de Lages. Mas como aquela cidade era - o que se pode dizer um - “reduto aliancista”, dominada pelos Ramos,

⁵⁸ Azevedo, *op. cit.*, p. 245. Os grifos são meus.

compreenderam aqueles a nomeação deste como uma afronta ao seu poder, sendo que foram comuns os atritos com as lideranças locais. Mira permaneceu apenas dois meses e o fizeram voltar a Florianópolis para depois o enviarem a essa missão na Serra. Sua vida parece ter sido um inferno. No livro do Padre Dall'Alba há alguns relatos que permitem um contorno sobre o acontecido, e é a partir dos relatos colhidos pelo autor que chego ao que entendo como uma evidência da humilhação⁵⁹ dos que perderam a batalha e foram feitos prisioneiros.

O general Paulo Vieira da Rosa, que à época da entrevista concedida ao padre ocupava o cargo que não foi possível compreender se de prefeito da cidade ou de secretário da Segurança, conta que quando do acontecido da batalha na Serra ele, que era militar, mas havia sido afastado do Exército por ter participado

⁵⁹ Pierre Ansart afirma que para definir e analisar a humilhação é necessário que a entendamos como uma situação particular em que se opõem de forma desigual um ator – individual ou coletivo – que exerce uma dada influência e um agente que sofre essa influência. A situação humilhante comporta uma agressão na qual o sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível a reciprocidade. A ausência de reciprocidade, diz Ansart, é essencial para que se caracterize a humilhação. Esta não reparada é essencialmente desigual e, com frequência, durável; o domínio é exercido em proveito do ator e em detrimento da vítima. “Nesta situação, a vítima é confrontada a uma situação ou a um acontecimento contrários às suas expectativas, contrários aos seus desejos, sem sentido para ela, representando a negação da imagem que faz de si próprio”. A humilhação para Ansart é uma das experiências da impotência. Em outro nível de análise, a humilhação também pode ser definida como um sofrimento. “Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem”. Cf. ANSART, Pierre. *As humilhações políticas*. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (Orgs). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos e palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005, p 15-16.

do levante de 1924, recém havia sido novamente incluído para servir à defesa do governo legal de Santa Catarina⁶⁰ e levava um ofício para Mira quando irrompeu o combate. O entrevistador lhe pergunta o que aconteceu com a posição legal, o general conta

Os legais esfacelados aplacaram-se no chão, e poucos ainda resistiam. Estavam entregues como bois ao matadouro, e era isso que me revoltava e me impelia a romper o cerco. Mira, Fábio e Aníbal, tomados como chefes, foram moralmente maltratados, passando momentos angustiosos, sob a ameaça da degola. Desde logo amarrados de pés e mãos, estas atrás das costas, foram encostadas no barranco, sobre a valeta por onde escorria a chuva, e ali passaram a noite, impotentes contra o sofrimento. Não escondiam os vencedores seu desejo de degolá-los, e combinaram fazê-lo após o café. Como medida preliminar arrancaram-lhes as botas, aumentando-lhes a tortura do frio. Um negro grande de Tubarão volta e meia vinha mostrar-lhes a faca, afiada antegozando a degola. Outros se achegavam a Mira e asseveravam que iam degolar, ao que reagia exclamando: 'pois façam, pois eu faria com vocês'.⁶¹

O general não presenciara essas cenas porque assim que notou que a batalha se iniciava fugiu morro abaixo, mas estava relatando o que lhe contara o amigo Aníbal, que vivenciou as cenas e por quem o general intercedera com Assis Brasil para que fosse liberto.

⁶⁰ Cf. Aviso n° 778 de 14/10/1930 e Boletim do Exército n° 627 de 15/10/1930.

⁶¹ Dall'Alba, *op. cit.*, p. 351.

Outro que participou do combate e que contou em entrevista à Dall'Alba sobre o acontecimento foi Sálvio Brasil. Ele diz que sete homens caíram mortos após o tiroteio e que um foi encontrado morto mais tarde, mas que foram dados como desaparecidos quatorze. Do lado dos revolucionários, conta terem morrido dois soldados e um tenente. Em seu relato diz que o “falecido Agostinho tinha sido atingido por uma rajada de metralha e estava agonizando. Pediu um cigarro e um dos companheiros afastou-se um pouco e deu cabo dos seus sofrimentos”⁶². Sobre os que faleceram afirma terem sido os seis enrolados em cobertores e atirados em uma vala. “A maioria de nós caiu prisioneiro. Logo que nos pegavam, tiravam nossa cinta e arrancavam os botões das calças para que não pudéssemos fugir com facilidade”. Sobre o tratamento aos feridos, Sálvio diz que “até nos trataram bem. Penso até que foi porque eu expliquei que não fora por vontade que lá estávamos, e que fôramos enganados, dizendo que era para cercar um bandido. Ainda mais, tirei do bolso um lençinho que o escrivão de Anitápolis me dera, um lençinho desses com uma figura do Getúlio. Parece que se convenceram.”⁶³ O lençinho vermelho, mais uma vez, fazia com que estranhos se reconhecessem e, dessa forma, Sálvio conseguira para si e para os seus amigos um tratamento melhor do que o seu comandante.

A explicação do Sr. Sálvio aos seus captores que estavam ali não porque queriam, mas sim por terem sido enganados ao serem recrutados, já que teriam lhes dito que deteriam ladrões de gado, fez com que as atenções e a ira dos

⁶² *Idem*, p. 345.

⁶³ Dall'Alba, *op. cit.*, p. 346.

revolucionários recaíssem sobre Fábio Silva, pois foi ele quem teria arregimentado os civis na região e, ao que tudo indica, teria sido ele quem usou desse expediente para recrutar os voluntários. Fábio Silva era empreiteiro de obras da estrada Tubarão-Florianópolis. Sobre esse episódio concedendo entrevista ao repórter Renê Muller, do jornal *Diário Catarinense*, em 20/05/2007, a Sra. Maria Ester Muniz de Souza, moradora da cidade de Anitápolis, à época da entrevista com 97 anos, foi considerada como “testemunha viva” - a princípio, a única - da tomada de Anitápolis pelos revolucionários. O repórter diz que Dona Ester lembrou com detalhes dos acontecimentos da Serra da Garganta contando que seu pai era o dono do hotel onde os 30 oficiais da Coluna revolucionária faziam seu almoço. No dia 17 de outubro de 1930, os oficiais esperavam os legalistas que haviam sido aprisionados no combate da Garganta:

- O Fábio Silva era o que eles mais queriam, foi ele quem recrutou muitos de Anitápolis para o combate. Acreditavam que tinham matado o Fábio na serra, mas nós vimos ele entre os prisioneiros que voltavam no caminhão - afirma. Ester lembra do pavor do avanço dos revolucionários. Dizia-se que saqueavam casas e violentavam mulheres. Várias famílias deixaram suas residências e esconderam-se no mato, com medo. No entanto, para surpresa de todos, a passagem dos revoltosos não deixou seqüelas além das políticas. - Eram muito educados e respeitosos. Diziam que pegavam as moças e tal, mas não foi nada disso - recorda Ester⁶⁴.

Dos homens que tomaram em combate na Serra da Garganta, não há o registro de seus nomes. O local onde ocorreu o combate está marcado por uma

⁶⁴ Jornal *Diário Catarinense*. Revolução na Serra da Garganta, 20/05/2007.

cruz⁶⁵. Seria esta uma evidência de concretização da advertência feita por meio do panfleto atirado à capital em que Oswaldo Aranha indicava que “Os que perdem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no

⁶⁵ Estão no esquecimento, mas há, conforme evidencia o repórter René Müller (Jornal *Diário Catarinense*), a expectativa de que pelo menos o caminho da Serra, distante 12 quilômetros do Centro de Anitápolis, seja base para um projeto que inclui o local do combate como Roteiro de Turismo da Serra da Garganta. A idéia, conforme a reportagem, está em discussão na secretaria regional da Grande Florianópolis. Hoje quem trafega a partir da BR-282, na cidade de Rancho Queimado, pela estrada que leva a Anitápolis (SC-407), depara-se com um portal de madeira que indica o Caminho da Serra da Garganta. "O Caminho da Paz" e "Antigo Acesso Sul SC/Capital" estão entre os dizeres que ilustram a importância histórica do local. A natureza exuberante da serra, com suas encostas e vales cobertos de verde, é convidativa. Porém, é temeroso seguir de carro pelo trajeto. Quase nenhum veículo passa pela via, pois ela é praticamente uma fenda na mata. Com tempo chuvoso, apenas automóveis tracionados conseguem vencer os trechos de lama. Pela reportagem sabemos que “ao longo de dois anos, a professora Luceli Lopes Beppler uniu esforços com seus alunos da Escola de Educação Básica Conselheiro Manoel Philippi, em Águas Mornas, para pesquisar e resgatar fatos referentes ao combate. O resultado foi o filme *Massacre da Serra da Garganta*, lançado em novembro de 2005. Com 80 minutos de duração, *Massacre* não é bem um documentário, mas uma representação dos fatos e personagens da Revolução e do combate de Anitápolis. Mais de 100 pessoas, entre alunos, pais e amigos da comunidade, uniram esforços na hora da filmagem. O trabalho teve a colaboração do poder público. O município de Águas Mornas cedeu os ônibus que conduziram a equipe para locações e entrevistas. A secretaria de Estado de Educação Ciência e Tecnologia editou o filme. - Até mesmo a Polícia Militar ajudou. Foram os policiais ali do município que fizeram o barulho dos tiros na cena do combate. Esse filme foi uma iniciativa que acabou por unir toda a comunidade - lembra a estudante Simone Weber, 19 anos, que à época do lançamento cursava o 2º ano do Ensino Médio, e esteve entre os alunos mais engajados no projeto. Na falta de alunos para interpretar personagens masculinos, as alunas não tiveram medo de engrossar a voz e vestir calças. Esforço em nome da história” (Cf. Reportagem de René Müller, Jornal *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20/05/2007). O repórter encerra dizendo que tal ação foi um esforço em nome da história, mas poderíamos pensar esta atitude, seguindo a perspectiva apontada por Pierre Ansart (2001, p. 30-32), também como uma questão da memória dos ressentimentos.

mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história”? Ou seriam aquelas vidas tão insignificantes que não dignas de serem lembradas? Também a cidade de Anitápolis parece ter sofrido bastante, pois, logo ao assumir a presidência da República, Getúlio Vargas ordenou o fechamento do Patronato Agrícola, o que faz pensar - teria sido uma represália? Uma condenação? Ou simplesmente o resultado de outra política de “proteção e amparo aos menores”? Essas questões precisam ainda ser completadas por debates que propiciem reflexões sobre como os sentimentos e emoções vividos nesse episódio da história foram criadores de ressentimentos que, por sua vez, reverberaram em ações políticas.

5.4 OS QUE SE BATEM PELO BRASIL E QUE SABEM MORRER⁶⁶

A cidade de Joinville, no caminho das tropas revolucionárias que seguiam em colunas rumo à cidade de Ponta Grossa, no Paraná⁶⁷, já estava quase na iminência de ser tomada, quando recebeu reforços dos legalistas vindos com a

⁶⁶ A frase usada como subtítulo foi extraída da mensagem do Panfleto que foi apresentado à introdução desta tese.

⁶⁷ Sobre o estado do Paraná é comum dizer-se que por ter aderido à revolução quase que imediatamente também não representou significativa resistência legalista às tropas revolucionárias, porém, conforme pesquisa do professor Roberto Bondarik em Quatiguá houve enfrentamento e mortes entre as duas Forças. Sobre o tema é possível conferir a pesquisa do referido professor em: BONDARIK, Roberto. Revolução de 1930: O Paraná e o norte pioneiro. Disponível em: <<http://robertobondarik.blogspot.com/>>. Acesso em: 5 dez 2008.

designação de destacamento Noel, que cumpria ordens do general Nepomuceno Costa a fim de resistir ao avanço revolucionário. O destacamento entrou em choque com os revolucionários no dia nove de outubro. O saldo desse choque resultou em oito feridos e dois mortos. No centro da cidade, verificou-se ainda outro tiroteio entre a Força Pública e os revolucionários. Ali pereceram mais três soldados. Ainda em Joinville, desavenças em um pelotão de Fuzileiros Navais acabaram provocando mais mortes. Assim, Joinville também capitulava ante a Revolução, porém não incólume. A caminho do porto de São Francisco, os revolucionários fizeram prisioneiros cento e vinte e cinco Fuzileiros Navais, quarenta soldados do 14º Batalhão de Caçadores e vinte e cinco homens da Força Pública Catarinense, além de dezoito praças do 8º Batalhão de Infantaria e Artilharia da, Costa sendo que todos foram mandados para Curitiba⁶⁸.

Sobre esse acontecimento em Joinville as informações ainda estão nebulosas e seria preciso uma pesquisa detida sobre a documentação na Marinha para saber ao certo quantos fuzileiros tombaram em luta na cidade. Em telegrama⁶⁹ onde o almirante Belfort responde ao Ministro que perguntava sobre a existência de prisioneiros na operação em Joinville ele diz “Infelizmente mais grave. Consta **cem fuzileiros mortos**, feridos e prisioneiros”. Cem fuzileiros mortos, mas em nome de que teriam morrido? Onde estarão os registros dessas

⁶⁸ CORRÊA, *op. cit.*, 1984, p. 58.

⁶⁹ FONSECA, Cesar. Ação da Marinha nos acontecimentos revolucionários. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro: 1930, p. 7-15. In.: LEMOS, *op. cit.*, p. 174.

mortes? Até aqui, não soube. Na figura 5.2⁷⁰ apresento uma imagem em que se vê um homem morto, ele está fardado, é um corpo, um cadáver ali deitado ao chão. Em pé, apesar de segurar uma arma na mão, outro homem (seria um revolucionário?), cuja aparência lembra a de um menino, observa o corpo inerte ao chão aparentando certo espanto. Estaria pensando no sentido daquela morte?



Figura 5.2 – Fuzileiro morto à rua, em Joinville

Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

Já na figura 5.3 pode-se observar outro aspecto em que, à volta dos mortos, várias pessoas se agrupam, inclusive crianças. Elas não estão caladas, conversam

⁷⁰ Estas imagens apresentadas nas figuras 5.2 e 5.3 fazem parte de um álbum que à capa traz em letras douradas “Revolução de 1930 em Joinville”. O álbum é composto por 47 fotos as quais era minha intenção apresentá-las em um último capítulo para análise, mas, por me faltarem subsídios de interpretação, principalmente no que tange ao campo da semiótica, optei em não apresentar o sexto capítulo que comporia esta tese. Oportunamente pretendo ainda realizar este trabalho.

ao mesmo tempo em que parecem vigiar os corpos. O espanto das pessoas me parece evidente. A Revolução fez vítimas em Joinville e, por certo, fez também pensar sobre as causas pelas quais foram vitimados os homens perenizados nas imagens. O sentido de essas fotos comporem um álbum, qual seria? Galhardia revolucionária? Um registro qualquer, feito ao acaso?



Figura 5.3 – A observação dos homens mortos

Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

Voltando ao telegrama enviado pelo almirante Belfort ao ministro, ele diz que, embora os homens, marinheiros, continuem resistindo, a situação dos navios é de “fadiga” devido às constantes ações a que são submetidos e comunica ao ministro que a situação é grave e que crê “breve perderemos Estado e situação, análise fria”. O que se depreende é que no meio militar memórias de insucessos das ações não são dadas a lembrar. A Marinha mobilizara muitos navios, o

Ministro comenta em seu telegrama⁷¹ em resposta a Belfort que sete estariam em águas no sul.

A presença desses navios, ditos “vasos de guerra”, impediam a tomada de Florianópolis e irritavam profundamente os revolucionários. Em uma tentativa de fazer cessar a ação de defesa da Marinha à capital catarinense atendendo a um pedido de Oswaldo Aranha, o Capitão dos Portos em Porto Alegre lança um alerta naval em que afirma “Resolvemos largar minas em todo canal de Santa Catarina”. Afirma-se lamentarem tal necessidade, mas que ela se devia a “providência em legítima defesa”. Na seqüência do alerta a tentativa de sensibilizar os oficiais tocando-lhes ao sentimento dizendo:

Parece incrível que só a maruja brasileira, sacrificada em seus quadros, no material naval, nos seus brios heróicos, seja ainda o único inimigo que resiste à investida do povo brasileiro. Mesmo assim, justamente porque nosso objetivo é de fraternidade, queremos dar este último aviso, porque nada doeria mais a todos nós do que sacrificar a um só marinheiro e um só vaso da nossa Marinha de Guerra⁷².

A ameaça de largarem minas, ao que tudo indica, não passou de ameaça. Lemos, autor do livro *Tombados e esquecidos*, afirma ter ido recentemente em busca de tais informações e que todas suas pesquisas acusaram para a

⁷¹ LEMOS, *op. cit.*, p. 174.

⁷² Jornal Diário de Notícias, 19/10/1930. In: LEMOS, *op. cit.*, p. 257.

impossibilidade dessa ocorrência⁷³. Verifica-se que além dos combates materializados havia outros que corriam em paralelo e que era o das informações, cartas, telegramas, notícias de todas as ordens que circulavam. Tal constatação fez com que McCann afirmasse que “A Revolução de 30 marcou-se mais pelas “batalhas” de telegramas do que por combates reais”⁷⁴.

Não obstante os navios, a ação dos Revolucionários havia se mostrado mais eficiente e as cidades uma a uma foram sendo tomadas. Porém, restava Florianópolis. O medo, a dúvida, a insegurança, sentimentos que certamente fizeram parte da vida dos catarinenses naquele período conturbado em que as informações se desencontravam, assim como as vontades políticas, cresciam tal qual o número de homens que invadiam Santa Catarina.

Para pôr fim à resistência legalista toda concentrada na capital, o General Ptolomeu de Assis Brasil contava com a Divisão do Litoral, composta pelo 2º e 4º Batalhão da Brigada Militar, a Legião Oswaldo Aranha, uma Bateria de Artilharia de Costa e o 3º Batalhão da Reserva da Brigada. Por sua vez, na capital, o general Nepomuceno Costa (Exército), o coronel Lopes da Força Pública Catarinense e o almirante Belfort (Marinha) faziam o que lhes era possível para ratificar a decisão dos chefes de Estado em resistir à Revolução. Discutia-se a possibilidade de levar os bombardeios e os horrores de um confronto militar para fora dos arredores da cidade. Contudo, Florianópolis é uma ilha e ficava difícil um campo de luta que

⁷³ Cf. LEMOs, 2005, *op. cit.*, p. 259.

⁷⁴ McCANN, 2007, *op. cit.*, p. 336.

não envolvesse os cidadãos. Na visão de Nepomuceno, “Meia dúzia de gatos pingados vinham fazendo de roldão as populações apavoradas. Duas granadas em Garopaba, meia dúzia em Imbituba e duas dúzias em laguna bastariam para pôr tudo em debandada e garantir eficazmente, um desembarque”⁷⁵. Aos que o ouviam incrédulos diante da explanação de ordem tão prática as propostas de solução do general, ele justificava “C’est la guerre”⁷⁶.

Da Serra da Garganta seguiram as Forças Revolucionárias rumo à Capital. A coluna da qual era integrante Armando Fay, futuro secretário da interventoria de Ptolomeu de Assis Brasil, como me referi anteriormente, avançou e chegou até Palhoça, perto de Florianópolis. Em seu relato ele diz que ao chegarem a Palhoça “depois de uma extenuante marcha de dois dias, cheios de sono e de fome” souberam, por meio da interceptação de um rádio do *scout* Bahia para o *destroyer* Maranhão, que seriam bombardeados. Por conta disso, um piquete do QG teve ordem de, àquela noite, guarnecer a boca da ponte Hercílio Luz que dava acesso à parte insular da Capital e onde todo o alto comando acompanhavam o governador em sua “louca resistência”⁷⁷. Fay afirma que ao chegarem ao Estreito, bairro de

⁷⁵ RUIZ, Alexandre Nogueira Mimoso. **Morte ou Glória**. A derrocada dos Atlantes. 1968, p. 104. In: LEMOS, p. 134 e 135.

⁷⁶ Quer em francês ou em português, as idéias do Sr. Galdino (vide entrevista) e do general pareciam se encontrar. Se aproximavam quanto às justificativas para as ações militares mais radicais – era a guerra. Simples assim.

⁷⁷ A qualificação é atribuída pelo próprio Fay In.: AZEVEDO, Armando Fay. Depoimento: A Revolução de Outubro e a “Divisão do Litoral”. In.: *Revista do Globo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1998. Número Especial, p. 247.

Florianópolis na parte continental, encontraram “com alguns patriotas catarinenses alarmadíssimos: ‘- os *destroyer* vão arrasar tudo!’[...] De fato, toda noite bombardearam São José, mas improdutivamente, sob o ponto de vista militar porque as nossas forças não estavam aglomeradas, como era natural”. Diz o narrador que durante cinco dias, do dia 19 ao dia 24 de outubro, a esquadra bombardeou implacavelmente o litoral. Que “As famílias moradoras nas localidades alvejadas abandonaram suas habitações. Dezenas de casas ruíram, destroçadas pela artilharia criminosa do almirante Heráclito Belfort. Desacostumados com as sensações da guerra, nós nos emocionamos nos primeiros momentos. Pouco a pouco nos fomos habituando com o bombardeio”. Fay também relata que foram inúteis as tentativas das Forças Legalistas de desembarcarem os parques reforços enviados da Capital Federal em Laguna, Imbituba e Garopaba, e que a esquadra bem que tentou fazê-lo, “mas teve-os sempre impedidos galhardamente”.⁷⁸

Na figura 5.4 apresento uma imagem com aspectos do bombardeio a que se refere Fay em seu relato. Nela pode-se ver um grupo de crianças e ao vê-las me ocorreu pensar na mensagem que o seu autor (o fotógrafo, neste caso desconhecido) estaria tentando fazer perceber. Assim como no relato de Armando Fay, que atribui à artilharia do almirante Belfort o adjetivo de “criminosa”, o autor da foto também quer imprimir um conteúdo sobre a fotografia e, pode-se pensar, que no sentido de ratificar a idéia de que os legalistas fossem “criminosos” em suas ações de resistência, já que ao lado dos destroços colocou um grupo de

⁷⁸ AZEVEDO, Armando Fay. Depoimento: A Revolução de Outubro e a “Divisão do Litoral”. *Revista O Globo. Op. cit.*, p. 246.

crianças, dando a entender que estas poderiam, junto com a casa, terem sido destroçadas. Ou ainda, inferindo que as ruínas sejam de uma escola, que pela ação dos legalistas agora as crianças não a teriam até que fosse reconstruída.

crianças, dando a entender que estas poderiam, junto com a casa, terem sido destroçadas. Ou ainda, inferindo que as ruínas sejam de uma escola, que pela ação dos legalistas agora as crianças não a teriam até que fosse reconstruída.



Figura 5.4 – Resultado do bombardeio legalista (Florianópolis)

Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

A “louca resistência” do governador do Estado, Fúlvio Aducci, seria a culpada de tais ações. Se os destroços estavam sendo evidenciados, alguém os teria motivado. Por certo, os revolucionários não queriam responder à responsabilidade desses feitos, sobretudo no tocante às indenizações. Em mensagem emitida por Góes Monteiro sobre essa questão de culpabilidade, ele dá a conhecer que:

Assim, contra a vontade, os dirigentes do movimento houve em alguns pontos da Nação **efusão de sangue**. A responsabilidade por esse derramamento de sangue recai exclusivamente sobre aqueles que o provocaram, isto é, sobre os membros do governo deposto e os seus agentes nos diferente estado do Brasil. Parece-me desnecessário que dirigentes da Revolução brasileira expliquem as razões determinantes da sua explosão porque os motivos foram tais e tanto que, de um extremo da Nação, não há quem os ignore. As Forças Armadas, triunfantes, foram cruelmente feridas nos seus mais nobres sentimentos de patriotismo e até, de dignidade humana, pelo governo de posto⁷⁹.

Pela lógica expressa nesta circular, Aducci seria o culpado pelo sangue derramado no estado na tentativa de defesa de obstacularizar as Forças Revolucionárias. Deveria ser o culpado, pois não cedera aos apelos de quem quer que fosse. Ele resistiu até o último momento, quando soube da deposição do presidente Washington Luís e, então, fugiu, em uma atitude que foi muito comentada aos jornais e nas narrativas militares. Isso porque, na “ânsia procelosa do embarque”, esqueceu-se de avisar o comandante das tropas policiais da Força Pública que combatia e tentava barrar a passagem dos revoltosos por sobre a Ponte Hercílio Luz. O governo federal havia capitulado, Fúlvio Aducci e o Alto Comando fugiram antes da chegada dos revoltosos à Ilha deixando o Palácio Presidencial abandonado “à sua própria sorte, de portas escancaradas”, de acordo

⁷⁹ Boletim Militar n° 17 de 05/11/1930. 5ª RM, 5ª Divisão de Infantaria e 9ª Brigada de Infantaria. Porto União. Transcrição de Circular.

com o coronel Lara Ribas, em seu livro⁸⁰, que afirma ter participado dos últimos momentos da tomada da Capital em que a Força Pública, desavisada, defendia a cabeceira da Ponte, inutilmente, completamente abandonada. O autor comenta que se alguém emitiu tal aviso, este jamais chegou ao seu destino. Sente-se no relato certa melancolia.

No dia 13/10/1930, quando ainda acreditava na possibilidade de uma virada no jogo, Aducci recebia de Oswaldo Aranha um comunicado, via telegrama⁸¹ que dizia ter assumido “o governo civil e militar, por ter o Dr. Getulio Vargas, Presidente eleito da República, seguido para a fronteira do Estado de São Paulo, onde já penetram vitoriosamente nossas vanguardas”. O chefe gaúcho avisava ao chefe catarinense que as “circunstâncias” o forçavam a ordenar um ataque a Florianópolis, mas que antes que isto acontecesse sentia-se no dever, motivado pelos interesses e ideais de ambos os estados e também devido ao alto conceito que tinha à pessoa do governador, o que o deixava à vontade para “concitá-lo a grande causa que empolga todo o Brasil”. Nesse comunicado, Aranha dizia ainda a Aducci que sob sua honra dava-lhe garantias que “com exceção do Rio, parte de São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Amazonas, todos os demais Estados estão em poder das forças nacionais” e rogava pelo patriotismo de

⁸⁰ **Polícia Militar de Santa Catarina:** Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930, op cit, pp. 98-99.

⁸¹ Telegrama de Oswaldo Aranha a Fúlvio Aducci. Arquivo OA, CPDOC/FGV, 13/10/1930. Este telegrama, bem como a resposta de Aducci e a réplica de Oswaldo Aranha encontram-se também publicados às páginas do jornal *A Cidade*, editado em Blumenau na data de 25/10/1930.

Aducci pedindo-lhe que evitasse o “inútil derramamento de sangue entre catarinenses e gaúchos, irmanados pela vizinhança e pelas tradições”.

Na resposta a Oswaldo Aranha, Aducci diz agradecer ao bom conceito, mas lamentava estarem em lados opostos e que tendo sido eleito governador pelo povo catarinense não deixaria o governo enquanto tivesse recursos para resistir⁸². Oswaldo Aranha, em 15/10, responde afirmando não ter proposto a rendição e sim lhe dando ciência da situação. A 18/10/1930, foi a vez de Ptolomeu de Assis Brasil tentar convencer Aducci, dizendo-lhe em telegrama enviado de Tubarão que:

Como Comandante da Divisão do Litoral, que é uma parte do grande Exército Nacional que se empenha na grandiosa campanha de regeneração do nosso amado Brasil [...] apelo para que se renda a evidência dos fatos, trazendo ao concurso da grande causa a adesão da sua capital, único ponto que se encontra divorciado do nobre ideal no território glorioso de Santa Catarina. O horror de ver derramado o sangue de meus patrícios, mas disposto a atacar violentamente Florianópolis com os poderosos elementos que possuo, caso os seus dirigentes se obstinem na impatriótica e inútil atitude de não atenderem aos aprovados desejos da nação, leva-me a dirigir a V. Exa esta proclamação, convencido, como estou, **de que não faltam qualidades de caráter e de são patriotismo**, capazes por certo de o colocarem na altura do momento.⁸³

⁸² Telegrama de Fúlvio Aducci a Oswaldo Aranha, datado de 14/10/1930, publicado no Jornal *A Cidade*, Blumenau em 25/10/1930.

⁸³ RUIZ, Alexandre Nogueira Mimoso. Morte ou Glória, p. 113. In: LEMOS, p. 253.

Oswaldo Aranha, hábil político, não redigira uma intimação aberta a Aducci, mas deixara a encargo do general militar que o fizesse, como de fato o fez. No telegrama de Assis Brasil vê-se uma mensagem nítida que o intima e o ameaça, faltando pouco para chamá-lo de mau caráter. Assis Brasil, contudo, não arrefece aos brios de Aducci, que não se rende. A dramática resistência de Aducci atravessava territórios e, em uma tentativa de sensibilizá-lo, encontrei publicado no jornal *República* de 08/11/1930, na série *Documentos para a História da Revolução*, um artigo que permite saber sobre o conteúdo de uma carta escrita por uma professora da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, endereçada à irmã de Aducci, apelando como amiga que se fizesse portadora da missão de mediadora do apelo “em nome da religião que comungamos, pela Pátria e pela República. Sede os anjos salvadores de Florianópolis”⁸⁴. Mas nem estas palavras conseguiram aplacar os ânimos de resistência do governador catarinense.

Como se observa, a derrota das Forças Legalistas estava à espreita já desde que iniciara o movimento em 03/10/1930. Também a capital do Estado iria postular, mas sua resistência, por certo, não foi algo tão frágil como quis aparentar o relato dos “vencedores”. Os legalistas em Florianópolis só capitularam depois de confirmada a notícia da deposição do presidente Washington Luís. Até então, persistiram em *louca resistência*, nas palavras de Armando Fay:

⁸⁴ Carta publicada no jornal *República* em 08//1930, de Maria Amorim, diretora do Colégio Complementar de Caxias endereçada por intermédio da R.S.G. (?) a Edésia Aducci (irmã de Fúlvio Aducci) e irmãs (freiras?) professoras catarinenses, em Florianópolis. Pelo conteúdo e por expressar uma ação política dessa professora que parece ter incorporado ações generalescas, penso que a carta seja digna de estudos, pois, entre outros fatores, pensa a educação como redentora.

[...] No dia 24, quando preparávamos o campo de aviação, chegou a notícia da deposição de Washington Luís. O General Assis Brasil ordenou que a Legião Osvaldo Aranha que ocupava a posição junto a ponte, provocasse o inimigo para ver se resistia ainda ou se renderia. Às 16 horas do dia 24, a Legião rompeu fogo. **O inimigo respondeu violentamente [...] a cidade não se renderia**, talvez por não haver ainda recebido a notícia da queda da ditadura central. E se persistisse **em louca resistência**, levaríamos a efeito então, a arremetida fulminante. As 20 horas foi içada uma bandeira branca sobre a ponte [...]. No dia seguinte, 25 de outubro, depois de reparada a parte central da ponte, cujos tabuados os reacionários haviam retirado, levantando uma cerca de arame farpado, entrávamos triunfantemente em Florianópolis [...] ⁸⁵

Para que entrassem triunfantes na capital, contudo, negociações tiveram que ser realizadas. Ptolomeu de Assis Brasil e Nereu Ramos esperam na parte continental da capital. O Coronel Lopes, abandonado pelos demais comandantes do Exército e da Marinha, ficou junto à sua tropa, de acordo com o que narra o Cel. Lara Ribas, e assumiu para si a missão de aguardar o General vitorioso para conduzi-lo ao governo. Mas antes enviou dois emissários para comunicar ao general suas intenções. Para tal, havia que passar pela Ponte. Só que dessa ponte, para evitar que os revolucionários a cruzassem, foram retirados todos os tabuões. Transpô-la naquelas condições era risco de morte. Mas mesmo assim os dois emissários, dois oficiais, a transpuseram munidos de lanternas e lenços brancos sinalizando a rendição. Conta o autor coronel que nessa passagem um dos oficiais

⁸⁵ AZEVEDO, Armando Fay. Depoimento: A Revolução de Outubro e a “Divisão do Litoral”. **Revista do Globo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1998. Número Especial, p 246-247. Grifos meus.

caiu da altura da ponte ao mar, mas não morreu. Depois, ao que parece, os termos de condução de entrada da cidade foram negociados e as tropas revolucionárias invadiram a capital. Os relatos aos jornais denotam a inexistência de conflitos nessa entrada, como se tudo tivesse transcorrido sob a mais absoluta calma. Porém, o Coronel Lara Ribas evidencia em sua narrativa não ter sido nesses termos. Ele conta que o quartel foi invadido por uma turba que depredou e saqueou os víveres e o que mais puderam daquele ambiente.⁸⁶ É provável que o mesmo tenha acontecido em outros segmentos sem que tenha sido noticiado.

A julgar pelo que li nos jornais *República* e *O Estado*, realmente o cortejo de entrada e tomada da capital foi triunfante – a Revolução vencera. Porém, aquilo que se publicou aos jornais, foi, como discorri ao longo da tese, aquilo que se produziu e que se quis fazer circular, então também essa idéia triunfante deve ser ponderada à luz de todo o contexto. Vencida as batalhas no campo militar, prosseguiram as batalhas no campo das palavras e das ações políticas. Os documentos são fartos nesse período evidenciando disputas por cargos, pedidos de ressarcimentos, queixas por não se ver contemplados no programa do governo que ora assumia. Pedidos de indenização. Enfim, o que salta às páginas de todos, parece-me, é a questão da gestão dos sentimentos e ressentimentos que continuaram intensamente a movimentar os jogos políticos de então. De um lado havia os que queriam falar do seu sentir, do seu ressentir, do outro, os que não

⁸⁶ RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930.** Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985, p. 100-104.

queriam ouvir ou mais, dos que queriam fazer calar. Coisas ditas, não ditas, bem ditas, mal ditas prosseguiram alijando ou incluindo ao círculo do poder político.

Na figura 5.5 apresento a imagem da chegada das tropas revolucionárias ante o olhar atento e curioso das pessoas da cidade. A ideia é a de uma parada militar. De um cortejo triunfal. Pelas inscrições na fotografia penso que ela tenha servido como uma espécie de cartão⁸⁷ que foi reproduzido em séries e, como tal, podendo ser pensada também como um monumento de instituição de memória acerca dessa entrada das Forças Revolucionárias em Florianópolis.

⁸⁷ Os avanços tecnológicos no campo fotográfico permitiram o desenvolvimento de um tipo de retrato designado como *carte de visite* no formato do que hoje conhecemos como cartão de visita (6 x 9 cm). Durante a Guerra do Paraguai, por exemplo, esse foi um tipo de fotografia bem popular e marcou profundamente a sociedade, pois que, no campo de batalha, no limiar da morte, a busca por deixar-se registrar por meio de uma imagem ganhou aderência entre os soldados. O preço era permissivo ao desejo dos fotografados. Assim, parentes e amigos poderiam guardar para sempre a imagem dos que tombavam no *front*. Com o tempo, além dos familiares tornaram-se consumidores desse tipo de imagens fotográficas os colecionadores com interesses diversos, mas geralmente ligados à montagem de álbum com personalidades políticas e militares da época (ANDRADE, 2004). Como se percebe as imagens técnicas forjadas em campos de batalhas tinham grande circulação em todas as camadas sociais, mas eram produzidas a partir de um sentido e com o passar dos anos foram adquirindo e produzindo outros tantos.



Figura 5.5 – A entrada das Forças Revolucionárias na Capital do Estado
Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

5.5 LEMBRANÇAS DA REVOLUÇÃO DE TRINTA EM SANTA CATARINA

– ALGUNS LAMPEJOS

Como se pode perceber, prosseguiu juntamente com a Revolução todo um movimento de construção de memória que foram, entremontes, outras batalhas. A elaboração dessa memória se deu também pela produção de objetos de lembrança como fotografias (avulsas ou em álbuns) de formatos diversos, mas também por meio da circulação de poemas, textos comemorativos de naturezas diversas

(documentários, crônicas) como o que tratei na série *Documentos para a História*, no capítulo II. Essas “coisas” circularam e continuam circulando. Como “coisas”, objetos, foram consumidos e reproduzidos. Assim, se em um primeiro momento serviram para aguçar a memória das pessoas individualmente, como relíquias, com o tempo foram se constituindo na própria lembrança da revolução. A construção desta “memória da Revolução” foi um processo e, se aconteceu ao longo de todo o acontecimento, intensificou-se com o seu triunfo e com as comemorações em torno dela⁸⁸. Os jornais em Santa Catarina se prestaram, evidentemente por serem agremiações políticas, em sua maioria (se não todos), à fabricação da aceitação desse novo poder⁸⁹, mas além dos textos produzidos pelos

⁸⁸ Como as comemorações de ordens diversas, aniversário de um ano, de dez, do cinquentenário da Revolução etc., mas estou pensando também na construção do CPDOC da FGV e de tantos outros que se instituíram em torno da memória de Vargas e da Revolução que o conduziu à presidência.

⁸⁹ Talvez um dos primeiros atos como de Ptolomeu de Assis Brasil como “Governador Civil e Militar de Santa Catarina” foi deliberar sobre os jornais de Florianópolis. Logo no dia 25/10 já assinou uma resolução (a de nº 3) que nomeava novos diretores para o jornal *República*. Este jornal era, até então, o porta-voz do Partido Republicano Catarinense. Por isso deveria passar a ser dirigido por “gente de confiança” sendo nomeados para sua direção, gerência e redação nomes como Haroldo Callado, Francisco Barreiros Filho, Antônio Mâncio da Costa, Oswaldo Mello, Batista Pereira e Jairo Callado (Ver CORREA, p. 80). Também foi fundado o jornal *A Pátria*, que teve seu primeiro número ainda em dezembro de 1930, de acordo com Corrêa (1984, p. 81). A data de fundação do jornal *O Estado* é 1914. Teve vários donos e diretores durante sua história. Como fundadores e primeiros diretores há nomes como João Collaço, Marinho de Sousa Lobo e Henrique Rupp Jr. Em 1918 assumiu a direção Augusto Lopes e Silva tendo como principal redator Haroldo G. Callado e Silva. Em 1923 a direção passou para Altino Flores. O jornal passou por uma “nova fase” em 1935, quando foi adquirido por Aderbal Ramos da Silva, do Grupo Hoepke (Ver sobre o tema o artigo de Djalma Patrício, disponível em: <<http://home.furb.br/djalma/midiaimprensaSC.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2008). Também foi fundado o jornal *A Pátria*, que se caracterizou por sua oposição ferrenha a qualquer ato da Aliança Liberal, sobretudo àquilo que dissesse respeito aos

jornais ou produzidos para serem apresentados aos jornais também outros circularam.

A seguir, apresento alguns lampejos para além daqueles que já foram até aqui evidenciados.

O carro blindado

O jornal *O Estado* publicou em 25/10/1930 uma nota com o título “Atirado ao Mar o carro blindado” informando que o carro blindado que havia sido construído para ser usado na Fiscalização dos Portos e com o qual os Legalistas pretendiam atacar às Forças Revolucionárias foi conduzido do Mercado Público até a Praça XV de Novembro, onde também ficava o Palácio de Governo, e que de lá foi levado para o cais “Liberdade” onde o povo o atirou ao mar. O episódio foi marcante na cidade. Sobre esse acontecimento, Trajano Margarida, poeta e cronista da cidade de Florianópolis, conforme assinala Lucésia Pereira⁹⁰, no auge do seu desencanto sobre os eventos de 1930, e passados cinco anos do acontecimento, escreveu sobre eles da forma como lhe fulgurava à lembrança. Como um cidadão que estava à margem dos segmentos da população que tinham influência sobre as decisões políticas, “mas nem por isso deixavam de perceber

Ramos. Teve seu primeiro número ainda em dezembro de 1930, de acordo com Corrêa (1984, p. 81).

⁹⁰ PEREIRA, Lucésia. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, década de trinta: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

detalhes curiosos das novidades vindas com a Revolução”⁹¹, deixou escapar de sua lembrança os versos que aguçam a curiosidade do leitor sobre as tais façanhas do carro blindado jogado ao mar e noticiado ao Jornal. O poeta Trajano Margarida escreveu:

A gente embora queira
Mesmo com ou sem prazer,
Há coisas que já passadas,
Nunca se as pode esquecer.
Lendo o jornal ‘A Cidade’
Do Montenegro Oliveira
Lembrei-me sem desejar
E mesmo sem brincadeira.
Da Revolução de Outubro
E do povo admirado,
Ante às célebres façanhas
Do tal CARRO BLINDADO⁹².

Ao ler o poema, algumas idéias me ocorrem. O carro blindado, símbolo da *louca resistência* empreendida pelo governador e pelos militares legalistas, foi lançado ao mar pelos populares. Não à toa escolheram o cais o qual chamava-se “Liberdade” para lançá-lo às águas como informava a notícia ao jornal. O povo de Florianópolis, refém das paixões de seu governador, viu-se preso à Ilha passando por uma série de privações (alimentícias, de ir e vir, entre outras). Mais do que qualquer mudança política, naquele momento, a população possivelmente

⁹¹ PEREIRA, 2001, *op. cit.*, p.64.

⁹² Três Por Dia. Jornal A GAZETA, 09/09/1935. In: PEREIRA, *op. cit.*, p. 64.

desejava retomar a paz que lhe fora roubada durante aqueles dias da Revolução. Quando as tropas revolucionárias adentraram a capital e foi aclamada pelo povo, é provável que este não estivesse aclamando a “nova ordem” que se prometia no Programa da Aliança Liberal, e sim a Liberdade. Não a liberdade que os programas políticos propõem, mas a liberdade de poder seguir com o rumo normal da vida sem os tiros de canhões, sem as privações de locomoção, sem ter que esconder os filhos, enfim, a liberdade de viver a vida tão simplesmente. Jogaram o símbolo da resistência à água como uma forma de evidenciar que a resistência estava finalmente para ser dissolvida nas águas da liberdade. Na figura 5.6 apresento a imagem como foi capturada pelo fotógrafo cujo nome é desconhecido percebendo-a como um objeto que foi criado para ficar na memória. A imagem é, nesse caso, para além de uma lembrança, um testemunho do acontecimento ao mesmo tempo em que institui uma lembrança. A produção dessa imagem teve uma finalidade que não está dada a saber de imediato e sobre a qual só é possível inferir. Se o fotógrafo desejou ou foi incumbido da missão, não sabemos. Kossoy⁹³ afirma que “Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo”, nesse sentido a “fotografia é um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada, fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca do seu autor”. A fotografia representa o testemunho de uma criação e a criação de um testemunho. Estava, pois, testemunhada a evidência de que o povo florianopolitano não corroborava dos ideais que infligiram a resistência à revolução e de que esperava por ela.

⁹³ KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989, p. 49-50.

que o povo florianopolitano não corroborava dos ideais que infligiram a resistência à revolução e de que esperava por ela.



Figura 5.6 – Carro blindado jogado ao mar em Florianópolis.
Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

O lenço vermelho...

Na poesia intitulada “O lenço vermelho dos gaúchos é o tope da revolução nacional”⁹⁴ editada às páginas do Jornal República, em 26/10/1930, lemos:

⁹⁴ Não me foi dado apurar se a poesia é de autoria de Maurício de Lacerda ou de Affonso Schmidt. É que os dois nomes aparecem nela. O primeiro, o de Maurício logo abaixo do

Quando o canhão rugiu dentro da noite, um deus
arrancou-lhe da boca a luz e, com assombro,
viu que tinha nas mãos um farrapo vermelho
e, sem saber porque atirou-o no ombro.

O soldado que o viu fez outro tanto, e logo
quando desabrochou nos longes o arrebol,
pela coxilha azul vinte mil cavaleiros
traziam no pescoço um punhado de sol.

Depois foi a Nação. Quem tinha dentro d'alma
uma gota de luz fez um palmo de seda
e tingiu de sangue, e encharcou-a de sonho,
desdobrando-a no céu como uma lavareda.

É assim que amanhã, quando todos os homens
ataram ao pescoço os seus lenços vermelhos
o povo ficará como se o sol entrasse
em trinta e seis milhões de límpidos espelhos.



Figura 5.7 – Lenços Vermelhos e seus Revolucionários.

Fonte: Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva

Se antes da Revolução alcançar a vitória essa indumentária fora tão criticada, levada às páginas dos jornais com a alusão de “nojenta fralda vermelha”⁹⁵, sendo atribuídas aos seus usuários alcunhas como “perturbadores da ordem e do sossego da família brasileira”, “Trânsfugas de todos os partidos”⁹⁶ “rebelados”, “fora da lei” “mercenários de Cartago” “anarquistas filiados a terceira internacional”⁹⁷, após ser vencedora passou a ser reverenciado e ostentado com orgulho. Talvez como uma resposta àquela provocação/recomendação referida no capítulo I, em que os republicanistas

⁹⁵ Jornal *Folha Nova*, em 28/01/1930, cujo texto foi apresentado nesta tese no capítulo I.

⁹⁶ Idem, Jornal *Folha Nova*.

⁹⁷ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 23/10/1929. Também apresentado no capítulo I.

cantavam vitórias sobre seus opositores aliancistas publicando artigo dizendo que o “melhor será que esses sebastianistas se rendam a evidência dos fatos e façam como alguns dos maiorais da Ex-Aliança, que já guardaram há muito tempo, entre latas vazias e pregos velhos - o indefectível lenço vermelho...”⁹⁸, agora o quisessem exibi-lo, ostentando-o como símbolo dos vencedores. Penso que o orgulho seja a causa que motivou o detentor da fotografia cuja imagem apresento na figura 5.7 a pintá-la destacando e dando a conhecer e se fazer reconhecer os revolucionários que lutaram pela causa, possivelmente, por convicção⁹⁹. Sobre a Revolução e os lenços o poeta Trajano Margarida registrou:

Cinco anos completam hoje,
 Não sou eu que os descubro
 Da vitória inesperada,
 Dos da arrancada de Outubro.
 Cinco anos que a nossa terra,
 Como quem vê procissão,
 Viu passar a gauchada
 Aos montes, em confusão.
 E, viu também meio triste,
 Como eu vi, encabulado,
 Milhares de decaídos
 Usando lenço encarnado.¹⁰⁰

⁹⁸ Jornal *O Estado* em 07/04/1930.

⁹⁹ Lembrando que faziam uma distinção entre os que desde o início da Revolução haviam aderido ao qual chamavam de aliancistas convictos e os que iam aderindo com o desenrolar do movimento que então eram chamados de forma pejorativa como “adesistas de última hora”.

¹⁰⁰ Três Por Dia. Jornal *A GAZETA*, 24/10/1935. In: PEREIRA, *op cit.* p. 64.

Entre decaídos e anunciadores de um novo tempo, qualquer que seja o juízo sobre os revolucionários, o que gostaria de evidenciar é que invocaram uma memória, provocaram um lembrar, foram produtores de lembranças. Meio século da passagem da Revolução, quando entrevistado sobre a sua participação no movimento, Mário Quintana, respondendo à pergunta do repórter sobre o que adiantam as Revoluções, respondeu fazendo ao repórter outra pergunta e com a qual deu por encerrada a entrevista “- E de que adiantou a Revolução Francesa?”¹⁰¹.

Nesta breve apresentação sobre a produção de lembranças acerca da Revolução, pretendi evidenciar aspectos sobre a forma com que as lembranças se conformaram em obras produtoras/reprodutoras a partir de um trabalho de enquadramento de memória que, por sua vez, produziram outros tantos sentidos à lembrança da Revolução.

¹⁰¹ Jornal *Correio do Povo*. Suplemento Especial Revolução de 1930. Porto Alegre: 03/10/1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se tem medo? Da morte, foi sempre a resposta. E de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais. Da morte violenta, completaria Hobbes. De todos os entes reais e imaginários que sabemos ou cremos dotados de poder de vida e de extermínio: da natureza desacorrentada, da cólera de Deus, da manha do Diabo, da crueldade do tirano, da multidão enfurecida; dos cataclismos, da peste, da fome e do fogo, da guerra e do fim do mundo. Da roda da Fortuna. Da adversidade. Da repressão, murmuram os pequenos; da subversão, trovejam os grandes. Do que se tem medo? Da morte inglória e infame num mundo aristocrático e agonístico para o qual o supremo valor é a coragem nos campos de batalha. Do que temos medo? [...]

Temos medo do grito e do silêncio; do vazio e do infinito; do efêmero e do definitivo; do para sempre e do nunca mais [...]

Temos medo do esquecimento e de jamais poder deslembrar.

Da insônia e de não mais despertar. Do irreparável. Do inominável e do horror à perda do nome próprio [...].

(Marilena Chauí)¹

Ao iniciar a tese, apresentei como epígrafe um texto produzido, ao que tudo indica, por Oswaldo Aranha e intitulado “conclamação ao povo”. O texto em

¹ CHAUI, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio. *et al.* Os sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 36-37.

forma de panfleto foi lançado sobre Florianópolis e Laguna em 14/10/1930, como uma tentativa de convencimento a Fúlvio Aducci, governador do estado de Santa Catarina que, conforme abordei ao longo dos capítulos, insistia em “louca resistência” e não rendia o governo oficial do Estado aos Revolucionários. O que me chamou a atenção, dentre todas as palavras carregadas de muitos sentidos nessa conclamação foi, sobretudo, a que me soou como uma ameaça ao dizer-se que *Os que perdem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no mais amargo dos esquecimentos que é o silêncio da história*. O que me pareceu estar sendo dito por meio desta frase era que aqueles que resistiam seriam, caso a Revolução alcançasse aos seus objetivos – e alcançou, relegados, deliberadamente, ao esquecimento. De acordo com Chauí, dentre os medos que rondam os seres humanos também o do “esquecimento e de jamais poder deslembrar” deixa marcas, pois ser esquecido é quase morrer, é deixar de existir, existindo, é viver à margem. A dor de viver ou de ser deixado à margem da lembrança só a sabe quem a vive. Nietzsche refere que “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de causar dor fica na memória”². No campo da política a gestão dos sentimentos, dos ressentimentos se torna jogo – o jogo do poder pelo mais poder. No jogo mobilizam-se forças para um combate que acontece em âmbitos diversos, no caso de meu estudo, no âmbito dos discursos – o que denominei de embates políticos; no âmbito militar com emprego da força para atingir aos objetivos geralmente alcançados nos campos de

² NIETZSCHE, Friedrich. A genealogia da Moral. Uma polêmica. Tradução de Paulo C. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 47. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDEFU, 2005 p. 146.

batalha; e no âmbito da produção de memória. Procurei em minha pesquisa e escrita, perceber os sujeitos dotados de sentimentos e movidos pelas emoções articulando-se em suas ações pela conquista do poder político.

Na produção de um lembrar me pareceu claro haver também a de vários esquecimentos. Nos documentos que pesquisei como, por exemplo, o tratado no capítulo II, da série *Documentos para História*, ficou nítida a certeza de que se estava produzindo *lembranças* da Revolução bem sucedida. Nessas lembranças, a memória de uma resistência das Forças Legalistas, os próprios legalistas que até a Revolução eram personagens conhecidos e importantes do ponto de vista do poder político partidário e/ou mesmo político militar, foram sendo sobrepostas, sofrendo uma espécie de eclipsamento. Geralmente, nas publicações destes *Documentos para a História* havia um tom de chacota, de deboche sobre as ações de resistência dos legalistas. De fato, os articulistas a serviço da imprensa revolucionária³ tripudiavam sobre os legalistas. Alguns escreviam aos jornais escondidos sob pseudônimos, o que, até certo ponto, era comum para a época, mas que pode evidenciar também o desejo de uma não exposição no caso de um revés. Em *Documentos para a História* não há referências da violência praticada pelo grupo dos revolucionários, as mortes, os mutilamentos, roubos, furtos, as apropriações indébitas, sobre nada disso comentou-se. Ao contrário disso, proclamavam que na procura de um culpado pelas graves ocorrências, dever-se-ia achar os que resistiram. De legalistas, portanto, o grupo perdedor passou a

³ Lembrando das vinculações políticas destes.

contraventor, transgressor e, de certa forma, experimentou o que é estar do outro lado. As relações de poder entre os grupos são sempre relações de força e, assim, na política catarinense percebe-se que os nomes vão mudar, mas o jogo será mantido necessitando sobre ele ainda outros trabalhos de investigação.

Penso que mesmo diante das dificuldades que temos em estudar as questões dos sentimentos e dos ressentimentos, elas são vitais para compreender o papel do inconsciente na política. Ainda que o invisível não seja dado a ver (paradoxo), mas a inferir, é absolutamente fascinante perceber como os sentimentos engendram tramas em torno da política partidária, aquilo que move as atitudes dos homens interessados em se manter ou ascender aos cargos políticos e, por meio deles, ao exercício do poder. A política movendo os desejos, os desejos alimentando a política. Para manter-se e preservar-se, o poder tem sempre que realizar um esforço e o faz a partir de um trabalho, nem sempre consciente, de produção e circulação de “mensagens comoventes” pois, em nenhuma ação, em nenhum momento da experiência humana, os sujeitos falaram ou se aquietaram por uma deliberação que nada tivesse a ver com seus desejos, medos, ódios, amores, tudo isto, as paixões.

No momento em que preciso encerrar minha tese, como imagino acontecer com a maioria das pessoas que escrevem, fica a idéia de incompletude, relendo agora me ocorrem que tantas outras coisas poderiam ter sido ditas, mas não foram e é hora de encerrar. Mas faltou discorrer sobre as tropas revolucionárias retornando ao Rio Grande do Sul, dos estragos que fizeram; faltou descrever o

restante das 111 fotografias não usadas; faltou a análise mais detida sobre as crônicas e poesias publicadas aos jornais sobre o acontecimento; faltou discorrer sobre as ações femininas; faltou dizer da composição étnica das tropas dada a inferir pelas imagens trazidas a partir das fotografias; enfim... Se algumas coisas faltaram, outras tantas estão aqui elencadas para revelar até onde minhas possibilidades me permitiram chegar. Empreendi pesquisas em fontes que me propiciaram achados incríveis, mas que, infelizmente, não consegui utilizar na escrita da tese – ficarão, portanto, para próximos trabalhos, outras batalhas. A Revolução de 1930 certamente deixou marcar no Estado de Santa Catarina e, se o estado pareceu não ter sido importante para a Revolução, esta o foi com certeza para ele, pois que alterou rumos em todos os sentidos, não apenas os políticos, mas nos culturais, sociais e, sobretudo, no campo do sentimento. Gerou tensões que geraram palavras, palavras que geraram ainda mais tensões... Vidas que se agitaram pelas causas, pelas coisas, vidas que se perderam por elas... Oportunidades que se ganharam, nomes... Que se apagaram... Que se perpetuaram. Histórias que contaram... Que circularam... Que descuidaram... Que de alguma forma aí estão.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. ARQUIVOS

1. Arquivo Histórico do Exército – Rio Janeiro
2. Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

2. JORNAIS

- O Estado.** Florianópolis, 1929, 1930, 1931.
A Notícia. Joinville, 1930,1931.
A Cidade. Blumenau, 1930.
República. Florianópolis, 1930, 1931.
Folha Nova. Florianópolis, 1929.

3. ENTREVISTAS

1. Entrevista concedida à autora pelo Sr. Valdemiro Batista, 77 anos, morador da cidade de Anitápolis (SC). Gravada com a permissão do entrevistado em março de 2003.

Laboratório de História Oral – UFSC:

2. Galdino Pereira de Almeida. Entrevistado por Maria Neli Ferreira Borges em 22/04/1978.

4. CPDOC-FGV – *On-line*

1. CFa tv 1930.10.03
Documentos relativos à Revolução de 30, com destaque para boletins revolucionários que traçam os passos do movimento, dia-a-dia, em diversos estados do país, em especial Minas Gerais, Pernambuco e Rio
2. GV c 1929.07.15/2
Telegrama de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas informando sobre desenvolvimento dos entendimentos com Minas Gerais com relação a sua (GV) candidatura e sugerindo encontro de Firmino Paim Filho c

3. GV c 1929.08.05/2
Carta de Getúlio Vargas a João da Neves apresentando Henrique Rupp Júnior; sugerindo a criação de um comitê central para organizar a campanha eleitoral nos Estados; informando sobre situação em Santa Catarina.
4. GV c 1930.00.00/4
Panfleto alusivo aos inimigos da Revolução e aos revolucionários brasileiros.
5. GV c 1930.02.24/2
Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha prevendo a derrota eleitoral de sua candidatura.
6. GV c 1930.02.26/1
Telegramas de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor a Oswaldo Aranha informando sobre a situação financeira da Aliança Liberal e indagando sobre remessa de verba para a campanha. Rio de Janeiro.
7. GV c 1930.03.02/1
Telegramas entre Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre proposta do Governo de Santa Catarina a Leonel Rocha para atuar na região do Contestado e suas possíveis conseqüências. São Borja, Porto Alegre.
8. GV c 1930.04.05
Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros analisando a situação política do país após as eleições presidenciais e a posição do Rio Grande diante das atitudes tomadas por Minas Gerais.
9. GV c 1930.08.28
Telegrama de Getúlio Vargas a Firmino Paim Filho desmentindo a existência de propósito deliberado de revolução (?). Porto Alegre.
10. GV c 1930.10.15/2
Telegramas sobre problemas criado em torno do comando a ser dado ao Coronel Valdemar Toledo Bordini. Inclui protesto de João Alberto e Virgílio de Melo Franco contra notícias da nomeação do Coronel B
11. GV c 1930.10.17/1
Carta de Nereu de Oliveira Ramos a Getúlio Vargas relatando a insatisfação gerada pela nomeação de Arnaldo Marques Mancebo para o Governo de Santa Catarina e pedindo instruções. Blumenau.

12. GV c 1930.10.17/4
Telegrama de Oswaldo Euclides de Sousa Aranha a Getúlio Vargas informando sobre providências para aquisição e fabricação de armamentos, e sobre o andamento da revolução em Santa Catarina. Porto Alegre.
13. GV c 1930.10.21/1
Telegramas entre Góis Monteiro e Oswaldo Aranha sobre a necessidade de fornecer armamentos a voluntários e providências neste sentido. Curitiba, Porto Alegre.
14. GV c 1930.10.24/1
Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha prevenindo-o contra abusos financeiros cometidos por elementos que se dizem oficiais. Ponta Grossa.
15. GV c 1930.10.29
Artigos de José Pereira da Graça Aranha intitulados "O Espírito Revolucionário" e "Canto do Revolucionário". Rio de Janeiro.
16. GV c 1930.11.06/2
Manifesto de Luís Carlos Prestes intitulado "Aos Revolucionários do Brasil", denunciando os métodos utilizados pelos componentes da Aliança Liberal e alertando para as conseqüências da Revolução de 1930.
17. GV c 1931.00.00/3
Cartão de Oswaldo Euclides de Sousa Aranha a Getúlio Vargas criticando transferências de militares revolucionários e pedindo providências. Rio de Janeiro (Vol. I/50).
18. GV c 1931.01.24
Carta de João de Mendonça Lima a Getúlio Vargas solicitando a permanência de Plínio Tourinho no comando da 5ª (?) Região Militar, sediada no Paraná. São Paulo (Vol. II/7).
19. GV c 1931.06.22/1
Carta de Florêncio Carlos de Abreu e Silva a Getúlio Vargas pedindo solução para questão da promoção de oficiais revolucionários, alertando-o acerca da atuação do Interventor do Paraná.

20. GV c 1931.07.28
Carta de Pedro Aurélio de Góis Monteiro a Getúlio Vargas reiterando pedido relativo a promoções de exceção para os oficiais revolucionários e solicitando aumento de pensão para família de um oficial.
21. GV c 1932.04.12/2
Correspondências de Antunes Maciel e Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas sobre a indicação do primeiro para assumir a interventoria de Santa Catarina.
22. GV c 1932.07.31/1
Carta de Ptolomeu de Assis Brasil a Getúlio Vargas acusando o recebimento da carta levada por João Garcez e comunicando providências tomadas com relação à mobilização militar em Santa Catarina. Florianópolis.
23. GV c 1932.09.22/1
Telegramas de Getúlio Vargas a Flores da Cunha tratando da remessa de tropas e munição para o General Valdomiro Lima; embarque do contingente de reforço ao 14º Corpo Auxiliar da Brigada Militar Gaúcha.
24. GV c 1932.10.03
Correspondências sobre a demissão de Ptolomeu de Assis Brasil da Interventoria de Santa Catarina e a escolha de seu substituto. Contém carta de Assis Brasil a Getúlio Vargas demitindo-se do cargo.
25. GV c 1932.10.04/4
Cópia da carta de Nereu de Oliveira Ramos enviada a Donato Melo renunciando à presidência da Comissão Central do Partido Liberal Catarinense. Florianópolis.
26. GV c 1932.11.21/3
Carta de Henrique Ricardo Hall a Getúlio Vargas analisando a situação política de Santa Catarina sob as Interventorias de Ptolomeu de Assis Brasil e Rui Zubarán e indicando o nome de Cândido Ramos.
27. GV c 1932.12.03/1
Cartas de José Eugênio Müller, Antônio Botini e Fidêncio Melo Filho a Getúlio Vargas tratando da substituição de Rui Zubarán na Interventoria de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Florianópolis (Vol. IX).
28. GV c 1933.02.14/2
Telegramas entre Flores da Cunha, Antunes Maciel e Getúlio Vargas sobre a situação da Interventoria de Santa Catarina, cujo interventor tem assumido

posições contrárias à orientação do Governo Provisório.

29. GV c 1934.09.01/2

Correspondência entre Flores da Cunha, Getúlio Vargas e José Müller sobre a situação política em Santa Catarina e divergências dentro do Partido Liberal provocadas pela candidatura de Aristiliano Ramos.

30. OA cp 1926/1929.00.00

Telegrama cifrado de Osvaldo Aranha a Flores da Cunha. Porto Alegre. Em anexo, chaves de cifras.

31. OA cp 1929.07.05

Correspondência sobre a Aliança Liberal em âmbito nacional, destacando-se os seguintes assuntos: articulações políticas; cartas de diversos políticos manifestando opiniões sobre os acontecimentos.

32. OA cp 1929.10.13/1

Carta de Homero Ribeiro a Raul Pilla informando sobre a concentração de tropas do Governo Federal em Santa Catarina. Vacaria (RS).

33. OA cp 1930.01.27/1

Telegrama de Adolfo Konder a Getúlio Vargas informando que soldados do destacamento policial de Passo Bormann desertaram, vendendo armamentos. Florianópolis (SC).

34. OA cp 1930.03.00/1

Telegrama de Firmino Paim Filho a Paim Neto (cifrado e interceptado), informando que o governo confia nas forças armadas e que reina a ordem no país. S.l.

35. OA cp 1930.03.05/4

Correspondência sobre o movimento revolucionário de 1930, incluindo os seguintes assuntos: Pastas I e III - Preparativos da revolução de 30. Inclui compra de armamentos, articulações políticas nacional.

36. OA cp 1930.03.13/2

Carta de Elisário Paim Filho a Osvaldo Aranha solicitando ajuda para correligionários da Aliança Liberal, perseguidos pelas autoridades dos estados do Paraná e Santa Catarina. São João (SC).

37. OA cp 1930.03.17/3
Telegrama de Antonio Batista da Silva a Oswaldo Aranha, sobre os gastos da campanha da Aliança Liberal em Laguna. Laguna (SC).
38. OA cp 1930.03.27
Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas sobre verba prometido a Santa Catarina para cobrir as despesas tidas com o movimento eleitoral. Porto Alegre.
39. OA cp 1930.04.25
Telegrama de Alberto Berthier de Almeida a Oswaldo Aranha, denunciando repressão a aliancistas em Chapecó. Passo Fundo (RS).
40. OA cp 1930.04.27/1
Carta de Ezequiel Prieto e José Ribeiro a Filipe Nerez Portinho, relatando a situação bélica dos riograndenses em Santa Catarina. Passo Fundo (RS).
41. OA cp 1930.08.05/1
Carta de Fidêncio Melo Filho a Oswaldo Aranha, pedindo recursos afim de amparar os sertanejos de Chapecó, antes que caíssem sob a ação de agentes de Luís Carlos Prestes na região. Porto Alegre.
42. OA cp 1930.10.03/3
Correspondência em sua maioria a Oswaldo Aranha, apresentando pessoas interessadas em incorporar-se ao movimento revolucionário de 1930. Porto Alegre, Montenegro (RS), Lages (SC).
43. OA cp 1931.04.20/3
Carta de Henrique Rupp Jr. a Oswaldo Aranha sobre a fundação e adesões à Legião Revolucionária Catarinense; sobre atuação de Nereu Ramos contra a Legião, e congratulando-se com Oswaldo Aranha.
44. OA cp 1931.04.27/2
Telegrama de Aristiliano Laureano de Ramos a Oswaldo Aranha comunicando a infiltração de elementos ligados ao antigo regime na Legião Revolucionária.
45. OA cp 1931.05.04/4
Carta de Drumond a Emílio Lúcio Esteves sobre a falta de apoio do governo à constituição das Legiões, principalmente a de Santa Catarina, sobre a rápida e segura reorganização do Partido Republicano.

46. OA cp 1931.06.00/23
Rascunho de carta de Oswaldo Aranha a Assis Brasil acusando o recebimento de carta com recortes de jornais sobre atos e decisões da interventoria do Estado de Santa Catarina, e informando ter ordenado.
47. OA cp 1931.06.03/1
Carta de Arisliliano Lareano de Ramos a Oswaldo Aranha afirmando ser o governo de Ptolomeu Assis Brasil apenas para benefício dos reacionários e estar surgindo animosidade contra o Rio Grande do Sul.
48. OA cp 1931.06.06/5
Carta de Jacundino Godinho a Oswaldo Aranha fazendo considerações gerais sobre a política nacional e sobre o Estado de Santa Catarina, aprovando a medida de regulamentação das atribuições da imprensa.
49. OA cp 1931.06.12/3
Carta de Jacundino Godinho a Oswaldo Aranha sobre a organização da Legião nos diversos estados, principalmente em Santa Catarina e em Minas, e tecendo consideração sobre a política de Santa Catarina.
50. OA cp 1931.07.04/2
Carta de Jacundino Godinho a Oswaldo Aranha enviando notícias sobre o trabalho que realizou visando à união do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Lages (SC).
51. OA cp 1931.07.26/4
Carta de Henrique Rupp Jr. a Oswaldo Aranha sobre a criação da Legião Revolucionária em Santa Catarina; a pretensão de transformá-la num partido político inspirado no PRR;
52. OA cp 1931.08.05/1
Telegrama de Alice Bastos a Getúlio Vargas solicitando justiça em favor de seu marido e de seu filho, presos em Florianópolis. Joinvile (SC).

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

CORRÊA, Carlos Humberto P. (Carlos Humberto Pederneiras). UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Santa Catarina, um estado entre duas repúblicas**: a luta política num período de mudanças ideológicas 1930 - 1935. São Paulo, 1981. 415 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

_____. **Um estado entre duas repúblicas**: A Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

DALL'ALBA, João Leonir. **História do Vale do Braço do Norte**. Florianópolis: 1973.

FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: 1835-1935. Livro Comemorativo do Primeiro Centenário da Força Pública do estado de Santa Catarina. Organizado por: major Cantídio Quintino Regis (1935), Capitão João Candido Alves Marinho, Primeiro Tenente Demerval Cordeiro, Segundo Tenente José de Souza Lima e Segundo Tenente Farmacêutico Ildefonso Juvenal. Florianópolis, 1935. Não consta editora.

LEMOS. Valmir. **Tombados e esquecidos**. Blumenau: Nova Letra, 2005.

LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: Ed. FURB, 1997.

Revista do Globo. **Revolução de outubro de 1930**: imagens e documentos. Porto Alegre: 1931. Edição especial.

RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina**: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Esboço histórico da Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Brigada Militar/ MBM, 1987.

SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense** – Memórias de Um Pioneiro. Florianópolis: Edição do Autor, 1987.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIOS

ABREU, Alzira Alves de. et. al. (Coord.). **Dicionário histórico-Biográfico brasileiro** [DHBB]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.11a**. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

Manual de Campanha C 20-1 – **Glossário de termos e expressões** para uso no Exército, 3. ed., 2003.

PUBLICAÇÕES – OBRAS GERAIS

A REVOLUÇÃO DE 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: UnB, 1983.

A VIAGEM DE 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

ABREU, Alzira Alves de. et all. **Dicionário histórico e biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ABREU, Luciano Aronne de. **GETÚLIO Vargas: A construção de um mito (1928-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ALBUQUERQUE, Epitácio P. C. de. **Getúlio Vargas: esboço biográfico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. v. 2.

CARONE, Edgard. **A segunda república**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DUARTE, Silva. **A revolução vitoriosa: subsídios para a história do Brasil**. São Paulo: Zenhith, 1930.

DULLES, John W. **Getúlio Vargas: biografia política**. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

FAUSTO, Boris. (Dir.). **História geral da civilização brasileira - O Brasil Republicano : estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1.

_____. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 2.ed. São Pulo: Brasiliense, 1972.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (Org.). **Os militares e a revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 192p. il.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: A aliança liberal e a Revolução de 1930** . Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1958. v. 2

FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HENRIQUE, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas: declínio e morte**. Rio de Janeiro: Record, 1966. v.3.

JOFFILY, José. **Anayde: paixão e morte na revolução de 30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MALTA, Octavio. **Os tenentes na Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ALMEIDA, Gil de. **Homens e Fatos de uma Revolução**. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, s/d.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **A fotografia de guerra e o episódio de Canudos ou a documentação como alvo**. Cadernos de fotografia brasileira: Canudos. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (Orgs). Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

ANSART, Pierre. *La Gestion des passions politiques*. Lausanne, L'Age d'Homme, 1983. Tradução de Antônio Manoel Elíbio Junior.

AZEVEDO, Armando Fay. Depoimento: A Revolução de Outubro e a “Divisão do Litoral”. **Revista O Globo**, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1998. Número Especial

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BARRETO, Cristiane Manique. **Entre laços e nós**. Formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930). Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.

BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). **Destinos das Letras**: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

BELLANI, Eli Maria. **Santos Marinho e Passos Maia**: a política do velho Chapecó: 1917-1931. Chapecó: Autor, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

_____. Sobre o Conceito de História. In.: SILVA, Marcos. O Trabalho da Linguagem. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, volume 6, nº 11, 1985/1986.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos Tempos de Getúlio**: da Revolução de 30 ao Fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1993.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1974.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOITEUX, Henrique. **Santa Catarina no Exército**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1942.2v.

BORGES FILHO, Nilson. **Forças Armadas e política no Brasil**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1984.

_____. **Política e desejo**. Florianópolis: [s.n.], 1988.

BORGES FILHO, Nilson; PASOLD, César Luiz. **Estado e militarização**: as polícias militares como aparelhos repressivos de Estado. 1989. 269f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências

Jurídicas.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **História e Política**: laços permanentes. In.: Revista Brasileira de História, nº 23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992, p. 16.

_____. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembrança de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. 5ª Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. CHIAPPINI, Ligia. (orgs.) **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002,

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

BROCHADO, João Manoel Simch. **O Caráter dos soldados**: estudo dos valores coletivos que configuram a base do caráter profissional dos militares na forças de combate. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BURKE, Peter Org. **A escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. 3ª Reimpressão.

_____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 4ª edição, 1994.

CALDAS, Candido. **História militar da Ilha de Santa Catarina**: notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

CALDEIRA, Almiro. **O Vento que veio do Sul**: romance. Florianópolis: Ed. da UFSC, Porto Alegre: Movimento, 2000.

CAMARGO, Aspásia *et al.* **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibições do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. **Controle e normatização de condutas** em Santa Catarina: 1930-1945. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização**: a década de 1930 no Rio Grande do Sul. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

CANDIDO, Antonio. **A Educação Pela Noite & Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Multidões em cena**: Propaganda Política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARDOSO, Ciro Santana Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. S. F. & VAINFAS, Ronaldo. (org.). *Domínios da história – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Davi. **O Paraná na história militar do Brasil**. Curitiba: J. Haupt, 1942.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. 2 v.

_____. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**: 1922-1938. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **As forças armadas na Primeira República**: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 3, v. 2, São Paulo: Difel, 1974.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2005.

_____. Forças armadas e política, 1930/1945. In: REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A fotografia de Juan Gutierrez na Revolta da Armada: um Código a ser decifrado. Rede de Memória Virtual Brasileira. 2006. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/gutierrezarmada.html>. Acesso em: 26 ago 2007.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1995.

_____. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. **Nova História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CEARTEAU, Michel. **A Cultura Plural.** São Paulo, Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Avant-propos. In.: CHARTIER, Roger. (Dir.) *La Correspondence: les usages de la lettre au XIX e siècle.* (S.I.): Fayard, 1991.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CHEREM, Miranda Rosângela. Os Faróis do Novo Tempo – Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital catarinense. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

CHEVALIER, Jean. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Trad. Vera da Costa e Silva [et al.]. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo, Martins Fontes, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONTAMINE, Philippe. *Mourir pour la patrie*. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire: la nation*. Paris: Gallimard, 1997.

CORRÊA Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense: O Estado e as idéias**. Florianópolis: UFSC, 1997.

CORREA, Carlos Humberto P. (Carlos Humberto Pederneiras). UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Santa Catarina, um estado entre duas repúblicas: a luta política num período de mudanças ideológicas 1930 - 1935. São Paulo, 1981. 415 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: Notas Biográficas**. Florianópolis: UFSC, 1983.

_____. **Um Estado Entre Duas Repúblicas**: A Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1984.

COSTA, Emília Viotti. **A Dialética Invertida**: 1960-1990. Revista Brasileira de História, São Paulo: 1994 vol. 14, nº 27, p. 20.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avelar. **Exercício do comando**: a chefia e a liderança militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da Sedução**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: ed. UERJ e Ed. FGV, 1999.

DA SILVA, Helenice Rodrigues. Entre Memória e História em Paul Ricouer. In.: LOPES, Marcos Antônio (orgs.) *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

DALL'ALBA, João Leonir. **O Vale do Braço do Norte**. Florianópolis: Lunardelli, 1973.

DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). **Destinos das Letras**: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

DE DECCA, Edgar. 1930: **O Silêncio dos Vencidos**: Memória, História e Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1997, (6ª edição).

_____. Fazendo história. In: Anais do Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Maceió, 1997.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976/ 1972.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do político**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 28. Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, c1982. pp. 107-187.

DUBY, Georges & LARDREAU, Guy. A memória e o que ela esquece. In: Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário**: Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

ECO, Umberto. A Crise da Crise da Razão. In: **Viagem à Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELÍBIO Jr, Antonio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha**: governo, história e política (1930-1937). Tese (doutorado em História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2006.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs). A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Cultura Histórica (resenha). In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n 19, 1997.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: Fausto, Boris (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano,

2º volume: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 4ª edição, 1990.

_____. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. **A História Política Hoje**: Novas Abordagens. Revista Catarinense de História. Florianópolis: 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: O retorno da história política. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Org). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. A Hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In.: A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FONSECA, César. Ação da Marinha nos Acontecimentos Revolucionários. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro: 1930. In.: LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos**: 1930 – A Marcha Revolucionária Sobre Santa Catarina. Blumenau: Nova Letra, 2005.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias, Volume II** – A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos & Escritos. Manoel Barros da Motta (org), vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A Ordem do Discurso**, SP: Loyola, 1995.

_____. **As Palavras e as Coisas**, SP: Martins Fontes, 1981.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**, SP: Perspectiva, 1978.

- _____. **Vigiar e Punir**, RJ: Vozes, 1975.
- FREUD, Sigmund. **Mal Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.
- GINZBURG, C. **Relações de força: História, retórica e prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) **Escrita de Si**, Escrita da história. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- _____. (org.). **Capanema: o Ministro e seu Ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. **POLÍTICA: história, ciência, cultura etc.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996, p. 07.
- GUIMARÃES, Dulce Maria Pamplona. Estado Novo, Festa e Memória. In.: Revista História, São Paulo, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **A revolução de 30: Textos e Documentos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografias del deseo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP7A, 1998.
- HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In.: SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. (orgs.) **Razão e paixão na política**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.
- HASS, Monica; MINELLA, Ary Cesar. **Os partidos políticos e a elite** Chapecoense: um estudo de poder local - 1945 a 1965. 1993. 361f. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. (orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

JACQUES, Alfredo. **Moral Militar**. Porto Alegre: Ed. Globo.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JULLIARD, Jacques. A Política. In.: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1986, 2ª edição.

KEEGAN, J. **O Rosto da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado**. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e memória. Tradução: Bernardo Leitão ET al. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

_____. Prefácio. In.: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 14.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEBRUN, Gérard. O Conceito de Paixão. In.: CARDOSO, Sérgio. Et al. **Os Sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEFRANC, J. **Compreender Nietzsche**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- LEITE, Aureliano. **Memórias de um revolucionário: A Revolução de 1930, Pródromos e conseqüências.** 1ª edição. s/l. 1931.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais.** Campinas: Papirus, 1998.
- LEMOS, Renato Luis do Couto e. **Bem traçadas linhas - a história do Brasil em cartas pessoais (org.).** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LEMOS, Valmir. **Tombados e esquecidos: 1930 – A Marcha Revolucionária Sobre Santa Catarina.** Blumenau: Nova Letra, 2005.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política,** 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos Políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1983.
- LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: Marchas e Combates.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 9a. Edição, 1984.
- LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina.** Blumenau: Ed. FURB, 1997.
- MACCANN, Frank D. A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945. In: A Revolução de 30: Seminário Internacional. Brasília: UnB, [1980]. [Coleção Temas Brasileiros, v. 54].
Manual de Campanha C 20-1 – Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, 3ª Edição, 2003.
- MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDEFU, 2005 p. 146.
- MAUAD, Ana Maria. O olho da história: análise da imagem fotográfica na construção de uma memória sobre o conflito de Canudos. Acervo, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 1 - 2, p. 25 – 40, jan./dez. 1999.
- _____. Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces. In.: **Revista Tempo.** Rio de Janeiro, Vol. 1, nº2, 1996.
- McCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro.** Recife: Guararapes, 1982.
- _____. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. 1930: **Os Órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MEIRINHO, Jali. **Repúblicas e oligarquias**: subsídios para a história de catarinense 1889 - 1930. Florianópolis: Insular, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930 – 1950)**. Revista Tempos Históricos. Vol 10, 1º semestre 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Mocinhos e Bandidos. *Jornal de Resenhas*, **Folha de São Paulo**, 08/07/2000.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio et alii (org). Refúgios do Eu: Educação, História, Escrita Autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2.000.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. Volume II: Da coluna à Comuna. São Paulo: Siciliano, 1994.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falava Zaratustra**. São Paulo: Escala, 2005.

_____. **Vontade de potência**. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

NIETZSCHE, Friedrich. A genealogia da Moral. Uma polêmica. Tradução de Paulo C. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. In.: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia. Sobre a Humilhação. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDEFU, 2005 p. 146.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury de *Lês Lieux de Memórie*. In: Projeto História. São Paulo: n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Eveli Souza D´Avila de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Mais além da vitória: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis: imprensa, governo e memória. Florianópolis, 2001. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **A linguagem e seu funcionamento.** As formas do discurso. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.

ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura:** da História no Discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PASQUINO, Gianfrancisco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.).

DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 12. ed. Brasília: UnB, 2004.

PEREIRA, Lucésia. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, década de trinta: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder:** a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis:UFSC/Lunardelli, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A economia e o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. Esta História que chamam micro. In.: Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos. Et alii (Org). Questões da Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2000.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2005, [En línea], Puesto en línea el 04 février 2005. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index229.html>. Consultado el 21 octubre 2008.

PIAZZA, Walter F. (Org.). **Dicionário político catarinense.** Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

_____. **História da Gente.** Florianópolis: Lunardelli, 1987.

_____. **O Poder Legislativo Catarinense: Das suas Raízes aos Nossos Dias (1834 – 1994).** Florianópolis: Assembléia Legislativa, 1994.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: Sua História.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POCOCK, J. G. A. (org) **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Histórico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RANDIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão.** Florianópolis: UFSC, 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social.** In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Antonio Paulo. **Uma Trama Revolucionária? Do Tenentismo a Revolução de 30.** São Paulo: Atual, 1992.

RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: Ações de Guerra dos Batalhões de Infantaria – Período de 1922 a 1930.** Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 1985.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Esboço Histórico da Brigada Militar** do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Brigada Militar/ MBM, 1987.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. Tese (Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

ROLNIK, Suely e GUATTARI, Felix. **Micropolítica. Cartografias del deseo**.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, 1995.

SACHET, Celestino e Sérgio. **Santa Catarina: 100 Anos de História**. Florianópolis: Século Catarinense, 1998.

SCHWARTZ, Widson. Quatiguá no Diário da Revolução. Caderno Cidades, Folha de Londrina, 13 de Junho de 2007.

SEDLMAYER, Sabrina. Recados de Vida, cartas sem destinatário. In.: SEDLMAYER, Sabrina (org). O Comum e a Experiência da Linguagem. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e Paixão na Política. Brasília: UnB, 2002.**

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SILVA, Elias Manoel da; CORRÊA, Carlos Humberto P. (Carlos Humberto Pederneiras). Os militares e o golpe de 1937: a estratégia do poder. 1991. 176f Dissertação (Mestrado).

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória. In.: Revista Brasileira de História, São Paulo, v 22 n° 44, 2002.

SILVA, Hélio. **1930: a Revolução traída**. V.2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.il.

_____. **1933: a crise do tenentismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: EDEME, 1972.

SILVA, José Waldomiro. **O Oeste Catarinense – Memórias de Um Pioneiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1987.

SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, *L’histoire et le métier d’historien em France*, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Iaponan (org). **Estreito, Vida e Memória de um Bairro**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOURINHO, Plínio. **Cinqüentenário da Revolução de Trinta no Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

TRINDADE, Héglio. (org.) **Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre: Erus, 1983.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização: entre armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris (Orgs.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. t. 3, v. 3, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Revolução de 1930: A Dominação Oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VARGAS, Getúlio. **Diário: 1930-1936**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 1995.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **Diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória História**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

VIRILIO, Paul.; LOTRINGER, Sylvere. **Guerra pura: a militarização do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In.: Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 1994.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 30. In.: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Org). Os Militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, mai./ago. 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200006&script=sci_arttext. Acesso em 2 nov 2006.

ANEXOS

ANEXO A - Texto conteúdo do panfleto lançado por aviões sobre Florianópolis e Laguna pelas Forças Revolucionárias em 14/10/1930.

Boletim de Informaçõs á Imprensa

.I.C.

Porto Alegre, 14-10-1930

CPDOC/FGV

REF. OA 30.10.14/24

Povo de Florianopolis!

Cidadãos e soldados!

A verdade sobre a revolução é esta: O Exército Liberal avança victorioso em todas as frentes. Todo o Rio Grande do Sul toma armas pela causa regeneradora. O exercito e o povo, irmanados, communham no mesmo ideal.

Parárá está integralmente solidario conosco. Todas as forças do Sul convergem para a fronteira de São Paulo, e já penetram nas suas divisas. O batalhão naval adhoriu em Joinville. A excepção de Florianopolis, todo este Estado cahio em poder das nossas tropas. Em Minas Geraes a nossa situação é magnifica. São João d'El Rey e Tres Corações que resistiam estão em nosso poder. Todo o norte a excepção do Amazonas já está ao lado da revolução. Ao mesmo tempo que fortes colunas mineiras descem das montanhas e invadem o Estado do Rio, Bahia e Espírito Santo, avança no mesmo sentido o poderoso exercito do General Júlio Fervera. A situação do governo federal é insustentavel: atacado simultaneamente do norte, do centro e do sul por cerca de cem mil homens não poderá sustentar a lucta por muito tempo. O presidente Getulio Vargas, com o seu Estado Maior, já se encontra na fronteira de Santa Catharina e marcha rapidamente para as linhas avançadas de nossas forças em São Paulo, onde em pessoa, acompanhará o avanço dos nossos exercitos.

Catharinenses de Florianopolis! heróicos descendentes de Amrita Garibaldi! Barrigas verdes do Paraguay! O Rio Grande do Sul que conheceu, no passado a vossa bravura e o vos o espirito de Brasilidade, - o Rio Grande confia no vosso patriotismo. Não sericis vós, guardiães de tantas glórias e de tantas tradições, que irieis ~~negar~~ agora o vosso passado. Este é o momento de cada um augmentar o patrimonio familiar e racial novos triumphos e novos sacrificios.

Os que perderem esta oportunidade de penetrar na posteridade terão mergulhado para sempre no mais amargo dos esquecimentos que é o silencio da historia.

Catharinenses, filhos de Florianopolis, vós não podeis derra nar o vosso sangue contra aquelles que defendem a vossa liberdade, que se batem pelo Brasil e que sabem morrer pela patria comum.

Na hora em que todo o sul e todo o norte vêm tremular o pavilhão liberal, e acolamam as hostes liberaes, vós não podeis ser o reducto onde se ocultam e para onde fogem os ultimos remanescentes da tyrania e do despotismo.

Vós não podeis deixar de participar da grande victoria definitiva que se aproxima.

Escutae o brado de libertação que resoa do Chuy ás divisas de São Paulo, em cujas terras vibra já o clarim da alvorada redemptora e onde ~~se~~ já as armas da liberdade.

Catharinenses, filhos de Florianopolis!

Pela Revolução!

Pelo Brasil!

Pela Patria!

Confere
Da Silva

ANEXO B – Fotografia do Monumento aos mortos em combate em defesa da legalidade na Serra da Garganta – Anitápolis, SC – Vista do Portal



Fonte disponível: ><http://www.anitapolis.sc.gov.br/><
Acesso em: 20/12/2008.

ANEXO C – Marco construído no Local do Combate de 1930 em homenagem aos Combatentes - Serra da Garganta Anitápolis, SC).



Fonte disponível: ><http://www.anitapolis.sc.gov.br/><
Acesso em: 20/12/2008.

ANEXO D – Vista da placa que faz referência aos mortos e ao acontecimento na Serra da Garganta



Fonte disponível: ><http://www.anitapolis.sc.gov.br/><
Acesso em: 20/12/2008.

ANEXO E – Vista geral (1) da Serra da Garganta



Fonte disponível: ><http://www.anitapolis.sc.gov.br/><
Acesso em: 20/12/2008.

ANEXO F – Vista geral (2) da serra da Garganta



Fonte disponível: ><http://www.anitapolis.sc.gov.br/><
Acesso em: 20/12/2008.

ANEXO G – Carta de Álvaro Trindade a Aristiliano Ramos. Porto Alegre, 15/12/1929. Fonte: Acervo pessoal Carlos Humberto Corrêa. Manuscrita.

Confidencia lissima

P. Alegre, 15-XII-929.

Aristiliano euizo.

Convenido de que esta minha epistolar correspondencia não soffrerá a censura dos potentados do dia, é que me encontro bem a gosto para te escrever sobre assuntos de magna importancia e ter a certeza absoluta de que esta chegará ás tuas mãos, pois dado as denuncias que vimos de receber por parte de nossos amigos, todos os telegrammas cifrados que daqui são expedidos soffrem solução de continuidade na sua entrega.

Os expedidos para Lages, em cifra, são retidos na estação de Florianópolis. Felizmente este serviço está a cargo dos senhores de barão e cutello que procuram, por todos os meios, embaraçar a marcha victoriosa da causa liberal, porém, confiamos no velho adagio que nos diz: "não ha bem que sempre dure nem mal que não se acabe." O fuzil sinal destes maguatas está bem proximo.

Ganemos ao relato dos factos que mais nos salam de perto:

Auxilio para a campanha nesse municipio: Pelo dizeres de teu ultimo telegramma enviado via Vaccaria fiquei sciante e ao mesmo tempo surpreso em não teres recebido nenhuma prestação do auxilio prometido. Salavra que deixei-me levar por uma rapida e momentanea explosão de descontentamento para com os nossos homens, pois, julgava que este assumpto viria tendo a sua regularizada solução, pois, ao inicia-lo o fiz com aquelles a quem se achava affecta a sua dependencia e em ultima instancia acidentalmente aqui se encontrava presente meu sogro Alberto que assistiu as demarches tanto junto aos elementos do governo especialmente do Gal. Gaim.

Ficára estabelecido o seguinte, aliaz tambem com o testemunho do Dicaldore, semanalmente te seria feito uma remessa para te ser paga em Vaccaria, por intermedio de Aureliano Siqueira.

O Mauricio declarou-me que effectivamente as importancias se encontravam, na occasião de ser tratados o assumpto, á disposição do Jaime no Banco do Rio Grande para que aquelle desse o d'extimo respectivo. Effectivamente, na véspera de sua partida para o Rio esteve com elle e tornou-lhe a lembrar do auxilio tendo-me declarado que o Alípio Fortes se guiria dia 1-12-29 para Vaccaria e que elle seria elle portador da importancia para atender as primeiras prestações, sem entre tanto me declarar o quantum. Na ignorancia de que existiam, velleus de pagamento & a teu favor em Vaccaria, instrui ao Celio de, em sua passagem pela vila procurar o Sr. Vilhiano e no caso affirmativo receber. Em qualque do casos peço-te que ao receberes esta me telegraphes via Vaccaria (por intermedio do Sr. Vilhiano) dizendo-me do sucedido.

Antecipadamente posso te garantir e para tal te asseguro de uma forma cathorica e absoluta que podes confiar nas promessas pois ellas serão integralmente satisfeitas não só por já existir um compromisso tacito por parte dos elementos directores da Alliança, como principalmente de se tratar de voce cujos esforços e trabalhos dispendidos são por natureza, direitos adquiridos nesta memoravel campanha.

Siba Estado que não tendo apoiado officialmente a candidatura Liberal e que muito tem feito ou talvez, relativamente mais que qualquer um outro, este é Sta. Catharina.

Por esse uma circumstancia e para qual eu posso dar meu testemunho é o facto da grande admiração e merecida amizade que por ti vota o Jaime, pois varias vezes elle a ti se refere com palavras repletas de elogios e confiança.

Maiores detalhes eu J'os poderia prestar sobre o assumpto se não fora a ausencia do Jaime que actualmente acha-se no Rio e seguirá amanhã para Bello Horizonte a fim de se avistar com o Sr. Carlos e em seguida regressará para Porto Alegre, onde é esperado até o fim deste mez.

Peço-te, como acima o fiz, me telegraphares sobre o assumpto do auxilio se o recibeste ou não, pois neste ultimo caso, estou resolvido, de pome da tua

resposta, a telegraphar ao Gal. Gaium sciificando-o do que occorreu e conseqüente conseguirei abreviar a soluçã do caso.

Parte politica: Do Chereu tenho recebido algumas boas noticias, sendo que a principal é o facto de podermos contar como nossos a maioria de todos os elementos do Sul desse Estado. O Laeombe errou em pedindo um auxilio para a propaganda na zona sob a sua orientaçã, por que o assumpto ficou para ser tratado na volta do Gaium.

Recebi tua nova encomenda de distinctivos; como sua confecçã demorari' alguns dias, t'o remetterei pelo Saul que para ali segue no dia 26 deste.

Ha poucos dias atraz, atravessamos um verdadeiro periodo de incertezas, desconfianças, pois os boatos de accordo eram em tão grande numero que, por mais convicçã que se quizesse ter a sua inveracidade, restavamos sempre a eterna duvida. Felizmente veio de se sentir as palavras autorizadas do velho chefe Priso - Borges, sendo que as deste ultimo, dadas o seu grande credito até' entã, revigoraram as energias de todos os liberais. Diz o velho Borges: - "A nossa questã politica chegou a um ponto que todo accordo será' inoportuno e só os elementos dirigentes do actual movimento é que podem resolver".

Já se manifestaram contra o accordo - fut. Carlos - Gaium - Flores - Luardo - enfim, uma só palavra, todo o Brasil liberal. Só ha uma unica hypothese para esse accordo, a saber, mesmo esta importaria no rompimento da frente unica aqui no Rio Grande - o afastamento das duas candidaturas - e um tertius que esposasse integralmente os principios da Alliança.

Mistificamos amigos, não sei se infelizmente ou felizmente a questã politica actual já tem seu fim prepuzado - a revoluçã - creio e assim tambem todos aqui pensam, e teremos um futuro muito proximo, antes das eleições ou logo em seguida.

Tenho te informar com toda a certeza absoluta e com muita reserva, pois considero-me preso a serios compromissos bellicosos, segundo noticias que verbalmente t'as enviei pelo Alberto - já foram tomadas todas

11
CÓPIA

as providencias positivas e imagináveis.

(Naturalmente a nossa posição, aliás a mais sympathica, é de nos conservarmos na defensiva até o momento que a nossa dignidade for ultrajada; ali então, elles verão o Brasil liberal reagir na altura do seu briso.

Grevejs que fatalmente, se este nosso regimen republicano não conseguirmos evitar a revolução, o' porque a auçia será de um outro regimen. Poddes crer que depois de uma revolução victoriosa fere- mos o regimen parlamentar.

Os elementos - todos sem excepção - das revoluções passadas estão, incondicionalmente commos.

O recommendo que levou uma carta minha endereçada a ti, não tardará por chegar; alem da carta deves exigir, quando elle a ti se apresentar, a exhibição de uma carteira de identidade que terá a seguinte referencia R-3-11-929 - a tinta carminio sobre a photographia do portador. Si meu sogro por ali estiver poderá confirmar pessoalmente, pois o conhece.

Tudo por um Brasil livre!

Queira telegraphar o que tiveres de ruim e de bom para nossa causa - via Vaccaria.

Ass. Alvaro.

ANEXO H - Manifesto Revolucionário de Getúlio Vargas conclamando o povo gaúcho às armas – 03/10/1930.

Ninguém ignora os persistentes esforços por mim empregados, desde o início da campanha da sucessão presidencial da República, no sentido de que o prélio eleitoral se mantivesse rigorosamente no terreno da ordem e da lei.

Jamais acenei para a Revolução, nem sequer proferi uma palavra de ameaça. Sempre que as contingências da luta me forçaram a falar ao público, apelei para os sentimentos de cordialidade e para as inspirações do patriotismo, a fim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeasse a desordem material.

Ainda mesmo quando percebi que a hipertrofia do Executivo, inteiramente descomedido, absorvendo os outros poderes, aniquilava o regime e assumia, de maneira ostensiva, a direção da pugna eleitoral, em favor da candidatura do meu opositor, tentei uma solução conciliatória.

As violências e perseguições prévias, como atos preparatórios da fraude, deixavam evidente que, após o pleito eleitoral, viria, com a cumplicidade de um Congresso sem compreensão de seus altos deveres, o ajuste de contas pelo sacrifício dos direitos líquidos de todos os elementos incorporados à corrente liberal.

Sempre estive, igualmente, pronto à renúncia de minha candidatura, assumindo a responsabilidade de todas as acusações que, por certo, recairiam sobre mim, uma vez adotadas medidas que satisfizessem as legítimas aspirações coletivas, com aceitação dos princípios propugnados pela Aliança Liberal e execução de providências que correspondessem aos desejos generalizados do povo brasileiro.

Esforcei-me também para que a campanha prosseguisse num regime de garantias e respeito integrais de todos os direitos consagrados pelo sufrágio eleitoral.

Somente tal conduta permitiria que, após o pleito, pudessem os adversários dar, lealmente, por finda a luta, reconciliando-se, desde logo, sem ressentimentos.

Estive sempre pronto a assumir, com a renúncia de quaisquer aspirações políticas e da própria posição que ocupo, responsabilidade integral dos atos determinantes da luta, a fim de que a coletividade colhesse, assim, algum benefício e não se sacrificassem interesse de terceiros.

Da inutilidade de minha atitude teve o povo brasileiro demonstração fidelíssima na força eleitoral de 1º de março.

Nos Estados que apoiaram o Catete, os candidatos a cargos eletivos foram empossados, mercê de uma montanha de atas falsas.

Quanto aos Estados liberais, Paraíba teve toda a sua representação, legitimamente eleita, espoliada de seus direitos. Em Minas Gerais, o Estado de maior coeficiente eleitoral, o povo não pode votar, e foi uma espécie de loteria o reconhecimento executado pelo Congresso. No Rio Grande do Sul, não houve alquimia capaz de alterar o expressivo resultado das urnas. Não logrando os pseudocandidatos reacionários obter maioria em uma única seção eleitoral nem os inspiradores da fraude encontrar apoio na integridade

da Junta Apuradora deste Estado, tornou-se impossível qualquer artifício de cálculo que alterasse o verdadeiro resultado das urnas.

Além disso, o Rio Grande e os outros Estados aliancistas foram, pelo Governo Federal, tratados como veros inimigos, negando-se-lhes, até, a solução de problemas administrativos de imediato interesse público, olvidado o dever elementar de colaboração do regime federativo, como se os negócios oficiais fossem de propriedade privada, dependentes, exclusivamente, da munificência dos poderosos.

Apesar, entretanto, de todos esses desmandos, não devendo ser juiz em causa própria, resolvi lançar o manifesto de 1º de maio, em que entregava ao povo a solução do momentoso caso.

Na Paraíba, foi ainda amparada e, criminosamente estimulada pelos poderes públicos a rebelião do cangaço, que terminou, como é notório, no miserável assassinio do imortal João Pessoa, candidato à Vice-Presidência da República, na chapa liberal.

Grave erro, foi, sem dúvida, supor que o dissídio aberto em torno da sucessão presidencial da República se resumia num simples choque de preferências ou interesse pessoais.

Transformou-se a luta no leito propício e amplo, que, nas proximidades do seu estuário, haveria de receber a corrente impetuosa e irresistível das opiniões democráticas do nosso povo e do eloqüente protesto nacional contra a deturpação do regime político.

Empenhados na contenda, passaram os homens dos dois partidos a valer apenas pelas idéias que representavam, pelas tendências coletivas que neles se resumiam e pelos ideais que propugnavam.

Compreendi, desde o primeiro momento, a magnitude do prélio, que, levado às últimas conseqüências, seria, forçosamente, decisivo para os destinos da República brasileira.

Por isso mesmo julguei possível um entendimento leal e franco, que tivesse por base a própria reconciliação dos brasileiros, pondo de parte quaisquer considerações de ordem pessoal.

Os adversários, porém, não queriam apenas a vitória eleitoral, obtida, embora, à custa de todas as artimanhas e à sombra dos mais impressionantes e condenáveis abusos do poder.

Foram ainda mais longe os nossos opositores, no seu intuito de triunfar. Vencida a minha candidatura, pretenderam subjugar a própria liberdade de consciência, a dignidade do cidadão brasileiro e o direito de pensar e agir dentro da lei.

E quando a nacionalidade inteira, depois da vergonhosa vitória da fraude eleitoral de 1º de março, esperava que os favorecidos, ainda mesmo não ocorrendo outra razão, houvessem, por simples e elementar prudência, de dar ao público demonstrações de comezinho decoro cívico, passamos todos a assistir, constrangidos e humilhados, ao tripúdio mais desenfreado e imprudente, ante as vítimas da sanha de um poder que entrava, francamente, na fase final do delírio.

Dados tais acontecimentos, qual a perspectiva que se nos desenha e que porvir nos espera com o prosseguimento do atual estado de coisas? Um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As forças armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constringidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública.

Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da Justiça. Entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores. Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer.

Estamos ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional.

Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos até ao extremo Sul.

Amparados no apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros, que maior confiança inspiram dentro e fora do País, contando com a simpatia das Forças Armadas e a cooperação de sua melhor parte, fortes pela justiça e pelas armas, esperamos que a Nação reentre na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para evitar a perda inútil de vidas e de bens, abreviar a volta do País à normalidade e a instauração de um regime de paz, de harmonia e tranqüilidade, sob a égide da lei.

Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada.

É preciso que cada um de seus filhos seja um soldado da grande causa.

Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico!"

ANEXO I – Entrevista com o Sr. Galdino Pereira de Almeida, realizada por Neli Ferreira Borges e disponível no Laboratório de História Oral da UFSC.

ENTREVISTA Nº 0106

ENTREVISTADO - GALDINO PEREIRA DE ALMEIDA

ENTREVISTADOR - MARIA NELI FERREIRA BORGES

LOCAL - VACARIA -RS

DATA - 22-4-1978

NÚMERO DE PÁGINAS - 16

ASSUNTO - PARTICIPAÇÃO DO ENTREVISTADO NA REVOLUÇÃO DE 1930

Dados biográficos, Lembrança da infância. Trabalho.
Dados sobre o Município de Vacaria, sua evolução
partindo de sua administração municipal. Ingresso na
Brigada. Início da Revolução. A luta em Porto Alegre.
A viagem para Florianópolis. Passagem por diversas cida-
des como: Torres, Araranguá, Laguna. A luta na Sarganta.
A permanência no Estreito. A luta para que Florianópolis
aderisse ao movimento. A adesão e a entrada na Ilha.
A permanência em Florianópolis. O final da Revolução.
A volta a Porto Alegre. A saída da Brigada. A volta a
Vacaria.

590

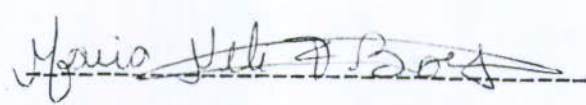
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Curso de Pós-Graduação em História
Laboratório de História Oral
Entrevista nº 0106
Entrevistado- Galdino Pereira de Almeida
Entrevistador- Maria Neli Ferreira Borges
Local- Vacaria -RS
Data- 22 de abril de 1978

Título da Entrevista-

A participação do entrevistado na Revolução de 1930

Objetivo

O objetivo desta entrevista é conhecer a participação do entrevistado na Revolução de 1930, sua vivência, bem como sua permanência em Florianópolis durante a mesma Revolução. Ainda sendo o entrevistado morador da cidade de Vacaria, o início desta entrevista refere-se as suas impressões pessoais sobre principalmente a Administração do Município e sua influência no desenvolvimento da cidade.



Maria Neli Ferreira Borges

ENTREVISTA REALIZADA PELA ALUNA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, A NÍVEL DE MESTRADO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, MARIA NELI FERREIRA BORGES

Esta entrevista está sendo realizada na casa do entrevistador, à rua São Manoel nº 247, Vacaria, aos 22 dias dos mês de abril de 1978, sábado pela manhã.

Entrevistador- O senhor poderia nos dizer seu nome, onde nasceu, nome de seus pais.

Entrevistado- Meu nome é Galdino Pereira de Almeida, nasci no 8º Distrito "de Vacaria". O nome de meu pai é João Pereira de Almeida, da minha mãe Ussulina Alves Francisca de Souza.

Entrevistador- De onde eram seus pais?

Entrevistado- Minha mãe do 1º Distrito e meu pai do 8º Distrito.

Entrevistador- O senhor é casado?

Entrevistado- Sou.

Entrevistador- Como é o nome de sua esposa?

Entrevistado- Rosa Pereira Bueno.

Entrevistador- Quantos filhos o senhor tem?

Entrevistado- 8 filhos.

Entrevistador- O senhor pode nos dizer o nome deles, se são casados ou solteiros.

Entrevistado- Jovaldino, casado; Maria, casada; Antoninha, casada; Vidalvino, casado; Abelardo, solteiro; Terezinha, solteira; Vilma, casada; José, solteiro. São cinco casados e três solteiros.

Entrevistador- Onde o senhor passou a infância?

Entrevistado- Morei em vários lugares. No 8º distrito, até uma certa idade. No Rapôso 2 anos, na fazenda do falecido Belizários Batista. Depois disto fui para a Brigada.

Entrevistador- Quando o senhor começou a trabalhar, seu primeiro emprego?

Entrevistador- O senhor sempre fez isto, e continua fazendo, trabalhando na mesma coisa?

Entrevistado- Trabalhei com meus pais até uma certa idade, viajando

Galdino Pereira de Almeida

trabalhando na roça e negociando com criação, animal. E continuo na mesma coisa, no mesmo serviço, negociando e trabalhando.

Entrevistador- O senhor chegou a ir a escola?

Entrevistado- Na escola, eu fui muito pouquinho, nois brigemo com o professor, e dai sai da escola, e não quis mais.

Entrevistador- Foi quando o senhor morava no sítio?

Entrevistado- É, quando morava no sítio com meus pais. Meu pai pouco se importava com nós, ficou viúvo, dexo nós assim sem gôverno.

Entrevistador- E o senhor não frequentou escola?

Entrevistado- Não, daí não frequentei mais.

Entrevistador- Mas assinar seu nome, o senhor sabe?

Entrevistado- É assino, um pouquinho eu sei.

Entrevistador- O senhor sempre morou aqui em Vacaria, ou no sítio, ou na cidade?

Entrevistado- É, agora depois que me casei vim para o Refugiado, e sempre morando um pouco lá no sítio, um pouco em Vacaria.

Entrevistador- Antes da gente conversar sobre nosso assunto principal, o senhor poderia nos dizer a impressão de Vacaria, por exemplo, de 1930 e hoje, se ela mudou, como era antes, como é agora.

Entrevistado- A bom, isso eu posso dizer, porque eu conheci a Vacaria, ali mais ou menos por perto da caixa d'água (Ussina ou CEEE), onde era o Bordo. A cidade era só um quadrinho, o resto era tudo campo. Da ussina para cá tudo era campo. Dali mais ou menos onde tem o brinquedo das criança (Parque Infantil), para lá da Igreja, tudo era arabalde. A cidade era só a quadra enroda, pelo Rio Carazinho, e chegando até o Colégio São Francisco, era por ali a cidade. No mais tinha uma casa ou outra, longe uma da outra. Eu conheci ela pequeninha. Aqui tudo era campo, agora é que mudou.

Entrevistador- De quanto tempo ela mudou?

Entrevistado- Pois ela mudou desde 1930 para cá, começou a crescer.

C. I. D. P. de Almeida

Isto aqui era uma internada. E depois, lá no batalhão, era internada da prefeitura, desde pra lá da Igreja.

Entrevistador- O senhor acha que foi importante para Vacaria o problema dos prefeitos, dela crescer ou não?

Entrevistado- Pois eu acho que foi. Pois ela cresceu ligeiro. Foi o programa deles. Porque teve prefeito que progrediu bastante. A gente tem que falar aquilo que é. Não é tudo eles, mas alguns. Desde o tempo que aumentou era o Dornelles, aquele não me lembro bem. Mas do Luis Shuler para cá ela cresceu. A Vacaria só aumentou depois que ele começou a governar.

Entrevistador- E qual foi a data do Luis Shuler?

Entrevistado- Pois ai é que não me lembro bem. Depois entrou o Possapi, Protéssio, Darci Rech, Palombini e o de agora. Ela está indo cada vez mais para frente.

Entrevistador- Nós sabemos que o senhor participou da Revolução de 1930. Em primeiro lugar nós gostaríamos que o senhor nos explicasse como ingressou na brigada, porque foi, onde era a brigada que o senhor ingressou?

Entrevistado- Foi aqui em Vacaria, quando sentei praça, no destacamento aqui, eu fui voluntário.

Entrevistador- Qual é o motivo que levou o senhor a ingressar na brigada?

Entrevistado- O motivo, eu adoeci, fiquei mal, gastei tudo o dinheiro com o doutor. Tive que vender um terreninho que eu tinha, 9 alqueires de terra, por 1 milhão e duzentos mil réis, para poder pagar o doutor. Ele me soltou meez mesma, tava vendo que ia morrer. Dai veio dois primo meu que serviam na brigada e me aconselhou para ir para a brigada. Porque lá tinha o doutor, tinha tudo, e eles garantiram que eu me curava. Dai eu arrisquei a ir. Foi este o começo.

Entrevistador- Como era o nome da Brigada que o senhor ingressou?

Entrevistado- Grupo de Metralhadora Pesada.

Entrevistador- Como é que iniciou o problema do senhor ter parti-

... e a partir de então...

cipado da Revolução de 1930?

Entrevistado- Pois essa começo lá com o Getúlio, e eu nem sei bem como. Foi poucos dias e em vinte e poucos nós terminemo ela. Quando vimo estavámos brigando em Porto Alegre. Daí brigamos um dia e uma noite. Começamos a brigar na Carta Geral, depois ferveu na cidade. Começou as 3 horas da tarde. Eu briguei na Administração, comecei às 4 horas da tarde e foi terminá às 4 horas da madrugada. Quando êles aderiram, nós seguimos para a Campanha, fomos fica na Aldeia dos Anjos. Dali uns dias, dois, seguimos para Santa Catarina. Para Torres, passamos Conceição do Arroio, TRamandaí, Torres, depois de Torres passamos para o Estado de Santa Catarina, para Araranguá. Depois, passamos por Criciúma, Jaguaruna, Tubarão, Laguna, Quadra do Norte, Braço do Norte, Palhoça. Em Palhoça lá brigemo um dia e poco, prendemo 29 e foi morto uns tres ou quatro. Mas não tem portância era guerra. Depois dali, nós seguimos para Florianópolis, São José. Já bem pertinho da cidade começamos a brigar ali em São José, depois nós avançamos e fomos brigar no Estreito, na beira da ponte. Lá sim brigamos 6 dias e 6 noites, com os Destrois bombardeando em cima de nós, e nós atirando de matraiadota nos Destrois. Ali nós tava em 1200 homens, brigando. Depois dos seis dias em diante, que não havia jeito dêles aderirem, veio o General Alberto Romeu de Assis Brasil, assumiu o cargo da brigada. Chegou e falou que era para retirar as famílias da capital, que êle ia bombardear a cidade. Mais ou menos meia noite, digo, Daí foi asteado a bandeira branca na ponte, as Destroístodas botaram bandeira branca, e parou, não brigamos mais. Depois não havia jeito dêles aderirem, Êle mandou retiar as familias de novo que ameia noite ele ia bombardear a cidade. Mais ou menos meia-noite, Êle tornou a falar para Florianópolis, e elas falaram de lá que tinham aderido. Então o General Assis Brasil disse que se tivesse ade

quechyo Perreira Assis Brasil

rido, era para vir o Comando Geral dêles se aprese~~n~~
tar. E veio o comandanteda polícia , pois o Governad~~e~~
dor tinha fugido de lan~~o~~ja. No outro dia foi retirad~~o~~
os arames da ponte, e nos entramos na capital. Os
Dêstros nos acumpanhando debaixo da ponte, se êles
dessem um tiro nos matava pra já. E depois, quando ~~n~~
nós subimos na ponte, 1200 pessoas, quando cruza-
mos, do outro lado tinha mais ou menos umas 50 metra~~o~~
iadoras na ponte. Ai, entramos, fomos bem recebido,
já fomos direto para o Palácio do Govêrno. Todo o
tempo que fiquei lá, guarnecia no Palácio. Os 16 dias
que fiquei lá fui bem tratado. Daí termino a briga.

Entrevistador- Quer dizer que o senhor nem sabia por~~q~~ue estava lu-
tando?

Entrevistado- Não, não sabia.

Entrevistador- O senhor recorda a data que iniciou a luta em Porto
Alegre?

Entrevistado- Eu fui servi em 1929.

Entrevistador- O mês que iniciou a luta?

Entrevistado- Eu fui servi em 1929, agora o resto não me lembro.

Entrevistador- Da sua ida de Vacaria para Porto Alegre, e de lá
para Florianópolis, o senhor lembra de coisas que
aconteceram durante a viagem, conversa de um soldad~~o~~
com outro?

Entrevistado- Nós conversava que achava que ia mal. Por~~q~~ue nós ia
brigar contra o Exército, que era superior. A briga-
da era poca. O Exército era 25 mil homens. Nois não
podia enfrentar, mas graças a DEus enfrentamos e ven-
cemos. Acho que foi o Getúlio que arrumou. Está certo
que foi barbaridade de gentecivil com nós. Os civil,
depois iam aderindo , onde nós passava e ia tomando.
O pessoal do exército e da brigada se uniam. Depois
de lá quando fazia 20 dias que era para seguir pa-
ra o Rio de Janeiro, recebemos contra-ordem para
regressar a Porto Alegre. Ai os que foram, foram e
nós voltamos .

Entrevistador- O problema de alimentação, o que comiam durante a
viagem?

que choro perdido e ferido cu

Entrevistado- Isto eu não posso me queixar. Eu era ordenança do Capitão, não, digo, nos passava bem. Tinha carne, churrasco bastante. Eles não deixavam nos passar fome. Sempre as boia que nos comia em Porto Alegre, comia na viagem. Quando estava brigando, tinha um que sempre fazia as boias. Então era carne e comida mais ou menos. Eu nunca pasei fome, agora passar mo iado e brigando a noite inteira passei. O negócio lá não era brinquedo. Tinha dias, que eu falo a verdade, no dia que eu vi meu comandante chorá, e os oficiais voltar tudo para Palhoça, e deixar nós só com os sargentos, primeiro e segundos tenentes, fiquei nervoso, até chorar chorei.

Entrevistador- O senhor recorda de alguns acontecimentos que deu durante a briga?

Entrevistado- Que morresse. Pois quer dizer que algum morreu. Lá em Florianópolis eu não, digo, vi morrer só dois. E um não foi na briga. Um deles, foi que davam aqueles tiro em nos, e depois a onde a bala encontrava resistência, ela não explodia. Porque ela dá o primeiro tiro e onde ela não encontrava resistência, ela não explodia. Deram um tiro, e a bala não encontrou lugar. E então um cara achou, mostrou para dois soldados, queriam ver o que é que tinha dentro. Pegaram um canivete e começaram a escrafunjar aquilo. A bala explodiu. Um partiu a barriga e morreu. E o outro ficou tudo esfafiado, os braço e perna, não morreu. Agora com o tiroteio que deu lá, e as brigas que brigamos, eu falo a verdade que não vi ninguém morto. Agora na Garganta, lá vi 4.

Entrevistador- E a viagem de Porto Alegre para Florianópolis, foi por mar ou terra?

Entrevistado- Fomos por terra

Entrevistador- Que tipo de condução usavam?

Entrevistado- Caminhão, nós ia em 25 caminhão, pela beira da praia.

Entrevistador- O senhor lembra a data, o ano, ou mês que ficaram

Guedy - O Pereira de Azevedo

em Florianópolis?

Entrevistado- Pois eu não lembro mais, podia lembra, mas só sei que foi em 1930.

Entrevistador- Mas não lembra mais nada?

Entrevistado- Eu não lembro, parece que foi em 30 de outubro, eu não lembro, porque faz muito tempo.

Entrevistador- Durante a permanência lá em Florianópolis, o senhor foi sempre bem tratado, não tinha diferença entre o soldado e o sargento ou oficial?

Entrevistado- No tempo de guerra não tem, tudo é igual. Tá certo, os oficiais tem mais regalia que o soldado, mas ~~eles~~ tratavam bem a gente. Depois o pessoal de lá, que era gente deles, dá polícia, tratavam muito bem a gente. Nós mem merecia o tratamento, pois faziam coisa que não era possível. Tá certo que na hora da briga, na quela fulia, eles brigavam, mas depois que aderiram não, tratavam muito bem nós.

Entrevistador- Quer dizer que depois que aderiram, passaram a tratar vocês como amigos?

Entrevistado- E amigo coisa séria. Quer dizer, onde nós tava destacado no Estreito, desde que nós chegamos lá nos trataram bem.

Entrevistador- O senhor recorda de mais alguma coisa que aconteceu durante a guerra?

Entrevistado- Sim, quer dize ali em Florianópolis é mais ou menos isso. Depois de lá, em Itaraí, da mesma gente nossa que seguiram morreu barbaidade. Lá a coisa foi séria. Do 1º Batalhão de Infantaria da Brigada, que era composto de 1200 homens, quando vòltou tiveram de pegar mais sordado, e organizar o batalhão. Depois dali eles foram aó Rio, eu não fui. Depois de terminar a guerra tudo ficou amigo ~~de~~ novo

Entrevistador- Quando o senhor foi participar da guerra, e viu seus colegas morrerem, o que o senhor sentiu, não sentiu medo de morrer?

Entrevistado- Não, quer dize, na hora da luta a gente tem um poquiinho demêdo. Mas depois de tar metido na porquera, eles dão cachaça com pólvora para a gente. Então a

Quando o senhor foi participar da guerra, e viu seus colegas morrerem, o que o senhor sentiu, não sentiu medo de morrer?

gente tomando um traguinho decachaça com pólvora,
não tem mais medo de nada.

Entrevistador- O senhor granhava cachaça compólvora?

Entrevistado- É claro.

Entrevistador- Quem é que dava?

Entrevistado- Os comandantes

Entrevistador- E animava?

Entrevistado- Deus o livre, a gente avançava. Tinha companheiro dos
nosso que depois que cessava o fogo, era preciso
prender para não deixar avançar lá nos Destrois .
O ruim é uns quinze munitos antes, para a gente co-
meçam o fogo, mas depois de estar o fogocerrado, ia
embora.

Entrevistador- Vocês tomavam todo o dia cachaça compólvora?

Entrevistado- Não, era só na hora da luta. Quando não tava brigan-
do era proibido, deixava louco. D^upois não pude mais
tomar cavhaça, tomava um traguinho e me dava uma dor
de cabeça que quase arreventava.

Entrevistador- E todo mundo tomava?

Entrevistado- Tudo, na hora da linha de fogo, todo mundo .Até ti-
nha os cantil, cada um tinha o seu cantil de cachaça.
Não era demais, mas a gente tomava um trago para dar
coragem.

Entrevistador- O senhor era casado quando perticipou da Revolução?

Entrevistado- Não.

Entrevistador- Qual a idade que o senhor tinha?

Entrevistado- Eu tinha 21 anos.

Entrevistador- E tinha participando muita gente casada, êles sen-
tiam falta da família.

Entrevistado- Muita gente, quase tudo era casado.

Entrevistador- E esses casados, sentiam falta da família, falavam
na família?

Entrevistado- Falavam bastante.

Entrevistador- O senhor recorda alguma coisa?

Entrevistado- E me recordo. Falavam as vezes, reclamavam para a gen-
te , tavam passandp trabaio, e não sabiam da famia

Entrevistador- Não recebiam notícia da família?

Entrevistado- Não, nós tava longe e pensava que nunca mais voltava
O nome do pai dele é Alzida

ver a família .

Entrevistador- E a roupa que vocês usavam, como era?

Entrevistado- Era fardamento amarelo, de flanela, tudo amarelo.

Entrevistador- Recebiam constantemente roupa limpa?

Entrevistado- Não, quando nós tava brigando não. Antes tinha que pagar a lavadeira.

Entrevistador- E a roupa, era muita ou pouca?

Entrevistado- Quer dizer, não era muita. Nós recebi dois fardamento de brim e um de flanela. Eram 3 fardamento, por ano. Depois tinha a roupa branca, era duas cuecas, Ainda um par de botinas de 3 em 3 meses.

Entrevistador- Quando alguém ficava doente, principalmente durante a Revolução?

Entrevistado- Tinha assistência médica, era levado para o hospital, nas enfermarias da Brigada. Em Porto Alegre era atendido em Porto Alegre. Em Florianópolis e Rio, a assistência pegava e levava para os hospitais. Tinha junto sempre os capitão-médico. Tinha tudo os conforto, enquanto não matasse o capitão-médico.

Entrevistador- Então quanto a doença, ninguém teve problema, eram sempre bem cuidados?

Entrevistado- Graças a Deus, Agora morrer é natural, algum que saia baleado e não tinha jeito, só tinha que morrer. Mas no mais tratavam melhor que a gente da gente.

Entrevistador- E o problema do medo, muita gente sentia medo?

Entrevistado- A tinha, depois que terminava a gente começava a pensar. Porque enquanto não terminou a Revolução, a gente não sabia se ia continuar ou não aquilo, para a frente, ou se terminava ali. Ai tinha medo, pois podia tocar aquilo para frente e como muita gente tinha morrido, a gente também tava na espera de ir logo.

Entrevistador- E os seus colegas sentiam medo, o senhor sentiu alguém com medo?

Entrevistado- E senti, na linha de fogo muita gente se clamava. Não adiantava, depois que tava lá tinha que aguentar.

Entrevistador- Tinha problema de alguém chorar?

... não chorava

Entrevistado- Tinha, quase todo mundo, até os oficiais eu vim chorar.

Entrevistador- O senhor lembra do oficial que chorou?

Entrevistado- Lembro, o meu comandante, o capitão que eu era ordenança.

Entrevistador- O senhor sabe porque êle chorou?

Entrevistado- Porque os capitão e coronel, tudo vieram para Palhoça, e deixaram nos brigando sózinho lá no Estreito.

Entrevistador- Porque os comandantes se retiraram da luta?

Entrevistado- Pois eu não sei, acho que êles estavam achando ruim aquela pegada ali. Deixaram só nos e o que era 2º e 1º tenete e os sargentos.

Entrevistador- O comandante ficou desesperado?

Entrevistado- É, ele ficou nervoso, achou que tava sério, aquele negócio. Mas que, nós seguimos pra frente. Tinha o Sargento Domingos que era um nego veio, medonho de coragem.

Entrevistador- Foi um dia de desespero?

Entrevistado- Foi. Naquele dia eu fiquei nervoso, até eu chorei.

Entrevistador- E o problema de armas, como eram as armas que a Brigada do Getúlio tinha, e o Exército?

Entrevistado- As armas eram uma coisa só, pois metralhadora e fuzil é tudo a mesma arma. Só dependia de ter alguma outra metralhadora que tinha de umas quantas qualidades. Nós era com a metralhadora simples. O exército tinha armas de mais qualidade que nós.

Entrevistador- O exército era bem mais armado que a brigada?

Entrevistado- É muito mais bem, não tinha comparação. Pois desde o pessoal era mais pouco o efetivo. O exército era superior em nós em tudo. A verdade é que o paisano era sério contra o exército.

Entrevistador- Vocês tinham um ideal, acreditavam naquilo pelo que estavam lutando?

Entrevistado- Para falar a verdade, até direito não sabia porque estava lutando.

Entrevistador- Mas tinham coragem?

Quedro Pereira de Almeida

Entrevistado- Tinha, porque nós tava com o presidente do Estado, e ia brigar com o Predidente da República. Ali é que eu achava ruim, o presidente do Estado, para brigar com o da República, só nós podia ir mal. Porque êle era superior em tudo.

Entrevistador- O senhor se recorda se matou alguém?

Entrevistado- Não, eu não sei. Atirar, atirei, agora se matei não sei. Porque êles atiravam em nós e nós recebia ordem de atirar, porque tinha hora que êles dava tiro de Destrois, que pegava em uma casa e detruia tudo. Tinha que atirar, senão nós boleava. Agora se fosse para brigar como brigamos na Garganta, êles eram muito e nós pocos e prendemos 29, e morreu 4

Entrevistador- A Garganta, o senhor lembra onde ficava?

Entrevistado- Em Santa Catarina, é um setão perto de Florianópolis. Agora nem sei mais direito. Tinha um cachoeirão velho para baixo e a estrada passava bem no beicinho da cachoeira. Para baixo era a cachoeirão e para cima sertão velho de mato. Então ali nosso pessoal pegou um bugre dêles lá, e mandaram duas esquadras de metralhadora pra cima de um espigão, e despachou mais ou menos cinquenta homens por baixo do cachoeirão. Eu fiquei na estrada junto com o tenente e o capitão e mais ou menos trinta homens, e sitiámos êles (havia trincheiras esperando a brigada). Quando êles viram aquele pessoal que foi pelo grotão. Quando viram êles tavam atrás dêles distante de 70 metros, e atiraram dentro do buraco. Foi ali que morreu aqueles 4. E aquele pessoal se atirava de cavalo num xaxim, naquele cachoeirão, da altura de dois pineiro. Caia lá em baixo, e nós pegava o pessoal. Os que vinham em nossa direção, nós prendia.

Entrevistador- Para o senhor a luta da Garganta foi uma das mais importantes?

Entrevistado- Não, mais braba foi em Porto Alegre e Florianópolis. Agora na garganta não foi demais, porque nós brigava de fuzilaria. Agora, quando foi de bombardeio, foi

Quechua P... de Almeida

muito pior. Agora o de fuzilaria a gente não se assusta tanto. Agora tinha uma droga daquelas lá, dêles, uma nº 12, quando ela atirava chegava a tremer o chão. Porque Eles atiravam as 5 juntos, parecia que o mundo veio is se terminá. Agora em Porto Alegre, também foi medonho, era bombardeio de granada, de tudo.

Entrevistador- O senhor lembra da passagem da luta em Porto Alegre?

Entrevistado- Quer dizer que quando começou, eles avisavam nós.

A guarda da noite diz que o pessoal do exército queria saltar em nós. A Carta Geral, queria bombardear o quartel da brigada, porque eles não gostavam de nós.

Então toda noite nós tinha patruiamento em roda do quartel. Quando foi uma noite, ali pras 8 horas,

brigaram no quartel. Geralmente os quartéis eram em frente um do outro. Lá morreu muita gente do exército e brigada. E ali começou, tudo os exércitos contra nós.

Nós fomos brigando e vencendo. Ai já começou, saindo para a Campanha, e daí a guerra veio seguiu. Mas também foi pocos dias, vinte e pocos.

Entrevistador- Para ir, foram muitos?

Entrevistado- Foi bastabte, depois que brigamos em Porto Alegre, saimos umas 20 mil pessoas.

Entrevistador- E durante o caminho, mais gente ia aderindo?

Entrevistado- Ia, em tudo o lugar ia aderindo. Agora ali saimos junto, mas depois aquele pessoal se separou, foi uns prum lado outro pro otro. Pra se junta os que sobraram foi só no fim da Revolução.

Entrevistador- Quem aderiu mais a luta, era civil ou militar?

Entrevistado- Quer dizer, esse ponto não posso dizer direito, porque ali ia tanto civil como militar, tanto da brigada como do exército. Quando aderiu uma unidade do Exército, o que tava ali vinha tudo. Aderiu o comandante, e já vinha pra brigada, reforçando. Em Porto Alegre aderiu tudo, o que custou mais foi o Quartel da Administração, em Porto Alegre.

Guilherme Perceval de Almeida

Lá foi onde nós brigava distância de 50 m. Desde 4 horas da tarde até 4 horas da madrugada, pra eles aderir

Entrevistador- Quando uma Unidade do Exército aderiu a Revolução do Getúlio, eles seguiam junto?

Entrevistado- Ia. Daí aderiu, era tudo a mesma coisa, tudo amigo.

Entrevistador- Eles brigavam para não aderir, mas quando aderiam iam em frente

Entrevistado- Daí, quando aderiam não tinha mais problema, eram como se fossem da Brigada. Daí brigavam mais que os nossos. Eles estavam enganados. E eu sei que aderiu barbuidade de gente.

Entrevistador- Quando eles aderiam, achavam que antes estavam lutando do lado errado. Que o lado certo era o do Getúlio?

Entrevistado- Achavam que estavam errado, que o certo era o nosso. E de fato foi certo, porque assumiu o cargo.

Entrevistador- E a volta, o senhor sabe me contar como foi a sua volta de Santa Catarina?

Entrevistado- Quando foi pra voltar a Porto Alegre de volta pra trás, foi de navio. Nós viemos embarcado em 1200h. Então ali nós demorei um pouco para chegar. Não me lembro bem, parece que eu fui 5 dias e 6 noites. Nós caminhamos embarcados, passamos por Rio Grande, Pelotas, Santa Rosa, essas cidades na beira da praia. Ali eu fiquei até enganado, pois quando nós fomos achei perto. Quando voltamos custou uma barbuidade para chegar em Porto Alegre.

Entrevistador- Quando o senhor voltou já tinha acabado a Revolução?

Entrevistado- Já tinha. Quando recebemos ordem para regressar a Porto Alegre, o Getúlio já estava no Palácio do Governo no Rio de Janeiro. Eu depois fiquei, fazia 3 anos que eu estava. Um ano de tempo terminado. Tinha um primo que era 3º sargento, nós se dava muito bem. Ele disse, vamos ficando de tempo terminado, quando fizesse mais uns 6 meses nós enganamos. Daí, nós tinha direito a mais 25 mil réis de engajamento.

Guilherme Pereira de Azevedo

Mas depois, o coitado foi destacado para um destacamento no Maranhão, perto do rio. Não tinha mais rebuscação. No destacamento, quando foi dali um pouco, chegou um avião, avuando, arrodando o destacamento. Ele tava almoçando de prato namão, poruqe no destacamento não tem mesa. Ele alevantou para ver o avião. O avião só baxo, e solto uma granada no destacamento. Pegou o miserável com o prato namão, tiro a tanpa da cabeça, mato, e devereda levanto vôo, foi embora. Daí eu fiquei nervoso com aquilo. Pedi minha exclusão, e vim embora. Tavam querendo briga denovo.

Entrevistador- Uma briga já tinha sido demais, não é?

Entrevistado- Já, e eu achava ruim outra. Eu to de tempo terminado e vou embora. Fui lá, pedimunha exclusão, não queriam medá. Digo, o que eu tratei sustentei, au vou embora do mesmo jeito. Ai me deram A brigada é boa. Sendo que o cara proceda direito. Agora se prodede mal, que robe ou seje bebado, Deus o livre, passa vida de cachorro.

Entrevistador- Durante a luta, nunca ninguém teve vontade de abandonar, fugir da luta?

Entrevistado- A isso teve. Até um primo meu fugiu. Não foge muito porque depois é aéceguido barbaridade. Se pego o cara tem que dobra o tempo, servi de novo e ainda se sujeita as penas, apanha e tudo.

Entrevistador- Por exemplo, se uma pessoa está de sentinela e dorme, e o comandante pega, o que acontece?

Entrevistado- A ordem é severa, tá sujeito até a ser fuzilado. Ele não pode dormir. Se desocupa o lugar sem ser reconhecido, se o inimigo pega mata, ou pode ser morto pelo próprio companheiro. Etão tem que enfrentar firme. De vez em quando a gente via o que acontecia para os companheiros que fugia. Não foi uma vez nem duas, eu vi. Em Tubarão, (Jagrarão) Jaguarão. Os oficial madava maatr os próprio srdado. Tá certo nem que a gente tenha padrinho, mas não dá pra facilitar.

Quedno Perse de Almeida

Entrevistador- O senhor assistiu o sentinela se retirar do posto e ser morto?

Entrevistado- Esse não foi , êle robo. Outro foi por causa de familia. Atpe tinha os dotor, dois tenetes, irmão do Dr.Oswaldo Aranha, que diz , se fosse para matar os companheiros iam embora.Êles saíram para bugar com os inimigos , e não para matar os companheiros, poruqe rpbp dinheiro, ou porque saiu.Nem se sabe se era moça ou mulher do mundo

Entrevistador- O senhor recorda quabtos casos aconteceu, assim de matar o companeiro?

Entrevistado- Que me recordo, dois.Um poruqe robo e outro por causo de familia.E outros dois iam ser morto, por causo de 600mil réis que robaram.Mas depois nós enfrentamos, era nossa companheiros.O capitão Sntonio queria manda matar.Nós soltamos os homes, e êle teve que rapa. Sendo pra mata nós matava êle.Porque onde se viu, nos saimos pra bigra com os inimigos.

Entrevistador- E vocês recebiam ordenado por mês?

Entrevistado- 147 mil réis por mês.

Entrevistador- E lá durante a Revolução recebiam todo mês?

Entrevistado- Não, recebemos depois bastante, porque tinha mais terço de campanha, tinha gratificação, não sei do que.Ai sim recebemo bastante.Aumento nosso salário.

Entrevistador- Quando o senhor saiu da Brigada, volton para Vacaria?

Entrevistado- Voltei.

Entrevistador- E ai, o que o senhor começou a fazer?

Entrevistado- Ai, negocio e trabalho.

Entrevistador- Negociar com o sítio?

Entrevistado- Não naquele tempo não tinha.Negociava com gado, animal. pra colonia.

Entrevistador- Conversando com o senhor antes, o senhor falou que uma pessoa pegou o nome de todomundo que participou da Revolução para receber por mês?

Entrevistado- Aquele, Orlando Shuler, acho que até já é morto.Tirou a assinatura de todomundo que serviu, para receber uma gratificação.E aquilo termino, não apareceu mais.

Que dy no Perreir de Obesid d

Entrevistador- O seu Orlando Shuler era da onde?

Entrevistado- Era daqui de Vacaria.

Entrevistador- Não sei se o senhor que contar mais alguma coisa

Entrevistado- Pois agora acho que quase termino

Entrevistador- O senhor concorda em doar esta fita para a UNiversi
dade Federal de Santa Catarina, Paraficar lá como
documento, para ser pesquisado.

Entrevistado- Concordo, pra isso não tem problema. Depois fica lá
como documento?

Entrevistador- Ela fica lá como documento, quem quiser saber alguma
coisa pode ir lá e consultar. Então o senhor concorda?

Entrevistado- Concordo.

Entrevistador- Muito Obrigado.

Guedmo Pereira de Azevedo

IÍNDICE

Nome	Páginas
Antoninha/	1
Abelardo/	1
Administração	4
Aldeia dos Anjos	4
Araranguá	4
Alberto Romeu de Assis Brasil	4,4
Beliziário Batista	1
Bordo	2
Braço do Norte	4
Brigada	13
1º Batalhão de Infantaria	7
Colégio São Francisco	2
CEEE	2
Carta Geral	4, 12
Campanha	4,12
Conceição do Arroio	4
Criciúma	4
Comando Geral	5
8º Distrito de Vacaria	1,1,1
1º Distrito	1
Dornelles	3
Darci Rech	3
Deus	5,9,14
Dr. Oswaldo Aranha	15
Estado de Santa Catarina	4
Estreito	4,7,10
Florianópolis	4,5,6,6,6,7,7,9,11,11
Galdino Pereira de Almeida/	1
Grupo de Metralhadora Pesada	3
Getúlio	4,10,13,13
Garganta	6,11,11,11
Itararé	7
João Pereira de Almeida/	1
Jovaldino	1
José	1

Nome	Páginas
Taguaruna	4
Taguarão	14
Laguna	4
Luis Shuler	3,3
Maria	1
Maranhão	14
Orlando Shuler	15,16
Possapi	3
Protásio	3
Palombini	3
Porto Alegre	4,5,5,5,5,6,6,9,9,11,12,12,12, 12,12,13,13,13,13
Palhoça	4,4,6,10
Palácio do Governo	5,13
Presidente da Republica	11
Pelotas	13
Quadro do Norte	4
Quartel Administração	12
Rosa Pereira Biêno	1
Refugiado	2
Rio Carazinho	2
Revolução de 1930	3,3,3
Rio de Janeiro	5,13
Rio	7
Revolução	8,9,9,12,13,15,15
Revolução de Getúlio	13
Rio Grande	13
Sargento Domingos	10
Santa Catarina	4,11,13
S. José	4
Terezinha	1
Torres	4,4,4
Tramandaí	4
Tubarão	11
Ursulina Alves Francisca de Souza	1

Nome	Páginas
Universidade Federal de Santa Catarina	16
Vidalvina	1
Vilma	1
Vacaria	2,2,2,2,3,3,3,5,15,16

INDICE

Nomes	Páginas
Almeida, Galdino Pereira de	1
Almeida, João Pereira de	1
Antoninha	1
Abelardo	1
Administração	4
Aldeia dos Anjos	4
Araranguá, cidade	4
Aranha, Dr. Oswaldo	15
Bueno, Rosa Pereira	1
Batista, Beliziário	1
Brigada	1-13
Bordo, nome de estabelecimento	2
Brasil, General Alberto Romeu de Assis	4
Batalhão de Infateria da Brigada	7
CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica	2
Carazinho, rio	2
Colégio São Francisco	2
Carta Geral	12
Dornelles, nome de pessoa	2
Conceição do Arroio	4
Criciúma, cidade	4
Comando Geral	4-5
DEus	5
ESTreito	4
EXército	5
Florianópolis	4-5-6-7
Grupo de Metralhadora Pesada	3
Governador	5
Garganta, lugar	6-11
Getúlio	10-13
Joaldino	1
José	1
Jaguaruna, cidade	Lagu4 - 14
Laguna, cidade	4
Maria	1

continuação	
Maranhão, estado	14
Oitavão Distrito de Vacaria	1
Possapi, nome de pessoa	3
Protássio, nome de pessoa	3
Palombini, nome	3
Palhoça, cidade	4
Palácio do Governo	5-13
Porto Alegre	4-5-6 -11-12-13
Presidente da República	11
Quadra do Norte	4
Quartel da Administração	12
Raposo	1
Refugiado, lugar	1
Recho Draci	3
Revolução de 1930	3-4
Revolução do Getulio	13
Rio de Janeiro	5-13
Revolução	15
Souza, Ussulina Alves Francisca de	1
Shuler, Luis	3
Santa Catarina	4-11
São José, cidade	4
Shuler, Orlando	15
Terezinha	1
Torres, cidade	4
Tramandaí, cidade	4
Tubarão, cidade	4-14
Universidade Federal de Santa Catarina	16
Vacaria-	1-2-3-5-16
Vacaria, 1º distrito	1
Vidalvino	1
Vilma	1

VARIAS, GETULIO DOANERES 13.

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente documento, cedo ao Laboratório de História Oral do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina todos os direitos de uso e divulgação que me corresponderem, do conteúdo das gravações em fita magnética e transcrição literal da mesma em documento anexo e por mim conforme e rubricadas todas as páginas, da entrevista realizada por mim, ..
 .. Galdino Pereira de Almeida .., ao Sr.
 .. Maria Neli Ferrera Borges .. em
 data de 22 de abril de 1978, na cidade de ..
Itapirica .., composto, o material, de .. ()
 fitas marca .. de cinquenta (50) minutos
 cada e transcrição de dezesseis (16) páginas.

Declaro também que, pela natureza do trabalho apresentado, o conteúdo das gravações pode ser consultado sem restrição por pessoas qualificadas e devidamente acreditadas, a partir de ..
esta data ..

Outrossim, dou autorização ao próprio Laboratório para reproduzir de qualquer forma o conteúdo das gravações, sem alterar sua essência, e com a finalidade de que as reproduções que se efetuarem sejam também usadas no Programa de História Oral do Curso de Pós-Graduação a que se fez referência.

.. Itapirica .., 10 de maio de 1978 ..

Galdino Pereira de Almeida
 entrevistado e doador

Maria Neli Ferrera Borges
 entrevistador

 testemunha

 testemunha